

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ELIZABETE TEREZINHA SILVA ROSA

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM SERVIÇO SOCIAL:

A trajetória Profissional de Nobuco Kameyama

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ELIZABETE TEREZINHA SILVA ROSA

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM SERVIÇO SOCIAL:

A trajetória Profissional de Nobuco Kameyama

Tese apresenta à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção d título de Doutor, sob orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

Esta é versão atual da tese. A anterior deve ser desconsiderada.

SÃO PAULO

2016

BANCA EXAMINADORA



Dedico esta tese
À minha Professora Nobuco Kameyama

Agradecimento

À família que pude contar com presença e apoio para elaboração dessa tese: à minha mãe Rosa Augusta, ao Pe. Pascoal Forin, ao Carlos Alberto Rosa, à filha Gabriela Rosa, ao filho Carlos Gustavo Rosa, à sobrinha Camila Pinheiro.

À Professora Maria Lúcia Martinelli, orientadora da tese, pela confiança em todos os momentos do doutorado, pelo aporte teórico e metodológico da pesquisa, por oferecer as primeiras aproximações à produção do autor Walter Benjamin e sobretudo, pela presença atenta, cuidadosa e carinhosa em todas as etapas da pesquisa e da elaboração da tese.

À Professora Jeanne Marie Gagnebin, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-SP, pelo curso oferecido sobre Walter Benjamin, e pela contribuição no Colóquio sobre o Legado de Nobuco Kameyama.

Aos “Nepianos”, denominação carinhosa aos pesquisadores do Nepi – Nucleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade, coordenado pela Professora Maria Lúcia Martinelli, pela oportunidade de intercambiar experiência e pelo apoio na realização do Colóquio sobre o Legado de Nobuco Kameyama.

Aos participantes da pesquisa: Israild Giacometti, José Oscar Beozzo, Maria Carmelita Yazbek, Matsuel Martins da Silva, Marilda Iamamoto, Milton Batista Nizato, Myrian Veras Baptista, Onilda Alves do Carmo.

Às minhas e meu amigo, em especial à Anna Christina Cardoso M.P. de Mello, à Damares Pereira Vicente, à Ione de Souza e ao Luis Carlos Pires Montanha, que tiveram papel importante, em momentos diferentes, na realização desse doutorado.

A todos que foram e são meus alunos e alunas e aos meus colegas de docência.

Aos companheiros do CRESS-SP, Gestão (2011-2014) e da Gestão atual, e aos companheiros da Comissão Permanente de Ética.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio para realização dessa pesquisa.

A todos que cuidaram do que não pude cuidar pela dedicação a tese, em especial à Regiane Santos Silva, ao Ademir Greggio, à Marcia Greggio e à Vera Glitz.

RESUMO

ROSA. Elizabete Terezinha Silva. **História e Memória em Serviço Social: a trajetória profissional de Nobuco Kameyama.** Tese (doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

A pesquisa trata da história e memória em Serviço Social, por meio do resgate e da análise da trajetória profissional de Nobuco Kameyama, em suas interações com a trajetória do Serviço Social, no período histórico que vai de 1959 a 2009, para conhecer, por meio do seu legado, sua contribuição ao processo pelo qual o Serviço Social alcançou a maturação profissional e, assim, impulsionar a construção do presente e do porvir da profissão. Para tanto, parte da concepção de história de Walter Benjamin (1892-1940), filósofo e sociólogo alemão, que visa buscar, no passado, os germes de uma nova história, que considere os acúmulos, avanços, mas também os sofrimentos e tudo o que pode ser sido solapado nos diversos contextos históricos. Para a pesquisa de campo, foi utilizado a metodologia da história oral e coletado 8 depoimentos de sujeitos que tiveram sua trajetória profissional entrecruzadas com a de Kameyama, o que possibilitou o resgate, sob a ótica de sujeitos significativos, da história recente do Serviço Social brasileiro. Visa também resgatar a história e a trajetória de Nobuco Kameyama, considerando a intrínseca relação entre memória e identidade da profissão, bem como contribuir para que as novas gerações possam conhecer o legado de Nobuco Kameyama, e assim se fortalecerem para o enfrentamento dos desafios do presente e do futuro.

Palavras-chaves: serviço social, história, memória, narrativa e identidade.

ABSTRACT

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **History and Memory in Social Work: the professional trajectory of Nobuko Kameyama**. Thesis (PHD in Social Work), Graduation Studies in Social Work at Pontifical University Catholic of São Paulo, 2016.

This doctoral thesis is about the history and memory in Social Work, through the rescue and analysis of the professional Nobuko Kameyama's trajectory and her interactions with the Social Work's journey, during the years 1959 to 2009. The purpose of this research is to know Kameyama's contribution like a scientist during the professional maturation of Social Service to impulse the construction of the present and the future of this profession. The thesis is guided by conception of History in Walter Benjamin (1892-1940), Germany philosophy and sociologist, who suggests find the seeds of a new history in the past, considering the accumulation, the advances, but also the sufferings, and everything that could have been buried in diverse historical contexts. To the concretization of this research, it was used the Oral Method, i.e., it's was collected 8 testimonials of people that had their personal careers crossed with Kameyama. This allowed the rescue, by the optic of relevant individuals, of Brazilian Social Work's recent history. This research also aims to rescue the history and trajectory of Nobuko Kameyama, considering the intrinsic relation between memory and professional identification, and contribute to the new generations can know the Nobuko Kameyama's legacy, in order to fortify for the challenges in the present and in the future.

Key-words: social work, history, memory, narrative and identify.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	29
PARTE I	
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	38
Introdução	39
Capítulo 1 – História Oral e Resgate da Memória	44
1.1 Registrar a História por meio da Trajetória Profissional	44
1.2 Escolha do Método como Opção Política.....	54
1.3 História Oral como Metodologia.....	61
1.3.1 <i>Lampejos da memória e a narrativa</i>	63
Capítulo 2 – História, Memória e Narrativa	73
2.1 Memória e sua Dimensão Ética.....	73
2.2 A Respeito da Memória e da Experiência	77
2.3 A Importância da Narração para a Constituição do Sujeito	80
PARTE II	
O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO NA ORIGEM DE NOBUKO KAMEYAMA	84
Introdução	85
Capítulo 3 – Configuração e Ocupação da Região Noroeste Paulista	87
3.1 O Território da Média Noroeste	88
3.2 Ocupação e Colonização do Oeste Paulista	90
3.2.1 <i>A ferrovia e o Café</i>	94
3.2.2 <i>A Decadência do Café</i>	97
3.2.3 <i>A Chegada do Boi</i>	99
3.3 A Configuração Atual do Território da Região Média Noroeste	100
Capítulo 4 – Território e Identidade	102
4.1 Lins – Berço de Nobuko Kameyama	102
4.1.1 <i>O Município de Lins</i>	103
4.1.2 <i>Dados socioeconômicos e de infraestrutura de Lins</i>	104
4.2 Os Valores de Berço	106
PARTE III	
TESSITURA DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NOBUKO KAMEYAMA	109
Introdução	110
Capítulo 5 – Formação e Inserção Profissional no seu Território	113
5.1 A Conjuntura Política do País.....	113
5.2 A Questão Agrária	118
5.3 Kameyama e seu Primeiro Trabalho – Agência de Família.....	125

5.4 A Faculdade de Serviço Social de Lins	128
5.4.1 Atuação como Estudante de Serviço Social	130
5.4.2 O Início da Carreira Docente	132
5.5 Atuação no Instituto Paulista de Promoção Humana de Lins....	133
5.5.1 A Questão Social e a Igreja Católica	134
5.5.2 A Consolidação da Terceira Via – O Neotomismo	137
5.5.3 Nasce o IPPH sob a influência do Concílio Vaticano II	142
5.5.4 A Proletarização e a Operação Arranca Capim.....	148
5.5.4.1 O contexto da década de 1950	150
5.5.4.2 O arranca capim em novo contexto da década de 1960	155
Capítulo 6 – Exílio Político e Aprofundamento Teórico	162
6.1 Contexto que a Levou ao Exílio.....	164
6.2 Exílio e Aproximação com a Tradição Marxiana	169
Capítulo 7 – Retorno ao Brasil – Trajetória Profissional e Militância	
Política	173
7.1 Retorno para Lins e Mudança Curricular.....	177
7.1.1 Contribuição ao currículo em âmbito nacional.....	181
7.2 O Peop e suas Intencionalidades.....	188
7.3 As Diversas Facetas de sua Militância Política	199
7.3.1 A Militância Partidária	199
7.3.2 A Militância Profissional	205
7.3.3 A militância Acadêmica	209
7.4 História, Memória e Identidade.....	214
7.4.1 A Pessoa Nobuko Kameyama.....	216
7.4.2 Os participantes da Pesquisa.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS.....	235

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Geossistemas do Estado de São Paulo	80
Figura 2 – Processo da devastação da vegetação nativa do estado de São Paulo	81
Figura 3 – Regiões administrativas e de governo do estado de São Paulo	92
Figura 4 – Mapa do Estado de São Paulo	95
Figura 5 – Localização do Município Estrela d'Oeste	137
Figura 6 – Localização do Município Santa Fé do Sul	140
Figura 7 - Angelus Novus de Paul Klee (1920), nanquim, giz pastel e aquarela sobre papel.....	220

FOTOS

Foto 1 - Abertura e saudação do coordenador do PEPG em Serviço Social, Prof. Dr. Ademir Alves da Silva	56
Foto 2 – Saudação da coordenadora do Nepi, Profa. Maria Lúcia Martinelli	56
Foto 3 - Breve apresentação da trajetória da Profa. Nobuco Kameyama, realizada pela autora	57
Foto 4 - Composição da Primeira Mesa	58
Foto 5 - Composição da Mesa-Redonda: <i>O Legado de Nobuco Kameyama</i>	59
Foto 6 - Encerramento e apresentação e agradecimento aos “Nepianos”	59
Foto 7 - Participantes presenciais do Colóquio.....	60
Foto 8 - Caingangue em canoa no início do século XX	83
Foto 9 – Primeira e Segunda Turma em 1960.....	121
Foto 10 - Encontro dos Trabalhadores Rurais em Mirandópolis - 1982.....	179
Foto 11 - Encontro dos Trabalhadores Rurais em Andradina - 1983.....	181
Foto 12 – Convite do Encontro de Trabalhadores	182
Foto 13 – Reunião da Compra Comunitária	183
Foto 14 – Apresentação de Teatro do Grupo de Empregada Doméstica	184
Foto 15 – Reunião com Trabalhadores Rurais em 1982	184

Foto 16 – Encontro de Mulheres em 1982.....	185
Foto 17 – Reunião de Planejamento – Peop	185
Foto 18 – Encontro de Mulheres em Araçatuba – 1982	187
Foto 19 – Festa de Confraternização: grupos de boias-frias, domésticas e mulheres - 1981	189
Foto 20 – Foto do material de Campanha para Deputa Estadual.....	194

QUADROS

Quadro 1 – Produção teórica de Nobuco Kameyama	15
Quadro 2 – Apresentação dos participantes da pesquisa	46
Quadro 3 – Mortalidade infantil do município de Lins.....	96
Quadro 4 – Remuneração média do município de Lins por atividade, comparada com a remuneração média dos trabalhadores do estado de São Paulo e do Brasil, 2011	97

APRESENTAÇÃO

Assistentes sociais que cursaram Serviço Social, no Brasil, no início da década de 80, ainda tiveram no currículo as disciplinas Caso, Grupo e Comunidade. Mas, na Faculdade de Serviço Social de Lins (FSSL), quando ingressei, no ano de 1980, essas disciplinas já foram substituídas por Metodologia do Serviço Social I, II e III, que traziam os fundamentos sócio-históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, e depois foram estruturadas como Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. Essa informação tem sentido com a trajetória profissional de Nobuco Kameyama, como é apresentado no decorrer desta pesquisa.

No primeiro semestre de 2012, ao iniciar o doutorado, matriculei-me na disciplina Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social I, ministrada pela professora Maria Carmelita Yazbek. A ressignificação da história do Serviço Social e seu processo de institucionalização como profissão puderam ser vivenciados e aprofundados a partir da releitura de diversos livros e textos, acrescida das análises da professora Yazbek em sala de aula, bem como da apresentação de seminários e debates por colegas da disciplina. Nessa oportunidade, algumas anotações e grifos do período trouxeram à tona o que vivenciei na graduação em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social de Lins.

Vieram fortes lembranças dos meus professores, dos colegas de turma; da experiência durante o estágio com trabalhadores rurais boias-frias; a militância estudantil; mas, sobretudo, a lembrança do convívio com a professora Nobuco Kameyama, que havia nos deixado fazia apenas alguns meses, no dia 8 de junho de 2011.

Na ocasião, havia publicado a seguinte nota aos amigos, que depois foi reproduzida no *site* do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP) e da UniLins:

O Serviço Social brasileiro perdeu grande expoente – Nobuco Kameyama. Mulher aguerrida, com uma trajetória de vida permeada de muitos enfrentamentos no(s) campo(s) social, político e acadêmico. Mulher direta, firme em seus propósitos, comprometida com suas lutas e seus trabalhos, mas, sobretudo, muito afetuosa. Começou sua vida e carreira universitária na então Faculdade de Serviço Social de Lins (atualmente UniLins). Teve uma densa carreira acadêmica, atuando nos últimos anos na UFRJ. Foi

minha professora na Faculdade de Serviço Social de Lins, supervisora de estágio (Peop – Projeto de Educação e Organização Popular) e orientadora de TCC. Tive o privilégio de conviver e aprender muito com ela. Privilégio só meu? Não, de todos os que dela se aproximaram. Professora Nobuco Kameyama, querida mestra, você foi fundamental e necessária!!!! ‘Repete-se para sempre, em todos os corações, em todos os mundos’ (Cecília Meireles).

Para o trabalho final daquela primeira disciplina do doutorado, abordamos o legado deixado por Kameyama. Assim, pudemos fazer uma aproximação preliminar da sua trajetória profissional e a ideia de conhecê-la mais amplamente passou a nos acompanhar fortemente. Logicamente, não foi possível, num trabalho de uma disciplina, abordar inteiramente o seu legado, mas a pesquisa realizada trouxe muitas motivações e inquietações, ou seja, aquele trabalho acadêmico que era para atender à solicitação de uma disciplina ganhou dimensão ontológica, e esse processo serviu para delinear um novo objeto de tese, que ao cabo me levou a mudar o objeto de estudo inicial¹.

Essa dimensão tornou-se muito forte porque fui dando conta de quanto também fiz parte dessa história, especialmente do período em que Kameyama coordenou o curso de Serviço Social em Lins/SP. Essas lembranças trouxeram à tona o princípio benjaminiano de que o acontecimento lembrado é propulsivo: “[...] Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e virá depois” (BENJAMIN, 2012, p. 38 e 39).

Nesse processo de aproximação e delimitação do objeto de estudo, foi possível trocar ideias com alguns amigos, em especial, o professor Luiz Carlos Montanha, hoje coordenador do curso de graduação e pós-graduação da UniLins; e, especialmente, contar com as contribuições das professoras Maria Carmelita Yazbek e Maria Lúcia Martinelli. A professora Martinelli tornou-se minha orientadora, e foi então que a mudança do objeto do meu estudo tomou dimensão magistral e passou a ser desafiador.

Portanto, nosso objetivo é estudar a história e a memória em Serviço Social, por meio do resgate e da análise da trajetória profissional de Nobuco Kameyama,

¹ O projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo denominava-se: **A Formação Continuada do Assistente Social: o Trabalho Social com Famílias em Questão**. Esse objeto de pesquisa escolhido marcava especialmente as últimas décadas de minha trajetória profissional, fruto das reflexões e inquietações da minha atuação como assistente social e do exercício na docência em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social, bem como em capacitações aos profissionais inseridos na execução da Política Nacional de Assistência Social/Sistema Único de Assistência Social (PNAS/Suas).

em suas interações com a trajetória do Serviço Social, no período histórico que vai de 1959 a 2009, para conhecer, por meio do seu legado, sua contribuição ao processo pelo qual o Serviço Social alcançou a maturação profissional e, assim, impulsionar a construção do presente e do porvir da profissão. Para tanto, foi necessário resgatar as diferentes conjunturas surgidas na trajetória profissional de Kameyama, verificando como sua atuação e o saber produzido contribuíram para a formulação do pensamento teórico-prático do Serviço Social.

Outro aspecto que gostaria de compartilhar na apresentação desta tese é o fato do meu recém retorno para a cidade de Lins, em dezembro de 2015, já na fase final da escrita da tese. Voltei a ser moradora desse território que me acolheu no início da adolescência, pois sou natural de Londrina/PR, e que me acolhe novamente de forma muito carinhosa.

Escrever sobre Nobuco, já em seu “berço”, provocou emoção diferente, indescritível. Esse processo tem delineado, sobretudo, meu processo identitário. Debruçar-me teoricamente sobre uma região - origem da trajetória da Nobuco, e reestabelecer esse mesmo lugar não só como moradia, mas como território e espaço de onde serão formadas novas e antigas relações sociais, têm novo sentido e significado. Como, por exemplo, reencontrar pessoas queridas, andar pelas ruas, reconhecer e ser reconhecida por contemporâneos do convívio da minha fase de adolescência e juventude, olhar cada esquina e ver o que foi conservado e as alterações, boas e ruins...

Essa cidade, desde quando aqui cheguei pela primeira vez na adolescência, sempre me leva a pensá-la conectada com sua região. Lins, durante anos, ficou conhecida como A Cidade das Escolas, pois reunia diferentes cursos universitários em cinco instituições diferentes (três ligadas à Igreja Católica, um à Igreja Metodista e uma fundação de professores, hoje a UniLins), numa época em que a penetração do ensino superior era muito baixa, especialmente no interior. Pude vivenciar essa dimensão regional como universitária, pois minha turma reunia pessoas de diferentes cidades das diversas sub-regiões da Noroeste paulista. Também na atualidade, como professora da pós-graduação da UniLins, desde 2010, a dimensão regional persiste, pois o curso recebe alunos/as de todas as demais cidades circunvizinhas, que ainda mantêm Lins como centro de referência de formação e estudos acadêmicos.

O curso de Serviço Social, da antiga Faculdade de Serviço Social, desde o início dos anos 90, compõe a UniLins, em um processo de passagem de que fiz parte já como professora. Meu retorno como docente, contudo, já tem um tempo, pois vim contribuir com a implantação do curso de especialização e do qual faço parte, no quadro de professores, desde 2010, e agora fui acolhida novamente na graduação do Serviço Social.

Finalizo esta apresentação com algumas considerações sobre a biografia da pessoa central desta tese. A professora Nobuco Kameyama nasceu em Lins, no interior do Estado de São Paulo, no ano de 1940. Ingressou no curso de Serviço Social, pela Faculdade de Serviço Social de Lins, no ano de 1959, local onde também iniciou a carreira de docente. Foi assistente social e diretora do Instituto de Promoção Humana (IPPH) de Lins, onde desenvolveu importante intervenção profissional envolvendo camponeses. E, por essa atuação, foi afastada do Brasil no período da ditadura civil/militar.

Exilou-se na Europa (1970 a 1978), fato que lhe rendeu fecunda produção acadêmica. De 1970 a 1972, fez Especialização em Sciences Sociales Et Economiques, na Universite Catholique de Louvain (UCL), Bélgica. Depois, transferiu-se para Paris/França, onde concluiu o mestrado e doutorado. De 1972 a 1975, cursou mestrado em Sociologia, na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), França. De 1975 a 1978, doutorou-se em Geografia e Social, também na EHESS, França. Os objetos de estudo e pesquisa foram a dinâmica da consciência de agricultores da região agrícola, bem como a estrutura agrária e as ideologias de movimento de agricultores no Brasil.

Ao retornar para o Brasil, no final de 1978, foi convidada a assumir a direção do Curso de Serviço Social de Lins, onde concretizou o processo, já iniciado antes de sua chegada, de reestruturação do curso. Em 1979, implantou nova grade curricular, respondendo ao objetivo impulsionado pelo Movimento de Reconceituação, que serviu de base para as alterações que se seguiram, ao longo dos anos 80, em vários cursos de Serviço Social no Brasil.

Kameyama, na direção da Faculdade de Serviço Social de Lins, implanta o Peop. Nesse mesmo período, também contribui para a criação e organização do Partido dos Trabalhadores (PT), em Lins, e sua candidatura, em 1982, mesmo

contra sua vontade, mas atendendo às solicitações dos trabalhadores e movimentos sociais da região, para que concorresse ao cargo de deputada estadual, quando teve boa votação, mas não suficiente para ser eleita.

Na segunda metade da década de 1980, até a primeira metade de 1995, protagonizou importante contribuição destinada a estruturar a nova matriz teórico-metodológica de formação do assistente social. Realizou diversos cursos para professores, em diferentes locais do Brasil, assim como prestou assessoria técnica especialmente visando à mudança curricular dos diversos cursos de Serviço Social brasileiros.

Assumiu a direção técnica do Instituto Cajamar, por isso, mudou-se, em meados da década de 1980, para São Paulo, capital. Durante alguns anos, dividia-se entre os trabalhos em Lins e São Paulo. Foi professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde lecionou a disciplina de Políticas Sociais e Atividade Programada sobre como Fazer Análise de Conjuntura. Na PUC-SP, protagoniza, em conjunto com a professora Maria Lúcia Carvalho da Silva, a formação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos). No mesmo período, registra importante contribuição à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) - na época denominada Abess -, por meio dos *Cadernos Abess 3*, em que aborda a Concepção de Teoria e Metodologia, a partir da teoria marxiana.

No final da década de 1980, muda-se para o Rio de Janeiro, onde atua na Universidade Federal Fluminense, no *campus* do município de Niterói. Depois, é transferida para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde torna-se professora da graduação e diretora e professora do programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Por fim, e não menos importante, protagoniza importante participação nas agências de fomento de estudos e pesquisa. Foi consultora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 1987 a 1990. Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi consultora de 1986 a 1990 e representante da Área de Serviço Social de 1995 a 1997.

Coordenou importantes convênios com instituições nacionais e internacionais: o convênio de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre a UFRJ e a Universidade da República de Montevideo/Uruguai, de 1996 a 2003; o convênio de Cooperação Técnica, Científica e Cultural entre a UFRJ e a Universidade do Pará, de 2002 a 2004; o projeto de Cooperação Acadêmica entre o Programa de Pós-Graduação da UFRJ (equipe líder) e a UFPE (equipe associada) – Procad/Capes, de 2000 a 2005.

As principais publicações de Kameyama (Quadro 1) são significativas para compreender sua trajetória na relação com a própria construção teórica do Serviço Social brasileiro. Verifica-se que, no início, suas publicações vinculam-se à análise da região oeste paulista e os contextos históricos da questão agrária local, e depois amplia, especialmente em sua tese, para a análise da estrutura agrária e ideologia do movimento de agricultores no Brasil.

Ao retornar para o Brasil, faz intensa imersão no momento vivido pelo Serviço Social, impulsionado pelo Movimento de Reconceituação e mudança curricular. Suas publicações vão se voltando para o Serviço Social e protagoniza a elaboração de textos que trouxeram caminhos e importantes contribuições para a construção do projeto ético-político da profissão.

Quadro 1 – Produção teórica de Nobuco Kameyama

Tema	Título	Ano	Tipo de produção	Veículo – Editora	País	Idioma
Contexto histórico	Histórico da ocupação e colonização do oeste paulista	1969	Revista de Cultura Vozes. n. 63, v. 8, p. 683-699	Vozes Petrópolis/RJ	Brasil	Português
	Oeste paulista: dinâmica e descompasso	1969	Revista de Cultura Vozes. n. 63, v. 8, p. 701-716	Vozes Petrópolis/RJ	Brasil	Português
Estrutura Agrária – Questão Rural	A dinâmica da consciência de agricultores da região agrícola	1975	Dissertação (Mestrado em Sociologia)	Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS)	França	Francês
	Estrutura agrária e ideologias de movimento de agricultores no Brasil	1978	Tese (Doutorado em Geografia e Social)	Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS)	França	Francês

	A fala dos trabalhadores sobre o plano nacional de reforma agrária	1985	v. 1, n.1/2, p. 147-151	Abra/ Cedec, São Paulo	Brasil	Português
Faculdade de Serviço Social de Lins	Relatório preliminar de avaliação da caminhada do ensino reconceituado do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Lins	1981	Texto	Mimeografado	Brasil	Português
Serviço Social	A prática profissional do serviço social	1981	Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v.3, n.6, p.147-155	Cortez	Brasil	Português
	A prática na formação profissional	1981	Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v. 6, n.1/2, p. 29-32	Cortez	Brasil	Português
	Articulação da política social com o desenvolvimento econômico e o serviço social	1986	Revista Debates Sociais. Rio de Janeiro, v. 47, n.1/2, p. 41-53	Revista Debates Sociais	Brasil	Português
	Concepção de teoria e metodologia	1989	Cadernos Abess. São Paulo, v. 3, n.1/2, p. 99-104	Abess	Brasil	Português
	A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências	1998	Cadernos Abess. São Paulo, v. 8, n. 8, p. 33-76.	Abess	Brasil	Português
Política	Opposition entre L'Ideologia Des Classes Dominantes e l'Ideologie Dominee	1989	Transformations Sociales Et Dynamique Culturelle, v. 1, n.1/2, p. 15-31,		França	Francês
Políticas Sociais	La Política de L'Assistência: La Antinomia Entre La Ideologia Dominada	1992	Accion Critica. Lima, v. 30, p. 13-41		Peru	Espanhol
	A nova configuração das políticas sociais	2002	Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, v. 5, p. 197-215	Revista Praia Vermelha	Brasil	Português
Trabalho	As tendências da gestão da força de	2002	Revista Temporalis.	Abepps	Brasil	Português

	trabalho nas empresas brasileiras		Brasília, v. 6, p. 23-38, 2002			
	Direito ao trabalho ou abolição do sistema de trabalho assalariado	2005	Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, v. 2º sem.	PUC-RJ	Brasil	Português
	Ética empresarial	2005	Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, v. 11	Revista Praia Vermelha	Brasil	Português
Terceiro Setor	Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil	2001	O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, v. 4		Brasil	Português
Formação Profissional	Proposta básica para o projeto de formação profissional	1996	Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v. 50, p. 143-152	Cortez	Brasil	Português
	O papel da pós-graduação e da pesquisa na formação profissional.	2004	Revista Temporalis. Brasília, v. 8	Abepss	Brasil	Português

Fonte: Organizado pela autora

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, ao completar, no ano de 2016, oito décadas no Brasil, encontra-se amadurecido e consolidado, em âmbito nacional. Sua construção histórica é coletiva e envolve várias gerações de assistentes sociais, que contribuíram nesse processo, e do qual Nobuco Kameyama fez parte.

Conhecer e compreender a gênese e o enraizamento dessa profissão tem sido objeto de estudos e pesquisas há algumas décadas. Tais estudos e pesquisas revelam sua riqueza e importância, ao mesmo tempo em que apontam para quanto ainda temos a trilhar.

Pesquisar a trajetória profissional de Nobuco Kameyama nos desafia realmente a percorrer as “trilhas” com muito empenho e espírito desbravador, pois nos defrontamos com muitas fontes documentais precárias, destruídas e até inexistentes.

A trajetória profissional de Nobuco Kameyama, em suas interações com o percurso do Serviço Social, no período histórico que vai de 1959 a 2009, é o nosso objeto de estudo. O desafio a percorrer é decodificar os diferentes momentos em que a história do Brasil e, em particular, do Serviço Social se colocam na trajetória de Kameyama, como se dá sua inserção, e quais foram suas contribuições para a história do Serviço Social.

Segundo Queiroz (1989, p. 7), “[...] a pessoa e as circunstâncias em que vivem podem constituir um caso significativo na dialética existente entre indivíduos e seus grupos, entre indivíduos e seus enquadramentos socioculturais e políticos”. Muitos aspectos que envolvem a história do Serviço Social permanecem, ainda, nas sombras, portanto, o resgate dos fatos, da sua produção e dos testemunhos de pessoas que com ela compartilharam momentos de sua trajetória profissional e militância política, poderão lançar luz ao período que envolve essas cinco décadas.

A centralidade da análise estará na contribuição que Nobuco Kameyama trouxe para a área de conhecimento (aspectos teóricos) e para a intervenção profissional, numa perspectiva dialética, ou seja, não é um ou outro aspecto, mas ambos, como par dialético.

Seu percurso profissional foi marcado pela coragem de dialogar com os movimentos sociais e, em sua trajetória, sempre esteve presente a dimensão profissional como área de conhecimento e de intervenção, mas, sobretudo, o fundamental de seu legado foi explicitar a cada momento a dimensão política da profissão.

Como ser social, o ser humano é o único que possui uma faculdade que é só sua, fora do alcance de qualquer outro animal, e que o torna, por isso mesmo, uma criatura singular: a sua capacidade teleológica, ou seja, a habilidade de antecipar um acontecimento, projetar o futuro e planejar e executar o planejado.

Nessa perspectiva, algumas questões foram se colocando em minha trajetória profissional e indicando a necessidade de estudar a recente história do Serviço Social para melhor compreender seus desafios atuais, na perspectiva benjaminiana de história. Trata-se da concepção de história de Walter Benjamin (1892-1940), filósofo e sociólogo alemão, que visa buscar, no passado, os germes de uma nova história, que considere os acúmulos, avanços, mas também os sofrimentos e tudo o que pode ter sido solapado nos diversos contextos históricos.

Para Benjamin, a articulação histórica do passado não significa adquirir um conhecimento isento, dito objetivo, do passado, mas articular passado e presente de tal maneira que ambos sejam transformados (GAGNEBIN, *apud* BENJAMIN, 2012).

Estudar a história e a memória em Serviço Social é fundamental para nos apropriarmos do passado e conhecer as histórias dos sujeitos e as circunstâncias que o fizeram assim, para construir o presente e o futuro. Benjamin (2012) afirma que a recordação do passado é crucial para o processo identitário dos indivíduos e dos grupos sociais que se definem por sua vontade no presente e seus projetos futuros, mas sem conhecer o passado fica difícil afirmar seu lugar para o mundo.

Afirma Le Goff² (1996, p. 476) que “[...] a memória não é somente uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder, na medida em que, pela dominação da recordação e da tradição, o grupo se afirma e se reconhece”. Portanto, uma profissão também constrói sua identidade por suas conquistas

²Jacques Le Goff, historiador francês, morreu em 1º de abril de 2014, com 90 anos de idade. Um dos mais importantes e influentes historiadores franceses das últimas décadas, fez importantes estudos medievais (sobre a Idade Média) e sua contribuição sob esse prisma é que dá a riqueza da sua produção historiográfica.

históricas, suas bases teórica, metodológica e seu fazer técnico e operacional, mas, sobretudo, por seu projeto ético-político.

O Serviço Social enfrenta o desafio de preservar seu projeto profissional que foi construído pelo conjunto da categoria³ e que se encontra em constante disputa. Portanto, compreender e visualizar a forma como a profissão e seu projeto ético-político se delinearão para o porvir, dependerá, sobretudo, de como a categoria o apreende e se compromete com ele, e, nesse processo, não se pode prescindir da lembrança, pois sem a memória do passado as conquistas podem se fragilizar.

No entanto, na perspectiva dialética de que não é o passado que explica o presente, mas é o presente, mais complexo, que lança luz sobre o passado, estudar a história do Serviço Social é, sobretudo, imergir no contexto atual, nas determinações que caracterizam a profissão.

O cenário atual, com a idolatria da moeda; o fetiche do mercado e do consumo; o “culto” ao individualismo; a lógica do mercado financeiro, reforça os desafios dos assistentes sociais em manter seu caminho pautado pelos valores e princípios éticos e políticos que iluminaram suas ações durante as últimas décadas. O profissional tem sentido no atual contexto, cada vez mais, a necessidade de se qualificar e se fortalecer coletivamente, para garantir uma visão crítica da realidade, bem como manter uma atitude reflexiva, analítica, investigativa e propositiva perante os desafios cotidianos. Exige-se do profissional que esteja sempre atento e disposto a apropriar-se e a decifrar os novos desafios.

Afirma Guerra (2007, p. 27) que

[...] nesse contexto que os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar a profissão o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício profissional [...] é claro ao profissional que não basta se indignar contra a moral burguesa, não basta o senso moral. É necessário que se desenvolva a consciência moral, que se

³ O conjunto ao qual nos referimos é composto pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e os 25 Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress); mais 22 Seccionais de Base Regional e mais duas Seccionais de Base Estadual (Acre e Roraima). O Cfess é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Cress. Mas inclui nesse conjunto a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) que tem como finalidades propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social, e tem como princípio a inter-relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação; assim como a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), que é a entidade de representação dos estudantes de Serviço Social do Brasil, e tem por finalidade fomentar e potencializar a formação político-profissional dos estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas (Centros e Diretórios Acadêmicos).

apropriar da ética como reflexão crítica sobre a moral para se estabelecer quais as escolhas e ações tácitas e estratégicas que nos permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervir no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana.

Conhecer quais foram os desafios e as estratégias que os assistentes sociais das gerações anteriores à nossa enfrentaram no seu cotidiano profissional, é fundamental para subsidiar nosso processo de resistência. Nesse sentido, é importante recuperar as trajetórias profissionais, as lutas coletivas, resgatar a história do Serviço Social, para articular dinâmicas de conhecimentos, saberes, habilidades, valores e posturas.

Partindo da perspectiva benjaminiana de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história, é que pretendemos enveredar pela história do Serviço Social. Vários são os caminhos que podem ser trilhados para conhecê-la, e nossa proposta é estudá-la por meio da trajetória profissional da assistente social e professora Nobuco Kameyama.

Sabemos que inúmeros são os personagens da história dessa profissão que contribuíram e ainda contribuem para o Serviço Social. Porque, desse horizonte todo, optamos em fazer uma interlocução com Nobuco Kameyama? Por que Kameyama, desde bem cedo, empreendeu em sua trajetória um compromisso profissional militante. A assistente social e professora não concebia um fazer profissional que não estivesse comprometido com a classe trabalhadora e com os ideais de construção de uma sociedade sem classes. Foi fundamental sua participação no Movimento de Reconceituação⁴, no Congresso da Virada⁵, na mudança da matriz curricular, para citar alguns de seus compromissos militantes.

⁴ “A reconceituação é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes, ‘a ruptura com o serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora” (NETTO, 2005, p. 145-146).

⁵ Trata-se do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, “(...) realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado ‘Congresso da Virada’.(...) Alimentados por aquela conjuntura sócio-histórica, Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A ‘Virada’ teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico preñado de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe

Kameyama teve também participação importante na introdução da perspectiva marxiana para o Serviço Social. Com a sua originalidade, postura investigativa e rigor das análises críticas, em muito contribuiu com o conjunto da categoria, por meio do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), entre outros órgãos e coletividades de fortalecimento da classe trabalhadora⁶.

Ao enfrentar o desafio de analisar e decodificar os contextos social, econômico, cultural e político, em que transcorreu a trajetória profissional de Kameyama, nos aproximamos de nuances dessa história para compreender melhor o contexto atual e o porvir. Da mesma forma, o presente é doador de sentidos para o passado, ou seja, ao compreender melhor o presente, este, por sua vez, ao mesmo tempo, lança luz para melhor compreendermos o passado.

Por fim, sobre o processo da escolha do tema, trazemos a reflexão sobre a dialética da escolha de Martinelli (2009, p. 16): “[...] refletindo um pouco sobre a dialética da escolha e perguntando-me se eu escolhera realmente aquela temática ou se ela é que me havia escolhido [...]”. Como já expusemos na apresentação deste trabalho, ao cursar a primeira disciplina no doutorado: Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social I, ministrada pela professora Dra. Maria Carmelita Yazbek, que propicia aos alunos a análise “[...] do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico na sociedade brasileira contemporânea [...]” (ementa da disciplina), pudemos nos reaproximar do conteúdo apreendido no processo de formação na graduação em Serviço Social, no período de 1980 a 1983, com novo currículo implantado pelo corpo docente da então Faculdade de Serviço Social de Lins/SP, sob a liderança de Kameyama.

O novo currículo veio substituir, sobretudo, as disciplinas: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, pelas disciplinas: Metodologia do Serviço Social I, II e III, os fundamentos sócio-históricos e fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Portanto, tivemos o privilégio

trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social” (Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>).

⁶ Como o Instituto Cajamar, que foi criado pela Central Única do Trabalhador (CUT), em meados dos anos 80, para formação de lideranças. O Instituto Cajamar (SP), foi uma semente que germinou 20 anos depois, em 23 de janeiro de 2005, em Guararema (SP), como a Escola Nacional Florestan Fernandes.

de vivenciar aquele contexto histórico, além de ter Kameyama não só como professora e diretora do curso, mas também como supervisora de estágio e orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁷.

Com minha orientadora, professora Maria Lucia Martinelli, foi possível construir a convicção da importância do tema e compreender a dialética da escolha, na certeza de que escolhi, mas também fui escolhida pelo objeto de estudo. “Fui obrigada a reconhecer que todo conhecimento é autoconhecimento, pois que na busca para apreender o ‘real’, conhecia-me e só nesse processo de autoconhecimento podia avançar na compreensão de meu objeto de estudo” (SILVA, 1991, p. 3).

Para Kameyama, a produção teórica e o exercício profissional tinha que estar fundamentado no contexto histórico da sociedade brasileira. Suas indagações eram: Que assistente social é esse? Para que ele está sendo preparado? Qual o contexto em que ele estará inserido?

Como já dissemos, seu percurso profissional foi marcado pela coragem de dialogar com os movimentos sociais e, em sua trajetória, sempre esteve presente a dimensão profissional como área de conhecimento e de intervenção, mas, sobretudo, o fundamental de seu legado foi explicitar a cada momento a dimensão política da profissão.

Não há dúvida de que esse percurso da profissão não aconteceu sem dificuldades, limites e desafios, pois, inicialmente, a apropriação equivocada desse referencial teórico, muitas vezes, fez com que o Serviço Social negasse a dimensão instrumental da profissão e mesmo a atuação, no âmbito do Estado. Mais tarde, com o retorno às fontes do pensamento de Marx, a perspectiva dialética subsidiou uma análise mais coerente de realidade, possibilitando a apreensão das mediações necessárias para uma análise em uma perspectiva de totalidade. Com isso, o Serviço Social foi construindo seu projeto ético-político⁸, que possibilita nova perspectiva em sua dimensão interventiva.

⁷ SILVA, Elizabete Terezinha. **A igreja, o serviço social e os movimentos populares**. (Monografia)-Faculdade de Serviço Social de Lins, 1983.

⁸ A construção coletiva desse projeto profissional aglutinou assistentes sociais de todos os segmentos e materializou-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13 de março de 1993; na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8.662, de 7 de junho de 1993); e

Kameyama contribui para que o Serviço Social consolidasse sua interlocução com a teoria marxiana, ganhasse visibilidade no cenário atual e fosse explicitado em seu projeto ético-político. Quais foram suas contribuições? Como Nobuco vivenciou os desafios da profissão com seus rebatimentos no contexto do século da globalização? Obter estas respostas certamente nos subsidiará para enfrentarmos os desafios atuais.

A conjuntura atual nos desafia a enfrentar o avanço do conservadorismo; a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; o desrespeito aos direitos humanos; as ameaças frequentes à liberdade de expressão do pensamento; o retrocesso nas políticas públicas, cada vez mais voltadas para os interesses do mercado e do grande capital; a responsabilização dos indivíduos por sua própria proteção; a precarização do trabalho e das condições éticas e técnicas para o exercício profissional; a precarização da graduação em Serviço Social e o seu rebatimento no trabalho de assistentes sociais, na qualidade dos serviços prestados e na realização dos compromissos que o projeto ético-político requer.

Mas também constituem essa conjuntura os direitos sociais que a sociedade brasileira conquistou, por meio da mobilização de várias forças sociais, expressa na CF/88. Entre as conquistas, está a Seguridade Social, organizada em torno da garantia dos direitos do cidadão e dos deveres do Estado, consubstanciada na tríade: Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

Assim como a Seguridade Social, também há avanços no que se refere aos direitos da criança, do adolescente e do jovem. Conquistamos as leis de defesa da mulher vítima de violência, da igualdade racial. Avançamos nos direitos e no processo de formulação e implantação de políticas públicas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e outros. Também há avanços em direção aos direitos da população idosa e das pessoas com deficiência.

Portanto, com o advento da CF/88 e as conquistas desses direitos, inicia-se no Brasil uma transição paradigmática que, com as leis complementares⁹, as regulamentações e as normatizações que se seguiram, ao longo das duas últimas décadas (1990 e 2000), constituíram importantes etapas nesse processo.

Há de se reconhecer que o arcabouço legal proporcionou inúmeros avanços, pois os direitos sociais converteram-se em direitos reclamáveis pelo cidadão e passaram a ser encarados não mais como concessão de favores, mas como direitos. Mesmo essas conquistas ainda carecem, e muito, de algo que possa ser expressão de autonomia, liberdade e direito de fato.

Nessa perspectiva, nossa indagação se faz na seguinte direção: Nobuko Kameyama, em sua trajetória profissional, participou e protagonizou diversas mudanças, e conhecer os processos e as estratégias de articulação de luta pode trazer alguma contribuição para nossos atuais desafios? Que ideias e propostas construídas ao longo da trajetória profissional de Kameyama estão superadas? Quais ainda fazem parte das indagações e proposições contemporâneas?

Não há dúvida de que a trajetória de Kameyama foi mais longa e mais larga, assim como mais intensa e profunda do que esta tese pôde apreender, ou seja, a pesquisa não exauriu sua trajetória profissional, mas procurou resgatar os aspectos mais significativos.

O resultado desse desafio só foi possível conhecer com os depoimentos das pessoas que participaram da pesquisa, apresentada no primeiro capítulo, e apoiada teoricamente por autores (em ordem alfabética) como: Alessandro Portelli, György Lukács, Jacques Le Goff, Jeanne Marie Gagnebin, José Paulo Netto, Maria Carmelita

⁹ **Direitos da Criança e do Adolescente:** Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); **Direitos da Pessoa com Deficiência:** Lei 7.853/1989; Decreto 3.298/1999; Lei 10.048/2000; Lei 10.098/2000; Decreto 5.296/2004; **Saúde:** Sistema Único de Saúde (SUS), Lei 8.080/1990; **Assistência Social:** Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Lei 8.742/1993, e atualizada com o Sistema com a inclusão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) pela Lei 12.435/2011; Lei 10.836/2004, Programa Bolsa Família; **Educação:** Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); **Direitos do Idoso:** Lei 10.741/2003; **Penal:** Lei 9.455/1997, Crime de Tortura; Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha; **Civil:** Lei 10.406/2002, Mudança do Código Civil para atualizar as determinações trazidas pela CF/88; Lei 8.560/1992, Investigação de Paternidade; Lei 12.318/2010, Alienação Parental; **Igualdade Racial:** Lei 12.288/2010, Estatuto da Igualdade Racial; **Juventude:** Lei 12.852/2013.

Yazbek, Maria Lúcia Martinelli, Marilda Villela Iamamoto, Michael Löwy, Nobuco Kameyama, Paul Thompson e Walter Benjamin.

A tese está estruturada em 3 Partes. A Parte 1 explicita os fundamentos teórico-metodológicos, na Parte 2, o contexto sócio-histórico do território onde Nobuco Kameyama se inseriu no Serviço Social e o início de sua trajetória profissional. Por fim, a Parte 3, encontra-se a tessitura de sua trajetória profissional, concomitante e entrelaçada à militância política, profissional e acadêmica.

PARTE I
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Introdução

Ao iniciar a Parte 1 desta tese, é importante explicitar que partimos da perspectiva da “história aberta” de Benjamin¹⁰ - a Historiografia Materialista. Para Benjamin, a história não pode ser uma ciência que acredita recuperar o passado tal como ocorreu, mas sim que esta se cria no próprio presente. Opõe-se ao conceito de história como “natural” e como um “processo globalizante de desenvolvimento”. Retoma o termo grego de história, que designa pesquisa, informação, relatório, atividade de exploração e de descrição do real sem a pretensão de explicá-lo.

No texto *O Narrador*¹¹, Benjamin (2002, p. 219-220) apresenta Heródoto como o primeiro narrador grego. E destaca que Heródoto nada explica, mas deixa a história aberta.

O primeiro narrador grego foi Heródoto. No capítulo XIV do terceiro livro de suas *Histórias* encontramos um relato muito instrutivo. Seu tema é Psammenit. Quando o rei egípcio Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativeiro pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou esse cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando logo em seguida viu seu filho, caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel. Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero. Essa história nos ensina o que é a verdadeira narrativa. A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. Assim, Montaigne alude à história do rei egípcio e pergunta: porque ele só se lamenta quando reconhece o

¹⁰ Walter Benjamin (1892-1940) nasceu em família judia e teve formação fortemente influenciada tanto pela filosofia alemã como pela cultura rabínica. Quanto à influência da filosofia alemã, Benjamin obteve título de graduação em Filosofia já em 1912, o que lhe proporcionou conhecimento diversificado da produção filosófica alemã. Benjamin apresentou tese de doutoramento, em Berna, sobre o romantismo alemão, destacável enquanto trabalho de crítica literária. As características marcantes de sua obra, além do referencial literário e artístico, utilizam, na construção do seu texto, recursos não acadêmicos e, até mesmo, extragramaticais, como imagens. Portanto, sua obra traduz suas reflexões e se constitui um todo no qual a arte, história, cultura, política, literatura e teologia são inseparáveis (LÖWY, 2012). No exílio, Benjamin passa a ter ligação institucional com o Instituto de Frankfurt, o que lhe permite aprofundar a análise heterodoxa, mesmo para os frankfurtianos, da obra de arte na sociedade contemporânea.

¹¹ *O Narrador – Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov* (1936). Nesse ensaio, Benjamin discute uma série de formas bastante díspares de narrativa, entre elas, a historiografia clássica (Heródoto), a epopeia grega, a crônica medieval, o romance de cavalaria e o conto popular. Benjamin busca no texto um substrato comum nas formas de narrativa, seu aspecto coletivo, oral, por oposição ao individualismo e à desorientação trazida pela modernidade.

seu servidor? Sua resposta é que ele "já estava tão cheio de tristeza, que uma gota a mais bastaria para derrubar as comportas". É a explicação de Montaigne. Mas poderíamos também dizer: "O destino da família real não afeta o rei, porque é o seu próprio destino". Ou: "Muitas coisas que não nos afetam na vida nos afetam no palco, e para o rei o criado era apenas um ator". Ou: "as grandes dores são contidas, e só irrompem quando ocorre uma distensão. O espetáculo do servidor foi essa distensão". Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão.

Benjamin opõe-se ao conceito de história no sentido moderno, ou seja, em que o historiador tenta estabelecer uma relação causal entre os acontecimentos do passado, com um encadeamento lógico, e na sua unicidade e excentricidade como as peças de um museu.

Ao abandonar a perspectiva do tempo cronológico e linear, Benjamin rompe com a abordagem mecanicista e aposta na perspectiva de que o homem é capaz de agir no mundo sem abrir mão da sua capacidade de reinventar permanentemente as condições de sua existência, sem se deixar subjugar pelos poderes totalitários, que reincidentem sobre a humanidade, a cada época, como um novo desafio a ser superado. Portanto, a ação dos homens no mundo é um ato político que se renova a cada dia, e as escolhas que realizam na vida prática são os modos como dela participam, pelo simples fato de existirem, na construção do futuro.

De forma cada vez mais radical, Benjamin desenvolveu sua visão da história dissociando-se das "ilusões do progresso". Isto ocorre, especialmente, no seu texto *Sobre o Conceito de História*, também chamado de *Teses de Filosofia da História*, publicado pela primeira vez em 1942 numa homenagem póstuma.

Na disciplina sobre a obra de Walter Benjamin, a professora Jeanne Marie Gagnebin¹² explica que, "[...] para Benjamin, as 'teses' não têm nenhum caráter definitivo, não são nenhum credo dogmático, mas oferecem a ocasião de um balanço de pensamento e, mais ainda, umas 'hipóteses' de pensamento para não desesperar [...]"

Gagnebin (aula em 10 de junho de 2014) refere-se ao que Benjamin vivenciara naquele contexto histórico:

¹² Jeanne Marie Gagnebin nasceu em Lausanne, na Suíça, em 1949. Após estudar filosofia, literatura alemã e grego antigo, na Universidade de Genebra, concluiu o doutorado em Filosofia, na Universidade de Leidelberg, na Alemanha, em 1977. Vive e leciona no Brasil desde 1978, tendo realizado estágios de pós-doutorado em Constança e Berlim (Alemanha), e Paris (França). É professora titular de filosofia na PUC-SP e livre-docente em Teoria Literária na Universidade de Campinas (Unicamp).

Exilado em Paris desde 1933 como muitos outros refugiados alemães, judeus ou não, comunistas ou não, Benjamin se encontra, de repente, privado da esperança que podia significar a existência da União Soviética para os oponentes ao fascismo. Ademais, sua nacionalidade alemã o torna suspeito aos olhos das autoridades francesas, agora que a França declarou guerra à Alemanha. Benjamin chegou a ser internado num 'campo de trabalhadores voluntários' perto de Nevers, do qual só conseguiu sair graças à intervenção de amigos franceses. A redação das "teses" se dá provavelmente entre setembro de 1939 (início da Segunda Guerra) e abril de 1940 (construção do campo de concentração de Auschwitz), isto é, um dos momentos mais terríveis da história europeia. Portanto, não é um texto escrito na serenidade de um gabinete, mas num quarto de exílio: ele pede leitores que não procuram por soluções ou respostas, mas que aceitam o fim de suas certezas sobre o curso da história e a formulações de questões novas, mesmo que continuem sem resposta.

Nesse contexto da vitória do nazismo, na Alemanha, é que também foi assinado o pacto de não agressão entre Stalin e Hitler, em agosto de 1939¹³. O texto *Sobre o Conceito de História* apresenta 18 'teses' e dois apêndices, que refletem todo o descontentamento revolucionário de Benjamin com os acontecimentos que se desenrolavam naquele contexto histórico.

Para Löwy (2012, p. 17),

As teses 'Sobre o conceito de história' (1940) de Walter Benjamin constituem um dos textos filosóficos e políticos mais importantes do século XX. No pensamento revolucionário, talvez seja o documento mais significativo desde as 'Teses sobre Feuerbach' de Marx. Texto enigmático, alusivo, até mesmo sibilino, seu hermetismo é constelado de imagens, de alegorias, de iluminações, semeado de estranhos paradoxos, atravessado por fulgurantes intuições.

Löwy (2012) afirma ainda que 'as teses' possuem significados que superam a constelação trágica que nasceu, mas ainda hoje suscita muito interesse, discussões e polêmicas, porque coloca questões relativas a toda a história moderna, as quais persistem na atualidade, quando estamos nos meados da segunda década do século XXI.

Nada mais atual do que o debate sobre os limites do historicismo tradicional, que se satisfaz em estabelecer uma relação de causa entre os fatos históricos, e desenvolve uma concepção de acumulação de acontecimentos, para preencher "o

¹³ A assinatura ocorreu no dia 23 de agosto de 1939 e esse ato surpreendeu o mundo. O pacto de não agressão foi assinado por Hitler e Stalin, poucos dias antes de começar a Segunda Guerra Mundial. Na realidade, foram dois acordos: um público, estabelecendo que os dois países não atacassem um ao outro durante dez anos, nem apoiassem um terceiro país que o fizesse; e outro secreto demarcando zonas de influência na Polônia e no leste europeu. A assinatura do acordo possibilitou que a Alemanha invadisse a Polônia em setembro de 1939, eclodindo a guerra. Em cumprimento ao acordo, os soviéticos invadiram sua parte da Polônia semanas depois. O acordo foi quebrado em 22 de junho de 1941, quando a Alemanha invade a União Soviética e lança a Operação Barba Ruiva, uma das maiores operações militares de toda a história.

tempo homogêneo e vazio”, e a proposta desafiadora da historiografia materialista que se apoia no “princípio construtivo” do tempo histórico.

Na perspectiva do historicismo, o tempo é concebido como linear e espacialmente dividido, como o tempo que marcam os relógios, e o passado apresenta-se como uma imagem eterna, por isso, por meio de uma investigação criteriosa, esses pontos podem ser conhecidos tal como no original e integralmente.

Pesquisar a partir dessa base teórica é deter-se num instante histórico determinado e, por meio da empatia, conhecer os fatos tal como no original e integralmente, identificando as condições de tal época, despojando-se de todos os conhecimentos e pressupostos de momentos anteriores, posteriores e do seu momento atual. Isso é profundamente criticado por Benjamin, que aponta quão enraizada estava na perspectiva da historiografia burguesa.

Gagnebin (2015) diz

[...] que é uma historiografia que não se pergunta sobre a sua relevância. É uma historiografia que brilha pela erudição, uma erudição vazia. Quanto mais você sabe, mais você está culto. Mais livro você tem e mais você é respeitado. Mas para que estudar a história neste sentido? Benjamin vai dizer que é uma tesourização. Você acumula um tesouro e você nem sabe para que serve esse tesouro. Assim é um gesto burguês absolutamente capitalista. [...] Benjamin vai dizer que quem escreve sobre a história, tem que se perguntar sobre o seu presente. Tem que perguntar sobre o seu presente, porque ele tem que saber porque está escrevendo sobre isso. Você não pode justificar a sua atividade somente pela erudição. Fazer uma pesquisa bem feita com vários detalhes e vários documentos de coisas esquecidas é muito bom, para descobrir algo que irá lhe iluminar algo para o seu presente. O presente ilumina o passado e o passado ilumina o presente. Mas o presente ilumina muito o passado (Colóquio¹⁴ sobre o Legado de Nobuko Kameyama, realizado em 25 de novembro de 2015)

A perspectiva histórica de Benjamin é nomeada como materialismo histórico, que se opõe ao historicismo. A historiografia materialista defendida por Benjamin (2012, Tese XVII, p. 251) olha para a história buscando ver as mônadas¹⁵.

¹⁴ O Colóquio compõe a metodologia de pesquisa para a realização desta tese, que será explicado no Capítulo 1.

¹⁵ Mônada refere-se àquilo que nasce do vir a ser e da extinção e comporta uma mutualidade que atua em forma de decisão. A mônada impede o confinamento à uniformização e homogeneidade. Ela supera o tempo, liga significados, essências e ideias. Suas ilações estão no inconsciente ativado a cada época, em cada ser, transgredindo a padronização e estimulando a beleza na realidade, rica de elementos isolados e heterogêneos, na verdade única, do fragmento (CALLADO, Tereza de Castro. **A metafísica benjaminiana e o agora** (Jetztzeit). Disponível em: <<http://www.gewebe.com.br/pdf/metafisica.pdf>>). Tereza de Castro Callado é doutora em Filosofia, pela Universidade de São Paulo (USP), e professora da Universidade Estadual do Ceará.

O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo: ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo. Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como uma semente preciosa, mas insípida.

A história, para ele, não é um momento fechado em si mesmo. Cada momento da história tem relação com outra época, com outro século, período, outra tendência, outro movimento. Cada momento é como uma semente que está pronta para germinar no tempo da história, e contribuir para o processo de construção da história. Ao buscar as mônadas, o historiador do materialismo histórico demonstra seu desejo de interromper o fluxo do tempo e mostrar que, a partir de uma pequena ideia, de como a história que se formou poderia ter sido diferente. O que ela nos traz do “vir a ser”? O que ela comporta de mutualidade que pode atuar de forma de decisão para o presente e para o porvir?

É essa perspectiva que guiará a trajetória profissional de Nobuco Kameyama. Não na perspectiva apenas de restituir a verdade do passado, de reconstruir um passado que nos escapa, mas, sobretudo, como um processo de rememoração e de consideração reflexiva, crítica, e não apenas como um processo de aquisição de conhecimento.

Para tanto, enveredaremos pela história do Serviço Social, a partir da trajetória profissional de Nobuco Kameyama, por meio da “história oral” como estratégia metodológica, e referência teórica no pensamento de Walter Benjamin, sobre três conceitos interconectados: história, memória e narrativa.

Capítulo 1 – História Oral e Resgate da Memória

Neste capítulo, apresentamos o referencial teórico que fundamenta esta tese e que nos guiou no percurso para resgatar e registrar a história do Serviço Social, por meio de fontes documentais primárias e secundárias, mas, sobretudo, a partir da história oral de alguns dos seus/suas companheiros/as dessa importante caminhada. Dessa forma, pudemos atravessar e percorrer a trajetória profissional de Nobuco Kameyama.

Também há o registro da importante e imprescindível formação de pesquisadora proporcionado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade (Nepi), coordenado pela professora Maria Lúcia Martinelli, ao longo da minha participação em sete semestres do doutorado.

O Nepi

[...] é um espaço de formação de pesquisadores em Serviço Social e áreas afins, que centra seus estudos e pesquisas em metodologias que possibilitem a análise da realidade social, a partir do trabalho com fonte oral, na sua interação com as demais fontes (Ementa do Nepi).

Dessa forma, as fundamentações deste capítulo advêm das discussões, reflexões e dos aprofundamentos realizados por meio das aulas da professora/coordenadora, dos seminários dos alunos e dos debates que são sempre muito profícuos e enriquecedores, no Nepi, aos quais registro meu reconhecimento e gratidão por mais esse espaço de formação.

1.1 Registrar a história por meio da trajetória profissional

Conhecer a trajetória profissional tem grande valor e presença na historiografia brasileira. Muitos pesquisadores realizaram essas pesquisas em documentos, por fonte oral e narrativa. É fundamental recuperar largos períodos históricos e, especificamente na história do Serviço Social, já existe um importante patrimônio construído, dos quais destacamos os seguintes autores, em ordem alfabética: José Paulo Netto¹⁶, Manuel Manrique Castro¹⁷, Maria Carmelita Yazbek¹⁸,

¹⁶ NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. Uma análise do serviço social no Brasil pós- 64. 16. ed, São Paulo, Cortez, 2011;_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2005.

Maria Lucia Martinelli¹⁹, Marilda Villela Iamamoto²⁰, Raul de Carvalho²¹, mas sempre haverá muito a desvendar e aprofundar, e, se não o fizermos, segundo Gagnebin (1985), poderá ficar perdido para sempre, conforme afirma ao prefaciar o livro de Benjamin (2012, p. 16):

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que os transforma ambos: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobirmos, inscrita nas linhas do atual.

Recuperar a história, portanto, não é somente para conhecer o passado, mas, sobretudo, recuperar a memória é recuperar camadas da história do país e da profissão. O pesquisador é movido pelo presente que pede transformações, portanto, ao conhecer a história, o passado e o presente se transformam, pois o presente leva luz ao passado, que, ao ser conhecido, resignificado e apropriado pelas gerações seguintes pode trazer muitas contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros. Aqui se encontra nossa motivação e desafio!

No processo de aproximação sucessiva ao meu objeto de estudo, minha orientadora solicitou que eu realizasse uma pesquisa bibliográfica em teses e dissertações, cujas autoras tiveram este mesmo objeto. Esta pesquisa foi muito importante tanto para conhecer o caminho trilhado, mas, sobretudo o que foi

¹⁷ CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1989.

¹⁸ YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 1977; _____. A escola de serviço social no período de 1936 a 1945. **Caderno PUC**, n. 6, dezembro de 1980; _____. O significado sócio-histórico da profissão. In: _____. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Curso de Especialização a Distância, Cfess/ Abepss/ 2009; _____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

¹⁹ MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

²⁰ IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. Cortez, 2014; _____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013; _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

²¹CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. Cortez, 2014.

possível resgatar de história neste processo. Tão rico e importante, que compôs nosso Memorial para o Exame de Qualificação, mas que decidimos colocá-lo aqui também.

Iniciamos a pesquisa bibliográfica pela dissertação de mestrado em Serviço Social de Yazbek (1977, p. 2)²², que foi orientada pela professora Dra. Suzana A. Rocha Medeiros, cujo objeto de estudo foi o “[...] processo de evolução da Escola de Serviço Social de São Paulo em seus traços gerais e principais, da época de sua fundação em 1936 até 1945”. Esta pesquisa contribuiu para verificar e registrar o processo de desenvolvimento da Escola de Serviço Social de São Paulo e sua influência sobre o Serviço Social no Brasil.

Yazbek (1977) realizou importante levantamento de documentos e colheu depoimentos orais, por meio de entrevistas com duas personagens significativas dessa história: Nadir Gouvea Kfoury²³ e Helena Iracy Junqueira²⁴. Ambas puderam contribuir enormemente ao conceder a entrevista à pesquisadora trazendo aspectos de suas trajetórias profissionais que se efetivaram no contexto da expansão capitalista no Brasil.

Yazbek (1977, p. 61) afirma que a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo ocorre quando o Brasil passa por transformações que caracterizavam a passagem da economia agroexportadora para a economia industrial, num contexto de redefinição da ordem capitalista mundial. Esse contexto caracteriza-se por

²²YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1977.

²³Nadir Gouvêa Kfoury (1913-2011) fez parte da 1ª Turma da Primeira Escola em Serviço Social e formou-se em 1938. A partir de 1940, foi professora na Escola de Serviço Social. Fez pós-graduação na National Catholic School of Social Service, em Washington/EUA. Assumiu a vice-direção da Escola de Serviço Social, em 1947, e a direção, em 1953. Em 1970, a Escola de Serviço Social passou a integrar a PUC-SP e, em 1972, tornou-se diretora do Centro de Ciências Humanas. Em 1976, assumiu a função de reitora da PUC-SP, a primeira mulher nesse cargo em uma universidade católica. Em 1980, foi reeleita no primeiro processo de eleições diretas da PUC-SP e permaneceu até 1984.

²⁴ Helena Iracy Junqueira foi uma das pioneiras do Serviço Social. Diplomou-se com a primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1938, e licenciou-se em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Letras de São Bento, curso que iniciou em 1935, um ano antes de ingressar no Serviço Social. Em 1939, concluiu o curso de Pedagogia, mas optou pela profissão de assistente social, pois passou a exercer o cargo de assistente social na Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo, até 1940, ano em que assumiu a direção da Escola até o ano de 1953, tendo continuado como professora até 1968. Filiada ao Partido Democrata Cristão, candidatou-se a deputada estadual, mas não foi eleita. Na eleição municipal, candidatou-se para vereadora e exerceu seu mandato no período de 1956 a 1959. Retomou a docência na pós-graduação da PUC-SP em 1974 e permaneceu até 1985.

momentos de contradições e confrontos de concepções e de princípios, o que impulsiona a atuação da Igreja Católica no “[...] combate às ideias marxistas e a beneficência aos desamparados evidencia que sua ação não mais estaria restrita ao campo da religião”.

A Igreja Católica, nesse período, propôs uma luta pela justiça e renovação da sociedade capitalista, como forma de combater as ideias marxistas. A partir de então, a Igreja não mais estaria restrita ao campo da religião, ao contrário, passa a mobilizar os leigos católicos para “erradicar as enfermidades da vida social” e construir uma “democracia cristã”. Essas diretrizes são buscadas nas Encíclicas Papais, em especial, as Encíclicas *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*.

A Encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931) do papa Pio XI veio para marcar os 40 anos da Encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), do papa Leão XIII. Ambas as encíclicas datam de 15 de maio, que, não por acaso, passou a ser o dia do Assistente Social. Por meio da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja Católica critica as ideias do Liberalismo, pela racionalidade burguesa (orientada para o lucro e a acumulação de capital); a exploração fabril da força de trabalho; o envolvimento dos homens de indústria nos assuntos que são competência dos governantes; e o ataque ao Estado, no que tange ao controle dos grupos da sociedade, o excesso de impostos, a espoliação dos bens e propriedades particulares, e o estímulo às migrações para trabalhar nas cidades. Por outro lado, também critica as ideias do Socialismo, a propriedade coletiva; a proposta de igualdade; o perigo da luta entre classes; critica as formas de associação dos operários sem controle. Preconizava o salário como pagamento justo pelo trabalho e invocação para a resignação perante a exploração (CASTRO, 1993)²⁵.

Depois da dissertação de mestrado de Yazbek (1977), damos destaque à dissertação de mestrado em Serviço Social de Vicini (1990, p.32)²⁶ que teve como objeto de pesquisa a relação entre a teoria e a prática profissional, com o objetivo “[...] de valorizar as realizações do Serviço Social no curso da sua construção teórico-metodológica [...]”. Para tanto, ela estudou a história de vida de três pioneiros

²⁵ As Encíclicas e o que representaram para a Igreja Católica e sua influência no Serviço Social brasileiro, trataremos de forma mais aprofundada no Capítulo 5 desta tese.

²⁶ VICINI, Yara Spadini. **A relação teoria/prática na trajetória do exercício profissional**: história de vida dos pioneiros do serviço social em São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1990.

da profissão: Helena Iracy Junqueira, José Pinheiro Cortez²⁷ e Edith Azevedo Marques²⁸. Vinici (1990) constata que os três pioneiros estudados eram cristãos e pertenciam à Ação Católica, grupo considerado o mais combativo na época, nos meios operário, estudantil e acadêmico.

O conteúdo ideológico da profissão, no seu início, tinha base no cristianismo, na Doutrina Social da Igreja [...] Esse conteúdo (neotomismo) da formação dos fundadores do Serviço Social [...] era condizente com a linha de ação que propunham, antes no apostolado, agora como profissionais (VINICI, 1990, p. 235).

As dissertações de Yazbek (1977) e Vinici (1990) trouxeram elementos históricos importantes para entendermos os contextos político, cultural e social do Brasil, a partir da década de 1930, especialmente no que se refere à relação da Igreja Católica com o sistema capitalista brasileiro e a posição de um grupo de cristãos que, movido por uma doutrina social, passa a pensar e agir em busca de “uma sociedade mais igualitária”, e nesse contexto luta pela criação do curso de Serviço Social em São Paulo.

Outras pesquisas que trazem a história do Serviço Social por meio da recuperação de trajetória profissional são as teses de doutoramento em Serviço Social de Neves (1990)²⁹ e Marques (1994)³⁰, orientadas pela professora Myrian Veras Baptista. Neves (1990) estudou três décadas (1940 a 1960) da trajetória profissional de Nadir Gouveia Kfourir; e Marques (1994) estudou cinco décadas (1938 a 1988) de trajetória profissional de Helena Junqueira. Ambas tiveram como objetivo

²⁷José Pinheiro Cortez fez parte da 1ª Turma do Instituto de Serviço Social, do qual foi membro-fundador. O Instituto, fundado no início dos anos 40, mantinha uma Escola de Serviço Social exclusiva para homens, que assim permaneceu até fins dos anos 50. Ingressou no Curso de Serviço Social, quando já era aluno no 3º ano da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Professor Cortez advogou por pouco tempo. Foi diretor do Instituto, que depois se transformou na Faculdade Paulista de Serviço Social. Filiado ao Partido Democrata Cristão, candidatou-se a deputado federal, e deputado estadual, mas não foi eleito. Teve participação decisiva na implantação do Serviço Social no primeiro Juizado de Menores da capital, em 1949, por meio do Serviço de Colocação Familiar, instituído pela Lei estadual 500, conhecida como Lei de Colocação Familiar.

²⁸ Edith Azevedo Marques (1903-1990) participou da fundação da Juventude Operária Católica (JOC), formando e orientando as operárias. Atuou na Ação Católica. Foi uma das fundadoras da Escola de Serviço Social de São Paulo. Fundou e participou ativamente das atividades desenvolvidas no Centro Social Leão XIII, fundado em 1941, em meio a uma conjuntura política e social revolucionária, pautada pela repercussão da encíclica *Rerum Novarum*. Localizado no bairro operário do Brás, tinha por objetivo atender aos operários que moravam nas proximidades.

²⁹NEVES, Noêmia P. **Nadir Gouveia Kfourir**: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil (1940-1960). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1990.

³⁰MARQUES, Alice. **Helena Junqueira**: a construção de uma mentalidade em Serviço Social. 1994. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1994.

analisar o pensamento e a ação social desses “sujeitos significativos do Serviço Social”, para delinear o significado da contribuição delas para a formação e construção do conhecimento do Serviço Social.

Ainda destacamos a tese de doutoramento de Silva (1991)³¹ que resgata os processos que aproximaram o Serviço Social brasileiro da tradição marxista, por meio das histórias de vida de assistentes sociais que viveram esse processo nas décadas de 60 e 70.

Neves (1990) valeu-se das fontes documentais e teve que enfrentar a impossibilidade de Kfoury conceder entrevista. Mas consultou as entrevistas que Kfoury concedeu para Yazbek (1977, p. 18) e outras pesquisadoras, além da revista *Serviço Social & Sociedade*, em sua edição comemorativa dos 50 anos do Serviço Social no Brasil, que realizou uma mesa-redonda com as/os pioneiras/os do Serviço Social, e ressaltou que “Uma das dificuldades maiores enfrentadas na elaboração deste estudo diz respeito à natureza das fontes [...] que as publicações de Nadir Kfoury eram destinadas ao seu trabalho pedagógico”. Entre os anos de 1988 e 1989, a pesquisadora entrevistou diversos profissionais para melhor conhecer Nadir Kfoury.

Marques (1994), da mesma forma, utilizou as fontes documentais, mas pôde contar com o testemunho oral de Helena Junqueira, com a utilização de história oral de vida. Helena Junqueira concedeu várias entrevistas à pesquisadora, no período de 1991 a 1993. Também entrevistou outros profissionais, que tiveram suas trajetórias inter cruzadas com a de Helena Junqueira.

Yazbek (1977), Neves (1990) e Marques (1994) recuperam e registram como a doutrina social da Igreja Católica, tendo por sustentação filosófica o neotomismo³², marcou indelevelmente a formação das pioneiras e teve repercussão bastante forte no processo identitário da profissão.

Lima (1983, p. 75), em seu livro sobre a *História do Serviço Social*, traz o depoimento de Helena Iracy Junqueira relacionado ao momento da criação da Escola de Serviço Social:

³¹ SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. **Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos.** Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1991.

³² O neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver a filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII, o tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos. O Tomismo e o Neotomismo são temas tratados nesta tese no Capítulo 5.

Além de nosso engajamento no movimento da Ação Católica, estudávamos muito a Doutrina Social da Igreja. Tínhamos uma grande preocupação com a justiça social. A *Reum Novarum* e a *Quadragesimo Anno* foram estudadas em círculos de estudos, de modo que, quando tive conhecimento da fundação da Escola de Serviço Social, me empolguei com a ideia de que poderia ter uma profissão que iria servir a implantação da justiça social [...].

Marques (1994, p. 239) afirma que “[...] a permanência da mentalidade cristã foi o que marcou a trajetória da vida e profissão de Helena Junqueira, nas primeiras décadas da implantação do Serviço Social em São Paulo e até no Brasil”. Ainda que valorizasse o espiritual, e que, em conformidade com os preceitos da Igreja, a solução dos problemas econômicos baseava-se na “reconstituição cristã da sociedade”, ou seja, a questão social era de ordem moral e “[...] as situações de injustiça social eram irrelevantes, mesmo porque a felicidade nunca seria atingida na terra e sim na eternidade” (MARQUES, 1994, p. 243).

Neves (1990, p. 216), afirma que Kfoury conferia importância à “[...] teologia católica, marcada por um forte sentido de espiritualidade, pela procura de Deus, retrata as aspirações e o pensamento de uma doutrina finalista e messiânica [...]”. Isso é confirmado na fala de Kfoury, na comemoração dos 50 anos do curso de Serviço Social, da qual destacamos o que segue:

[...] participamos em tudo quanto foi mais avançado na Igreja, na época, e continuamos na atualidade [...] francamente, tenho minha consciência tranquila, fiz o que eu podia, ou melhor, que eu sabia, sendo fiel às minhas convicções, estas sim são cristãs. O parâmetro, para mim, é o Evangelho, realmente a minha ação se pauta nestas palavras, eu tenho sede de justiça. [...] (NEVES, 1990, p. 26).

Yazbek (2009) afirma que o Serviço Social brasileiro incorpora no seu processo de institucionalização ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica e também as matrizes teórico-metodológicas acerca do conhecimento do social na sociedade burguesa. Essas influências, segundo a autora, permearam o processo de consolidação/institucionalização da profissão, e manifestam-se no Serviço Social até hoje.

Assim como os conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, que imprimiu à profissão um caráter de apostolado, tendo a questão social como problema moral e religioso, permeia também o fazer profissional do assistente social. Nessa perspectiva, a intervenção priorizava naquele momento a formação da família e do indivíduo para solucionar problemas e prestar atendimento às suas necessidades materiais, morais e sociais.

Portanto, há uma perspectiva de integração à sociedade, às relações sociais estabelecidas. Yazbek (2009) coloca que essa aproximação com o ideário católico fundamentou a elaboração dos primeiros objetivos políticos/sociais da profissão. Esses objetivos, por sua vez, se orientavam por prerrogativas de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista, buscando uma espécie de retomada da hegemonia do pensamento social da Igreja no enfrentamento da questão social.

Ao refletir sobre as influências e o percurso do Serviço Social no Brasil, verifica-se que estão incorporadas as matrizes teórico-metodológicas no processo de institucionalização do Serviço Social. Há forte influência, a partir dos apontamentos de Yazbek (2009), do positivismo³³, em especial em sua orientação funcionalista.

Silva (1991), por sua vez, realizou também importante registro histórico por meio da história de vida de 23 assistentes sociais³⁴, inclusive com Nobuco Kameyama, para identificar como se aproximaram do pensamento marxiano, ou com vertentes vinculadas à tradição marxista. Silva foi inicialmente orientanda da professora Nobuco Kameyama, mas com sua mudança, em 1989, para o Rio de Janeiro, para ingressar como docente na Universidade Federal Fluminense, no *campus* do município de Niterói, a professora Myrian Veras Baptista deu continuidade ao processo de orientação.

Assim sendo, empenhei-me em desvendar, em determinado tempo e espaço históricos, os processos que permitiram uma aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista, sem perder de vista as determinações econômicas, políticas, culturais e sociais desta aproximação. Preocupe-me em entender, também, o que tal

³³Acerca da influência positivista, verificamos a incorporação de pressupostos que se vinculavam à apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Com sua apropriação a partir da orientação funcionalista, o trabalho social é direcionado ao ajustamento à ordem social vigente, com a instalação de crescente processo de burocratização e preocupação com o aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas.

³⁴ Alba Maria Pinho de Carvalho, São Luís (MA), 1950; Aldayr Brasil Barthy, (MT), 1934; Ana Maria Quiroga Fausto Netto, Belo Horizonte (MG), 1945; Assunção Hernandez de Andrade, Araraquara (SP), s/d; Eugênia Célia Raizer, Acióli (ES), 1946; Eva Terezinha Silveira Faleiros, Porto Alegre (RS), 1938; Joaquina Barata Teixeira, Marapanim (PA), 1936; Josefa Batista Lopes, Buritizinho (MA), 1945; José Paulo Netto, Juiz de Fora (MG), 1947; Leila Lima Santos, Goiatuba (GO), 1943; Lidia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, Juiz de Fora (MG), 1945; Maria Inês de Souza Bravo, Rio de Janeiro (RJ), 1949; Maria Helena de Almeida Lima, (PE), s/d; Maria Helena Lacerda Godinho, Pitangui (MG), 1943; Maria Luiza de Souza, (SE), 1940; Marta Silva Campos, Campinas (SP), 1940; **Nobuco Kameyama, Lins (SP), 1940**; Rosalina Santa Cruz Leite, Recife (PE), 1943; Safira Bezerra Ammann, Caicó (RN), 1932; Suely Gomes Costa, Rio de Janeiro (RJ), 1938; Vicente de Paula Faleiros, Capetinga (MG), 1941; Yara Spadini Vicini, São Paulo (SP), 1940; Walderez Loureiro Miguel, Caiapônia (GO), 1939.

aproximação significou para a profissão como um todo e para os atores que a viveram, em particular (SILVA, 1991, p.3)

Silva (1991, p. 433) obtém como resultado de sua pesquisa, “[...] que embora não tenha havido grupos organizados com a intenção explícita de introduzir o pensamento marxista no Serviço Social” constatou evidências de que a aproximação se processou inicialmente pela ação de militantes (estudantes e/ou profissionais de Serviço Social), da chamada esquerda católica, especialmente a JEC e a JUC³⁵.

O trânsito posterior de vida dos narradores do grupo católico para grupos de natureza propriamente política (a partir de 1962), bem como os estudos acadêmicos de pós-graduação, no Brasil e no exterior (a partir de 1965) favoreceram sucessivas revisões quanto aos insumos marxistas originalmente aceitos (SILVA, 1991, p. 433).

Portanto, afirma Silva (1991, p. 434) que os católicos de esquerda não se propuseram, organicamente, a introduzir elementos derivados da tradição marxista ao Serviço Social, mas isso foi ocorrendo à medida que foram se apropriando “[...] dos elementos analíticos e/ou propostas políticas veiculadas por partidos políticos de corte marxista ou nos espaços acadêmicos”.

O processo aconteceu por que, já vinculados ao Serviço Social, que estava em pleno Movimento de Reconceituação, traziam os insumos dessa vertente para pensar também de forma nova o Serviço Social. Silva (1991, p. 434) afirma que não há como verificar um momento distinto para essa aproximação, mas evidenciou o que denomina de “paralelismo temporal” entre os dois processos, ou seja, à medida que os narradores se apropriavam de elementos da tradição marxista, “[...] iam, à luz dos mesmos, problematizando o próprio Serviço Social (sua natureza, objetivos, práticas alternativas, papel do assistente social, etc.)”.

Assim como as demais pesquisadoras, Silva (1991) traz contribuição muito importante ao registrar esse momento da história do Serviço Social, a partir da ótica de alguns atores que a fizeram assim. Em sua tese, traz as narrativas que pulsam, entre elas a de Kameyama que, nos capítulos que seguem, devido ao registro de Silva (1991), fala sobre sua trajetória, em conjunto com algumas pessoas que tiveram sua trajetória profissional inter cruzada com a dela.

Nesse levantamento realizado, também se verifica que a reconstrução de trajetórias profissionais de pessoas tem importante significado em diferentes áreas

³⁵ Sobre essas ações pastorais com a juventude, vinculadas a Ação Católica, será tratada no item 7.3.1 desta tese.

do conhecimento³⁶. Por vezes, é utilizada a biografia de alguém para conhecer dada sociedade em seu momento histórico. O contrário também é feito, ou seja, a trajetória inversa: compreender a sociedade, por meio de seu reflexo numa trajetória de vida e atuação profissional.

Assim fez José de Souza Martins, em seu primeiro trabalho dessa natureza: *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo*. Martins (1967)³⁷, com a biografia e o mito que se formou em torno do conde, estudou as condições em que ocorreu o processo de industrialização no Brasil. Analisou os determinantes sociais que possibilitaram esse processo e o que denominou de traços tradicionais, como o paternalismo e o “capitão de indústria”.

Martins (1967) trilha o seguinte caminho: inicialmente, considera o ator social Matarazzo; depois, o grupo constituído pela indústria; para, enfim, chegar ao processo de industrialização e à formação da sociedade industrial no Brasil.

Esse trabalho de Martins (1967) orientou o “caminho a seguir” de Lang (1989)³⁸, em sua tese de doutoramento em Ciências Sociais, orientada pela professora Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Lang (1989), com a biografia de seu avô, senador da Primeira República (15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930), identificou os diferentes interesses da ação parlamentar, os padrões a que obedecia a representação parlamentar naquele período e, por fim, buscou apreender

³⁶ Destacamos os Centros de Pesquisa da memória: Centro de Pesquisa e Documentação (CEPDOC) de História Contemporânea do Brasil – da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, foi criado em 1973, com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do País e desenvolver pesquisas. Seu acervo conta com cerca de 1,8 milhão de documentos. Registra a história contemporânea brasileira por meio da História Oral. Vem recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Conta atualmente com mais de 5 mil horas de gravação, correspondentes a quase 1.000 entrevistas. Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru) – da Universidade de São Paulo (USP), foi fundado em 1964 por um grupo de professores do Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Seu início está ligado à pesquisa do meio rural. O Ceru constitui-se também como centro de documentação e possui arquivos sobre temas variados de Ciências Sociais. Centro de Memória – da Unicamp, tem o objetivo de captar, organizar, preservar e disponibilizar acervos documentais, visando à produção e disseminação de conhecimentos, assim como promover ações de caráter multidisciplinar para a pesquisa e a extensão relativas à questão da memória.

³⁷ MARTINS, José de Souza. *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo*. **Monografias do ICS**, v. 2, Guanabara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967. José de Souza Martins também foi colaborador da construção do chamado Dossiê de Florestan Fernandes; _____. Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes: reflexões sobre o método da história de vida. **Revista USP**: Dossiê Florestan Fernandes, 29: 14-19, mar./abr./maio, 1989; _____. Florestan: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo, Edusp. **Revista USP**: Dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, 29, mar./abr./maio, 1989.

³⁸ LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Adolpho Gordo**, senador da primeira república: representação e sociedade. Brasília, 1989.

alguns aspectos da sociedade, de sua organização social e do processo político nesse período determinado.

1.2 Escolha do método como opção política

[...] a pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente o Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo, mas, sim, a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção teórico-metodológica. Método de pesquisa é uma expressão política, uma extensão de nosso projeto ético-político (MARTINELLI, 2005, p. 120).

Esta pesquisa parte do conhecimento já existente para buscar lacunas, dados, informações, análises a serem completadas. É o exercício de olhar a história “a contrapelo”, na perspectiva de Walter Benjamin; assim olhamos os detalhes, pois apenas a aparência não é suficiente; buscamos a essência, estrutura e dinâmica do objeto a ser estudado. “O Método é uma opção política e decorre de uma teoria, que tem uma direção social com a qual o pesquisador se identifica, a partir de seu projeto político, não há neutralidade possível” (MARTINELLI, 2012, p.10-11). Partimos, portanto, do entendimento de que o conhecimento ocorre de modo processual e com aproximações sucessivas. Dessa forma, já explicitamos que nossa pesquisa está pautada na teoria marxista e no método dialético.

Que grande desafio! Mas sem essa perspectiva teórica, não seria possível adentrar nas tramas bem tecidas da trajetória profissional de Nobuco Kameyama. Conforme explica Netto (2011, p. 21), “[...] a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”.

Só foi possível realizar o processo de abstrações e aproximações à trajetória profissional de Kameyama para desvendar sua totalidade complexa, a partir dos depoimentos das pessoas pesquisadas. Trata-se de um exercício político, pois implica opções do pesquisador, não somente o que pesquisar, mas também a escolha das pessoas para contribuir com a pesquisa. Não foi difícil escolher as pessoas, o difícil foi não incluir todas as demais pessoas que cada um dos entrevistados indicava, no momento do seu depoimento.

O que foi motivo de ansiedade pela certeza da incompletude desta pesquisa, mas dialeticamente trouxe também como certeza a possibilidade de que esta

pesquisa pode ser a “pedra de toque” para outras pesquisas sobre Kameyama ou outros sujeitos políticos que trazem contribuições importantes em suas trajetórias profissionais. Acreditamos que esta pesquisa traz a possibilidade de transferibilidade e reaplicabilidade, como explica Martinelli (2005, p. 127), ao se referir ao compromisso ético-político e o rigor científico, fundamentais para se realizar uma pesquisa.

Assim, para que seus resultados possam ser validados, é fundamental que a pesquisa realizada atenda às exigências de transferibilidade e de reaplicabilidade. Ou seja, tanto poderá haver possibilidade de estender as conclusões para outros contextos, ou de replicar a pesquisa em situações semelhantes.

A escolha pela história oral, nas suas interfaces com a memória, foi fundante para entender os processos históricos vividos por Kameyama e pelos participantes da pesquisa, ou seja, foi “[...] um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades.” (MARTINELLI, 2011, p. 5)

Definida a metodologia, faltava estabelecer nosso campo empírico, buscando os participantes da pesquisa, pois nessa metodologia não se trabalha com amostra aleatória, mas cabe ao pesquisador definir as pessoas. Portanto, o primeiro ponto era definir pessoas que, além de possuírem histórias densamente vividas, deveriam ter sua trajetória profissional inter cruzada com a trajetória de Kameyama. Sabemos que muitas pessoas inter cruzaram os diversos momentos de suas cinco décadas de trajetória profissional, e que poderiam contribuir com a tessitura das camadas de história que compõem o percurso profissional de Nobuco na interface com o Serviço Social.

Desenhar esse quadro de possibilidades dos possíveis participantes da pesquisa também requereu uma aproximação sucessiva. Fomos criando um quadro e pontuando alguns aspectos que foram se delineando, como pessoas que tivessem *vis-à-vis* inter cruzado com a trajetória profissional de Kameyama em mais de um espaço de atuação profissional e/ou militância; que pudessem narrar diferentes momentos/contextos da sua trajetória; e/ou que tivessem estabelecido mais de uma interface do seu mosaico relacional, ou seja, ora aluno, depois colega de trabalho e/ou militância.

Dessa forma, definimos um grupo plural, mas que têm individualidades que os peculiarizam, pela singularidade de sua história, em contextos sociais e períodos históricos variados, com narrativas muito próprias, e com diferentes momentos de aproximação da trajetória de Kameyama. Dessa forma, o grupo foi composto por pessoas que participaram do início de sua carreira profissional como assistente social, que foram seus alunos, colegas de docência, companheiros de militância político-partidária, e companheiros de militância dentro do conjunto da categoria do assistente social, e nos órgãos de fomento e pesquisa.

Encontramos de pronto muita aceitabilidade das pessoas. Chegamos, então, a definir dez pessoas; no entanto, por motivo de saúde e compromissos profissionais de duas pessoas, acabamos por colher os depoimentos de oito participantes da pesquisa, o que não prejudicou seu andamento, embora reconheçamos que essas duas pessoas poderiam, sem dúvida, ter contribuído ainda mais na tessitura da trajetória de Kameyama.

Cada uma delas trouxe consigo um mosaico de lembranças, expressas em palavras, gestos, silêncios, brilho nos olhos, sorrisos e lágrimas. Lembranças individuais e coletivas articuladas aos processos sociais mais amplos, afinal “[...] o indivíduo é horizonte de muitos, é situado social e culturalmente [...]” (MARTINELLI, 2011, p. 5).

Reafirmamos, portanto, que as pessoas participantes desta pesquisa compuseram um grupo com característica plural, mas sua unidade se fez na perspectiva de que todas/todos partilharam da vida e da trajetória profissional de Kameyama em diferentes contextos. Tiveram diferentes momentos de aproximação com sua história. No Quadro 2, são apresentadas e qualificadas as pessoas pesquisadas (em ordem alfabética).

Quadro 2 - Apresentação dos participantes da pesquisa

Nome	Síntese do currículo lattes	A forma como quis se apresentar para esta pesquisa
Israild Giacometti	Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins (1973), mestre em Serviço Social (1992), doutora em Serviço Social (1996) pela PUC-SP. É assistente social, professora aposentada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).	<i>Meu nome é Israild Giacometti; eu sou assistente social e me formei em 1973 na Faculdade de Serviço Social de Lins, onde também se formou a Nobuco, bem antes, e onde depois nós trabalhamos juntas e onde depois você também se formou. Eu sempre trabalhei no Serviço Social. Desde antes da faculdade, trabalhei com assistentes sociais, como auxiliar social, era um nome</i>

		que tinha na época. Assim que eu me formei, em janeiro, eu estava contratada na área. Eu me tornei professora do serviço social em 1978, coincidindo com a volta da Nobuko da Europa onde ela ficou exilada por alguns anos. Desde então, eu trabalhei como docente, até me aposentar em 2003. Portanto, eu me identifico hoje como professora de Serviço Social, por que trabalhei como assistente social durante apenas 5 anos e depois me tornei professora e fazia trabalhos de intervenção, mas a partir das unidades de ensino onde eu trabalhava. Fiz o mestrado e doutorado na PUC de São Paulo e trabalhei por mais de 17 anos na Unesp de Franca, onde eu me aposentei. Hoje dou consultoria na área de assistência social; leciono em curso de especialização e ministro palestras.
José Oscar Beozzo	Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP) (2001). Mestre em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain (Bélgica, 1968). Especializado em Comunicação Social, pela Université Catholique de Louvain (Bélgica, 1972) e em História do Brasil, pela Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras (Lins, SP, 1970). Graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Université Catholique de Louvain (1968). Graduado em Teologia, pela Pontificia Università Gregoriana (Roma, 1964) e em Filosofia, pelo Seminário Central do Ipiranga/Seminário Central de Aparecida (1960). Coordena o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep).	<i>Eu sou lá de Lins, da mesma terra da Nobuko. A gente não se conheceu até 1968. Depois de 68, eu voltei de quase 9 anos na Europa. Logo depois do segundo, terceiro dia, eu fui à casa da Nobuko e ela fez uma boa comida japonesa e conversamos pra caramba, porque desde 1966 ela era diretora do IPPH. Voltei com mestrado em Sociologia, e o bispo me pediu que eu ficasse no IPPH, como vice-presidente. Então fui sentar com ela, para ver o que estava sendo feito, e aí começou uma amizade até a morte dela; ainda pude visitá-la algumas vezes em São Paulo, antes de sua morte. Então temos uma ligação afetiva, uma ligação intelectual e uma parceria de trabalho. Na FSSL e fora da faculdade, no IPPH, quando ela veio pro Cajamar, eu era do Conselho do Cajamar. Então a gente foi andando na vida. Perdi um pouco o contato quando ela foi para o Rio de Janeiro, aí a gente se via raramente quando ela vinha a Lins.</i>
Maria Carmelita Yazbek	Mestrado (1977) e doutorado (1992) em Serviço Social pela PUC-SP. Pós-doutorado no Instituto de Estudos Avançados da USP no âmbito dos Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas (2001). Atualmente, é professora da Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, na área de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social e membro do Conselho Científico e Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da UNLP, Argentina. Pesquisadora do CNPq. Representou a área de Serviço Social na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2004 a 2007. Tem experiência na área	<i>Bem, eu queria me apresentar como uma contemporânea, pelo menos um longo período, mais de uma década, da professora Nobuko Kameyama. Contemporânea num momento privilegiado do ponto de vista da história da profissão, tanto é que em meados dos anos 80 e início dos 90, são momentos de grande efervescência na construção do Código de Ética de 1993, da Lei que regulamenta o exercício profissional, também em 93, e das Diretrizes Curriculares.</i>

	de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, política social, assistência social e pobreza.	
Marilda lamamoto	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1971); mestrado em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professora titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Selecionada para o Programa Produtividade em Ciência (FAPERJ/UERJ); coordenadora do Programa de Estudos e Pesquisas Pensamento Social e Realidade Brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni. Ex-coordenadora adjunta da Capes para a área de Serviço Social (triênio 2008-2010). Tem experiência na área de Serviço Social e Sociologia Rural com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, história do serviço social, serviço social na divisão do trabalho, formação profissional e ensino superior. Autora de livros com várias edições e artigos em revistas nacionais e internacionais.	<i>Eu sou Marilda Vilela lamamoto, sou professora titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ, atualmente. Fui professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, onde eu tive maior contato com a professora Nobuco Kameyama; e também da PUC-SP, quando eu travei meus primeiros contatos pessoais com a professora Nobuco. Minha trajetória é uma trajetória docente. Venho de Minas, de Belo Horizonte, meu primeiro emprego, nasci em Juiz de Fora. Hoje sou pesquisadora e um dos temas da minha pesquisa é a História do Serviço Social. Daí o meu interesse e meu reconhecimento do seu trabalho e da importância do resgate da memória no processo de reconstrução histórica da profissão a partir dos sujeitos.</i>
Matsuel Martins da Silva	Graduação pela Faculdade de Serviço Social de Lins (Hoje Curso de Serviço Social da UniLins) em 1976. Mestre pela PUC-SP em 1992, com três especializações, diversas extensões e aperfeiçoamentos. Professor universitário há 35 anos nas áreas de Serviço Social, Ciências Sociais e Ciências Humanas.	<i>Eu sou assistente social, tenho mestrado em Serviço Social e especialização com título em Política Social e em Desenvolvimento de Comunidade. E como também terminei todos os créditos do doutorado em Letras, então tenho uma especialização em Letras, embora não tenha Certificação em Letras. Sou professor há 33 anos; este tempo quase todo vivenciado na Faculdade de Serviço Social de Lins, agora UniLins. Estive apenas 5 anos afastado, no período que fui secretário de Assistência Social de São José do Rio Preto. Me formei na Faculdade de Lins em 1976. Fiz o terceiro ano do curso na FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas -, em São Paulo, e o primeiro, segundo e o quarto ano do curso aqui em Lins.</i>
Milton	Graduação em Serviço Social pela	<i>Eu sou Milton Batista Nizato, os colegas</i>

Batista Nizato	Faculdade de Serviço Social de Lins (1985) e mestrado em Serviço Social pela PUC-SP (2000). É professor adjunto da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação, mantenedora do Centro Universitário de Lins (UniLins), onde também é pró-reitor de Extensão e Ação.	<i>mais antigos me chamam de Miltinho. Sou formado pela antiga Faculdade de Serviço Social de Lins. Me formei em 1985, atual curso de Serviço Social UniLins, Centro Universitário de Lins. Fui contemporâneo da autora desta pesquisa, a professora Elizabete, a Betinha. Fui também contemporâneo de outros sujeitos desta pesquisa, como o professor Matsuel, as professoras Israild e Onilda, professor Beozzo e, particularmente, tive a honra de ser aluno da professora Nobuco Kameyama.</i>
Myrian Veras Baptista	Graduação em Serviço Social pela PUC-SP (1954) e doutorado em Serviço Social pela mesma Universidade (1974) onde, atualmente, é professora titular. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na área da Infância, Adolescência e Juventude, atuando principalmente nos seguintes temas: crianças, adolescentes e famílias; teoria e prática do serviço social; defesa de direitos. É fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes (NCA/PUC-SP).	<i>Quero me apresentar como professora da pós-graduação da PUC-SP, como uma pessoa que conviveu com a Nobuco afetivamente, mesmo, a gente era amiga mesmo, trocávamos algumas confidências, do ponto de vista relacional e também profissional. Inclusive fiz alguns cursos da Nobuco, sobre Pesquisa, sobre Análise de Conjuntura. Fiz os cursos dela e os do Zé Paulo, eram as pessoas novas que estavam trazendo coisas bastante novas.</i>
Onilda Alves Carmo do	Graduação em Licenciatura em Matemática pela Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras (1974), graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins (1981), mestrado em Ciências Sociais pela PUC-SP (1999) e doutorado em Serviço Social pela Unesp (2008).	<i>Meu nome é Onilda, eu tive o prazer, a honra de ter partilhado, cruzado minha existência nesse momento histórico dessa sociabilidade burguesa, ter tido o privilégio, primeiro, por viver num momento histórico muito profundo, e de ter partilhado parte dessa minha existência, um determinado momento, com Nobuco Kameyama. Me apresento como uma mulher privilegiada de viver intensamente os desafios que esta sociedade tem apresentado. A minha primeira formação é matemática, Dei aula um tempo, 1 ou 2 anos. Depois fui convidado pelo Manuel (foi professor da Faculdade de Serviço Social de Lins) para cursar Serviço Social. Entrei em 1977, formei em 1980 e trabalhei na Faculdade durante 2 anos. Depois fui trabalhar na região de São Félix do Araguaia, fiquei lá 3 anos. Depois vim para São Paulo trabalhar com o Beozzo. Em 1999, resolvi voltar a estudar, fiz mestrado em Sociologia na PUC-SP, fui orientanda de Luiz Eduardo Wanderley. Em 2000 retomei minha carreira de docência, voltei para São José do Rio Preto. Em 2005 terminei meu doutorado em Serviço Social pela Unesp de Franca. Atualmente, sou docente desta Universidade e ministro a disciplina Serviço Social - a Realidade Nacional e Regional. Desenvolvo trabalho de Extensão. Um deles é com os assentamentos;</i>

		<i>trabalhamos com o MST. O outro é com o Grupo de Mulheres, chamado Margarida Alves, onde trabalhamos com a questão da mulher e a questão de gênero.</i>
--	--	---

Fonte: Organizada pela autora

Definimos como objetivo geral da pesquisa estudar a história e a memória em Serviço Social, por meio do resgate e análise da trajetória profissional de Nobuco Kameyama, em suas interações com a trajetória do Serviço Social, no período histórico que vai de 1959 a 2009, para conhecer, por meio do seu legado, sua contribuição no processo pelo qual o Serviço Social alcançou a maturação profissional e assim impulsionar a construção do presente e do porvir da profissão.

A partir de então, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar as repercussões das diferentes conjunturas surgidas na trajetória profissional de Nobuco Kameyama no período de 1959 a 2009, verificando como sua atuação profissional e o saber produzido contribuíram para a formulação do pensamento teórico-prático do Serviço Social; 2) Resgatar a história e a trajetória de Nobuco Kameyama, considerando a intrínseca relação entre memória e identidade da profissão, bem como contribuir para que as novas gerações possam conhecer o legado de Nobuco Kameyama, e assim se fortalecerem para o enfrentamento dos desafios do presente e do futuro.

Partimos da hipótese de que história é frequentemente buscada, mas a forma como é recuperada pode estar plena de opacidade, ou seja, pode ocultar a realidade das coisas, de tal modo que essa só pode ser reconhecida quando se transpõe a aparência. Da mesma forma, a História do Serviço Social contém opacidades, e é preciso conhecê-la nas entrelinhas e decodificar os diversos contextos social, econômico, cultural e político, no qual esteve e está inserido, e o descortinar de nuances dessa história nos possibilitará compreender melhor o contexto atual e o porvir, e revelar um instrumento de poder importante para solidificar as bases históricas do projeto profissional.

Como apontado, já temos importante patrimônio construído da História do Serviço Social nessa perspectiva, mas ainda existem lacunas, pontos a desvendar e aprofundar, e, se não o fizermos, conforme afirma Gagnebin (*apud* BENJAMIN, 2012, p. 16), “poderá ficar perdido para sempre”.

Partimos dos pressupostos benjaminiano de que recuperar a história não é somente conhecer o passado, mas, sobretudo, recuperar a memória é recuperar camadas da história do país e da profissão. O pesquisador é movido pelo presente que pede transformações, portanto, ao conhecer a história, o passado e o presente se transformam, pois, como já afirmamos, o presente leva luz ao passado, que, ao ser conhecido, resignificado e apropriado pelas gerações seguintes, pode trazer muitas contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros.

1.3 História Oral como Metodologia

Penetrar nesse denso tecido e conhecer esses sujeitos e seus modos de vida exige do pesquisador uma postura política, teórico-crítica, no sentido de colocar-se à escuta, de interrogar os silêncios e de querer efetivamente conhecer a história a partir da narrativa acerca dos caminhos percorridos por aqueles que estiveram envolvidos com os acontecimentos que queremos estudar.
(MARTINELLI, 2012)

Dessa forma, foi fundamental utilizar a história oral como metodologia. Foi fundante obter os depoimentos das pessoas que tiveram suas trajetórias profissionais inter cruzadas com a de Nobuco Kameyama. Esses depoimentos foram a base para a análise histórica. O caminho investigativo da história oral proporcionou uma reflexão e um olhar diferenciado do passado, por sua dinamicidade, que permite que situações e acontecimentos emirjam a partir das pessoas que experienciaram o ocorrido ou que, no mínimo, tiveram conhecimento dele em seu transcurso ou por transmissão de outro.

A história oral também nos permitiu “colocar um olhar diferente sobre o que todos já pensavam conhecer” e nos ajudou a “escavar verticalmente as camadas descontínuas do passado” a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos já esquecidos e aparentemente desprezíveis. Segundo Benjamin (1995, p. 239),

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.

A obtenção da história oral, por meio dos depoimentos, possibilitou esse processo de “escavação”. Thompson (1988), afirma que, por meio da história oral, é possível recriar multiplicidade de pontos de vista de um passado complexo e multifacetado e a trabalhar com a memória dos sujeitos que efetivamente fizeram parte da história.

Portanto, a recuperação da história através da memória tem importância ontológica e é totalmente compatível. A recuperação de memória de trajetórias profissionais de sujeitos com experiência densamente vivida, não é estranho ao ambiente acadêmico. Há registros, no acervo da historiografia brasileira e do Serviço Social, de figuras significativas que contribuíram como fonte de recuperação da memória de determinados momentos da história, e/ou por recuperação de trajetórias profissionais, conforme apresentamos no item 1.1.

Optamos pela história oral como metodologia de pesquisa, por privilegiar a experiência social e a história dos sujeitos, ou seja, seu cotidiano, sua trajetória, experiência e memória.

A história oral possibilita também ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas por meio do estudo de experiência e versões particulares. Compreender a sociedade e suas conjunturas pelo indivíduo e os grupos que nela viveram, e as formas como o passado é apreendido e interpretado pelos sujeitos e grupos.

Para Portelli (2001, p. 15), a história oral busca pelos sujeitos na história da sociedade e a experiência como construção, no âmbito das relações sociais, a partir da historicidade. Ou seja, é “[...] a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade”.

Com a história oral, foi possível construir a trama das diversas trajetórias que inter cruzam a trajetória profissional de Kameyama. A palavra trama aqui é entendida sob a perspectiva de Veyne (1998, p. 45), de que os “[...] sujeitos narram tramas, que são tantas, quantos forem os itinerários traçados por eles”. A trama constitui-se como narrativa e, nesse aspecto, todos os itinerários são válidos, pois o pesquisador, ao escolher o itinerário para descrever o campo factual, deve tornar compreensível a trama.

1.3.1 Lampejos da memória e a narrativa

A história não se faz por si só, somos nós que a fazemos com nossas próprias histórias, com nossas lutas políticas e sociais, pois somos realidades e somos palavra.
(MARTINELLI, 2012, p. 10)

Para construir esta tessitura histórica, um dos fios condutores foi a memória dos sujeitos, materializada por suas narrativas, e articuladas por muitas vozes que falam ou também silenciam e que geram outras vozes capazes de prolongar a voz original.

Essa opção metodológica pela narrativa pautada na memória individual e coletiva torna-se fundamental por escavar as lembranças. As lembranças foram buscadas no sentido histórico da trajetória de Kameyama. Sua trajetória profissional e de vida apareceu inter cruzada em outro plano com as histórias dos camponeses (década de 1960), com trabalhadores rurais boias-frias, empregadas domésticas, lavadeiras (década de 1980), e outros trabalhadores, inseridos nos movimentos sociais que Kameyama apoiou, assessorou e fomentou (década de 1990). Trabalhadores que, muitas vezes, tiveram suas falas silenciadas em muitos contextos históricos de sua existência.

Na perspectiva da narrativa pautada na oralidade, os participantes da pesquisa puderam contar as suas trajetórias profissionais, objetivadas nos diversos espaços ocupacionais, suas histórias e também suas subjetividades.

Gagnebim ressalta a importância de rememorar, segundo ela a “[...] rememoração, da retomada redentora de uma narrativa de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento” (GAGNEBIM, 2004, p.3).

A importância da narrativa na visão benjaminiana é “[...] o cuidado com o lembrar, seja para reconstruir um passado que nos escapa, seja para resguardar alguma coisa da morte dentro da nossa frágil existência humana” (GAGNEBIM, 2004, p. 3).

As narrativas colhidas durante a pesquisa foram filmadas e gravadas em áudio e, que quando transcritas passaram a se constituir numa memória social que compõe a história do Serviço Social, por meio da memória testemunho.

Foi muito significativo poder rememorar, a partir e com as pessoas que participaram da pesquisa, suas histórias e vivências; ver que esses sujeitos significativos puderam transformar em narrativas suas experiências de vida e,

dialeticamente, suas narrativas em experiências de vida, porque as memórias compartilhadas nas narrativas certamente possibilitaram àqueles/as que narraram realizar também um trabalho sobre si mesmo e suas relações sociais.

Benjamin (2012, p. 228) afirma que as vivências experimentadas pelos sujeitos sociais, individualmente, não devem ser desprezadas. Há ainda uma operação que o sujeito realiza sobre si mesmo, que constitui o caráter primordial da experiência. No que diz respeito à narrativa, o autor afirma que uma das características de narradores natos é o senso prático: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

Sob a perspectiva benjaminiana, há uma dimensão que é narrável, e outra que é inenarrável, ou seja, dependerá das circunstâncias, ou, ainda, dos ares favoráveis, das conveniências do momento histórico vivido, pois, como o autor afirma:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo (BENJAMIN, 2012, p. 224).

Cabe registrar que a totalidade das pessoas que participaram da pesquisa, em um curto período (50min a 1h15min – tempo máximo de duração entre o preparo e a coleta de cada depoimento), passavam da apreensão, nos primeiros minutos do depoimento (sobretudo pelo “desconforto” que a filmagem causou para alguns), para um esplendoroso “brilho”, na sua finalização. Todos demonstraram muito entusiasmo na finalização, como se quisessem dar continuidade, para falar sobre tudo o que foi acionado ao rememorar sua trajetória entrelaçada com a de Kameyama. Foi uma experiência magnífica!

As narrativas foram colhidas em dois momentos, a saber:

a) Depoimentos: A técnica serviu para operacionalizar e viabilizar a pesquisa. A escolha se deu por ser uma forma privilegiada de ouvir os participantes. A técnica dos depoimentos permitiu não só ouvir as falas, mas “escutar” os silêncios, compreender os lampejos da memória. Nos depoimentos, os sujeitos participantes expressaram seus pensamentos, suas histórias, experiências, os significados e as memórias sobre a trajetória profissional de Kameyama, bem como dos contextos históricos relacionados.

Nesse processo, não interessaram as cronologias de tempo, a exatidão das datas, mas sim as memórias que os sujeitos conseguiram atingir e também a falha da memória, pois ambas são plenas de significados, ao revelar a forma como os sujeitos participaram de determinados acontecimentos e dos contextos sociais.

Foi de suma importância o diálogo incessante com os ensinamentos de Benjamim, Portelli, Martinelli, entre outros; nossa participação no Nepi, para o momento de colher/ouvir as narrativas; e o trabalho subsequente de tratativa e análise dos dados.

A partir dos depoimentos, recuperamos elementos da trajetória profissional de Kameyama. Foi feito um levantamento dos momentos significativos; identificadas as construções que realizou no âmbito profissional; estabelecidos alguns marcos para avançar na reconstrução da trajetória, sempre na intersecção e inter-relação com o contexto sócio-histórico e a história do Serviço Social, e de como ocorreu a atuação de Nobuco nesses diferentes momentos históricos.

Antes de iniciar a coleta das narrativas nos depoimentos, fizemos breve exposição dos objetivos e da metodologia da pesquisa, aos participantes, assim como de alguns marcos da trajetória de Nobuco, ilustrados com suas fotos, com o objetivo de acionar a memória dos participantes.

O recurso das fotografias e os períodos históricos serviram para evocar as lembranças do passado. As imagens remetem aos momentos vividos, acontecimentos aos quais os sujeitos podem atribuir significados. Assim como a história oral, a fotografia registra e, ao mesmo tempo, (re)apresenta a história vivida. E ambos se entrecruzam na composição de um contexto histórico.

O recurso da fotografia preparou o momento da coleta de dados, e foi de suma importância, pois as narrativas, mediadas pela memória, permitiram que os sujeitos reelaborassem suas vivências individuais e coletivas. As fotos foram usadas na tentativa de rastrear as trajetórias involuntárias das lembranças e suas associações, para compreender os diversos significados que os participantes da pesquisa conferem às experiências vividas.

Tivemos o desafio ético de estar atento às sensibilidades, percepções, leituras de mundo e aos sentimentos dos narradores. Afinal, as memórias podem percorrer caminhos de dor, fracassos, prazer, lutas, encontros, desencontros, perdas, conquistas, frustrações, alegrias, entre outros sentimentos e emoções.

Trabalhar com memórias, portanto, é lidar com a vida em sua mais significativa pulsão.

Afirma Martinelli (2012, p. 4) ser fundamental que o pesquisador ouça o que está sendo narrado, mas também os gestos e silêncios. A autora afirma ainda que:

É indispensável que o pesquisador se disponha a adentrar na narrativa, acompanhando o processo de atribuição de significados, trabalhando com os diferentes tempos da memória, com os diferentes jogos de força presentes em cada momento histórico, dando evidência à forma como se deu essa reconstrução a partir da perspectiva do sujeito.

A pesquisa, portanto, foi constituída de depoimentos, colóquio, registros do caderno de campo, textos, reportagens e material audiovisual: filmagem, gravação de áudio e fotos.

b) Colóquio³⁹ O Legado de Nobuco Kameyama: para esta pesquisa, o colóquio foi de suma importância, pois possibilitou o aprofundamento e a verificação dos marcos da trajetória da estudiosa e sua intersecção e inter-relação com a história do Serviço Social e a do Brasil.

O colóquio tomou dimensão maior do que a prevista no projeto de pesquisa, pois se tornou uma atividade do Nepi. Foi realizado no dia 25 de novembro de 2015, das 9h às 17h, na sala P-65 - Professor Joel Martins, da PUC-SP, com o seguinte programação:

³⁹ O termo colóquio indica uma conversação, de caráter informal. Assim escreve Aurélio Buarque de Holanda: "Colóquio S. m. 1. Conversação ou palestra entre duas ou mais pessoas. 2. Reunião de pessoas gabaritadas, em que se debate determinado assunto". Os colóquios, portanto, têm se constituído em um espaço privilegiado de aprofundamento de temas, troca de experiências, apresentação de resultados e processos de estudos, e para pesquisas.

Período da Manhã

Foto 1 - Abertura e saudação do coordenador do PEPG em Serviço Social Prof. Dr. Ademir Alves da Silva



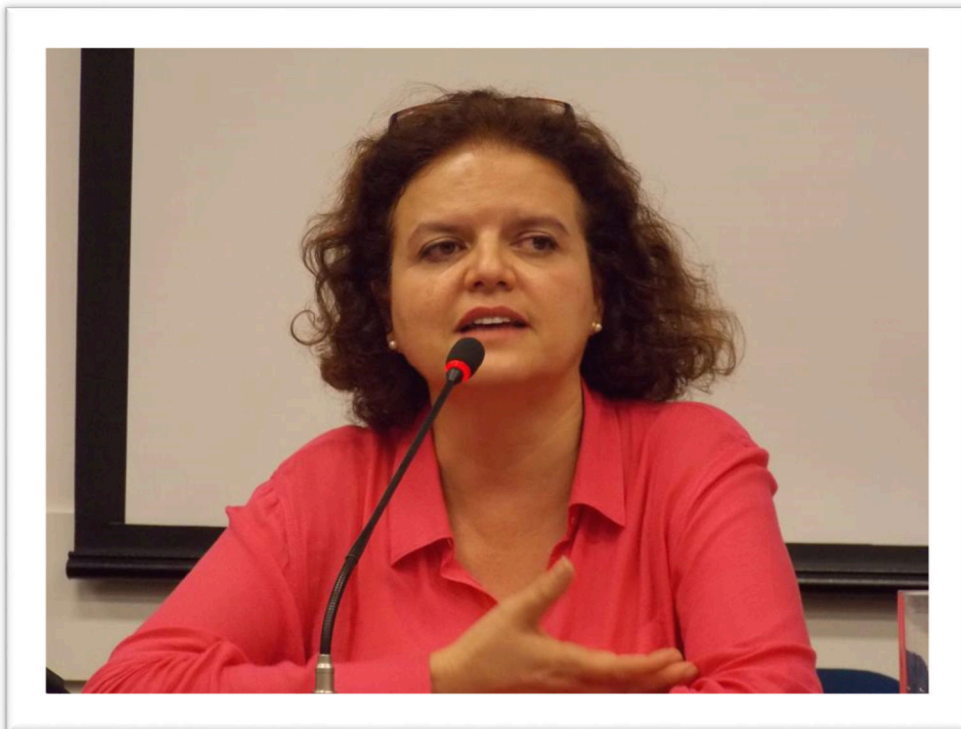
Fonte: Foto de Geilson Sampaio

Foto 2 - Saudação da coordenadora do Nepi Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

Foto 3 - Breve apresentação da trajetória da professora Nobuco Kameyama, realizada pela autora



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

Em seguida foi composta a primeira mesa, coordenada por Sirlene Santos dos Reis e as seguintes palestrantes e tema:

- Profa. Dra. Jeanne Marie Gagnebin (PUC-SP e Unicamp)

Tema:- *História, Memória e Narração em Walter Benjamin*

- Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP)

Tema:- *Memória, Narrativa e História Oral*

Foto 4 – Composição da Primeira Mesa



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

Período da Tarde

Apresentação da filmagem das narrativas das pessoas pesquisadas -
Pesquisa *A Trajetória Profissional de Nobuco Kameyama*.

Imagem e edição: Jorge Telles

Em seguida foi composta a primeira sobre o Legado de Nobuco Kameyama,
coordenada pela autora e composta por:

- Profa. Maria Lucia Martinelli – professora e coordenadora do Nepi – PUC-SP
- Prof. Milton Nizato – professor e reitor da UniLins – Lins/SP
- Profa. Onilda Alves Carmo – Unesp – Franca/SP

Foto 5 - Composição da Mesa-Redonda: *O Legado de Nobuco Kameyama*



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

Foto 6 - Encerramento e apresentação e agradecimento aos “Nepianos”



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

O colóquio foi transmitido *on-line* e registrou 91 participantes. No local, compareceram 57 pessoas e 34 acompanharam *on-line* (ver na figura 5).

Foto 7 – Participantes presenciais do Colóquio



Fonte: Foto de Geilson Sampaio

O conteúdo trabalhado no colóquio compõe esta tese e, quando citados, o leitor poderá identificá-lo, pois há referência ao evento. A seguir, citamos a saudação da professora Maria Lúcia Martinelli na abertura do colóquio, para entender alguns dos seus sentidos e significados:

Quero saudar a todos de modo especial e de modo muito carinhoso até, porque foi com muito carinho e muito esmero que construímos esse evento. Na realidade, eu poderia dizer que foi durante este ano todo de 2015 este evento está sendo pensado, trabalhado, organizado, concebido, e eu tenho que dizer aqui da importância que temos aqui na figura, como a Bete Rosa, minha querida orientanda de doutorado. Na verdade, foi a partir da tese de doutorado dela que nós fomos construindo toda uma aproximação do legado de Nobuco Kameyama. É um momento importantíssimo, a professora Nobuco Kameyama, vocês verão, foi professora dessa casa, com uma militância de longos anos e deixa uma contribuição fundamental e que vinha um pouco se perdendo no tempo. Então, a tarefa que a Bete se propôs, no doutorado, é uma tarefa de alto significado não só acadêmico, como também social, porque há memórias que, até por não serem cultivadas, se perdem. E quando se perde a memória, se perde a história também, e se perde até a identidade, como bem disse o professor Ademir, a memória é constitutiva da nossa identidade. Então, esse momento pra nós tem uma importância crucial, pois também estamos comemorando os 25 anos do Núcleo, que completou o ano passado. Então, este Colóquio também significa marcar um pouco esta trajetória que o Núcleo vem desenvolvendo, esta caminhada tão longa de 25 anos, e sempre preocupado com essa temática da história, da memória, da identidade. Então, quero saudar a todos e desejar que tenhamos um excelente dia,

agradecer a todos os “Nepianos” - os pesquisadores do Núcleo, que estão muito presentes aqui e que foram fundamentais para chegarmos a este momento e de modo muito especial a Bete, que é realmente o grande nome em termos dessa iniciativa de fazermos este Colóquio. Muito boas-vindas a todos, um bom dia de trabalho a todos.

Capítulo 2 – História, Memória e Narrativa

2.1 Memória e sua Dimensão Ética

[...] Não há luta pelo futuro sem memória do passado. (LÖWY, 2005, p. 109)

Estudos sobre a relação entre memória e história têm uma dimensão ética muito importante. Consiste em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar tradições, vidas, falas e imagens.

O fato de não estarmos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, coletiva, torna necessário inventar estratégia de conservação e mecanismos de lembrança.

Recuperar a memória é um importante instrumento de poder, como afirma Le Goff⁴⁰ “[...] a memória não é somente uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder, na medida em que, pela dominação da recordação e da tradição, o grupo se afirma e se reconhece”. (LE GOFF, 1996, p. 476, apud MAIA FILHO, 2013, p. 19)

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas, afirma Le Goff (1996). Nesse contexto, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória, e o estudo da memória social se constitui num dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, os quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Como propriedade de conservar certas informações e lembranças, a memória foi cultivada tanto pela forma oral quanto pela escrita. Utilizada como instrumento de celebração ou esquecimento, serviu a interesses políticos e a propósitos deliberados. (MAIA FILHO, 2013, p. 72)

⁴⁰ Jacques Le Goff foi um dos herdeiros da escola dos Annales, que, na primeira metade do século XX, revolucionou a historiografia deslocando seu foco para as ideias e os processos sociais. Nos anos 1970, foi um dos líderes do movimento conhecido como Nova História, que lançava mão de análises abrangentes para traçar a “história das mentalidades”. Em clássicos como *A Civilização do Ocidente Medieval* (1964) e *Para uma Outra Idade Média* (1977), Le Goff buscou iluminar as particularidades daquele período, demonstrando como as transformações ocorridas naquele tempo refletem-se até hoje.

Alguns fatos bradam pela memória eterna. Não se podem esquecer os crimes e genocídios nazistas⁴¹, especialmente o registro de Auschwitz, o maior símbolo do Holocausto. Nesses campos de concentração, localizado no sul da Polônia, nas áreas polonesas anexadas pela Alemanha Nazista, foram executados milhares de judeus, ciganos romenos, prisioneiros de guerra soviéticos, entre outros. “[...] Só sei que até hoje o nome de ‘Auschwitz’, símbolo da Shoah, continua sendo o emblema daquilo que não pode, não deve ser esquecido: daquilo que nos impõe um ‘dever de memória’” (GAGNEBIN, 2009, p. 100).

Na América Latina, em suas ditaduras, observa-se tanto o expurgo físico e a memória dos vencidos, quanto o “esquecimento deliberado” da história. Na Argentina, podemos citar a “obediência devida”⁴², e, no Uruguai, a declaração de “caducidade” do exercício de qualquer pretensão punitiva contra os responsáveis pela repressão ⁴³. Maia Filho (2013) denominou esses processos como

⁴¹ O holocausto foi o genocídio ou assassinato em massa de cerca de 6 milhões de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, por meio de um programa sistemático de extermínio étnico patrocinado pelo Estado nazista, liderado por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista e que ocorreu em todo o Terceiro Reich e nos territórios ocupados pelos alemães, durante a guerra. Dos 9 milhões de judeus que residiam na Europa, antes do Holocausto, cerca de dois terços foram mortos. Mais de 1 milhão de crianças, 2 milhões de mulheres e 3 milhões de homens judeus morreram durante o holocausto.

⁴² Na Argentina, em 1986, editou-se a chamada Lei Ponto Final (Lei 23.492/1986), que determinava a extinção das ações penais por participação nos atos de forma violenta de ação política e, em seguida, foi editada a Lei Obediência Devida (Lei 23.521/1987), que extinguiu a punibilidade dos crimes perpetrados no processo sob a alegação de que os militares agiram em obediência devida, sob coerção e autoridade superiores, sem possibilidade de conduta adversa. O presidente argentino Carlos Menem concedeu ainda uma série de indultos aos militares já condenados, um enorme retrocesso quanto aos esforços realizados pelo presidente anterior, Raúl Alfonsín, para processar e punir os responsáveis pelas atrocidades do regime militar. No entanto, graças principalmente aos movimentos populares dos familiares de vítimas do regime, o cenário pôde ser alterado. O primeiro passo foi dado em 2003 com a aprovação, pelo Congresso argentino, de uma lei que revogava as leis Ponto Final e Obediência Devida. Em 2005, a Suprema Corte argentina decidiu que as leis de anistia são inconstitucionais, declarando-as nulas. Finalmente, em 2008, ocorreu a derrogação do Código Penal Militar, ou seja, os militares ficaram sujeitos à Justiça comum, podendo apelar para a Justiça federal em caso de crimes militares.

⁴³ Apesar da indignação das vítimas da ditadura Uruguia e dos clamores populares pela condenação dos militares, o Legislativo uruguaio sancionou, em 1986, a Lei 15.848, também chamada de Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado. Essa lei determinou que o Estado não poderia mais exercer sua pretensão punitiva para os delitos de cunho político ocorridos antes de 1985, o que configurava, na prática, a ausência de justiça para as vítimas do regime militar desse país. A Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado foi ainda submetida a *referendum* popular em 1989, sendo aprovada pela maioria da população uruguaia. Foi no âmbito interamericano que as vítimas da ditadura uruguaia lograram as primeiras e significativas vitórias. Em 1992, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após receber denúncias de que a Lei 15.848 violava a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, publica o Informe 29/92, no qual declara que a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva é incompatível com a defesa dos direitos humanos (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1992). Assim, as pressões internacionais e internas fizeram ressurgir, no cenário uruguaio, a questão dos desaparecidos no regime militar. As marchas

“malabarismos jurídicos” a forma perversa de justificar e ocultar os crimes “perpetrados em nome da liberdade e da democracia”.

A experiência do Chile foi uma das mais bem-sucedidas no que diz respeito à adoção de medidas de caráter reparatório e de esclarecimento público sobre o seu período ditatorial. Como nos demais países latino-americanos, num primeiro momento pós-redemocratização, foi aprovada uma lei de anistia de alcance duvidoso, na qual se buscava explicitamente proteger os “autores, cúmplices ou acobertadores” de todos os crimes (“atos delituosos”) cometidos entre 11 de setembro de 1973, data do golpe de estado que derrubou Salvador Allende, e 10 de março de 1978, na era Pinochet. Esse era o teor do artigo 1º do Decreto-Lei 2.191, de 19 de abril de 1978, que foi posteriormente revogado, tendo o ex-ditador chegado a viver seus últimos meses de vida em prisão domiciliar. Em que pese a tentativa de anistiar indiscriminadamente os envolvidos na ditadura ter logo sido levada a efeito, a implantação de um organismo dedicado ao resgate da memória desse período também foi imediata: menos de dois meses depois de o primeiro governo pós ditatorial ter assumido (Governo Patricio Aylwin) foi criada a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, pelo Decreto 355, de 25 de abril de 1990. Ainda em 1992 foi criada, no Chile, a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação, por meio da Lei 19.123, que tinha como competência concluir o processo de declarar oficialmente como vítimas as pessoas que perderam a vida nos marcos da violência política praticada durante o regime militar, assim como coordenar, executar e promover as recomendações contidas no relatório da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação. (MAIA FILHO, 2013, p. 180 e 181)

Segundo o mesmo autor, a preocupação com a memória, no Brasil, a esse respeito, tem frequentado o debate público. O tema voltou à agenda política, na busca de informações sobre os fatos que envolvem os mortos e desaparecidos no regime civil-militar, com as atividades da Comissão Nacional da Verdade, no período de maio de 2012 a dezembro de 2014⁴⁴, que alcançaram destaque e repercussão.

populares clamavam pelo direito à verdade e à reabertura da discussão no país. Baseadas agora na Resolução 29/92 da Comissão, as vítimas e seus familiares ingressaram com demandas no âmbito administrativo, para que o Executivo promovesse as devidas investigações. Entretanto, o movimento que parecia apontar para uma mudança ainda maior, consubstanciado em um plebiscito marcado para outubro de 2009 para votar a permanência ou não da referida lei, viu-se frustrado com a vitória do chamado “voto amarelo” – nome dado em função da cor das papeletas –, que decidiu pela permanência do marco legal no país. Desta forma, o Uruguai presencia avanços e retrocessos na busca por justiça das vítimas de violações aos direitos humanos perpetradas pelo regime ditatorial. A recente decisão da Suprema Corte do país poderá, entretanto, servir de precedente àqueles que buscam reparações na Justiça uruguaia, apesar do resultado negativo do plebiscito.

⁴⁴ “A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011, e instituída em 16 de maio de 2012. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014, pela Medida Provisória 632. A CNV buscou apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A esses objetivos, constantes do artigo 1º da Lei 12.528/2011, somou-se o de buscar localizar e identificar os corpos e restos mortais dos

No Brasil, esses processos, bem como iniciativas como a da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, apontam para a consolidação de um direito à memória e à verdade e de mecanismos institucionais que permitam o adequado exercício desse direito. (MAIA FILHO, 2013, p. 174)

A promulgação da lei brasileira de anistia se deu ainda na vigência do regime militar, no governo do general João Baptista Figueiredo (mandato de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985). Visando a acelerar a abertura política brasileira, a Lei 6.683, de 1979, extinguiu a punibilidade dos crimes políticos ou conexos perpetrados entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

A chamada Lei de Anistia objetivava, no discurso, trazer novamente à vida política aqueles que foram perseguidos pelo regime militar, como os presos políticos e exilados. Entretanto, a lei significou também, na prática, a consubstanciação da impunidade dos agentes governamentais envolvidos em sérias violações de direitos humanos, como a prática de tortura, desapareções e assassinatos.

A busca pelo direito à verdade promoveu a elaboração de diversos relatórios acerca das desapareções e torturas praticadas pelo regime militar brasileiro. O projeto Brasil: Nunca Mais, o Dossiê de Mortos e Desaparecidos a partir de 1964 e a publicação *Dos Filhos deste Solo - Mortos e Desaparecidos Políticos Durante a Ditadura Militar: a Responsabilidade do Estado*, são exemplos da luta da sociedade brasileira em busca de informações acerca dos acontecimentos de uma era que permanece obscura na memória nacional.

O Direito à Verdade, exigido pelas famílias das vítimas, constitui pressuposto de exercício democrático, e enquanto restarem impunes torturadores e assassinos não se poderá falar em justiça. Espera-se que os clamores populares que levaram à derrogação das leis argentinas surtam efeito semelhante na terra pátria,

desaparecidos, propondo, ao final, medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e a efetiva reconciliação nacional (artigo 3º, incisos IV e VI). Também buscou colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações” (inciso VII). No trabalho de resgate da memória da ditadura, a lei determina, ainda, que todo o acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade deverá ser encaminhado ao Arquivo Nacional para integrar o projeto Memórias Reveladas (art. 11, parágrafo único)” (MAIA FILHO, 2013, p. 193). O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado Memórias Reveladas, foi institucionalizado com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País. O Centro constitui um marco na democratização do acesso à informação e se insere no contexto das comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O projeto Memórias Reveladas colocou à disposição os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar. O Relatório Final da CNV foi entregue à presidente Dilma Rousseff em cerimônia no dia 10 de dezembro de 2014 (Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2016).

possibilitando o julgamento dos responsáveis pelas atrocidades do regime anterior ou, ao menos, a abertura dos arquivos para que as vítimas, suas famílias e a sociedade tenham acesso à verdade sobre os fatos.

Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro (GAGNEBIN, 2009, p. 47).

2.2 A Respeito da Memória e da Experiência

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.

(BENJAMIN, 2012, p. 39)

A epígrafe foi extraída do ensaio intitulado *A Imagem de Proust*, que Benjamin escreveu em 1929⁴⁵. Benjamin depreende, por meio das categorias do escritor francês, as suas próprias categorias no que concerne ao papel da memória na escrita da história. Para Benjamin, há, em Proust, a forma mais louvável, a tentativa árdua, e nunca esgotável, de resgate do passado – de sua redenção pela memória.

A memória é algo tão incrível que, quando acionada, toma conta de nosso ser de modo tão surpreendente que, num piscar de olhos, deparamo-nos com a reminiscência de um evento passado. A memória é sempre a retomada das sensações causadas pela vida social ou da relação com a natureza, daquilo que nos chama a atenção, que pode ser desde os primórdios das descobertas infantis, até os traumas ou cenas cotidianas da vida adulta, eventos da vida que associam a existência individual com o universo em torno do homem.

A infância, que parece tão distante do suposto amadurecimento da vida adulta aproxima-se de nosso presente, do agora, e repentinamente familiariza-se com ele

⁴⁵ É certamente o escrito mais famoso de Benjamin sobre Marcel Proust (1871-1922). Escritor francês, mais conhecido por sua obra *Em Busca do Tempo Perdido*, que foi publicada em sete partes, entre 1913 e 1927. Benjamin traduziu para o alemão alguns dos volumes, e esse ensaio foi produzido nesse contexto.

no instante em que um odor, um som ou um sabor manifesta-se em nosso aparato sensório.

No ensaio *A Imagem de Proust*, Benjamin trata da rememoração e da reminiscência (memória involuntária), que remete a formações espontâneas, que derivam do fluxo ininterrupto do pensamento. Benjamin explicita que, em Proust, é a memória que dita o texto, é a reminiscência o fio com que o romancista tece a trama de sua história.

Benjamin distingue a vivência (Erlebnis) da experiência (Erfahrung). O que Proust, em sua história, vai recuperar não é a experiência resgatada pela memória e nem inscrita na tradição, da experiência de um coletivo, mas tão somente uma vivência (Erlebnis), singular, privada, autocentrada e temporal (datada).

Com efeito, a experiência de Proust pertence a outra esfera que não a da tradição e, portanto, nada tem a ver, de acordo com Benjamin, com a experiência (Erfahrung) propriamente dita. ‘Erfahrung’ é o conhecimento obtido com uma experiência que se acumula, prolonga, desdobra, que vai sedimentando as coisas, com o tempo. ‘Erlebnis’ é a vivência do indivíduo privado, isolado; que precisa ser assimilada às pressas.

Não há dúvidas de que a memória é um fenômeno individual e psicológico, mas, sobretudo, a memória é, principalmente, um fenômeno social, ou seja, é derivada da construção das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais, o que transcende o aspecto individual.

O tema da memória suscita outro, tão importante, que é a lembrança. Lembrar ainda é algo que não se explica claramente, bem como não se explica a seletividade da memória. Segundo Chauí (2002, p. 128):

[...] selecionamos e escolhemos o que lembramos e a lembrança, como a percepção, tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (existem lembranças alegres e tristes, saudade, arrependimento, remorso). [...] também não se pode explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras.

Para Benjamin, a noção de experiência possui uma relação bastante intrincada com as noções de memória e de narração (ou “arte de contar histórias”).

Segundo ele, o acesso à memória é o que permite a transmissão, via narração, da experiência.

Nos textos *Experiência e Pobreza*⁴⁶ e *O Narrador*, Benjamin também trata dos impactos negativos da modernidade capitalista em nossa capacidade de ouvir e contar história e o declínio da transmissão de experiências.

Com a modernidade, não há mais tempo para ouvir histórias, que, segundo Benjamin, são as únicas via de transmissão da experiência em seu sentido pleno. Afirma que a narrativa tem sido substituída pela informação; passou-se a preferir os jornais, fonte de informação concisa e de fácil assimilação, mais “compatível” com o acelerado cotidiano moderno. Com a vida sendo guiada pelo imediatismo, a vivência se destaca em detrimento da experiência.

Para Benjamin (1989), a memória involuntária reintegra o indivíduo a uma espécie de experiência mais próxima da verdadeira; ela lança o indivíduo em outra dimensão espaço-temporal, ampla e indeterminada; espaço e tempo onde a tradição pode ser contemplada.

Segundo Benjamin, toda e qualquer experiência está condicionada por um conjunto de representações coletivas, que cerca uma representação individual. Isso quer dizer que a experiência do indivíduo nunca é uma só, nunca é alheia à experiência da história, da tradição; em suma, o sujeito nunca é um ser isolado da cultura.

Gagnebin (2009) ressalta que a exigência de memória, que em vários textos de Benjamin retrata com força, deve levar em conta as dificuldades que pesam sobre a possibilidade da experiência comum e da possibilidade da transmissão e do lembrar. A autora afirma que Benjamin, no texto *O Narrador*, “[...] constata igualmente o fim da narração tradicional, mas também esboça como que a ideia de uma outra narração, uma narração nas ruínas da narrativa [...]”. (GAGNEBIN, 2009, p. 53)

⁴⁶ *Experiência e Pobreza* (1933). Nesse ensaio, Benjamin aborda como o retraimento da transmissão de experiências – através de provérbios, narrativas, e estórias – ocasionado pelo trauma europeu devido à Primeira Guerra Mundial, torna os indivíduos mais pobres de experiências transmissíveis, levando-os a uma destituição cultural, caracterizando assim um novo quadro de barbárie. Este pobreza, segundo Benjamin, nos desvincula de nossa tradição, história e patrimônio cultural. No entanto, Benjamin sugere um conceito novo e positivo de barbárie, no qual os artistas e pensadores partiriam da estaca zero, recriando, reconstruindo e renovando a cultura.

Portanto, Benjamin retém da figura do narrador um aspecto humilde, mais marcado pelo anonimato, um catador de sucata e de lixo “[...] esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (GAGNEBIN, 2009, p. 53 e 54).

O “narrador sucateiro” não tem por alvo recolher os grandes feitos, mas tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação para a história oficial. Mas o que são esses elementos de sobra do discurso histórico?

A resposta de Benjamin é dupla. Em primeiro lugar, o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial levaria ao auge, na crueldade dos campos de concentração (que Benjamin, aliás, não conheceu graças a seu suicídio). Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste – aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem eu sentido (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Nesse sentido, é necessário mais que a lembrança, segundo Benjamin, é necessária a “rememoração”, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecimento e ao recalcado, para dizer, mesmo com hesitação e incompletudes, aquilo que ainda não teve direito nem à lembranças nem às palavras. Pois “[...] o cronista que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. [...]” (BENJAMIN, 2012, Tese III, p. 242).

A rememoração também significa atenção ao presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente.

2.3 A importância da Narração para a Constituição do Sujeito

*Não existem, nas vozes a que agora damos
ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?*
(BENJAMIN, 2012, Tese II, p. 242)

A rememoração, como vimos, é a retomada salvadora, pela palavra, de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e esquecimento. A narrativa ocupa a mesma e fundamental importância, na constituição do sujeito; sobretudo as

narrativas históricas se constituem em respostas às interpelações silenciadas do passado.

O conceito de história, para Benjamin (2012), designa tanto o conjunto de todos os acontecimentos, quanto a narrativa. Para ele, a história é inseparável da atividade narrativa e das várias formas de narrar.

Para Benjamin (2012), narrar é “a faculdade de intercambiar experiências”. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores e essa “experiência” se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações, que supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho.

Assim, Benjamin (2012, p. 214), no texto *O Narrador* considera que os narradores orais podem ser divididos em dois grupos principais, tipos fundamentais, a saber, o “marinheiro viajante” e o “camponês sedentário”.

“Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições.

Para Benjamin (2012), esses dois tipos de narradores se interpenetravam, isto é, havia narrativas que contavam com mestres sedentários detentores de sabedorias tradicionais e com seus aprendizes ambulantes. Portanto, segundo Benjamin, a extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendida se levada em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos.

Benjamin também afirma (2012, p. 216) que a verdadeira narrativa tem caráter utilitário.

Ela traz sempre consigo, de forma aberta ou latente, uma utilidade. Essa utilidade pode consistir por vezes num ensinamento moral, ou numa sugestão prática, ou também num provérbio ou norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos ao ouvinte. Mas se “dar conselhos” soa hoje como algo antiquado, isto se deve ao fato de as experiências estarem perdendo a sua comunicabilidade.

Nessa perspectiva, a narrativa da tradição se perde com “uma decadência moderna” com o advento do romance, e é marcada pela invenção da imprensa e das técnicas de reprodução.

Para caracterizar a narrativa da tradição, há os seguintes pressupostos da realização da experiência (Erfahrung), a saber: da experiência coletiva, que fundamenta a narrativa tradicional: o caráter não individual da experiência a ser relatada, isto é, comum ao narrador e ao ouvinte; a proximidade da narração da experiência com o trabalho artesanal; o aspecto prático da narrativa.

A sociedade capitalista, com o desenvolvimento da técnica, do progresso e da velocidade, permite outra forma de narratividade. A narrativa moderna, ao contrário, traz indivíduos isolados, sem orientação e angustiados.

Benjamin (2012, p. 219) alerta que a “informação”, destaca-se na sociedade burguesa consolidada. Compara a informação ao saber da narrativa da tradição, afirmando que o saber, que vinha de longe, “[...] dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência”. Explica que a informação “aspira a uma verificação imediata”, isto é, vincula-se a um fato próximo que é explicado no momento em que é apresentado.

Conclui que “quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação”. Na narrativa, ao contrário, “o extraordinário e o miraculoso são narrados com maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor”, ressalta o estudioso, observando, assim, que o declínio da narrativa da tradição também ocorre pelo uso e pela difusão da informação.

Benjamin (2012) explica que a informação está presa ao momento em que se revela e precisa se explicar, esgotar-se em si mesma: “Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele” ressalta, uma vez que se vincula diretamente ao fato que informa. O exemplo de narrativa em contraste à informação que traz é o relato de Heródoto (BENJAMIN, 2002, p. 219-220).

Na narrativa citada, afirma a pluralidade e a atemporalidade: “Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver”. Demonstra como a informação está presa ao momento em que se revela e precisa se explicar, esgotar-se em si mesma: “Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele” ressalta, uma vez que se vincula diretamente ao fato que informa.

A narrativa da tradição caracteriza-se de forma distinta: o aspecto conciso permite sua fácil memorização e, além disso, a distância da análise psicológica, aproximando-a da experiência do ouvinte, instiga-o a recontá-la.

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia (BENJAMIN, 2012, p. 221).

A marca do narrador firma-se no modo como este traduz a sua experiência, a tradição e os seus conselhos em sua narrativa, de forma única e peculiar: “Ela [a narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 2012, p. 238).

Para Benjamin, ao rememorar suas histórias, suas vivências, os sujeitos podem transformar suas narrativas em experiências de vida, porque as memórias compartilhadas por meio das narrativas possibilitam àqueles/as que narram realizar um trabalho sobre si mesmo e sobre suas relações sociais.

Quando nos colocamos no resgate da história, por meio da memória e da narrativa, participamos do “contar da história”; da vida da palavra e da memória, mas, essencialmente, assumimos um compromisso com o presente e o futuro.

PARTE 2
O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO
NA ORIGEM DE NOBUKO KAMEYAMA

Introdução

Ao introduzir a Parte 2 desta tese, é importante lembrar que quase toda a historiografia da humanidade está escrita a partir da perspectiva dos vencedores e é preservada dessa forma de geração em geração. Assim, como afirma Benjamin (2012), os que vencem hoje são herdeiros dos vencedores do passado. No entanto, segundo o mesmo autor, a história dos vencedores contém também a história daqueles que sucumbiram por causa disso.

[...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa **escovar a história a contrapelo** (BENJAMIN, 2012, Tese VII, p. 244 e 245). (grifo da autora)

Benjamin (2012) aponta o historicismo de identificação com os vencedores. O termo “vencedor” não se refere às batalhas ou às guerras comuns, mas à “guerra das classes”, na qual a classe dirigente não cessou de vencer os oprimidos (LÖWY, 2012). Portanto, Benjamin afirma que o historicismo se identifica com as classes dominantes (identificação afetiva, empatia – *Einfühlung*). O historicismo vê a história como uma sucessão gloriosa de altos fatos políticos e militares, fazendo o elogio dos dirigentes e prestando-lhes homenagem, confere-lhes o estatuto de “herdeiros” da história passada.

Segundo Benjamin, na *acedia*, termo latino que designa a indolência do coração, a melancolia. Por quê? Qual é a relação entre *acedia* e a *Einfühlung*? [...] é possível encontrar a chave do problema em *Origem do Drama Barroco Alemão* (1925)⁴⁷: a *acedia* é o sentimento melancólico da toda poderosa fatalidade, que priva as atividades humanas de qualquer valor. Consequentemente, ela leva a uma submissão total à ordem das coisas que existem. Enquanto meditação profunda e melancólica, ela se sente atraída pela majestade solene do cortejo dos poderosos (LÖWY, 2012, p. 71).

Desse modo, Löwy (2012) afirma, portanto, que não há somente uma “identificação subjetiva”, mas, sobretudo “identificação objetiva” com o cortejo triunfante dos dominantes.

A identificação ocorre devido ao método da empatia de pesquisar a história. Esse método pressupõe o despojamento de conhecimentos alheios e posteriores ao momento investigado pelo historiador, ocorrendo a projeção do sujeito que investiga

⁴⁷ BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

no sujeito investigado. Não existe, nesse método, uma autorreflexão que coloque em jogo o foco da teoria histórica.

Escondido atrás de um procedimento científico que procura desvendar, desenvolver e aprimorar as técnicas de análise, o historicismo ignora as diferenças e acaba tornando semelhante aquilo que é distinto, e deixa de levar em conta o peso do próprio presente do historiador em sua análise.

Essa história que descreve o processo da humanidade como espetáculo, sem se perguntar sobre a importância do historiador na reconstrução que sua pesquisa pretende realizar, é a história contada na perspectiva dos vencedores. Portanto, essa concepção é tida como não crítica, pelo fato de que não questiona os próprios pressupostos metodológicos da tarefa do historiador.

A perspectiva do materialismo histórico, segundo Benjamin, deve seguir o caminho oposto, e discernir uma história das tentativas que fracassaram. Portanto, adere à exigência de “escovar a história a contrapelo”.

É a partir da Parte 2 que vai se delineando o nosso desafio de escrever a contrapelo os contextos históricos que compõem o cenário da origem de Kameyama, tendo ela especialmente como principal interlocutora, seja em sua própria narrativa no relato de sua história de vida (SILVA, 1991) e, principalmente, em sua produção teórica sobre a *Noroeste Paulista e a Questão Agrária no Brasil*.

Capítulo 3 Configuração e Ocupação da Região Noroeste Paulista

Perguntas de um Trabalhador que Lê

*Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os
construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a
Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam
gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou?
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.*

(BRECHT, Bertolt. **Poemas**, 1913 -1956)

A ocupação da região Noroeste paulista está vinculada ao desenvolvimento do capitalismo internacional. No cenário internacional, entre 1870 e 1930, o capitalismo consolidava-se nos países mais avançado, e atingia a fase do Fordismo, nos Estados Unidos da América (EUA): automóvel, eletricidade, rádio, cinema e telefone promoveriam importantes transformações, tanto na base como na superestrutura. É esse também o grande momento do crescimento da massa de trabalhadores, da expansão sindical e do início do *welfare state*, ampliando também os direitos civis.

Essa expansão concentrada do capitalismo “recoloniza” os países periféricos, para a conquista de mercados e posições econômicas. É o momento da luta concorrencial dos grandes trustes e cartéis internacionais, da queda da hegemonia

do imperialismo Inglês, substituído, a partir do final da I Grande Guerra, pelo norte-americano.

Do final do século XIX até 1940, o café torna-se o principal produto de exportação do Brasil, pois apresentava bom desempenho em preços e quantidades. Na década de 1920, contudo, o capitalismo vivenciou uma crise internacional (centrada nos EUA) sem precedentes, que culminou com a crise de 1929. Essa crise afetou os países periféricos, inclusive o Brasil, no comércio exterior e provocou aumento da instabilidade financeira internacional. Veremos que tanto a ocupação do Noroeste paulista quanto a crise do café possuem ligações com as fases expansionista e retracionista, respectivamente, do capitalismo internacional. Entenderemos como isso foi possível, conhecendo parte dessa história, ao esclarecer como e porque se deu a ocupação da região Noroeste paulista.

3.1 O Território da Média Noroeste

Lins/SP, cidade natal de Kameyama, situa-se na chamada Média Noroeste, que, por sua vez, é parte de uma região maior denominada Noroeste do Estado de São Paulo que se limita com o vale do Rio Tietê, de um lado, e, de outro, com os rios Tibiriçá, Feio e Aguapeí. Compreende os municípios situados a partir de Bauru, centro geográfico do Estado, até as barrancas do rio Paraná, que marcam a divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

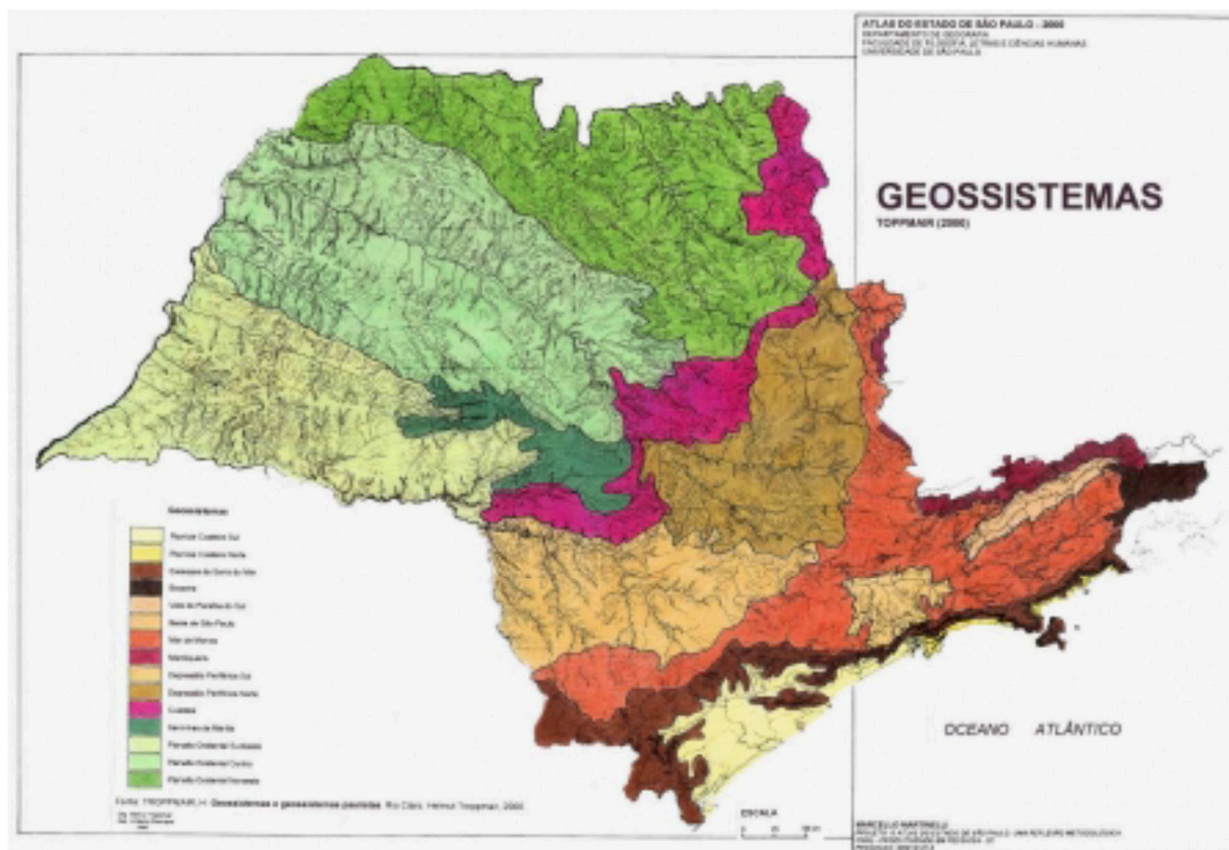
Segundo Montanha (2012), geologicamente, a Média Noroeste faz parte da bacia sedimentar do Paraná ou bacia Paranaica, com capeamento predominante do Arenito-Bauru. Entretanto, na porção centro-norte da região, o domínio pertence ao Arenito Botucatu. Os terrenos são predominantemente antigos (paleozóicos e mesozóicos⁴⁸).

Existem, porém, terrenos mais recentes (cenozóicas), especialmente na calha dos principais rios, com destaque para o Tietê e Aguapeí. O solo é profundo e poroso, com predominância de boa fertilidade. A maior parte é constituída por solos

⁴⁸ Na escala de tempo geológico, o **mesozoico** está compreendido entre 251 e 65,5 milhões de anos atrás, aproximadamente. A era paleozoica precede a era mesozoica (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em; 26 jan. 2016).

podzolizados⁴⁹ da variação Lins-Marília, apresentando composição ácida e sujeitos a erosão moderada (Fig. 4).

Figura 1 - Geossistemas do estado de São Paulo

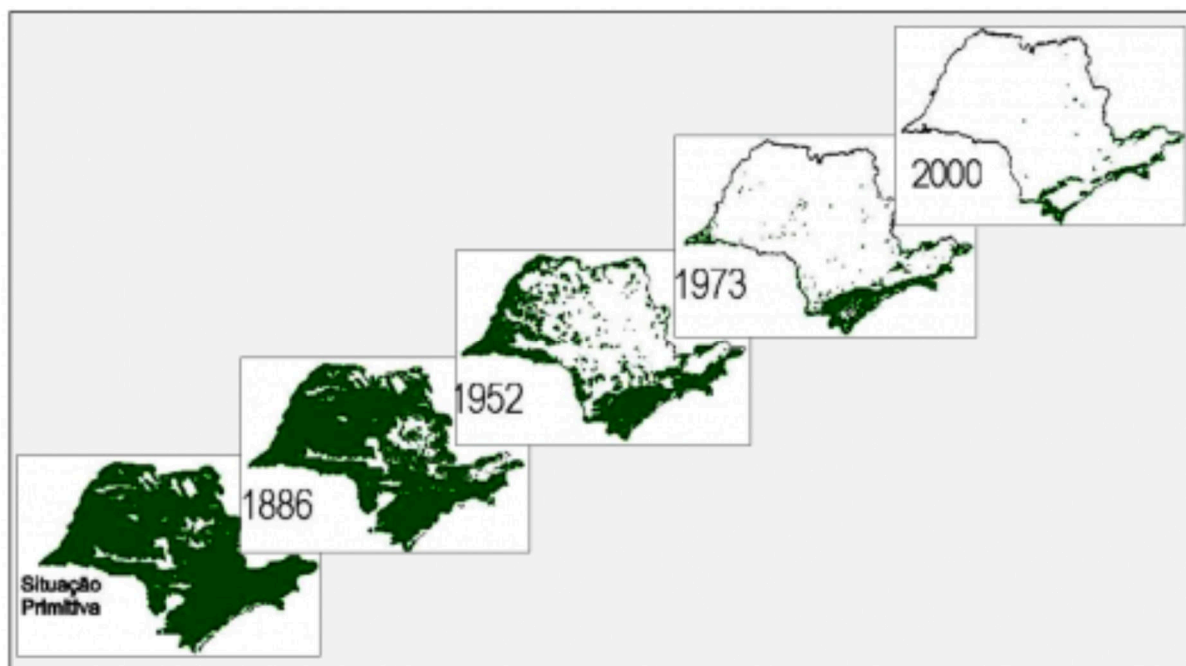


Fonte: Montanha (2012)

A cobertura vegetal natural já foi quase totalmente substituída pelo trabalho gerado pela ocupação humana (lavouras, pastagens, cidades e povoações). No passado, a região foi um domínio da Floresta Tropical, onde apareciam com abundância a peroba, o ipê, cedro, canelão, a aroeira, macaúva, o jatobá e pau-d'alho. Dessa mata tropical, restam ainda alguns resíduos e vestígios. Além da floresta, outra paisagem botânica da Média Noroeste é o cerrado, que ainda pode ser visto em largos trechos no oeste da região (Avanhandava, Penápolis e Barbosa) (Fig. 5).

⁴⁹ Podzolização é o ato de reduzir a fertilidade das camadas superiores do solo naturalmente. Em solos ácidos, as partículas que retêm nutrientes do solo se decompõem na primeira camada de solo e seus íons solúveis são transportados para baixo e depositados em horizontes mais inferiores (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 26 jan. 2016).

Figura 2 - Processo da devastação da vegetação nativa do Estado de São Paulo



Fonte: Montanha (apud MARTINELLI, 2010)

3.2 Ocupação e Colonização do Oeste Paulista

O Estado de São Paulo tem origem, segundo Bueno (2009), na antiga Capitania de São Vicente, cujo donatário foi o fidalgo português Martin Afonso de Sousa, que funda, em 1532, a Vila de São Vicente, a primeira do Brasil, hoje cidade de São Vicente, no litoral paulista. A ocupação do planalto com as vilas de São Paulo (1554) e Santana do Parnaíba (1580) promoveu as Bandeiras⁵⁰ para os sertões, sem passar pelo difícil obstáculo da Serra do Mar, e que tinham como objetivo o aprisionamento dos índios e a busca por metais e pedras preciosas. A Capitania de São Vicente, originalmente, se estendia da atual cidade de São Vicente até Santa Catarina, incluindo o Paraná. A pequena Capitania de Santo Amaro, que se estendia das atuais cidades do Guarujá até Ubatuba, no litoral norte paulista, foi incorporada à Capitania de São Vicente, formando a Capitania de São Paulo.

⁵⁰ Bandeiras é a denominação dada aos sertanistas do período colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões em busca de riquezas minerais. Consta que a proposta inicial das entradas era explorar os sertões, termo que designava as terras interioranas que estivessem longe da costa, onde tais expedições iam no intuito de mapear a região e descobrir a evidência de metais preciosos e joias. Posteriormente, as entradas receberam a missão de caçar indígenas para o trabalho escravo, como também fundar fortalezas, vilas e cidades, no intuito colonizador, e também foram organizadas entradas paramilitares para defender as terras coloniais de invasões ou da ameaça dos próprios indígenas (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

A ocupação do território espalhou-se primeiro para o vale do Rio Paraíba, com as vilas de Mogi das Cruzes (1611), Taubaté (1645), Jacareí (1653) e Guaratinguetá (1630), em direção ao Rio de Janeiro. Em direção oeste, já no século XVII, surgiram Jundiaí (1655), Sorocaba (1654) e Itu (1610). Segundo Bueno (2009), a maioria passou por estágios anteriores, como Capela e Freguesia, antes de ser elevada à categoria de Vila. A descoberta do ouro pelos paulistas, em Minas e Goiás, deslocou a ocupação para essas regiões, posteriormente emancipadas em novas capitanias e províncias. Assim, durante quase 300 anos, todo o oeste do estado de São Paulo, a partir da região de Sorocaba, ficou relegada pelos portugueses, sendo meramente um caminho de passagem, no caso, usando o rio Tietê como principal via de penetração.

Assim, a região Noroeste do Estado de São Paulo, até 1905, era assinalada nos mapas do Estado como “região desconhecida e habitada por índios”, considerada como um lugar de sertão, coberto pela floresta tropical (BEOZZO, 1969). Sua ocupação e colonização estão intimamente vinculadas ao processo de penetração do capitalismo internacional no Brasil. Segundo Neves (2006), antes da chegada da ferrovia e da implantação do café, a região Noroeste era ocupada pelos índios e por posseiros.

O crescimento da “civilização” e o desenvolvimento da produção do café na região Noroeste do Estado de São Paulo foi um processo muito conflituoso. De um lado, interessava ao Estado unir o Brasil a outros países por meio da Estrada de Ferro; enquanto que para os fazendeiros do café, as terras da Noroeste tornavam-se fonte de lucro garantido na venda do seu produto.

Portanto, a história do povoamento “civilizado” dessa região inicia-se em 1905, intimamente ligada à abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, à marcha do café no Estado de São Paulo e ao massacre dos índios Caingangues⁵¹, primitivos habitantes da região (Foto 1).

Os caingangues, segundo Monbeig (1984), viviam da pesca, da coleta de mel. Cortavam palmitos, teciam fibras vegetais, fabricavam cestas e usavam o mate

⁵¹ Os índios foram atacados de diversas formas, desde colocar roupas contaminadas pela varíola, nas pontas dos trilhos, que eram recolhidas à noite pelos índios e causaram epidemia e dizimaram grande parte da população indígena; como por ataque no meio da noite, quando, ainda entorpecidos pelo sono, eram alvejados (CHINALI, 1992).

preparado com folhas de congonha. Cultivavam suas hortas de, no máximo, um hectare⁵², onde plantavam feijão, abóbora e milho. Usavam a coivara⁵³, para preparar o terreno de plantio.

Foto 8 - Caingangues em canoa no início do século XX



Fonte: Câmara Municipal de Araçatuba, ilustrado por Montanha (2012)

A presença dos migrantes fugitivos de regiões difíceis foi outro aspecto de conflito. Esses migrantes encontravam aí expectativas de melhoria e estabilidade para a sua família. Por fim, os índios, que ali viviam, sentiam-se ameaçados em sua própria cultura, por causa da invasão, construção das estradas, das queimadas e doenças. Os trabalhadores da construção da estrada, por sua vez, passaram por dificuldades e sofrimentos. Muitos morreram de malária ou nos conflitos com os índios Caingangues. “Abandonar o serviço nem pensar, quem entra no inferno não sai” (BEOZZO, 1969, p.772).

A mão de obra indígena não era interessante ao capitalismo que se implantava na região, pois já era comprovada, em outras regiões do País, que o índio, por causa de sua cultura, trabalhava para a sobrevivência e não para produzir mercadorias. Sua organização era baseada na cooperação simples; desconheciam

⁵² Hectare é uma unidade de medida equivalente a 10 mil metros quadrados.

⁵³ Coivara é uma técnica agrícola tradicional. Inicia-se a plantação com a derrubada da mata nativa, e com as ramagens acumuladas, põe-se fogo no terreno para adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura. A plantação é intercalada por várias culturas (rotação de culturas).

o trabalho como forma de exploração de outrem. Portanto, dizimar os índios era uma prerrogativa para o “sucesso” do projeto que se estabelecia naquela região.

Além do mais o que se processava naquele momento era a apropriação capitalista da terra, sua transformação em mercadoria e em produtora de mercadorias, nem que para isso fosse preciso “limpá-las dos primitivos ocupantes”. Portanto, ao lado da violenta eliminação do índio⁵⁴, ocorre o povoamento “civilizado” da região Noroeste.

Beozzo (1969) divide esse povoamento em duas grandes etapas. A primeira, de implantação e expansão, que vai de 1905 a 1940, e a segunda, de transição e declínio da população, de 1940 a 1968, ano limite para o estudo do autor. A primeira etapa, de 1905 a 1920, é de implantação e caracterizada pelo desbravamento do sertão. Ao seu final, a população está com 136.454 habitantes. Inicialmente, é formada pelos trabalhadores da construção da estrada de ferro. “Eram geralmente excedentes de mão de obra das regiões donde o café tinha desertado acrescidos dos migrantes vindos de Minas Gerais, Bahia e do Nordeste” (BEOZZO, 1969, p. 775). Em seguida, vêm os desbravadores de sertão e os fundadores de cidades, abrindo as fazendas de café. A escassez de mão de obra era notória e a região Noroeste dependia da imigração para seu povoamento.

Segundo Beozzo (1969, p. 780), o período seguinte, de 1920 a 1940, de colonização, é marcado por espetacular crescimento demográfico. A população passa de 136.454 para 608.027 habitantes. Dentre essa população, o imigrante estrangeiro aparece com mais intensidade do que no período precedente, representado em sua maioria pelos japoneses (54,2%)⁵⁵, seguidos pelos espanhóis (17,0%), italianos (16,1%), portugueses (7,3%), alemães (1,4%) e outros (4,0%).

A segunda etapa, assinalada por Beozzo (1940 a 1968), é dividida pelo período inicial, de 1940 a 1950, que é caracterizado pela diminuição do ritmo de crescimento. A imigração estanca-se na região de Lins e a cultura do café começa a dar sinais de decadência, quando as terras da região dão sinais de cansaço e os

⁵⁴ Mesmo com a criação do decreto de 1910, sobre o Serviço Social de Proteção aos Índios, as medidas de mudança nos cenários de conflito não foram suficientes para impedir o avanço indiscriminado dos fazendeiros e migrantes sobre as terras, beneficiando, esse decreto, muito mais à realidade do capitalismo e seu desenvolvimento do que aos próprios índios.

⁵⁵ Os avós de Nobuco Kameyama chegaram ao Brasil em 1917 e se fixaram na região Noroeste do Estado de São Paulo.

preços ficam deprimidos, portanto, o café migra e desloca-se para a região da Alta Noroeste, de formação mais recente, que compreendia os municípios de Araçatuba até Castilho. Depois, também se deslocou para o Norte do Paraná, em busca novamente de terras virgens que permitissem a produtividade compensatória dos preços baixos.

3.2.1 A Ferrovia e o Café

O traçado da Estrada Noroeste do Brasil parte de Bauru, encaminha-se na direção do rio Paraná atingindo Mato Grosso do Sul até Corumbá, divisa com a Bolívia. A construção da estrada de ferro começa a ser desbravada pelos trabalhadores oriundos de Minas Gerais e do Nordeste, mais especificamente da Bahia, os conhecidos “abridores do Sertão”.

A construção da estrada de ferro, de 1905 a 1914, obedece, segundo Azevedo (1950), à tríplice face: estratégica, econômica e internacional, correspondente às três funções intimamente ligadas, desde sua origem: 1) estrada de ferro com a função de “soldar províncias” entre si e estas com a capital do país, e defesa de fronteiras; 2) promover o povoamento e a colonização de terras consideradas “quase desertas”; 3) ser escoadouro de produtos até o Porto de Santos. Portanto, as terras “de ninguém” passaram a ser poderosos centros de produção agrícola e industrial.

As cidades na região Noroeste surgem qual um rosário, ao longo dos trilhos da estrada de ferro, e o café encontra novas terras e avança na “trilha” aberta pela estrada de ferro.

O traçado da estrada Noroeste do Brasil parte de Bauru, encaminha-se na direção do rio Paraná, atingindo Mato Grosso do Sul até Corumbá, divisa com a Bolívia. Conforme Beozzo (1969), até 1905, a região Noroeste foi considerada como um lugar de sertão, coberto pela floresta tropical. A construção da estrada de ferro começou a ser desbravada pelos trabalhadores oriundos de Minas Gerais e do Nordeste, mais especificamente da Bahia, os conhecidos como “abridores do Sertão”. O principal motivo do processo migratório foi a estrada de ferro, tornando-se essa região, em vinte anos, um “formigueiro humano e um mar de café”. Essa região sofre verdadeira explosão demográfica, que, conforme:

[...] a região noroeste se transformou num verdadeiro formigueiro humano: regiões como a de Bauru, Lins, Birigui e Presidente Alves chegaram a densidades demográficas da ordem de respectivamente 56, 37, 78, 33, 42 e 47, 88 habitantes por km², lá onde vinte anos antes nenhum civilizado pusera o pé (BEOZZO, 1969, p. 771).

A construção da estrada de ferro, de 1905 a 1914, obedece, segundo Azevedo (1958), a tríplice face estratégica, econômica e internacional, correspondente às três funções intimamente ligadas, desde sua origem: 1) estrada de ferro com a função de “soldar províncias” entre si e estas com a capital do país e defesa de fronteiras; 2) promover o povoamento e a colonização de terras consideradas “quase desertas”; 3) ser escoadouro de produtos até o Porto de Santos. Portanto, as terras “de ninguém” passaram a ser poderosos centros de produção agrícola e industrial.

A cultura do café, introduzida no Brasil em 1727, primeiramente na Amazônia, fez a sua trajetória pelo Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Nestes Estados, a cultura do café não foi tão significativa. Somente no Estado do Rio de Janeiro é que o café começou a participar de maneira mais intensa na economia nacional. Chegando a São Paulo por volta de 1787, quando nosso Estado se apresentava numa situação de estagnação econômica: o sono do ouro havia se transformado em pesadelo (KAMEYAMA, 1969a, p. 683).

Estudo realizado por Kameyama (1969a) aponta que, entre 1707 e 1836, a cultura do café penetra no Estado de São Paulo, num momento da história em que “[...] encontrava-se o paulista na fase mais desanimadora, pois sem índio para caçar, sem ouro para explorar, vivia em plena ociosidade” (KAMEYAMA, 1969a, p. 684).

É importante ressaltar que o início do povoamento (1905) ocorre justamente no período em que há depressão nos preços do café e a intervenção estatal para a alta dos preços. No entanto, apesar das crises, o café nas zonas virgens continuava a ser melhor negócio do Brasil, e na região Noroeste encontravam-se terras excelentes para o cultivo do café.

A introdução da agricultura do café no Estado de São Paulo deu-se pelo Vale do Paraíba, que era a zona onde mais se concentrava a população no Estado de São Paulo, “sendo contíguas às terras fluminenses”. Com a diminuição da produtividade de café nessa região, devido ao desgaste da terra, buscaram-se novas terras virgens e mais produtivas.

A partir de então, dá-se a ocupação de novas áreas para a plantação do café: Araraquerense, Noroeste, e Alta Sorocabana. Novamente, há o desgaste da terra e

se vai em busca de novas terras produtivas, dessa forma, o café chega ao Oeste do Estado de São Paulo, por volta de 1905, e entra em decadência em 1940, quando esse fluxo caminha para o norte do Estado do Paraná.

Kameyama (1969a, p. 684) ressalta que, nesse processo, se contou com a mão de obra “[...] dos primeiros focos de povoamento de colonos estrangeiros, originando agrupamentos humanos com certo nível de organização para a exploração econômica e desenvolvimento de atividades comerciais primárias”.

Segundo a mesma autora, antes da agricultura de café no Brasil, a população brasileira era constituída essencialmente de três raças e etnia: a indígena, a portuguesa (imigração iniciada a partir de 1500) e a africana (1538). A primeira corrente migratória no Estado de São Paulo foi de alemães (1827-30), seguida dos italianos (1877-1902); e japoneses (1908-1953).

Os imigrantes trouxeram importante contribuição para a economia do Brasil. Kameyama ressalta especialmente as contribuições para o Estado de São Paulo e especificamente para a região Oeste paulista. Os italianos contrapuseram a monocultura do café, difundiram a policultura e contribuíram com a mudança do sistema de trabalho agrícola, especialmente na transição do trabalho escravo para o livre, contribuindo com osurgimento de outras categorias de trabalho: parceiros, assalariados, empreiteiros e arrendatários. Também influenciaram no sistema de organização social, política e cultural do Brasil. Os imigrantes japoneses, especialmente no Estado de São Paulo, contribuíram com o desenvolvimento agrário, introduzindo novas plantas cultivadas, como rami, chá, juta e pimenta-do-reino. Introduziram o uso de fungicidas e fertilizantes; introduzem atividades hortigranjeiras, técnicas de conservação do solo; e, sobretudo, trazem uma nova organização rural, por meio de cooperativas e empresa agrícola.

Kameyama (1969a, p. 687) enfatiza que a expansão do cultivo do café está intimamente ligada à expansão da ferrovia. Afinal, os paulistas que se transformaram em agricultores do café passaram a se preocupar com os meios de drenar os produtos agrícolas. Dessa forma, no fim do século XIX, a lavoura do café estimulou a construção das primeiras vias férreas lançadas com fins estritamente comerciais.

Foi, portanto, o café que lançou as primeiras estradas de ferro, não só as que se destinavam a ligar o Rio de Janeiro às zonas das mais antigas fazendas e o porto de Santos a São Paulo, para o escoamento da produção, como também linhas de penetração que se constituíram em instrumentos de valorização econômica e pioneirismo do povoamento.

Na região do Oeste paulista, o avanço da Estrada de Ferro se efetua a partir de 1872. A partir de 1890, todas as estradas prolongam suas linhas, atraídas pelo café e pela primeira vez a estrada ganha a característica de “exploradora”, ou seja, até então as estradas tinham o caminho sempre em regiões já povoadas e o prolongamento dos trilhos começa a ser feito com a exploração das regiões novas, antes do povoamento.

No entanto, toda a expansão do café que se processou a partir de 1886, passou a sofrer decadência no final da primeira década do século XX. As causas estão numa confluência de diversos fatores econômicos e políticos em âmbitos nacional e mundial. O primeiro fator que Kameyama (1969a, p. 693) aponta, de âmbito nacional, é a ausência da política de controle da produção.

[...] não houve uma política de controle de produção por parte do poder público, decorrendo daí a superprodução e o rebaixamento do preço que atinge o seu período crítico a partir do ano de 1927 até 29, quando a safra brasileira apresenta um superávit no cômputo do mercado consumidor mundial.

A autora registra que a retração do mercado externo se inicia com a I Guerra Mundial (1914-18), que fez diminuir o índice de exportação de 57,7% a 31,1%. Diante disso, o governo elaborou um plano de defesa do café que consistia no financiamento do café retido nos armazéns e no fornecimento de créditos hipotecários aos cafeicultores. Esse plano teve um resultado importante, quando o índice de importação atinge 75,8%, que foi seu apogeu, em 1924, e em 1929, 71%.

No entanto, em âmbito mundial, ocorre o colapso dos mercados mundiais de moeda - a crise de 1929 - e a grande derrocada do café, que volta a atingir o índice de 32,0% na exportação mundial.

3.2.2 A Decadência do Café

A decadência do café trouxe consequências distintas, nas diversas regiões do Estado de São Paulo. Na região Norte do Estado havia grande concentração humana que passa a se deslocar para as zonas mais novas. Na zona central, ocorre um fenômeno diferente, visto que é a região onde se localizam os principais centros

industriais do Estado de São Paulo e passa a ter grande expansão, a partir de 1930, “[...] atraindo para as fábricas o proletariado das fazendas mortas.” (KAMEYAMA, 1969a, p. 694)

Na zona central, esses fatores e o abandono das fazendas de terras fracas pelos proprietários, à cata de terras mais rendosas, levaram à divisão dessas propriedades em pequenos sítios. Dessa forma, a monocultura do café cedeu lugar à policultura e o imigrante, que soube ou pôde economizar, se instalou trazendo certa estabilidade e fixação. “[...] Surge então a fruticultura, citricultura, vinha, cereais e cebola” (KAMEYAMA, 1969a, p. 694).

Nas regiões da Mogiana e Paulista, não houve o abandono da terra, mas sim o investimento na policultura de subsistência e, em algumas áreas, a cultura canaveira, para o provimento das usinas de açúcar, citricultura e cotonicultura, que é o cultivo do algodão.

Na região Araraquarense, o cultivo do café foi substituído pelo algodão, milho e arroz. Na Alta Sorocabana, além da cotonicultura, também se cultivavam batata e menta e mais tarde inseriu-se a pecuária.

Na região Noroeste, a mais densamente ocupada por fazendas de café, possui poucas áreas com a cotonicultura e vai gradativamente transformando-se em pastagens, atingindo 73,24% da área. A região de Araçatuba, especialmente, passa a ter como principal atividade a pecuária (engorda de gado e produção leiteira).

Kameyama (1969a, p. 698) aponta como causa do que denominou “colapso da Noroeste”, após a derrocada do café, “a ausência de competência (capacidade técnica) e escassez de mão de obra qualificada e capital para investimento em qualquer outro segmento econômico que não fosse ligado diretamente ao café”.

Na década de 1940, surgiram em Lins, segundo Beozzo (1977), algumas tentativas de diversificação agrícola sem, no entanto, impor novo rumo à economia. Tentou-se articular a produção rural e a industrial, por meio da Sedalins, para fiação e tecelagem de fio natural de seda. Lins chegou a ser, nessa década, a segunda maior produtora de seda do País. Surgiu, também, a indústria de laticínios e a produção de óleo com a criação da Cibral.

Com isso, na região Noroeste, ocorreu uma emigração populacional para o norte do Paraná, Mato Grosso e Capital. Com pouca industrialização na região, a oferta de emprego não foi suficiente para absorver toda a mão de obra liberada da zona rural.

Desemprego ou subemprego, decorrente do êxodo rural, principalmente dos “sem terra”, isto é, arrendatários, parceiros e assalariados. Estes fenômenos se processam de modo maciço para as cidades-polos e médias. Basta dizer que na região de Araçatuba o subemprego está presente em 58,25% da população adulta (KAMEYAMA, 1969a, p. 698).

A autora finaliza com um questionamento: gado salvador? Registra que o gado, além do café, algodão, da cana-de-açúcar e mamona caracterizavam o período analisado, eram as principais matérias-primas de exportação, além de receber apoio governamental. Isso fez com que a região Noroeste transformasse a área de agricultura em pastagem, sobretudo porque os investimentos para a criação do gado são baixos, por não exigirem equipamentos e ocupar pouca mão de obra.

3.2.3 A Chegada do Gado

Em texto intitulado *Oeste Paulista: Dinâmica e Descompasso*, Kameyama (1969b) analisa os desequilíbrios regionais provocados pelo que chamou de “macrocefalia industrial” na área da Grande São Paulo, ocorrendo uma descapitalização progressiva nas áreas predominantemente agropecuárias, em favor das áreas industrializadas.

Kameyama (1969b) apresenta e analisa os dados do censo de 1960, que demonstra ser, a população naquele momento, ainda predominantemente rural (57,2%), mas já apontava para um ritmo intenso de urbanização. Os dados apresentados também demonstram forte migração para a capital.

Outro aspecto apontado por Kameyama (1969b, p. 705) foi a utilização da terra para pastagem. Quanto à utilização e ocupação do solo, Kameyama (1969b, p. 705) analisa os dados oficiais disponíveis e afirma:

Analisando a evolução da lavoura paulista, podemos observar dois aspectos importantes: na utilização da terra, observa-se um aumento bastante grande das áreas reservadas às pastagens e uma estabilização e mesmo redução em algumas regiões das áreas destinadas à lavoura.

Depois de 1940, a região Noroeste, considerada uma das mais ricas do Estado de São Paulo, mais densamente ocupada por fazendas de café, começa, no

final da década de 1960, sua plena decadência. Kameyama (1969b, p. 697) descreve o que está acontecendo com a região, naquele momento.

O algodão nesta região tem menos importância, assumindo maior vulto apenas no município de Araçatuba até 1966, sendo que no ano seguinte a área cultivada diminuiu para mais da metade. A região de Araçatuba atualmente é a que apresenta maior porcentagem de área de pastagens, 73,24%. A principal atividade no setor da pecuária é a de engorda de gado e contribui com boa parcela de produção leiteira após a instalação de novas indústrias de laticínios. A área de lavoura está se reduzindo cada vez mais. A região que era constituída de pequenas propriedades, decorrentes da fragmentação das grandes propriedades no período de 1940, apresenta novamente a tendência de concentração de propriedades, predominando os grandes latifúndios [...].

Já em 1968, a carne bovina e o leite, juntos passam a ocupar o primeiro lugar, com uma participação de 25,7% da renda bruta do Estado de São Paulo, conforme dados do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura. (KAMEYAMA, 1969b), deixando para trás as culturas tradicionais, como cana-de-açúcar, café, milho, algodão, arroz, feijão, etc. Portanto, na região Oeste paulista, predomina a atividade de engorda de bovino.

A erradicação do café e a substituição das lavouras por pastagens para gado causam a expulsão do homem do campo e inauguram nova forma de acumulação capitalista. Enquanto o café necessita de abundante mão de obra, o gado exige poucos homens para grandes extensões de terra. Portanto, o êxodo rural⁵⁶ e o “inchaço” das cidades, não foram “[...] decorrente(s) da industrialização, mas sim do excesso de mão de obra colocada em disponibilidade pelo contínuo êxodo rural que se verifica na região” (KAMEYAMA, 1969, p. 705).

3.3 A Configuração Atual do Território da Região Média Noroeste

Política e administrativamente, o estado de São Paulo, atualmente, divide-se em 14 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo. Lins é uma das Regiões de Governo integrantes da Região Administrativa de Bauru (as outras duas são as Regiões de Governo de Bauru e de Jaú) e se situa em uma localização geográfica denominada Região Média Noroeste, conforme ilustra a Figura 3.

⁵⁶ Na sub-região de Lins, que é composta pelos municípios de Lins, Getulina, Sabino, Guaíçara, Promissão, Guaimbê, Cafelândia, Guarantã e Julio Mesquita, em 1950, havia 60.004 habitantes na zona urbana e 175.778 habitantes na zona rural, enquanto que, em 1960, havia 73.499 na zona urbana e 130.734 habitantes na zona rural (BEOZZO, 1969, p. 783).

Capítulo 4 – Território e Identidade

4.1 Lins – Berço de Nobuco Kameyama

Hoje é caminho de ferro que funda cidades e promove, com a indústria, as grandes aglomerações urbanas. Ele, o plantador de cidades, é todo-poderoso nessa matéria, como se viu na Noroeste, em que numerosas vilas, hoje cidades de primeira ordem, como que brotaram do chão, na ponta dos trilhos, e pequenas povoações foram obrigadas, muito simplesmente, a transportar suas casas para onde queria o caminho de ferro. Assim ergueram-se, ao longo da estrada, cidades importantes como Lins, Penápolis, Birigui e Araçatuba e, na variante, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina (Fernando de Azevedo – Um Trem Corre para o Oeste).

Como já citado, a história da cidade de Lins está ligada à história da abertura da Estrada de Ferro na região Noroeste do Estado de São Paulo e à marcha do café. Mas, sobretudo, faz compreender que a ocupação da região Noroeste paulista está interligada ao avanço da frente pioneira, numa nova fase de penetração do capitalismo internacional no Brasil. Segundo Monbeig (1984), esse avanço não se fez sem violência, uma vez que tiraram os “obstáculos” que pudessem barrar: derrubar a mata, ocupar a terra, expulsar os índios e antigos ocupantes que desenvolviam uma atividade econômica voltada para a subsistência (MONBEIG, 1984, p. 106).

Lins surge no início do século XX no cruzamento de uma trilha de índios, nas proximidades dos rios Tietê e Douradinho, hoje conhecido por Campestre, que circunda a cidade pelo lado Oeste e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ali tudo começou como povoado Santo Antônio do Campestre. Da mesma forma que muitos municípios do Estado de São Paulo, Lins desenvolveu-se tocado pela estação ferroviária criada, que motivou uma homenagem ao então governador da época, Albuquerque Lins⁵⁷, por isso o nome da cidade.

O povoamento de Albuquerque Lins foi elevado à categoria de Distrito de Paz, pela Lei estadual 1.408, de 30 de dezembro de 1913. “[...] povoado da estação do

⁵⁷ Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1852-1926), nascido no interior de Alagoas, iniciou seus estudos jurídicos em Recife e os concluiu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Casou-se com Helena de Sousa Queirós, filha do senador do Império (o barão de Sousa Queirós). Foi advogado, lavrador e político brasileiro - oitavo presidente do Estado de São Paulo (1908-1912). (Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Joaquim_de_Albuquerque_Lins>. Acesso em: 22 jan. 2016).

mesmo nome da estrada de ferro Noroeste do Brasil, do município de Bauru.” (DOCUMENTO HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DE LINS, 1984).

O município de Lins está localizado em um ponto estratégico para a produção e escoamento dos produtos. Em 30 de dezembro de 1914, torna-se conhecido como Distrito da Paz de Albuquerque Lins. No ano de 1919, com o surgimento da Diocese de Botucatu, cria-se a Paróquia de Albuquerque Lins. Em 27 de dezembro de 1919, torna-se então o município de Lins. O município de Albuquerque Lins foi criado no dia 21 de abril de 1920, com a posse da primeira Câmara Municipal. Aos 29 de dezembro de 1926, passou a denominar-se apenas Lins.

4.1.1 O Município de Lins

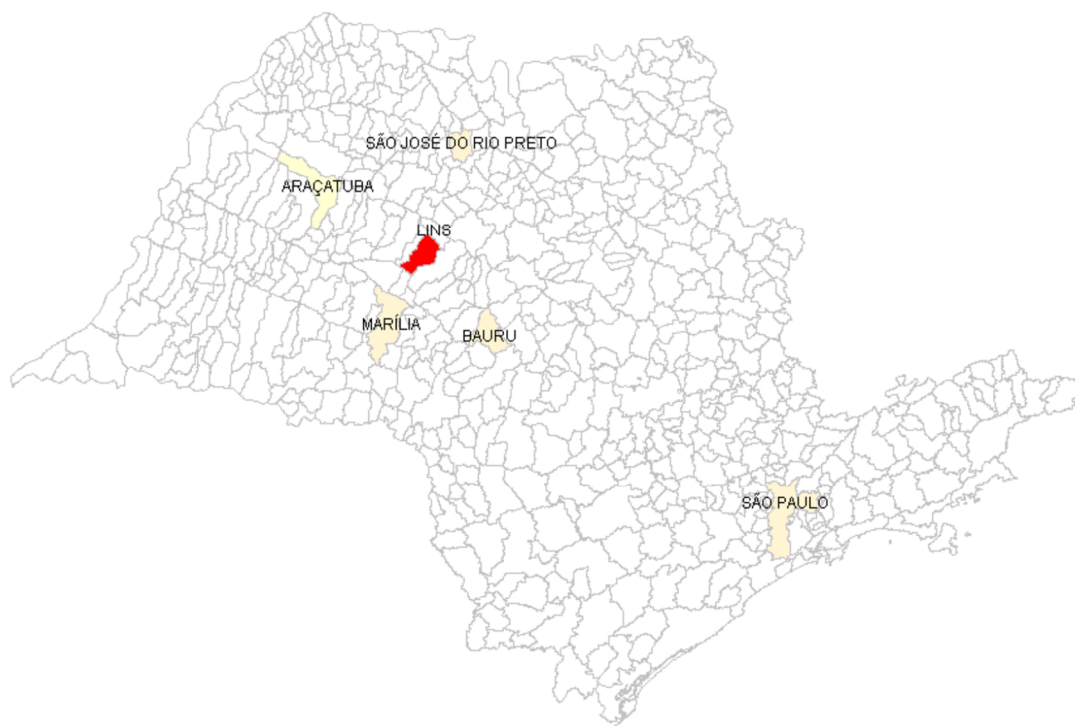
O Censo de 2010 registrou 71.432 habitantes, no município de Lins, com uma área da unidade territorial de 570,2 quilômetros quadrados, sendo 57,2 quilômetros quadrados de área urbana, com densidade demográfica de 125,27 hab/km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). Em sua totalidade, a região Média Paulista possui superfície de 7.301 quilômetros quadrados e sua população é de aproximadamente 360mil habitantes (IBGE, 2010).

Com altitude de 457 metros, distante 450 quilômetros da capital por via rodoviária e 388 quilômetros por via aérea. Situa-se nas coordenadas geográficas de 21°40'43” latitude sul e 49°44'33” longitude oeste (Fig. 4).

O município encontra-se no cruzamento das rodovias BR-153 (Transbrasiliana) e SP-300 (Marechal Rondon), e na altura do km 131 da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), incorporada como uma das regionais da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), em 1957, posteriormente concedida à Ferrovia Noroeste S. A., atualmente pertencente à América Latina Logística S. A..

Limita-se, ao norte, com os municípios de Guaíçara e Sabino; ao sul, Guaimbê e Cafelândia; a leste, Sabino e Cafelândia; a oeste, Guaíçara e Getulina.

Figura 4 – Mapa do Estado de São Paulo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(Escala 1 : 1.500.000; 1cm = 1)

4.1.2 Dados Socioeconômicos e de Infraestrutura de Lins

Sob o aspecto de transporte e comunicação, o município de Lins está equipado com a seguinte infraestrutura:

- a) Rede ferroviária, ligando o oeste do Brasil a São Paulo e ao Porto de Santos;
- b) Hidrovia Tietê-Paraná, em conexão com a Bacia do Prata;
- c) Entroncamento da Rodovia Marechal Rondon, ligando São Paulo ao oeste do Brasil, com a BR-153, que interliga o País de norte a sul;
- d) Pista de 1.700 metros para pouso de jatos, homologada para voos noturnos, com capacidade de 80/82 toneladas;
- e) Aeroportos para passageiros a distâncias de 70 a 110 quilômetros, localizados nas cidades de Araçatuba, Bauru, Marília e São José do Rio Preto.

No Quadro 3, são apresentados os dados de Mortalidade Infantil (de 0 a 365 dias) do município de Lins, no período de 2000 a 2010.

Quadro 3 - Mortalidade infantil do município de Lins –

Período de 2000 a 2010

Município LINS-SP (Anos)	MORTALIDADE INFANTIL (0 a 365 Dias)	Var (%) Base 2000
2000	23	
2001	12	-47,8
2002	17	-26,1
2003	25	8,7
2004	12	-47,8
2005	9	-60,9
2006	15	-34,8
2007	12	-47,8
2008	10	-56,5
2009	10	-56,5
2010	17	-26,1

Fonte: Montanha (2012)

A mortalidade infantil do município caiu 56,5%, entre os anos de 2000 a 2009, acompanhando o índice de mortalidade infantil do estado de São Paulo, que caiu 61%, na última década, se enquadrando-se no índice mínimo indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera ideais os índices abaixo de dez óbitos, porém, o índice voltou a subir em 2010, entrando num patamar crítico, com um sinal de alerta para a saúde pública do município.

No Quadro 4, são apresentadas as remunerações médias dos trabalhadores do município de Lins, por atividade, no ano de 2011, comparadas com as remunerações médias do Estado de São Paulo e do Brasil.

Quadro 4 - Remuneração média do município de Lins por atividade, comparada com a remuneração média dos trabalhadores do Estado de São Paulo e do Brasil, 2011

Atividades Econômicas	Remuneração Média		
	Rem. Município	Rem. Estado SP	Rem. Brasil
Extrativa mineral	1.710,24	3.071,02	4.868,58
Indústria de transformação	1.536,85	2.121,19	1.576,05
Construção Civil	1.556,77	1.525,63	1.296,10
Comércio	1.067,57	1.333,85	1.043,87
Serviços	1.235,90	1.795,20	1.565,02
Administração pública	2.035,23	2.422,47	2.193,33
Agropecuária	955,1	982,19	867,67
GERAL	1.413,20	1.832,30	1.595,22

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego; Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, 2011, in Montanha (2012)

A remuneração média geral das atividades do município de Lins está abaixo da remuneração média geral do estado de São Paulo e do Brasil, porém, a atividade de Construção Civil supera o Estado e a União e as atividades de Comércio e Agropecuária superam a União.

4.2 Os valores de Berço

(Ensinaamentos que Kameyama recebeu do avô paterno): “Quatro valores são fundamentais: 1) realizar algum trabalho pelo prazer de realizar e não pelo dinheiro; 2) responsabilidade – fazer bem as coisas – ser responsável; 3) não se imiscuir na vida dos outros, cuidar da sua vida e não fofocar a vida dos outros; 4) não ser gabola... não se ufanar das coisas que faz – ter humildade” (KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p 113).

Nobuco Kameyama nasceu em Lins, em 1940. Nissei⁵⁸, era filha de pai japonês e seus avós chegaram ao Brasil em 1917, fixando-se na região Noroeste do Estado de São Paulo.

A imigração japonesa no Brasil teve início no século XX. Os primeiros japoneses chegaram ao País no dia 18 de junho de 1908. Nesta data, aportaram no

⁵⁸ “Em japonês, ‘sei’ significa geração, e ‘issei’, primeira geração, em português. Issei é o japonês que emigra para outro país. Quando um issei tem um filho em outro país, a criança é um nissei, ou seja, o issei é a primeira geração, o nissei é a segunda e o sansei é a terceira. Portanto: Issei (imigrantes japoneses); nissei (filhos de japoneses); sansei (netos de japoneses); yonsei (bisnetos de japoneses); gossei (trisanetos de japoneses); shichissei (pentanetos de japoneses).” (Disponível em: <<http://www.significados.com.br/nissei-e-sansei/>>. Acesso em: 14 jan. 2016).

Porto de Santos as primeiras 165 famílias, que vieram para trabalhar nos cafezais do oeste paulista.

O registro da história da imigração japonesa no Brasil traz que nos primeiros 7 anos chegaram ao Brasil 3.434 famílias, ou seja, quase 15 mil pessoas. Foi nesse período que os avós paternos e maternos e a mãe de Kameyama vieram. Consta também que, entre 1917 e 1940, foram mais 164 mil japoneses, dos quais 75% para São Paulo. “A maior parte dos imigrantes chegou no decênio 1920-1930, mas o foco não era mais apenas as plantações de café. Eles também buscavam trabalho no cultivo de morango, chá e arroz” (Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/historiaphp>>. Acesso em: 14 jan. 2016).

Os avós de Kameyama (SILVA, 1991, p. 113) vieram inicialmente para trabalhar nas lavouras de café.

Depois de algum tempo, eles compraram terra e foram morar em Lins, no município de Lins – onde nós temos sítio até agora. Meu pai veio com um ano do Japão. Praticamente ele é mais brasileiro que japonês [...] Minha mãe já é nascida aqui. Ela faleceu em 69 [...] Nós somos em oito irmãos: vivos, seis – cinco mulheres e um homem. Como em toda família japonesa, meu pai, sendo o primeiro filho (ele tem duas irmãs), continuou vivendo com meu avô, cuidando do sítio. Então por isso é que a gente viveu também com meus avós, De certa forma uma família bastante patriarcal – quem nos orientava era meu avô. Tanto que meu pai tem pouca significação, pouca influência na nossa vida. [...] O meu avô sempre se esforçou no sentido de que a gente se integrasse à vida, à cultura brasileira, na medida em que ele tinha a visão de que nós íamos continuar aqui. Ele nunca pensou em voltar. [...] Ele sempre se interessou pela nossa integração, e para isso sempre fez muito esforço. Mas isso não impedia de que os costumes, as tradições, fossem respeitadas. E mesmo os valores. Quatro valores são fundamentais: 1) realizar algum trabalho pelo prazer de realizar e não pelo dinheiro; 2) responsabilidade – fazer bem as coisas – você é responsável; 3) não se imiscuir na vida dos outros, de você cuidar da sua vida e não fofocar a vida dos outros. Acho que foi uma das melhores lições; 4) não ser gabola... você não se ufanar das coisas que faz – ter humildade.

Kameyama (SILVA, 1991, p. 114) explica que a família japonesa “[...] educa a filha não para trabalhar fora, mas para casar, para ser dona de casa, para ser boa esposa, boa mãe”. No entanto, na família, com a liderança de seu avô paterno foi diferente.

Agora no caso do meu avô, especificamente, ele tinha uma cultura universitária, então ele valorizava muito a questão cultural, de uma formação universitária de todos os filhos. Tanto que o sonho dele foi que os filhos dele tivessem universidade. Mas, como ele foi da primeira geração, teve dificuldade. Então, o sonho dele deveria se concretizar nos netos dele. Todos nós deveríamos fazer universidade, independente de ser mulher ou homem. Agora, isso faz com que meu avô tenha sido um pouco diferente dos outros japoneses. Os outros japoneses valorizavam o estudo para o

homem, mas não para a mulher. Lá em casa, não. Embora nós fôssemos cinco mulheres ele sempre nos incentivou a fazer universidade. Quer dizer, era valor cultural que não era universal para todos os japoneses, mas ele fundamentalmente estimulava isso. E também, antes dele morrer, só eu tinha feito universidade. Meu pai, já segue muito mais a cultura média dos japoneses – inclusive meu avô disse para mim, que gostaria que eu me responsabilizasse para que todos os meus irmãos fizessem a *universidade*. Porque ele sabia que pelo meu pai, ninguém ia estudar

Além da influência do seu avô em sua formação, registra que sua mãe também sempre a incentivou e influenciou em suas decisões pelo estudo.

Minha mãe sabia ler, escrever, deve ter feito até o segundo ou terceiro ano primário. Mas, embora ela morasse no campo, sempre tinha muita disposição e muita curiosidade. Sempre lia muito. E ela também me incentivava muito. As duas pessoas que mais me incentivaram e que mais influíram em nossa formação foram o meu avô e minha mãe (SILVA, 1991, p. 114).

No depoimento para esta pesquisa, José Oscar Beozzo resgata essa herança cultural de Kameyama.

[...] Nobuco vem de família de pequenos proprietários rurais, que plantava café, produtor rural. O pai dela mesmo, quando veio para a cidade, continuou tomando conta do sítio. Filha mais velha. Sabe, em família japonesa o papel do homem é muito forte, ela tinha um irmão, mas ela era a mais velha, então o papel do mais velho também pesava. O pai dela era muito respeitado na colônia japonesa, ele vinha de uma descendência de samurai, então ele tinha um prestígio na comunidade, embora fosse um lavrador modesto, mas ele tinha estirpe e o respeito da comunidade. Para quase tudo que se fazia o pai dela era referência. Então ela nasceu no meio rural, então essa ligação com meio rural, as dificuldades do meio rural. Esse é um ponto para gente sempre pensar, que Nobuco nunca perdeu essa ligação e essa preocupação. Claro que depois ela avança teoricamente para compreender a estrutura da terra, o problema da posse da terra, o trabalho dos arrendatários, e depois dos boias-frias. Então ela vai entrar nesse mundo e tentar dissecar, não é por nada que a tese dela é nessa direção (Depoimento em 09/02/15).

Da mesma forma, Marilda Iamamoto, no depoimento para esta pesquisa, ressalta a cultura japonesa de Nobuco, que imprimiu sua identidade.

No seu modo de ser, Nobuco era muito japonesa. Ela me disse uma vez que teve uma criação muito forte com os avós japoneses. Certamente ela tem uma cultura japonesa, antes da guerra [...] que é o caso dos imigrantes [...] e os imigrantes vieram antes da II Guerra Mundial. Uma cultura muito enraizada, muito forte! E que foi preservada muito fortemente no Brasil. Desde da língua, da escola, da formação. Os filhos dos imigrantes japoneses fazem uma formação ao lado da escola brasileira. Estou falando da cultura japonesa, não necessariamente a história da Nobuco, pois não conheço esse detalhe. [...] Os japoneses imigrantes mantêm vínculos com os municípios de origem [...] Nobuco é uma representante da cultura japonesa, é uma figura firme, silenciosa. Não anuncia o que vai fazer, mas faz. Sempre dizia pra mim: “Não se preocupe, se ocupe. Faça!”. Reservada, eficiente e que trabalha em silêncio. Mas é capaz, naquele ritmo de trabalho aparentemente lento, de ter uma elevada produtividade. Ela é uma figura da cultura japonesa! Fazia muito bem a culinária japonesa (Depoimento em 29/10/2015).

PARTE 3
TESSITURA DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE NOBUKO KAMEYAMA

Introdução

Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. [...] é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente.
(GAGNEBIN, 2009, p. 103)

Como já explicitado na Parte 1, a memória vive uma tensão entre a presença e a ausência. A memória é a presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido, que entra bruscamente em um presente que pode desaparecer.

Esse “interjogo” que fazemos ao adentrar na história que queremos recuperar ou resignificar pode nos permitir, pelo processo de “contrapelo”, encontrar fagulhas, “lampejos” importantes daquilo que queremos preservar e propulsar para o futuro.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012, Tese VI, p. 243-244).

Benjamin (2012), a um só tempo, destaca aquilo que condena do historicismo, de um conhecimento preocupado em fazer aparecer o que o passado ‘de fato foi’. O que está em jogo aqui parece, num primeiro momento, uma simples negação do estatuto tradicional conferido à ciência histórica no século XIX, de que a ela caberia investigar o passado e representá-lo exatamente como foi.

Para Benjamin (2012), não se trata de conhecer o passado ‘como de fato foi’, nem propriamente de ‘conhecê-lo’. Utiliza-se do termo “apropriar-se”, que significa algo como tomar para si, fazer uso. O termo apropriar-se radicaliza sua crítica, estendendo-a a própria ideia de conhecimento. Conhecer significa saber, ter capacidade de distinguir, de discernir, ou, ainda, estar a par, enfim, poder explicar, e explicação é tudo o que o pensador não quer que o conhecimento histórico seja.

Em vez de explicar o passado, de torná-lo discernível, fazendo aparecer às determinações específicas de cada época, Benjamin (2012) propõe a “apropriação” do passado, ou seja, tomá-lo para uso próprio, e quem toma para si furta, integra, “articula”, fazendo desaparecer o objeto furtado em nome de suas próprias necessidades. Esta é a essência do estudo da história, nem conhecimento do passado ‘como de fato foi’, nem mesmo “um conhecimento acumulativo”, mas sim apropriação.

Na perspectiva benjaminiana, essa apropriação não é de toda uma época e de todos os seus significados e relações. Trata-se, pelo contrário, de tomar para si uma “reminiscência”, ou seja, uma recordação, uma vaga lembrança. Essa lembrança ligeira é autônoma, pois é ela mesma que decide sobre sua evidenciação, que apela ao homem, e isso em seu próprio tempo.

Trata-se de uma atitude que tem o poder de restituir ao presente sua condição de possibilidade, ou, ainda, de espaço privilegiado para a realização de algo inédito. Trata-se de furta dele sentidos e atmosferas, entre elas a da coragem e a da esperança, capazes de auxiliar o homem a lidar com problemas específicos de seu tempo, de seu mundo.

Segundo Benjamin (2012, p. 253), é a própria “(...) imagem do passado que se oferece inesperadamente ao sujeito histórico num momento de perigo”.

Ora, escreve Benjamin “o Messias não vem somente como redentor; ele vem como o vencedor do Anticristo”. Comentando essa passagem, Tiedemann constata um paradoxo surpreendente: “Em nenhum lugar Benjamin fala de modo tão diretamente teológico quanto aqui, mas em nenhum lugar ele tem uma intenção tão materialista.”⁵⁹ É preciso reconhecer, no Messias, a classe proletária e no Anticristo as classes dominantes” (LÖWY, 2012, p. 68).

Löwy (2012, p. 68) ainda completa que a observação de Tiedemann é pertinente e acrescenta que o correspondente profano do Messias “são os núcleos de resistência antifacista, as futuras massas revolucionárias herdeiras da tradição de junho de 1848 [...] e o Anticristo [...] o III Reich hitlerista”.

Ainda sobre a articulação entre o passado e presente, Benjamin (2012) sublinha que o historiador encontra-se situado, originariamente, entre o presente e o passado, numa espécie de fusão de horizontes. Este encontra-se no interior de um

⁵⁹ TIEDEMANN, R. Historischer Materialismus oder politischer Messianismus? Politische Gehalte in der Geschichtsphilosophie Walter Benjamin, em P. Bulthaupt (Org.). Materialien zu Benjamins Thesen, cit., p. 93-4, in Löwy, 2012.

mundo determinado pela tensão entre passado e presente. Para o materialismo histórico, a história não trata de uma simples repetição do passado, intensificando-o apenas, e isto porque o próprio passado e seus sentidos e afetos só se evidenciam e ganham destaque no interior de uma relação originária com as requisições e problemas liberados pelo presente. Ou seja, passado e presente precisam nascer juntos.

Nesta perspectiva, convidamos o leitor a percorrer a tessitura da trajetória de Kameyama, construída a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e, sobretudo, a partir das narrativas dos participantes da pesquisa.

Capítulo 5 – Formação e Inserção Profissional no seu Território

5.1 A Conjuntura Política do País

O período em que Kameyama ingressa no curso de Serviço Social (final da década de 1950) e quando inicia sua trajetória profissional (ainda na primeira metade da década de 1960), o Brasil passava por diversas transformações econômicas e sociais, associadas a um período de forte instabilidade política, especialmente no período conhecido como pré ditatorial. Na década de 50, como já abordado nesta tese, os interesses agroexportadores estavam em franca decadência, e surgiam os novos interesses vinculados ao urbano-industrial, e caracterizavam o debate das principais ideias econômicas da época. A luta pela terra no Brasil estava se tornando uma luta política, os trabalhadores e camponeses organizavam-se e obtinham orientações dos partidos e movimentos de esquerda.

Portanto, havia controvérsia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. De um lado, uma corrente defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a vocação agrária do Brasil, e, de outro, uma corrente intervencionista desenvolvimentista, que pregava a industrialização deliberada do País, que ganhou substância e respaldo com as teses da Cepal. Dentro desse contexto, no início da década de 60, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional firmava-se no próprio mercado interno.

O desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento (FURTADO, 1962, p.14).

Com a eleição para a Presidência da República, em 1955, Juscelino Kubitschek tomou posse apresentando uma plataforma de governo assentada no desenvolvimento e na sustentação da atividade econômica. Seu programa não era totalmente inovador, pois a política de desenvolvimento vinha sendo gestada desde o início dos anos 50, durante o governo Vargas, que avançara na modernização do Estado brasileiro. No entanto, foi no governo Kubitschek (1956-1960) que houve a estruturação do capitalismo nacional, com investimentos em infraestrutura e na indústria pesada.

O governo de Kubitschek adotou postura mais favorável ao capital estrangeiro e ampliou a participação do capital privado nacional, o que deu concretude ao projeto desenvolvimentista – sistematizado no Plano de Metas⁶⁰ – que fixava uma série de objetivos setoriais, consubstanciados em torno de 30 metas que deveriam ser implantadas em cinco anos. O Plano de Metas constituiu-se uma resposta brasileira às propensões do capitalismo mundial da época, reduzindo o desenvolvimento econômico apenas à industrialização.

Portanto, o ideário político de Juscelino baseava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o denominado “mundo livre”, na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro ao Brasil e no desenvolvimentismo (VIEIRA, 2015, p. 102)

No nível ideológico, apregoava-se que na efetivação do desenvolvimento do Brasil haveria uma aliança de classes, de forma que os interesses básicos das massas populares já estavam contidos no plano. No entanto, nas expressões da questão social, em meio ao processo de “desenvolvimento do Brasil”, estavam em cena as diversas manifestações da organização popular, com destaque para as Ligas Camponesas, que vinham repudiando e combatendo, especialmente no Nordeste, a situação agrária, fundada no latifúndio e na exploração do trabalho rural.

Em outubro de 1957, uma greve paralisou 400 mil trabalhadores, em São Paulo. Uma enorme comissão negociadora chegou a dirigir assembleias com até 100 mil pessoas, que extrapolou os limites sindicais, e agrupou também a federação das mulheres, associações de bairro, entidades estudantis e políticas. Nesse período, os funcionários públicos, que estavam proibidos de exercer o direito sindical, organizaram seus primeiros sindicatos, chegando a constituir 12 federações estaduais. Em 1958, fundaram a Federação Nacional dos Funcionários Públicos.

Também é importante destacar que os grandes capitais externos restringiram a atuação do pequeno empresário. Em 1958, havia forte manifestação da Confederação Nacional da Indústria contra a desnacionalização das empresas brasileiras e a importação de máquinas que poderiam ser fabricadas no Brasil.

⁶⁰ O plano continha 30 setores considerados prioritários, distribuídos da seguinte forma: 5 metas para energia, 7 metas para transportes, 6 metas para alimentação e 12 metas para a indústria de base. Dessas 30 metas, havia um mínimo de investimento ao que se denominou de “social”, ao mencionar a formação de pessoal técnico. Daí o programa de Metas: “a conclusão é simples: a infraestrutura econômica deve ser acompanhada de uma infraestrutura educacional e, portanto, social. A meta constitui propriamente um Programa de Educação para o Desenvolvimento” (VIEIRA, 2015, p. 119).

Ao final do governo de Juscelino, em 1959, houve a mais violenta alta de custo de vida, desde o término da Segunda Guerra Mundial. Embora em seu governo tenha promovido três modificações no valor do salário-mínimo, cada uma de em torno de 60% de elevação, não houve tranquilidade em relação às reivindicações dos trabalhadores, devido à vertiginosa subida do custo de vida.

As metas econômicas do governo federal não só conviveram com as precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como ainda permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentista. Formou-se um círculo pungente: o desenvolvimento vinha para acabar com as precárias condições de vida. Mas, em certo sentido, às vezes terminava por agravá-las e daí, dizia o presidente da República, tornava-se imperioso maior desenvolvimento (VIEIRA, 2015, p. 170 e 171).

Os primeiros anos da década de 60, no Brasil, foram muito agitados. Jânio Quadros sucedeu a Juscelino Kubitschek, na Presidência da República; mas, cerca de seis meses depois, renunciou.

Jânio Quadros tomou posse em 31 de janeiro de 1961, tendo como vice João Goulart. Jânio, desde o início dirigia críticas à situação econômica do Brasil deixada por Juscelino Kubitschek. Sua ideologia consistia na luta pela moralização e austeridade e a política internacional.

Criou, nos primeiros dias de sua gestão, medidas polêmicas, como as Comissões de Sindicância⁶¹ a fim de investigar irregularidades em diversos órgãos governamentais criados durante a administração Juscelino; ampliação da jornada de trabalho do funcionalismo público federal (antes das 11h às 17h, passou para 8h30 às 11h30 e das 14h às 18h); e obrigou a Previdência Social a depositar o dinheiro no Banco do Brasil e enviar extratos ao Ministério do Trabalho e ao Gabinete Civil da Presidência da República.

Desejava reformular a situação do campo, acompanhando os preceitos constitucionais.

A mudança neste setor surgiria através “de um estatuto da terra”, que viesse a favorecer o desenvolvimento rural, a proteção aos trabalhadores agrícolas e a defesa dos proprietários de minifúndios. Ao analisar o caso das Ligas Camponesas, considerava-as como fator relevante. Para ele, tais Ligas indicavam a urgente necessidade de dar-se início à reforma agrária. Só com esta reforma se evitaria a agitação, “que se infiltra e envenena, nas próprias fontes, justas reivindicações”. Apesar disto, quando questionado, Jânio apelava para a protelação das reformas, dizendo que viriam a seu

⁶¹ O Congresso Nacional foi totalmente contrário a essas Comissões, pois, afinal, cabia ao Poder Legislativo a tarefa de fiscalizar o Poder Executivo.

tempo, que viriam com prudência, embora com firmeza (VIEIRA, 2015, p. 186).

O aspecto moralizante do seu governo atingia as diversas áreas. Tomou medidas polêmicas, com diversas proibições, como as brigas de galo, o uso de biquínis nas praias e do lança-perfume. Não permitiu o funcionamento dos jôqueis nos dias úteis, tudo no sentido de proteger os “bons costumes” e a “moralização da família”.

Na política externa, Jânio procurou alargar as relações com os países afro-asiáticos e os países comunistas. Em defesa do princípio da autodeterminação dos povos, opunha-se a qualquer ataque ao regime comunista de Cuba. Queria romper com a dependência dos Estados Unidos. Condecorou, com a ordem do Cruzeiro do Sul, Che Guevara (uma das principais figuras revolucionárias comunistas do período). Essa política externa desagradou muito aos setores conservadores da sociedade brasileira, aos políticos de direita e também às Forças Armadas do Brasil.

Em junho de 1961, deputados lançaram manifesto imputando a Jânio a responsabilidade de estar “tramando um golpe contra o regime”, além de ter violado direitos com a intervenção no Clube Militar, a censura em uma rádio e a investida contra os estudantes de Recife. “A resposta janista à enérgica oposição, às críticas contundentes e ao próprio desgaste de sua imagem de líder político nacionalmente consagrado, foi a renúncia, em 25 de agosto de 1961” (VIEIRA, 2015, p. 196).

Assumiu o vice, João Goulart, porém, a pressão dos políticos conservadores e dos chefes militares contra ele levou o Congresso a mudar o regime, instituindo o Parlamentarismo⁶².

Jango aceitou constrangidamente o sistema parlamentar de governo, anunciando que agiria de acordo com o Primeiro-Ministro, e que criaria um Ministério de coalizão. Ao mesmo tempo, deixou claro que uma de suas primeiras medidas seria propor plebiscito referente ao Parlamentarismo, para saber o veredito popular acerca dele (VIEIRA, 2015, p. 199).

⁶² Parlamentarismo é um sistema de governo em que o poder legislativo (parlamento) oferece a sustentação política para o poder executivo. Logo, o poder executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e também para governar. No parlamentarismo, o poder executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro. Na República Parlamentarista (República Constitucional Parlamentar), o chefe de Estado (presidente) normalmente não tem poderes executivos reais. O Presidente da República pode ser eleito pelo povo e nomeado pelo Parlamento, por tempo determinado. Há também vários países em que o presidente é eleito pelo próprio Parlamento. Quem governa de fato (com poderes executivos) é o primeiro-ministro (Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/sistemadegoverno/>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, indicando Tancredo Neves como primeiro-ministro. O parlamentarismo, instituído em condições de crise, durou pouco, pois foi até 6 de janeiro de 1963, quando o plebiscito restaurou o presidencialismo. Portanto, passou a ser Presidente da República a partir de então, até sua saída, devido ao golpe de 31 de março de 1964.

João Goulart, apelidado de Jango, era herdeiro político de Getúlio Vargas. Preconizava “reformas de base”, no País. Não tinha suficiente credibilidade aos olhos da esquerda em geral, mas irritava as forças de centro e direita. Apoiou o movimento operário em algumas grandes greves e facilitou a organização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962.

A inflação subia assustadoramente. A economia parecia confusa, tumultuada. O crescimento industrial alcançado na metade dos anos 1950 não conseguia prosseguir no mesmo ritmo, por isso alguns empresários influentes declaravam que estava ameaçado de cessar. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)⁶³, que desenvolvera atividades significativas nos anos do governo Kubitschek, passou a investigar as “estruturas arcaicas”, que constituíam graves obstáculos ao desenvolvimento e contra as “pressões externas” que exerciam contra a afirmação do nosso “nacionalismo”.

As posições do Iseb, na medida em que começaram a se realizar, tiveram eco e despertaram simpatia dos dirigentes de esquerda. Por exemplo, discutia a formação de um projeto de desenvolvimento econômico independente que poderia convir tanto aos trabalhadores quanto ao empresariado brasileiro. No começo dos anos 60, entretanto, essa posição era criticada por pessoas que advertiam para o risco de que a defesa dos interesses da “nação” acabasse por encobrir e mascarar e gravidade das contradições sociais da realidade nacional.

Apenas em março de 1963 é que foi aprovado o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, regulando as relações do trabalhador do campo, que até então estiveram à margem da legislação trabalhista, desde a criação da Consolidação das Leis do

⁶³ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, opinião e cátedra. Era destinado ao estudo, ensino e à divulgação das Ciências Sociais. O Instituto funcionou como núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo, durante o governo de Juscelino Kubitschek (Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

Trabalho (CLT), marco dos direitos trabalhistas sancionadas por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1943, mas que incluía apenas os trabalhadores urbanos.

Destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que, de certa forma, estendia os benefícios sócio-trabalhistas dos operários urbanos aos trabalhadores rurais. Embora tal legislação tenha sido pouco eficaz no que se referia aos benefícios para o trabalhador, foi uma pretensa valorização do trabalhador do campo e a legitimação de novas relações sociais [...] (MARTINS, 1986, p. 48).

Um ano depois, em março de 1964, no Comício da Central do Brasil, do dia 13 de março, o então Presidente da República, João Goulart, assinou um decreto que autorizava a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, porém, as terras teriam que estar localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, açudes e ferrovias construídas pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências, consideradas “indispensáveis para atender às velhas e justas aspirações da população”, e a primeira delas foi a reforma agrária. Não deu tempo. No dia 31 de março de 1964, o golpe civil/militar derruba o Presidente da República e inaugura o ciclo de governos militares, que durou 21 anos.

5.2 A Questão Agrária

Ao olhar a história do Brasil, verifica-se que desde o descobrimento a questão da luta pela terra foi algo bastante presente. Inicialmente com os conflitos entre os índios e os portugueses, esses últimos tentando impor a todo e qualquer custo sua cultura europeia e suas crenças religiosas ao modo de vida dos nativos. Isso gerou um grande conflito e os índios resistiram até quando puderam, contra essa colonização forçada.

Os europeus tinham, no Brasil, uma fonte de exploração de seus recursos naturais, contando com a mão de obra escrava. O genocídio dos índios homens e o estupro das índias mulheres foi um dos primeiros indícios da dominação dos europeus. O conflito entre esses povos tinha como principal eixo sua relação com a terra. Enquanto os europeus consideravam única e exclusivamente as grandes riquezas a serem exploradas, os índios, por sua vez, não viam a terra como meio a ser explorado, mas um lugar para sobreviver, respeitando a natureza e tendo a compreensão de sua importância para a vida de todos.

Nesse antagonismo da relação com a terra, entre os índios e europeus, é que encontramos os indícios das primeiras lutas pela terra no Brasil. Tudo mais se agravou com o desenvolvimento capitalista no campo. Conforme afirma Martins (1986), o processo histórico é constituído pelas relações sociais e o antagonismo de classes.

Assim, a questão agrária no Brasil é resultado e consequência do domínio capitalista no campo, por meio dos latifúndios. As respostas às lutas e reivindicações camponesas têm sido sempre respostas e reações de classe, haja vista os conflitos mais intensos como Canudos⁶⁴, Contestado⁶⁵, Trombas e Formoso⁶⁶ e, mais recentemente, Corumbiara⁶⁷ e Eldorado do Carajás⁶⁸, assim como os conflitos permanentes pelo acesso e posse da

⁶⁴ Canudos (Bahia) foi o principal exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos, em 1893, e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica realizava-se por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente. Foram acusados de defender a volta da monarquia. Expedições militares de quase todo o Brasil atacaram mais de 10 mil camponeses. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos. “Canudos não se rendeu. Exemplo único, em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.” Foi a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil (Disponível em: www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html/ >. Acesso em: 10 fev. 2016).

⁶⁵ Originada por problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terra. A Guerra do Contestado foi um conflito armado que ocorreu na região Sul do Brasil, entre outubro de 1912 e agosto de 1916. O conflito envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. Ganhou o nome de Guerra do Contestado, pois os conflitos ocorrem numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina (Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

⁶⁶ Formoso e Trombas eram pequenos arraiais da região próxima à atual fronteira de Goiás e Tocantins. Os camponeses viviam na região há mais de 30 anos. Com a construção de Brasília e da rodovia BR-153, a Belém-Brasília, houve uma valorização grande daquelas terras, e grileiros queriam expulsá-los. A luta camponesa da década de 1950 marca a luta dos camponeses pelo seu direito à terra (Disponível em: <<http://mepr.org.br/cultura-popular/>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

⁶⁷ Conhecido como “massacre de Corumbiara”. Em agosto de 1995, cerca de 600 camponeses haviam se mobilizado para tomar a Fazenda Santa Elina, tendo construído um acampamento no latifúndio improdutivo. Foi um conflito violento, ocorrido em 9 de agosto de 1995, no município de Corumbiara, no estado de Rondônia. O conflito começou quando policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, resultando na morte de dez pessoas, entre elas uma criança de nove anos. (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 15 fev. 2016). Foi lançado, em setembro de 2015, o livro *Corumbiara, Caso Enterrado*, escrito por João Peres, registrando esse conflito.

⁶⁸ Em Eldorado dos Carajás (PA), após o bloqueio da rodovia PA-150 (hoje trecho da BR-150), em protesto contra o processo de reintegração de posse de uma propriedade localizada próximo ao trecho rodoviário conhecido como “curva do S”, em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores sem-terra foram mortos em confronto com a polícia, após ordem de uso de força dada pelo governador do Estado do Pará. Desde o acontecido, o nome do município é sempre lembrado devido à luta pela posse de terra e reforma agrária no mundo (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

terra são tensões, e estão onde estão as cercas do latifúndio. Os conflitos, em muitos casos, são resolvidos de maneira brutal. São conflitos de classes transformados em massacres contra os camponeses (MARTINS, 1986, p. 66).

Inicia-se no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, os primeiros movimentos organizados de luta pela posse da terra, as chamadas Ligas Camponesas. A origem da expressão está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região do Recife pelo Partido Comunista do Brasil, durante seu curto período de legalidade. Tal movimento tinha como objetivo conscientizar as pessoas a lutarem no sentido de adquirir um pedaço de terra, para nele morar e dele extrair a sua subsistência.

Na década de 50, foi no engenho da Galileia, localizado no município de Vitória do Santo Antão, a pouco mais de 60 quilômetros de Recife, que praticamente nasceu o movimento das Ligas Camponesas. A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação absoluta do foro, ou seja, a alta do preço dos arrendamentos. Porém, antes desse período, entre 1940 e 1955, o movimento pela terra era definido como “lutas radicais localizadas” e, nesse período, foi violentamente reprimido sob o contexto de ameaça comunista, por isso, a reforma agrária não pôde atuar e a maioria dos seus líderes foi preso ou morto.

Espelhados nas Ligas Camponesas desde a década de 1940, surgem outros movimentos além dos citados por Martins (1981), o “movimento de Porecatu”⁶⁹, no Paraná, a operação arranca capim (foram dois momentos distintos de luta, um na

⁶⁹ A região denominada de Porecatu está localizada no extremo norte do Estado do Paraná, no vale do Rio Paranapanema. No início da década de 40, posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, foram atraídos para essa região pela perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, e foram se radicar naquele sertão quase desconhecido do Norte do Paraná. A colonização ocorreu em pequenas posses de terra, através do plantio de café, culturas alimentares e criação de porcos; posteriormente, em meados dessa mesma década, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado. A presença desses grandes grileiros na região, que através da polícia, de jagunços e de pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros é que vai motivar a organização de uma resistência - que posteriormente se transformou em resistência armada - com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes. Os conflitos armados tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo e do Paraná. A resistência armada dos posseiros de Porecatu marcou a região, que se constituiu em alvo de grandes reportagens nos principais diários do País e em órgãos de imprensa periódica, como a revista *O Cruzeiro* e o semanário *Voz Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (PRIORI, Angelo. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009 Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0428.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

década de 1950 e outro na década de 1960), em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo. Apresentaremos esse movimento dos camponeses no item 5.6 deste capítulo, pois a arranca capim, da década de 1960, teve relação com a trajetória profissional de Kameyama, por ser a “pedra de toque” que a levou ao exílio.

Para conhecer a importância do campesinato na agricultura brasileira, Kameyama (1978) afirma que é necessário levar em conta o lugar que ainda ocupa na composição da força de trabalho nas atividades de agropecuária. Em sua tese de doutorado, apresenta dados oficiais do Incra, referentes ao ano de 1972, em que constava que, de 18,7 milhões de pessoas trabalhando na agricultura, por volta de 9,9 milhões (52,9%) eram proprietários ou os responsáveis e membros das famílias, na atividade de agricultura familiar, pequenos e médios proprietários, meeiros, rendeiros e posseiros; 7,8 milhões eram trabalhadores agrícolas, isto é, 41,7%. Apenas 209.062 (1,1%) eram proprietários fundiários, e ao incluir os membros da família, chega-se à casa de 805.528 (4,3%).

Ao contar todos os membros da família que trabalhavam nas grandes propriedades ou nas médias e pequenas propriedades, chegava-se a 6,4 milhões de trabalhadores rurais considerados como “trabalhadores familiares não remunerados”, o que corresponde a 34,3% do total da população ativa agrícola daquele período. Entre essa população agrícola ativa, somente 18% era proprietária de terras.

Kameyama (1978) apresenta também o tamanho das propriedades rurais. Segundo os dados daquele período, por volta de 31,1% dos proprietários de terras detinham 61,6% da superfície total, enquanto que 58,9% dos pequenos proprietários de menos de 25 hectares possuíam somente 5,5% da superfície total. Além disso, apenas 27% era proprietário.

Essas primeiras indicações apresentadas por Kameyama são úteis na análise sobre o agravamento da crise agrária, sob seu aspecto fundamental das necessidades em terras cultiváveis. Dessa forma, a análise do perfil de divisão das terras entre os proprietários mostra a imbricação do latifúndio e do minifúndio, característica da utilização do solo no Brasil e em muitos outros países latino-americanos. Mais de um terço das propriedades tem menos de cinco hectares, mas

a exiguidade de cada uma delas (muitas não atingem mais de um hectare de superfície) faz com que contem com parte ínfima na superfície agrícola.

Em contrapartida, os dois terços do espaço rural são utilizados pelas propriedades que ultrapassam 200 hectares, consideradas médias, tanto pelo seu número quanto pela parte que têm na superfície agrícola.

No total, um dos aspectos da contradição da estrutura agrária reside nestas cifras: a maioria das propriedades é pequena, até mesmo minúscula, mas grande proporção do solo é utilizada por uma minoria das grandes superfícies de terra.

Kameyama (1978, p. 114) apresenta também a extensão do trabalho assalariado.

A importância do emprego da mão de obra assalariada é, evidentemente, o índice mais incontestável e o mais direto do grau de penetração do capitalismo na agricultura, pois ele representa a transformação da força de trabalho em mercadoria, permitindo ao capitalismo agrário a obtenção da “mais-valia” ou do “lucro”, que constitui a lei fundamental do capitalismo.

A produção agrícola, que era anteriormente um bem de uso, afirma Kameyama, transforma-se em bem de troca e o objetivo do capitalismo agrário é criar a maior massa de mais-valia por meio do aumento da produção, do desenvolvimento tecnológico e da exploração crescente do trabalho assalariado.

Kameyama (1978) realizou estudo da estrutura de produção, o que tornou possível a caracterização das diferentes classes e camadas sociais existentes no campo e forneceu um quadro de referência tanto para a análise das relações sociais vividas no trabalho e nas diferentes áreas da vida cotidiana, quanto para a análise da mobilidade social de caráter ascendente e descendente, à qual foram submetidos diferentes grupos de camponeses.

Em sua tese⁷⁰ estudou a importância do fator ideológico em correlação com os fatores socioeconômicos e políticos, a fim de verificar em quais condições os indivíduos que sofrem a ação global de dada formação social podem, por sua vez, reagir por meio de uma ação consciente.

Para tanto, Kameyama (1978, p. 2) parte

⁷⁰ A tese de Kameyama, escrita em francês, foi primorosamente traduzida por Anna Christina M. P. Cardoso de Mello, amiga querida, que gentilmente ofertou parte do trabalho realizado, em contribuição para a elaboração da presente tese.

[...] da análise histórica de uma sociedade global e de processos culturais específicos, resultando em formas concretas das relações sociais que tanto os homens como os agentes coletivos estabelecem entre eles na produção material e não material. Esta abordagem privilegia a análise da organização da propriedade e as relações sociais no trabalho agrícola.

Essa abordagem, além de recolocar o homem em seu contexto, recorre à história geral para compreender as estruturas da sociedade contemporânea, seus conflitos, suas contradições profundas e o movimento de conjunto que estas determinam.

Explica que sua proposta com a tese foi extrapolar o interesse apenas acadêmico de analisar o fenômeno e buscar algumas respostas das indagações formuladas pelos próprios camponeses.

[...] o ponto de partida de nosso trabalho não deriva de uma teoria sociológica nem de uma preocupação acadêmica em definir um tema de pesquisa, mas sim de uma problemática construída a partir de uma prática educativa que nós tivemos durante três anos (1967-1969) junto aos camponeses da região de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo. Esta prática educativa estava integrada no quadro de um programa de formação técnica dos agricultores da região (KAMEYAMA, 1978, p. 1).

Kameyama faz a caracterização das diferentes classes e camadas sociais existentes no campo, distinguindo dois grupos: 1) o grupo superior, constituído pelos proprietários fundiários tradicionais/aburguesados e os camponeses abastados que se encontram em situação de mobilidade social ascendente; 2) o grupo inferior, constituído por uma parte dos médios proprietários, pequenos proprietários, meeiros⁷¹, fazendeiros, que se encontram em situação de mobilidade social descendente ou em via de proletarianização.

Kameyama (1978, p. 3) pôde fazer uma aproximação teórica sobre o fenômeno de proletarianização do camponês.

[...] o aprofundamento de nosso conhecimento do fenômeno de proletarianização se efetuou de modo concomitante ao estabelecimento de uma nova forma de prática educativa, na qual os camponeses se engajaram como sujeitos no processo de decifração do real que se redefinía e se enriquecia continuamente. Assim, o processo educativo era tomado em um sentido muito mais amplo; em uma perspectiva libertadora, a educação é um ato de conhecimento cujo objeto é o mundo real, a realidade vivida cotidianamente pelos camponeses. E este ato de conhecimento tornou-se uma empresa comum onde nos encontramos em uma relação de “diálogo”, de compartilhar “conhecimento”. É por meio desses “diálogos” que nós

⁷¹A meação consiste na cessão de uma superfície de terra, cuja produção é dividida entre o proprietário da terra e o meeiro, segundo a proporção estipulada pela legislação. No caso da meação, o proprietário da terra participa diretamente da propriedade na medida em que realiza um investimento. “Na meação, a dependência do meeiro com relação ao proprietário de terra é evidente, este último conservando um poder de decisão elevado.” (KAMEYAMA, 1978, p. 158)

temos podido apreender a realidade camponesa, na qual reinam a exploração, a miséria, a opressão, o medo e a humilhação, bem como descobrir seus pensamentos, suas dúvidas e suas questões sobre o futuro.

Faz uma análise primorosa das causas conjunturais que reforçaram a situação estrutural de dominação do campesinato. Para tanto, parte da política de desenvolvimento econômico implantado a partir de 1964, ressaltando que, de certo modo, o processo de modernização da agricultura reproduz o mesmo processo de industrialização e se desenvolve em função dessa industrialização.

Kameyama (1978, p. 6) afirma que:

[...] a estratégia de modernização agrícola, nomeada “modernização conservadora” sofreu, em sua elaboração, a influência do autoritarismo tradicional do meio rural e ela constitui o caminho menos democrático do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Com efeito, esta via elitista é um fator preponderante de concentração de renda e de riquezas e ela condiciona fortemente o grau de liberalização do regime.

A análise do modelo de desenvolvimento da indústria e da agricultura nos dá uma percepção estrutural da situação dos camponeses considerados como uma população marginalizada. Todavia, eles não estão à margem, mas são explorados e oprimidos no interior de uma estrutura constituída não somente de um espaço físico, mas de realidades históricas, sociais, culturais e econômicas.

A autora explicita que, diante dessa estrutura, os camponeses não aceitam “cordata como vítima do destino” (NETTO, 2000, p. 45), mas, ao contrário, oferecem resistência que se traduz pelo reaparecimento de lutas ocasionais ou permanentes.

Os objetos dessas lutas são os direitos assegurados pelo Estatuto do Trabalhador Rural e a Reforma Agrária, em oposição à atual política agrária. No seu lugar, os camponeses reivindicam uma via democrática: redistribuição da terra, dos meios de produção e de renda (KAMEYAMA, 1978, p. 7).

Traz alguns eixos e conceitos básicos, a saber:

1. A combinação dos modos de produção: Segundo Charles Bettelheim⁷², tal combinação se refere antes de tudo aos elementos de vários modos de produção e constituem uma forma de produção transitória. Com efeito, não é possível articular duas totalidades, mas é possível articular os elementos de duas ou várias totalidades para constituir uma nova totalidade. No caso do Brasil, trata-se de forma de produção transitória, pois não existe relações de exploração específicas ou uma classe dominante específica de um só modo de produção. O que existe, antes de tudo, é uma imbricação dos elementos de diferentes modos de produção e um poder político que representa os interesses das classes dominantes constituídas pela

⁷² Charles Bettelheim (1913-2006) foi o professor orientador de Kameyama. Bettelheim foi economista e historiador francês. Fundou o Centro para o Estudo de Modos de Industrialização (Cemi) na Sorbonne. Foi também consultor econômico em governos de vários países em desenvolvimento, durante a descolonização e muito influente na Nova Esquerda Francesa. É considerado “um dos mais notáveis marxistas do mundo capitalista”. (Disponível em: <www.wikipedia.org>. Acesso em: 12 nov. 2014).

burguesia monopolista e pelos proprietários de terras aburguesados, principais aliados do imperialismo norte-americano.

2. As classes sociais e a luta de classes: abordamos o problema das classes sociais pelo viés do conceito de “lugar” ou “posição” estrutural que o sistema designa objetivamente a indivíduos determinados. Os indivíduos, cuja posição na estrutura é idêntica, tendem a ser socializados da mesma maneira, a receber uma educação de nível parecido, a consumir os mesmos produtos. Eles formam um conjunto, não porque eles mantenham relações diretas uns com os outros, mas porque eles têm a mesma prática – “prática de classe” ou “cultura de classe”. É assim que cada classe tem também suas instituições e suas organizações que expressam seus interesses de classe. Na medida em que os interesses de certas classes se opõem ou são diretamente antagônicos, existem conflitos de classes que podem se transformar em luta de classes (KAMEYAMA, 1978, p. 15 e 16).

Afirma que, no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, o fenômeno de industrialização desempenha papel fundamental gerando transformações no nível da estrutura de produção (formas e relações de produção) e da organização social na sociedade camponesa, à medida que a agricultura se transforma em um dos ramos da indústria. Essa via de desenvolvimento agrícola “[...] é extremamente dolorosa para os camponeses, particularmente no Brasil, pois a população que se proletariza se torna uma população marginal que sofre a proletarização absoluta e a usura da força de trabalho” (KAMEYAMA, 1978, p. 19).

Outros aspectos da questão agrária, bem como as análises feitas por Kameyama, constam nos demais itens deste capítulo e dos capítulos subsequentes.

A questão agrária tem importância fundante na vida de Kameyama, bem como do seu percurso profissional, a começar por seu primeiro trabalho, antes mesmo de ser assistente social.

5.3 Kameyama e seu Primeiro Trabalho – Agência de Família

[...] me deparei com uma realidade que eu não conhecia. Imagine, embora eu fosse do campo, eu nunca pensei que a miséria fosse tanta!
(KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p. 186)

Arrumar o primeiro emprego foi seu “ato de rebeldia” na adolescência, pois a família a encaminhou “pra cidade” para estudar e não para trabalhar. Seu primeiro emprego já foi na área social. Sem dúvida, isso influenciou muito fortemente sua

decisão pelo Serviço Social, em detrimento da Licenciatura em continuidade ao curso Normal⁷³.

A maioria das mulheres do início e meados do século XX que se formava era normalista, ou se casava e parava de estudar, pois, antigamente a única carreira mais aceita para a mulher era a de professora.

Kameyama (SILVA, 1991, p. 113) conta:

[...] Lá em casa eles resolveram que eu deveria estudar [...] Os primeiros anos estudei numa fazenda, ia numa escola de fazenda, e depois o quarto ano não abriu [...] Aí me mandaram para cidade. Eu fiquei morando com uma família – com dez anos, eu fui para a cidade, morar sozinha, com uma família japonesa. E lá, eu terminei o meu quarto ano primário, depois fiz os quatro anos de ginásio, fiz o curso Normal [...] o primeiro emprego que eu encontrei foi numa Agência de Família [...] instituições criadas pela Igreja para atender os pobres [...] fui trabalhar numa dessas Agências em Lins da Catedral santo Antonio, como auxiliar, eu devia ter uns dezessete anos [...] Era escondida – dizia que ia aprender Corte e Costura – e ia trabalhar. Eu frequentava muito a igreja [...] e um dia me convidaram e eu aceitei. Lá me deparei com uma realidade que eu não conhecia.

Nesse período, a região Oeste do Estado de São Paulo estava vivenciando a política de erradicação do café, conforme apontado no capítulo 3.

Kameyama (SILVA, 1991, p. 115) relata:

E nessa época, que era 1958, nós estávamos vivendo a política de erradicação do café [...] aquelas fazendas que tinha mil colonos, setecentos, oitocentos... foram se desfazendo das famílias e criando pastos e outras culturas. O que acontecia? Essas milhares de famílias que foram dispensadas perambulavam pela cidade e o local que elas procuravam era a Igreja. As igrejas da região ficavam cheias de gente, pedintes, dessas famílias que eram expulsas do campo.

Beozzo, em depoimento, também contextualiza os primeiros trabalhadores atendidos por Nobuco, antes mesmo de ingressar no curso de Serviço Social.

O primeiro trabalho dela foi do Centro Social da Catedral de Lins. A cidade de Lins passou por uma grande crise, em 1958. Na metade do governo do Juscelino, teve um programa do IBC (Instituto Brasileiro do Café⁷⁴) de erradicação de lavouras velhas de café. Se pagava 1 a 2 cruzeiros na época, por pé de café arrancado. Teve gente que arrancou lavoura nova

⁷³ As Escolas Normais foram instituídas a partir de 1835. O curso Normal era equivalente, na época, ao magistério de 1º grau, ou magistério pedagógico, um tipo de habilitação para o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Era um curso secundário e equivale, nos moldes atuais, a um curso profissionalizante em três anos.

⁷⁴ O Instituto Brasileiro do Café (IBC) - 1952-1988, segundo Dias (1995) foi criado para que o estado pudesse controlar a superprodução do café. Possuía um estatuto que, além de regular o preço mínimo do café antes do plantio, comprar o excedente produzido, para além de assegurar o preço mínimo, garantir que o preço se mantivesse estável (ou até superasse o valor estimado pelos cafeicultores), assistir os cafeicultores através de créditos agrícolas (pelo Banco do Brasil), dar assistência técnica a todos os cafeicultores, ou individual, quando solicitada pelo cafeicultor que necessitasse fazer propaganda do café brasileiro.

para ter o dinheiro na mão, pois estava endividado... e com isso destruiu a base do trabalho que era no café. Em Lins nos anos 40 tinha 40 mil pessoas na zona rural e 18 mil na cidade. Era basicamente uma economia cafeeira. No município 28 milhões de pés de café, isso dava trabalho para as pessoas na roça, mas depois com as colheitas tinha todas as máquinas para separar o café. As mulheradas todas abandonavam todos os outros serviços e iam para a catação do café, que era separar os grãos bons naquelas mesas enormes. As pessoas tinham que separar, tirar os gravetos, pedrinhas, deixar limpo. Tudo isso era feito a mão. Então era muita gente que trabalhava. Tudo girava em torno do café. Quando se cortou as lavouras e Lins ficou com 3 milhões de café, houve uma invasão na cidade de gente desempregada, e não tinha o Estatuto do Trabalho Rural, nenhuma Previdência Social, simplesmente se passou o trator, rançou os pés de cafés e as pessoas foram embora. Alguns fazendeiros com um pouco mais não sei de consciência ou laço com aquelas famílias, desmontaram as casas, a maioria era de madeira, e montaram essas casas, deram um pequeno terreno, era a única coisa, não tinha indenização não tinha nada. A cidade tinha um bando de maltrapilhos pedindo comida. [...] Centro Social que fazia triagem, tinha várias famílias que precisavam atender, se fundaram Centros Sociais na cidade, uma na Catedral e a Nobuco foi a primeira que assumiu este Centro. [...]. Este foi o primeiro trabalho dela. Eu ainda fui buscar nos livros para a aposentadoria dela, porque ela foi contratada para isso. [...] Então a Nobuco viveu esse momento de crise social profunda de mudança da economia, tirou-se o café e se pôs pasto, fazenda que tinha 300, 400 pessoas, ficaram com 1 família, ou duas pelo menos para olhar os bois e as pessoas ficaram desempregadas, pedindo esmolas nas ruas (Depoimento em 09/02/2015).

No entanto, como afirma Furtado (1981), no início dos anos 30, a crise do café agravou-se, com as subseqüentes e volumosas safras de cafeeiros plantados na década antecedente. A safra de 1931 a 1932 foi estimada em mais de 17 milhões de sacas de café, o que gerava um aumento nos estoques disponíveis para mais de 35 milhões de sacas. Como as exportações, ao ano, alcançavam um pouco mais de 9 milhões, havia um excedente de 26 milhões de sacas, o que complicava a situação do setor cafeeiro. O governo federal assumiu, efetivamente, a responsabilidade de sustentação do valor do café, a partir do ano de 1931. Inicialmente, por intermédio do Conselho Nacional do Café, instituído para esta finalidade, logo precedido pelo Departamento Nacional do Café (DNC), no ano de 1933.

Ainda segundo Furtado (1981), foi apresentado, então, o sistema de cotas, que compreendia a compra e destruição, por meio do DNC, do café com qualidade inferior, e na exportação ou estocagem, dentro dos armazéns do próprio departamento mencionado, do café de melhor qualidade.

Desse modo, os excedentes de produção passaram a ser adquiridos e destruídos. Foram queimadas, ou até mesmo lançadas ao mar, mais de 78,2 milhões de sacas de café, no período entre 1931 e 1944. A compra daqueles

excedentes para a destruição era financiada, inicialmente, entre 1931 e 1933, pelo imposto cobrado por saca. Depois disso, o imposto passou a ser cobrado por espécie. Assim, a retirada do café do mercado buscava manter o seu valor de mercado em níveis mais altos do que seriam atingidos em condições normais.

A crise de superprodução do café, sucedida pela Grande Depressão, em outubro de 1929, marcou o início de uma nova fase da economia brasileira, que se caracterizou pela maior intervenção do Estado na economia e acelerado crescimento econômico. [...]. O Governo passou a intervir diretamente no mercado cafeeiro, adotando o plano de sustentação do preço do café, em 1931; para tanto, passou a adquirir os estoques excedentes e a destruir o café de má qualidade, liberando o de maior procura no mercado mundial. [...]. O volume de café exportado, na realidade, pouco diminuiu com a Grande Depressão, mas a queda do preço reduziu a receita de exportação, o que restringiu as relações de troca (FURTADO, 1981, p. 152).

O contexto refere-se às décadas de 50-60, quando o café brasileiro voltou a sofrer com a concorrência internacional, que provocou queda nos preços e nas exportações, e consequente acúmulo de produto estocado, a ponto de haver nova queima e política governamental de diminuição e erradicação da produção.

5.4 A Faculdade de Serviço Social de Lins

Em meio ao pauperismo, a criação de instituições sociais, na sua maioria pela Igreja Católica, foi o caminho encontrado naquele momento para dar assistência à população empobrecida e também dar conta da “ameaça comunista” que se instaurava na região. A Faculdade de Serviço Social de Lins (FSSL) é fundada em 1958, por uma confluência de “esforços”.

[...] dos esforços e interesse da Legião Brasileira de Assistência – LBA (que representa o Estado) apoiada pela Igreja Católica e pelo Serviço Social Rural⁷⁵, que solicitaram à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado a criação de uma Escola de Serviço Social no interior do Estado de São Paulo. Esta Congregação já tinha como um de seus objetivos a formação de assistentes sociais, criando escola de serviço social em todo país (FERREIRA, 1982, p.15).

A FSSL nasceu, portanto, por solicitação e apoio de “lideranças” da cidade, preocupadas em fazer frente aos problemas gerados pelo êxodo rural, conforme registra Silva (1992, p. 80-81):

⁷⁵ Assim como a LBA, o Serviço Social Rural era órgão público, ligado ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. O Serviço Social Rural concedeu 42 bolsas de estudos às duas primeiras turmas de estudantes, visando a uma intervenção nas populações rurais. Nobuco Kameyama foi uma das bolsistas do Serviço Social Rural. Houve também o apoio de grandes proprietários de terra, principalmente na construção da FSSL.

[...] empenho de setores da oligarquia rural aliados a uma classe média ascendente, em criar e efetivar a Faculdade [...] uma aliança feita entre as diversas forças políticas dominantes da cidade para criar a Faculdade: o comandante do 37º Batalhão de Infantaria Motorizada, a senhora Joceline Guimarães, irmã do então Deputado Federal Ulisses Guimarães, na época, Presidente da Comissão Regional da LBA, o Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores Sr. Rato, o Bispo da Diocese de Lins Dom Henrique Gelain, desenvolveram todos os esforços necessários para obter o respaldo que faltava para que a Faculdade de Serviço Social de Lins se concretizasse.

Silva (1992) aponta relação direta da fundação da FSSL com o momento político brasileiro: o desenvolvimentismo e a ameaça comunista, conforme se verifica no registro da fala da Sra. Joseline Guimarães, na ata de fundação da Faculdade.

A Comissão Municipal tomou conhecimento das falhas da estrutura assistencial no município e mesmo na região no aspecto de assistência global à família. Ao par dessa deficiência [...] tomando contato com os problemas regionais, sentiu necessidade da criação da Faculdade de Serviço Social que, pelos técnicos poderia enfrentá-los com métodos mais adequados para ação, não só na zona urbana, mas principalmente na zona rural [...] Ou as democracias são capazes de promover o bem comum, a justiça social ou esse bem comum será instrumento de manejo para a conquista de regimes coletivistas ou totalitários (Ata de 26/1/1959 do livro de Atas das Reuniões de Congregação, fls. 2 e 3, *apud* SILVA, 1992, p. 81).

A FSSL, fundada em 1958⁷⁶, desde o início, dava ênfase a um ensino voltado à prática, em que os alunos desenvolviam estágio desde o 1º ano. Desde seu início, a FSSL interviu nas zonas urbana e rural, por toda a região oeste do Estado de São Paulo. A Faculdade foi pioneira na criação, no incentivo e organização de várias entidades e obras, por meio do trabalho das irmãs e das alunas estagiárias.

Israild, em depoimento, relembra que

A Faculdade de Serviço Social de Lins sempre foi uma Faculdade de boa qualidade, mesmo quando estava com as freiras dentro do marco conservador, mas era diferente de outras faculdades da região, pela seriedade, pela responsabilidade e pela formação dos professores [...] (Depoimento em 12/12/2014).

Iamamoto conta:

[...] na minha lembrança muito antiga, ainda da graduação, tinha uma coisa de uma mística da Faculdade de Serviço Social de Lins e da Faculdade de Serviço Social de Niterói, como escolas progressistas na época. Escolas que avançavam na estruturação da carreira acadêmica de Serviço Social. [...] A Faculdade de Lins tem a ver com as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. A de Niterói também e Juiz de Fora (Universidade Federal de Juiz de Fora), onde eu estudei, também. Pela informação das mantenedoras, que eram as mesmas dessas três Escolas, se tinham muitas informações dessas duas escolas, lá em Minas, do caráter progressista da Escola de Lins. Porque eu estudei em Juiz de Fora no período da ditadura.

⁷⁶ Cabe registrar que a aula inaugural se realizou em 18 de abril de 1959, e foi proferida por “D. Helena Iracy Junqueira, assistente social de projeção internacional, catedrática da Escola de Serviço Social da PUC-SP” (Ata de 18/4/59 do Livro de Atas das Reuniões de Congregação, fls. 5, *apud* SILVA, 1992, p. 82).

Entrei em (19)67, Zé Paulo (José de Paulo Neto) em (19)66. Então, nós tínhamos um Movimento Estudantil bem forte, com a esquerda muito presente. Então, vinham os ecos de Lins (Depoimento em 29/10/2015).

5.4.1 Atuação como estudante de Serviço Social

Kameyama ingressou na Faculdade de Serviço Social de Lins, em 1959, na segunda turma do curso. Quando entrou, já possuía atuação na área social, como apresentado no item 5.3. Foi bolsista do Serviço Social Rural e “[...] continuei trabalhando na Agência de Família durante todo o meu curso eu trabalhei lá” (KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p. 157).

Foto 9 – Primeira e Segunda Turma em 1960. Nobuco Kameyama é a segunda da esquerda para direita, da segunda fileira de baixo para cima



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 257):

E, logo no começo, a gente fazia Serviço Social de Caso, a gente fazia Serviço Social de Grupo, e um belo dia comecei a atinar que o problema não resolvia lá... que você teria que começar uma formação toda junto com as famílias, nas próprias fazendas. Só que naquele tempo, quando você não tinha ninguém com clareza, pensando classes sociais, eu achava que os fazendeiros deveriam ter programa de Educação de Base ou de Desenvolvimento Comunitário, ou qualquer coisa assim, nas próprias fazendas. Claro que a gente convidou os fazendeiros e nenhum deles aceitou. Teve dois bem intencionados que aceitaram – porque tinham vínculos com a Faculdade. É claro que na medida em que a gente foi começar a resolver os problemas deles, a gente começou a perceber que o problema não era falta de Educação de Base, mas o problema era relações de trabalho. Aí, é claro, foi ficando complicado. Aí, não demorou um ano, e eles nos expulsaram... Não queriam nem mais ouvir falar da turma da Faculdade. [...] Então, como estudante eu estava muito mais vinculada ao problema do êxodo rural.

Ainda como aluna, participou de Encontros Nacionais e Internacionais do Serviço Social, que lhe trouxeram muitas inquietações, ao ter contato com outras experiências, conforme ela mesma relata.

[...] em 1963, eu ainda estava na Faculdade, a Faculdade me enviou para aquele encontro, Seminário sobre Desenvolvimento de Comunidade. E no Seminário Nacional, eu fiquei impressionada vendo as experiências que se faziam no Nordeste. Então, no Nordeste, eles me contavam que estava fazendo alfabetização pelo Método Paulo Freire, que estavam criando Movimentos de Cultura Popular, tinha Escolas Radiofônicas em Natal... Tinha a Julieta Calazans que, inclusive, estava contando a história da Sindicalização Rural. E o pessoal que trabalhava nas ABCAR, contando a história da Extensão Rural... Então, eu realmente achava que Lins não estava fazendo, que as outras regiões estavam muito mais avançadas em termos de prática do Serviço Social e que em Lins, a gente estava estagnada, que nós tínhamos que começar a participar em termos de movimentos de Educação Popular, de tentar fazer um trabalho junto com os agricultores... Então eu estava com essa perspectiva: de achar que você teria que começar a fazer um trabalho mais amplo, e não ficar com “Casinhos” e “Grupinhos”. [...] Em 1965, eu participei de um seminário Latino-Americano, realizado em Porto Alegre – quando o Seno Cornely⁷⁷ já achava que o Serviço Social tinha que atuar no nível do planejamento e que o Serviço Social tinha que trabalhar ao nível de macro e não micro. [...] Eu acho assim, que foi a primeira visão que eu tive do Serviço Social, numa atuação mais regional. [...] Também estive no Encontro da UCISS⁷⁸, na Argentina (*apud* SILVA, 1991, p. 258).

⁷⁷ Seno Cornely (1929-2007) era gaúcho, assistente social formado pela PUC-RS, doutorou-se pela mesma universidade, onde também foi professor.

⁷⁸A União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) foi fundada, em 1925, em Milão, com o objetivo de enfatizar a eficiência da profissão, estimulando a criação de escolas, no âmbito da influência católica.

5.4.2 O início da carreira docente

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 257) inicia a carreira docente na mesma faculdade onde se formou. E foi como professora que teve sua aproximação com o movimento estudantil, como relata.

Quando me formei, fui logo convidada para ser professora. Então essa turma que era uma turma anterior à minha, passou a ser minha turma de alunos, no quarto ano. Então foi nessa época, que começa o movimento estudantil, a gente começa a tomar consciência da efervescência dos movimentos populares no Brasil, todo; inclusive, o movimento estudantil era bastante atuante em âmbito nacional. E era um pessoal também que começa a criar JUC, na cidade. Porque até cinquenta e oito, cinquenta e nove, não existia nem movimento estudantil. Ela começa também, quer dizer, a JEC, a JOC, a JUC⁷⁹, também começam a entrar, quando começa a aparecer uma juventude universitária. Normalmente aqueles que eram da JUC, iam para o movimento estudantil. [...]

Nesse mesmo momento começaram os primeiros questionamentos do currículo da Faculdade de Serviço Social.

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 258) relembra:

[...] nessa época a gente começava a questionar a questão do currículo da Faculdade, a questão de que nós não estávamos sendo formadas para uma atuação na realidade... Eu acho que a gente começou a descobrir as questões que já estavam girando em torno da própria categoria profissional. [...] Minha visão era que o Serviço Social tinha que se adequar à realidade, que aquilo que estava aprendendo já estava ultrapassado; que nós tínhamos que enfrentar as questões mais abrangentes, que eram as questões que surgiam na região. Por exemplo, o êxodo rural – que era maciço naquele tempo – nós não tínhamos respostas para isso; problema da mendicância em larga escala, nós não tínhamos respostas para isso. Então eu comecei a ver que nós não tínhamos resposta para todos os problemas que a região estava vivendo. [...] como eu queria entender as coisas, [...] eu fui estudar, fui conhecer Celso Furtado – li todas as obras do Celso Furtado naquela época; li as obras do Raul Prebisch; li os caras da linha da Cepal⁸⁰[...] e comecei a entender que o problema não era local, era regional.

⁷⁹ Trata-se das iniciativas da Ação Católica Brasileira (ACB) direcionadas à juventude católica. A ACB foi um movimento da Igreja Católica, fundado pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, em 1935, sob a influência das Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), como tratado no item 5.6.1. A ACB tinha o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja. Havia três segmentos para a juventude: Juventude Estudantil Católica (JEC), para os jovens do curso secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), só para universitários; Juventude Operária Católica (JOC), para jovens operários.

⁸⁰ “A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) é uma das cinco comissões regionais da ONU, que tem como mandato o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento de sua região, especialmente estimulando a cooperação entre os seus países e o resto do mundo, funcionando como um centro de excelência de altos estudos. Os países requerem um organismo com a capacidade de compilar informação, analisá-la e fazer recomendações. Desde 1948 a Cepal contribui para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, apresentando alertas, ideias e propostas de políticas públicas. Além de identificar características estruturais que nos distinguem de outras regiões ou de diferentes trajetórias de desenvolvimento, a Cepal sempre apontou para os desafios contra a desigualdade, para a luta contra a pobreza, para o

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 259) ministrava a disciplina de Desenvolvimento de Comunidade, mas já não acreditava na proposta e na metodologia com que ensinava. É quando tem o primeiro contato com a tradição marxista.

Aí, eu começo a entrar também com o pessoal da JUC. Eles me passavam documentos. E eu comecei a engolir os documentos do Henrique Vaz⁸¹ [...] Então, começo a questionar, por exemplo, o Método Paulo Freire, os movimentos que existiam por aí, os sindicatos, tudo. [...] É em sessenta e seis [...] ano que eu conheço um professor italiano que morava em Araçatuba – Franco Baruzelli⁸². E, um dia, eu fui assistir a uma palestra dele, achei muito bom, conversei, gostei do cara, achei o cara muito aberto... e trouxe para Faculdade. E aí acho que ele começou a introduzir falando em Marx. Foi através dele. Aí achei que era uma filosofia totalmente diferente [...]

Nesse momento, também como professora, foi convidada a assessorar o Plano da Igreja que, como tratado no próximo item, passava por mudança. Kameyama foi convidada a assessorar o Plano Social da Igreja, que culminou na criação do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH).

5.5 Atuação no Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH) de Lins

Lins é sede de Diocese⁸³ que procurou incorporar as inovações vivenciadas pela Igreja Católica, especialmente após a realização do Concílio Vaticano II⁸⁴, que

fomento à democracia, justiça e paz e para as opções de inserção na economia mundial” (Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

⁸¹ Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921- 2002) foi um padre jesuíta, professor, filósofo e humanista brasileiro. Nos anos 60, tornou-se mentor da JUC e da Ação Popular, na sua primeira fase. Num cenário agitado e confuso como o da época, os artigos de Lima Vaz tiveram impacto importante sobre uma geração cristã que queria romper com uma tradição religiosa alheia aos desafios políticos e culturais do seu tempo. Henrique Vaz questionava a posição tradicional da sociedade, a partir do pensamento dialético (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 14 fev. 2016).

⁸² Franco Baruselli nasceu no dia 6 de janeiro de 1931, em Cerveno, no norte da Itália. Formou-se em filosofia em Turim. Já formado, decidiu vir para a América. Chegou ao Brasil em 1958, com 28 anos de idade. Em 1960, fixou residência em Araçatuba/SP. Lecionou Filosofia em Universidade de Araçatuba e Penápolis/SP. Baruselli criou o Centro de Treinamento Agrícola (CTA), O Centro de Treinamento Industrial (CTI) e o Centro de Treinamento em Pecuária (CTP). No final da década de 60, criou o Instituto Nordeste de trabalho em Educação e Cultura (Intec). Em julho de 1973, perseguido pelo governo militar, teve que deixar o Brasil e voltar para a Itália. Retorna em 1975. Elege-se deputado estadual em 1978 e reelege-se em 1982. Depois, assume a Secretaria de Descentralização e Participação do Estado de São Paulo, no governo Franco Montoro. De 1986 a 1995, integra a diretoria da CDHU. Em 2015, lança livro que retrata parte de sua história no Brasil: *A Vida é Nela e la Nave Va!*

⁸³ No ano de 1919, com o surgimento da Diocese de Botucatu, cria-se a Paróquia de Albuquerque Lins. A Diocese de Lins foi criada em 1926.

⁸⁴ O Concílio Vaticano II foi o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo papa João XXIII. O Concílio foi realizado em quatro sessões, e finalizado em

marca a década de 1960. Esse Concílio foi resultado de um processo pelo qual a Igreja estava passando, desde a chegada do capitalismo. Portanto, para entender o que esse Concílio significou para a Diocese de Lins, e para a trajetória profissional de Kameyama no IPPH, faremos uma aproximação aos contextos propulsores de três encíclicas papais e suas intencionalidades, para compreender como se materializou essas inovações da Igreja.

5.5.1 A questão social e a igreja católica

A Europa Ocidental, que já sofrera os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no final do Século XVIII, vai um século depois enfrentar não apenas forte mudança tecnológica, mas, principalmente, a organização da produção e do trabalho.

No final do século XIX, o mundo capitalista traz profundo impacto às relações de trabalho. Paralelamente ao desenvolvimento industrial, ocorreu o crescimento das cidades e a formação e organização da classe operária. As condições de trabalho e vida das massas urbanas eram marcadas por profundas exploração e miséria. Nesse momento nasceu o “movimento operário” organizado, que buscava formas para lutar contra a situação imposta pelo capitalismo – o pauperismo, fenômeno novo, “[...] sem precedente na História” (NETTO, 2001).

Tratava-se de um fenômeno em que a pobreza crescia na razão direta como aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir bens e serviços, mais aumentava o contingente da população que não tinha acesso a tais bens e serviços, além de estarem despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

[...] A formação de grandes aglomerados urbanos, a promiscuidade, a doença, a falta de habitação, a miséria, a exploração, o desemprego, o trabalho de crianças e mulheres em jornadas excessivas de trabalho são algumas características da situação social colocada (YAZBEK, 1980, p. 15).

A condição de exploração e miséria em que vivem os operários na Europa do final do século XIX, decorrente da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo, leva a Igreja a se posicionar, pois via esse momento como de crise e

8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Mas, para entender o significado do Concílio Vaticano II, é preciso trazer alguns antecedentes históricos.

decadência da moral e dos costumes cristãos⁸⁵. A Igreja vê, então, no ressurgimento das ideias de Tomás de Aquino, o caminho para enfrentar essa realidade.

Para a Igreja, havia profunda crise, de decadência da moral e dos costumes cristãos. Interpretava que a situação de “desordem” em que viviam, impedia as pessoas de cumprirem sua tarefa de dar glória a Deus. Tudo isso a Igreja atribuía à materialização do liberalismo e da proposta das “ideias” socialistas.

Diante desse contexto, o papa Leão XIII posiciona-se primeiro por meio da Encíclica⁸⁶ *Aeterni Patris* (1879), que propõe a restauração do tomismo⁸⁷, com a finalidade de “Unir os pensadores católicos para conquista do pensamento moderno” (THONNARD, 1953, in AGUIAR, 1982, p. 40). E depois, especialmente por meio da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), na qual o papa Leão XIII continua com a linha crítica ao ideário liberal, posta já por seu antecessor Pio IX que, na *Quanta Cura*

⁸⁵ Outro ponto foi a secularização, processo pelo qual a religião perde a sua influência sobre as variadas esferas da vida social. Essa perda de influência repercute-se na diminuição do número de membros das religiões e de suas práticas, na perda do prestígio das igrejas e organizações religiosas, na influência na sociedade, na cultura, na diminuição das riquezas das instituições religiosas, e, por fim, na desvalorização das crenças e dos valores a elas associados. Portanto, o processo de secularização e a nova dinâmica da pobreza, que então se generalizava, levou a Igreja a se posicionar.

⁸⁶ Encíclica é uma “carta apostólica” que manifesta a doutrina social da Igreja Católica e é destinada a toda a Igreja Católica e aos seus fiéis de todo o mundo. Possui conteúdo doutrinário e disciplinar situado frente à realidade do mundo. Portanto, tem caráter público e é utilizado pela Igreja Católica, com o objetivo de alcançar, de modo efetivo, o mundo católico e interferir na realidade sociopolítica. “Por conseguinte, sua temática não costuma ter caráter dogmático nem intraeclesial: são os problemas sociais, políticos e econômicos que constituem o objeto preferencial das encíclicas pontificias, que fazem parte do magistério ordinário da igreja, não infalível, mas que deve ser aceito pelo crente com um sincero assentimento interior” (CAMACHO, 1995, p. 15).

⁸⁷ Tomás de Aquino foi um teólogo que viveu no século XIII (1225–1274) e seus escritos marcaram profundamente a teologia cristã. A Filosofia Tomista é a doutrina de Santo Tomás de Aquino que se apoia no pensamento de Aristóteles. Tomás de Aquino dedicou-se ao esclarecimento das relações entre a verdade revelada e a filosofia, isto é, entre a fé e a razão. Segundo sua interpretação, tais conceitos não se chocam nem se confundem, mas são distintos e harmônicos. Segundo Aguiar (1982), Santo Tomás parte da reflexão feita por Aristóteles e a reinterpreta à luz do cenário filosófico de sua época, marcado por questões como as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade. Para Santo Tomás, a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é a fonte de todos os seres. Após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana, entendendo que a pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas: alma e corpo. É da transformação dessas duas substâncias em uma substância única que resulta o ser humano, distinto de qualquer outro ser. Este ser dotado de razão é capaz de escolha, de saber, de vontade. Por ser inteligente, afirma Santo Tomás, “a pessoa significa o que há de mais perfeito em todo o universo” (AGUIAR, 1982, p. 42). Essa perfeição apresenta-se nos aspectos físico e espiritual. Para Santo Tomás, o corpo humano é o mais perfeito, o mais funcional e o mais complexo e a pessoa humana tem também uma perfeição espiritual que se manifesta através da racionalidade. Essa racionalidade produz o princípio da consciência em si e da liberdade, que o distingue dos outros seres.

(1864), critica as liberdades - em especial a liberdade de culto - e os Estado laicos, que se vinham promovendo desde a Revolução Francesa.

Nessa perspectiva, a Encíclica *Rerum Novarum* é considerada o documento inaugural da chamada Doutrina Social da Igreja. No contexto em que foi elaborada, a *Rerum Novarum* relata os problemas com os quais a Igreja se defrontava no momento: o socialismo e o liberalismo no capitalismo em seu contexto da Revolução Industrial. O liberalismo foi um dos responsáveis pela perda de hegemonia que a Igreja desfrutava no período anterior.

Cabe destacar o papel da “terceira via” que a Igreja quis trazer, sobretudo com a Encíclica *Rerum Novarum*⁸⁸: “[...] a Igreja se coloca na perspectiva de uma reforma da sociedade (retorno ao ideal da Idade Média), dada a decadência da moral e dos costumes, produzida pelo liberalismo⁸⁹ e comunismo⁹⁰” (AGUIAR, 1982, p. 20). Já na Introdução, essa Encíclica explicita que “[...] pretende empreender a difícil questão de precisar com exatidão os direitos e deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho” (ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM*, 1891, p. 14)

A “terceira via” fica clara quando expressa críticas ao baixo salário, apontando a necessidade de salário como pagamento justo pelo trabalho e invocação para a resignação perante a exploração, e colocando-se como mediadora das questões do trabalho e da assistência para os trabalhadores. Também nessa perspectiva

⁸⁸ Estruturada em três partes, buscou inicialmente apresentar a situação da classe operária, depois criticou a proposta socialista, para, em seguida, propor a “solução verdadeira” que deveria agir em três frentes: a) da Igreja Católica e sua doutrina, que mostrava à sociedade como viver de forma cristã e a sua ação em prol dos operários; b) do Estado, que deveria agir hábil e corretamente dentro de sua esfera; e c) dos patrões e empregados, reconhecendo a necessidade de associações dos operários.

⁸⁹ Em relação ao liberalismo, critica a racionalidade burguesa (orientada para o lucro e a acumulação de capital), a exploração fabril da força de trabalho, o envolvimento dos homens de indústria nos assuntos que são competência dos governantes. Também ataca o Estado no que tange ao controle dos grupos da sociedade, excesso de impostos, à espoliação dos bens e propriedades particulares, ao estímulo às migrações para trabalhar nas cidades.

⁹⁰ Em relação ao socialismo, critica a propriedade coletiva (numeral 9); a ideia de igualdade (numeral 11e 22); o perigo da luta entre classes (numeral 11); as formas de associação dos operários sem controle. “Por tudo o que nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular” (NUMERAL 7, p. 5).

defende a união das classes sociais “[...] na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio” (NUMERAL 11, p. 7).

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (NUMERAL 9, p. 6).

A *Rerum Novarum* foi a busca da Igreja Católica de reconstruir a sociedade em base cristã, a partir das ações dos cristãos, como uma forma de enfrentar a questão social, descaracterizando o conflito entre capital e trabalho, ou seja, dando uma versão cristã a esse enfrentamento. Segundo o papa Leão XIII, o remédio para os males da humanidade seria o envolvimento e comprometimento dos cristãos, a chamada terceira via, a partir da ação e testemunho:

[...] não devia se limitar a dar um testemunho evangélico diante dos problemas, mas que ela e apenas ela era detentora dos princípios de valor universal em conformidade como os quais deveriam estruturar uma correta convivência (NUMERAL 2, p. 1).

5.5.2 Consolidação da Terceira Via – o Neotomismo

No contexto da *Rerum Novarum*, vivia-se um período de iminência do socialismo e avanço do capitalismo. Décadas depois, o papa Pio XI encontra grande mudança na conjuntura mundial. Destacamos a crise de 1929 e as mudanças no período entre a I Guerra mundial (1914-1918) e a II Guerra mundial (1939-1945). As manifestações da questão social no começo do século XX era bastante degradante, o desemprego e a pobreza se expandiam; por outro lado, a promessa do “pleno emprego” do capitalismo caía por terra, assim como suas ilusões de progresso e estabilidade econômica⁹¹.

⁹¹ Para reverter esse quadro, a classe dominante, aliada ao Estado, desenvolve esforços para recuperar a economia. O Estado vai ter um papel fundamental nos investimentos, abrindo caminhos para o monopólio e também para as bases de transição para o capitalismo monopolista. Isso possibilitou o fortalecimento da classe dominante com o Estado, acarretando uma grande pressão

Com a Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931, a Igreja critica tanto a ditadura socialista quanto a capitalista⁹². Em busca de consolidar a posição de chamada “terceira via”⁹³, o papa Pio XI, em sua Encíclica *Quadragesimo Anno*, comemora os 40 anos da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), como uma forma de consolidar o caminho apontado por Leão XIII. Papa Pio XI, em sua Encíclica, ao fazer a exposição dos motivos da *Rerum Novarum*, afirma:

Com efeito ao fim do século XIX, em consequência de novo gênero de economia (capitalismo), que se ia formando [...] aparecia a sociedade cada vez mais dividida em duas classes: das quais uma, pequena em número, gozava de quase todas as comodidades que as invenções modernas fornecem em abundância; ao passo que a outra, composta de multidão de operários, a gemer na mais calamitosa miséria [...] (NUMERAL 3, p. 52).

Essa Encíclica teve como base o neotomismo, ou seja, a retomada da filosofia de Tomás de Aquino.

No século XVIII, a filosofia tomista – apesar de uns poucos filósofos continuarem a ensinar a doutrina do filósofo dominicano – podemos dizer, está esquecida. Ela começa a ser retomada com toda força no final do século XIX, tendo sua presença atuante nas primeiras décadas do século XX (AGUIAR, 1982, p. 39-40).

Em favor do regresso ao tomismo, por parte dos católicos, a partir do Papa Leão XIII, ocorreu o impulso necessário para que o movimento neotomista já iniciado na Itália pudesse se desenvolver⁹⁴. O movimento neotomista caracteriza-se, em geral, pelo seu esforço de atualização constante e abertura aos novos problemas e novas interrogações e novos caminhos para o enfrentamento da questão social. O Serviço Social teve forte influência do neotomismo.

[...] o neotomismo no Brasil marca a formação dos assistentes sociais brasileiros, principalmente os que exerceram em determinados períodos o

aos trabalhadores, para impedir as manifestações socialistas e até o direito de associação. Tanto os empresários dos Estados Unidos quanto os da Europa passaram a vigiar seus trabalhadores utilizando mecanismos de controle para coibir as organizações da classe trabalhadora.

⁹² Papa Pio XI, com a Encíclica *Divini redemptoris*, de 19 de março de 1937, condena o comunismo e com a Encíclica *Mit Brennender Sorge*, de 14 de maio de 1937, condena o nazismo.

⁹³ Papa Pio XI enfatiza que a posição do papa Leão XIII: “[...] o bom Pastor, condoído ao ver ‘a miserável e desgraçada condição, em que injustamente viviam’ tão grande parte dos homens, tomou a defesa dos operários [...] Não pediu auxílio nem ao liberalismo, nem ao socialismo, pois que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos” (NUMERAL 10, p. 53, da Encíclica *Quadragesimo Anno*).

⁹⁴ Na Universidade Católica de Lovaina, em 1889, constituiu-se o Instituto Superior de Filosofia, de inspiração tomista. Em Portugal, logo em 1879, após a encíclica de Leão XIII, teve início, no Seminário de Coimbra, uma cadeira de filosofia tomista. Depois, em 1880, fundou-se a Academia Conimbricense de Santo Tomás d'Aquino. Em 1896, deu-se início a outra cadeira de filosofia tomista. (Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$neotomismo](http://www.infopedia.pt/$neotomismo)>. Acesso em: 26 jan. 2016).

magistério nas escolas de Serviço Social. Os primeiros Assistentes Sociais foram marcados pela filosofia de Santo Tomás, recebendo sua doutrina através das disciplinas Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica, entre outras, bem como através dos círculos de estudos (AGUIAR, 1982, p.44-45).

A partir da década de 1940, o capitalismo desenvolvia-se a todo vapor, novas democracias europeias surgiam, aumentando a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e as desigualdades sociais. Contudo, cresceu o grau de resistência das classes trabalhadoras organizadas, o desenvolvimento de mecanismos de acumulação intensiva e a emergência dos países denominados, na época, de Terceiro Mundo⁹⁵.

Essas contradições e o acirramento das lutas de classes, no período da Guerra Fria (1939-1945), geraram a crise que emerge em meados dos anos 60. Nesse contexto, para explicar essa realidade e propor novas soluções para a questão social, é lançada a Encíclica *Mater et Magistra*, do papa João XXIII, em 15 de maio de 1961.

Essa Encíclica traz os novos aspectos do conflito entre capital e trabalho, enfatizando a relação entre os setores produtivos, entre os países de diferentes progressos econômicos, a socialização e colaboração mundial. Nela é preconizado que haja uma “política econômica apropriada”.

Para se obter progresso econômico harmonioso entre todos os setores produtivos, requer-se uma política econômica hábil no campo agrícola no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos

⁹⁵ A expressão foi criada a partir da observação que o economista francês Alfred Sauvy, em 1952, realizou acerca dos países do mundo. Ele constatou que existia enormes disparidades política, econômica e social entre as nações, deixando muitas delas marginalizadas no cenário mundial. As denominações apresentadas, bem como as suas características, estão de acordo com a Teoria dos Mundos. Esse método de análise foi usado entre os anos de 1945 e 1990. Apesar dessas expressões não serem mais usadas, a configuração do mundo praticamente não mudou, com exceção de alguns países que conseguiram evoluir um pouco. Primeiro Mundo: são os países que possuem características comuns, como economias fortalecidas, altos índices de industrialização, elevado nível tecnológico, além de suas populações apresentarem indicadores sociais elevados, tais como boa qualidade de vida, bons rendimentos, baixos níveis de analfabetismo, boa expectativa de vida, entre outros. Os países que compõem esse grupo são: Canadá, Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão e Austrália. Atualmente, esse grupo é conhecido como “desenvolvido”. Segundo Mundo: é constituído por um grupo de países do ex bloco socialista, como a União Soviética, que possuíam economia planificada. Essa designação não é mais usada atualmente. Muitos cientistas classificam como de Segundo Mundo os países detentores de economias emergentes, como China, Rússia, Brasil, Argentina, México e Índia. Esses países são chamados atualmente de “países em desenvolvimento”. Terceiro Mundo: fazem parte desse grupo os países que possuem economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, geralmente nações localizadas na América Latina, África e Ásia. (Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/primeiro-segundo-terceiro-mundo.htm/>> . Acesso em: 15 fev. 2016).

preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos (NUMERAL 130, p. 20).

O caminho indicado para a solução dos problemas do crescimento agroindustrial apontado pela Encíclica é o “desenvolvimento gradual e harmonioso do sistema econômico”.

É necessário também que o desenvolvimento econômico da nação se realize de modo gradual e harmônico entre todos os setores produtivos. Quer dizer, é preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas da produção, à escolha das culturas e à estruturação das empresas, conforme as permitir ou exigir a vida econômica no seu conjunto; de maneira que se atinja, logo que seja possível, um nível de vida conveniente, comparado com o setor da indústria e dos vários serviços (NUMERAL 127, p. 19).

A *Mater et Magistra* preconiza também, na mesma linha das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que os poderes públicos são responsáveis pelo bem comum, o Estado deve proteger os direitos de cada pessoa humana, e deve haver colaboração entre os cidadãos e os poderes públicos. A remuneração do trabalho deve seguir os critérios de justiça e equidade, e o progresso social tem que acompanhar o progresso econômico. Da mesma forma, reafirma o direito de propriedade.

As Encíclicas Papais *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra* divulgaram a doutrina social da Igreja Católica propondo soluções para os variados contextos e diferentes manifestações da questão social.

A igreja procura imprimir caráter humano e cristão à civilização moderna, preconizando a ordem moral e a religiosa para solucionar os problemas da vida individual e comunitária. Mas do que isso, a Igreja Católica aponta a questão social como um problema de questão moral, colocando a necessidade de uma ação humanizadora. Essas encíclicas apontam propostas de solidariedade baseadas na justiça e caridade, enquanto elementos para guiar as relações entre os homens e a resolução da questão social; a colaboração e a cooperação entre as classes para diminuir as desigualdades sociais e a fraternidade cristã; bem como a solidariedade através do viés neotomista, centrada na individualidade do ser humano, moldando a conduta moral dos indivíduos e a colaboração destes para a manutenção da sociedade.

O mesmo papa João XXIII, depois de um ano da Encíclica *Mater et Magistra*, convoca o Concílio Vaticano II, em 1962, com o objetivo de atualizar a presença da

Igreja Católica no mundo contemporâneo, tendo como referência a experiência das primeiras comunidades cristãs. São publicados inúmeros documentos de ordens teológica, pastoral, doutrinária, ministerial e social, que são bem recebidos pela Igreja Católica do Brasil.

Uma decisão fundante do Concílio Vaticano II foi afirmar o direito de todas as pessoas à Liberdade Religiosa, em conformidade com o espírito de total respeito pelos Direitos Humanos. Também promoveu a missão dos leigos na vida da própria Igreja Católica, sobretudo nos trabalhos pastorais⁹⁶. Por conseguinte, a função social dos leigos foi realçada como primordial para aproximar o mundo da Igreja através de testemunhos vivenciais. De fato, os leigos foram erguidos como figuras centrais na estratégia interventiva do Concílio Vaticano II.

É a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), surge a Teologia da Libertação e se firmou após a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), realizado na Colômbia. Segundo Boff (2001), a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim, foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos.

Em 1971, a Teologia da Libertação chegou ao Brasil. Frei Leonardo Boff em seu livro *Jesus Cristo Libertador* (1971), na introdução da 19ª edição, Boff explica os motivos que o levaram a escolher o nome da obra,

Os anos de 1960-1970 se caracterizaram pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram. Muitos cristãos, inspirados pelo evangelho, comprometeram-se em meios pobres num processo de

⁹⁶ A decisão conciliar de 7 de dezembro de 1965 igualmente fundamental, de âmbito litúrgico, refere-se à língua latina, que perdeu o privilégio de ser o meio de comunicação entre os padres e os fiéis durante as missas. Essas passaram a ser realizadas nas línguas nacionais, para garantir maior proximidade dos fiéis e coerência entre a fé declarada e o testemunho de vida dos crentes; deste modo, as homilias e a verdade dos evangelhos só seriam entendidas se fossem comunicadas aos fiéis através de uma língua acessível a todas as pessoas. Portanto, o Concílio Vaticano II trouxe uma mudança em todos os seus aspectos: na liturgia, teologia, organização pastoral, catequese, formação dos ministros e nas diversas formas de fomentar o diálogo com o mundo.

conscientização e de prática que criava os primeiros acenos de uma sociedade alternativa possível. Sobre todos os que se empenhavam por sacudir as antigas amarras, abateu-se feroz repressão por parte do Estado de Segurança Nacional e de seus aliados. A palavra libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por efeito de um decreto do ministério da Justiça. Num contexto de vigilância policial, de sequestros, torturas e assassinatos políticos foi escrito Jesus Cristo Libertador. (BOFF, 2008, p. 13).

A Teologia da Libertação⁹⁷ não surgiu como simples teoria, mas como uma teoria orientada para a prática. No Brasil, a forma encontrada para propagar a Teologia da Libertação, foram as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) que tinham como objetivo buscar transformar a realidade de determinadas pessoas e suas respectivas comunidades. As CEBs proporcionaram o ambiente adequado para a experimentação dessa outra vivência da fé. O método utilizado nas reuniões das CEBs para o conhecimento da realidade e planejamento de suas ações envolvia três momentos: ver – a realidade, levantar dados sobre a situação do bairro, ou sociedade como um todo; julgar – a partir dos dados levantados, fazer uma crítica com ajuda da Bíblia, e das ciências sociais; e, por último, agir – planejar e executar ações coletivas que poderiam alterar a realidade⁹⁸.

5.5.3 Nasce o IPPH sob a influência do Concílio Vaticano II

A vinda de dom Paulo Kopp a Lins ocorre no período do Concílio Vaticano II⁹⁹.

⁹⁷ Os adeptos da Teologia da Libertação no Brasil, além de esbarrarem nos militares, sofreram com a reprovação de suas ações por parte da cúpula conservadora da Igreja Católica brasileira. Os princípios da Teologia da Libertação passaram a embasaram as ações de parte do clero católico para a defesa de seus ideais. Mas quais seriam esses princípios? Michael Löwy (2000) enfatiza oito pontos que seriam os pilares principais da teologia da Libertação, entre os quais se destacam: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.

⁹⁸ Com o fim do regime militar, o Vaticano vai se posicionar no sentido de que, todo esse engajamento não mais se justificaria, mais. Segundo Löwy (2000), bucou-se frear o ímpeto da Igreja brasileira em ajudar na mudança social no país por meio de várias ações coordenadas pelo Vaticano que na "tentativa de normalizar a Igreja brasileira". Uma das principais medidas foi recuperar o controle da Igreja brasileira por meio de indicações de bispos conservadores não comprometidos com a questão social nas principais Dioceses e postos da Igreja brasileira. O que se viu foi a "nomeação de bispos conservadores que muitas vezes destroem ou enfraquecem as estruturas pastorais estabelecidas por seus predecessores" (LÖWY, 2000, p. 154). Portanto, um novo contexto político se abriu com o fim do regime militar, que fez diminuir a força e a popularidade da Teologia da Libertação no Brasil.

⁹⁹ O novo bispo vinha de longa experiência com classes populares como vigário da Paróquia de Santa Terezinha, em Bauru/SP, no alto noroeste. Com suficiente conhecimento de causa sobre a situação das classes populares na região, chegou com o propósito de criar, na diocese, condições

Beozzo, em depoimento, expõe que

A Igreja começa a mudar com o Concílio Vaticano II, já um pouco antes com o Plano de Emergência da CNBB, que é de abril de 1962. Há quase uma imposição do papa João XXIII, dizendo se Cuba, que era católica, virou comunista, o que está errado com essa América Latina em termos sociais e o que a Igreja deixou de fazer? E chamou a Igreja. [...] Portanto, tem este Plano de Emergência que no fundo tem esta questão da Revolução Cubana e da chamada do papa, que a Igreja tinha que se empenhar contra as injustiças na América Latina. E aí têm os primeiros pronunciamentos da CNBB em favor da reforma agrária, a Carta de João XXIII, Mater et Magistra, sobre a questão rural. Portanto, doutrina social, que a Igreja, que era a questão operária, com João XXIII, que era filho de camponês, entra pela primeira vez com a questão rural [...] Foi uma Encíclica que caiu no debate brasileiro sobre a reforma agrária. O Plano de Emergência é de abril e seis meses depois é aberto o Concílio Vaticano II e que muda enormemente a vida da Igreja e para Lins muda com a troca de bispo. No lugar de dom Henrique Gelain¹⁰⁰, é nomeado dom Paulo Koop [...] Ele é sagrado bispo e nem vem pra Lins, pois foi direto para Roma participar da Terceira Sessão do Concílio. [...] Ele vem pra Lins na quaresma de 1965 e percorre a Diocese e ficou assim impactado pela pobreza e decadência das zonas rurais que ele visitou. Constatou o êxodo rural, teve município que havia perdido 80% da população, como Rubiácea, Bento de Abreu, Uru; 80% foi embora, eram municípios rurais e com o corte de café e a entrada do boi... Ele ficou muito impactado e tomou a decisão que a Igreja precisava fazer alguma coisa, aí que nasceu a ideia do Instituto Paulista de Promoção Humana [...] e Nobuco é chamada a ser a diretora. Ela sai do Centro (social) da Catedral para assumir o Instituto que não era para fazer “assistência” era para fazer “promoção”. Então, aqui, tem um corte diferente, começou a fazer pesquisa para saber quais eram os problemas. Teve uma fase preparatória de pesquisa, que Nobuco coordenou. E aí tem um irmão gêmeo do IPPH. Foi fundado o CTA, em Araçatuba, o Centro de Treinamento de Agrícola. Aí vai haver uma diferença. O Centro de Treinamento era para dar treinamento para os agricultores [...]. (Depoimento em 09/02/2015).

No texto denominado Lins: Comunidade em Renovação (*Revista da Cultura*, Vozes, ano 63, n. 9, setembro de 1969), dom Koop apresenta a estrutura e os trabalhos desenvolvidos na Diocese Lins, e inicia com a seguinte afirmação, que expressa o viés de uma Igreja sob a influência das Encíclicas apresentadas no item anterior:

Mais da metade do nosso povo vive condições infra-humanas, em estado permanente, não de pobreza, mas de miséria, de fome, de doença, ignorância e desemprego, ou com profissão instável e mal remunerada. Prevalece uma sociedade mal estruturada, na qual imperam o individualismo e o egoísmo, sendo o homem considerado mero instrumento no processo de produção econômica e não seu beneficiário. Urge eliminar as causas que impedem a realização do homem como pessoa. Urge integrá-lo em comunidade fraterna, na qual todos unidos estejam a serviço de todos. É certo que, na diocese, há grupos de pessoas verdadeiramente cristãs que procuram responder às exigências do Evangelho. Mas existem

que permitissem um *novo* encaminhamento dentro das diretrizes renovadoras do Concílio Vaticano II e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

¹⁰⁰ Dom Henrique Gelain (1910-1993) foi bispo na Diocese de Lins, no período de 1948 a 1964.

grandes grupos daqueles que ainda não despertaram para as necessidades de empreender reformas que possibilitem um autêntico desenvolvimento de nosso povo (KOOP, 1969, p. 788).

Nesse mesmo texto, dom Koop analisa a situação que encontrou ao chegar na Diocese, que até então

[...] a pastoral dos núcleos rurais ainda não passou das tradicionais visitas aos homens do campo. O território noroestino é eminentemente rural e sofre os efeitos da substituição da agricultura pela pecuária. Falta no campo uma presença continuada, construtiva e atuante da Igreja, a começar pela linha pastoral da promoção humana (KOOP, 1969, p. 797)¹⁰¹.

Dessa forma, para a ação nas comunidades rurais, foi criado o IPPH, em 1º de julho de 1967, na Diocese de Lins, pela “[...] necessidade sentida de realizar um trabalho de promoção humana, não mais paternalista e assistencial, mas sim planejada e exequível visando a capacitação e o crescimento socioeconômico de populações marginalizadas.” (Ata da Fundação do IPPH, *apud* SIQUEIRA, 1984, p. 26, *apud* CHINALI, 1992).

Kameyama conta:

[...] veio para Lins um novo bispo – que é dom Pedro Paulo Kopp¹⁰². Aí ele revolucionou a Igreja... Disse que a gente tinha que se preocupar com o social e que o social não era ser atendido nas Agências... que tinha que fazer um Plano de Pastoral em nível da Diocese. [...] Em (19)66 ele me convidou para assessorar o Plano da Igreja, ele pediu para eu me responsabilizar pelo social (*apud* SILVA, 1991, p. 257).

Para isso, Kameyama buscou apoio de Franco Baruselli, em Araçatuba, que comandava o Centro de Treinamento Agrícola (CTA)¹⁰³.

[...] ele tinha acabado de chegar da Itália, para começar... Então ele achava que a gente tinha que sindicalizar o pessoal. Então, ligado à Igreja, nós fundamos sindicato pela região toda. [...] Aí eu trouxe o Franco para conhecer o bispo. E o Franco propôs um Plano Social, tudo o que ele

¹⁰¹ No Brasil, tal ação estava em sintonia com o Plano Pastoral de Conjunto pela CNBB (1966-1970). Esse plano, dividido em seis linhas de trabalho, estabelece, na linha 6: “Promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento da construção de um mundo segundo os desígnios de Deus” (PLANO DE PASTORAL DA CNBB – 1969-70. Linha de Trabalho n. 6, p. 81).

¹⁰² Dom Pedro Paulo Koop nasceu na Holanda. Trabalhou no Brasil desde 1931. Por 18 anos, foi vigário da cidade de Bauru/SP, e bispo em Lins/SP, de 1964 a 1982. Autor do projeto de reforma do costumeiro clerical, permitindo a ordenação de homens casados, surgidos e educados nas comunidades de base. O projeto tornou-se mundialmente famoso porque foi impedido de ser discutido na Aula Conciliar (realizada na Sala Conciliar da Basílica de São Pedro, no Estado do Vaticano). “Hoje, 4 anos depois, a ideia é aceita como viável, na maioria das Conferências Episcopais. No Brasil, 70% do episcopado é favorável a ela.” (REVISTA DE CULTURA, set. 1969, ano 63, n. 9, p. 788).

¹⁰³ Segundo Chaia (1997), em 1967, o professor Franco Baruselli criou, em Araçatuba/SP, o Instituto Noroeste de Trabalho, Educação e Cultura (Intec), mesmo ano de criação do IPPH, já precedido pelo Centro de Treinamento Agrícola (CTA), criado pelo mesmo professor no início de 1963.

entendia por social. [...] Então a gente entra em contato com o pessoal do MEB (Movimento de Educação de Base)¹⁰⁴. Aí quando a gente começa a estudar como resolver o problema da região... Seria assim: uma base fundamental seria o Centro de Treinamento (apud SILVA, 1991, p. 257).

O objetivo primeiro do IPPH referia-se à

(...) necessidade sentida de realizar um trabalho de promoção humana, não mais paternalista e assistencial, mas sim planejada e exequível, visando a capacitação e o crescimento socioeconômico de populações marginalizadas (Documento do IPPH, Diocese de Lins, São Paulo, 1967).

Esses dois institutos, o Intec e o IPPH, apesar de autônomos e distintos, pertenciam à mesma Diocese de Lins. De forma geral, objetivavam planejar e executar programas de desenvolvimento que visassem à promoção humana, por meio da participação ativa e consciente da população.

Os objetivos do IPPH podem ser resumidos nos seguintes itens:

1. Geral: - promover a capacitação de técnicos e de lideranças locais para atuação no processo de desenvolvimento rural. 2. Específicos: - promover a capacitação específica de técnicos que atuam nos programas de desenvolvimento rural; - promover a capacitação dos agricultores em técnicas agrícolas; - promover o treinamento específico de líderes de Sindicatos e Cooperativas para dinamização do associativismo na região; - desenvolver na população rural o espírito de organização associativista.

Consta ainda, no Programa de Trabalho do IPPH (1967), que o IPPH centraria sua atuação na zona rural, "(...) promovendo programas que visem à conscientização da população para uma ação organizada, tendo em vista a sua autodeterminação".

Segundo Chaia (1996), o IPPH e o CTA deveriam atuar conjuntamente, pois a ação de um órgão se completava com a do outro. A preocupação era capacitar a população rural para produzir mais, aprimorar técnicas agrícolas e formar lideranças tanto entre os técnicos como entre os agricultores.

A atuação dos técnicos estava, naquele momento, voltada à formação ou ao fortalecimento de cooperativas, associações, sindicatos, procurando, desta maneira,

¹⁰⁴ O MEB foi criado em 1961 pela CNBB e apoiado pelo governo federal, mediante decreto presidencial e convênios com vários ministérios. Essa aliança foi forte, no governo nacional-desenvolvimentista dos anos 1950, por iniciativa dos bispos progressistas do Nordeste brasileiro. O MEB tinha como objetivo inicial desenvolver um programa de educação de base, conforme definida pela Unesco, por meio de milhares de escolas radiofônicas, instaladas a partir de emissoras católicas. Após dois anos de funcionamento, reviu esse objetivo e, alinhando-se aos outros movimentos de cultura popular, passou a entender a educação de base como processo de "conscientização" das camadas populares, para a valorização plena do homem e consciência crítica da realidade, visando sua transformação, na linha de Paulo Freire. Mudou seu modo de atuação e o conteúdo de suas aulas radiofônicas, com a Ditadura Militar, cujos materiais didáticos foram apreendidos (Disponível em: <www.cnbb.org.br> . Acesso em: 13 fev. 2016)>

romper com o individualismo e propor formas de trabalho desenvolvidas de um modo mais coletivo.

Kameyama (SILVA, 1991, p. 260) conta:

E foi quando a gente, discutindo com o pessoal do MEB, resolvemos criar o IPPH, exatamente para desenvolver um trabalho de educação de base nas comunidades rurais. [...] Só que eu fiquei, a primeira fase, muito mais na elaboração de Planos e Projetos, para vir dinheiro da Misericórdia¹⁰⁵. A segunda fase, eu comecei a trabalhar na base, eu acho que eu comecei a tomar consciência melhor das coisas. Comecei a ver que os problemas não resolviam apenas com tecnologia, que os problemas eram outros: que era o problema da terra, que era o problema de preço, que era problema de política agrícola, enfim, que não tinha nada a ver com o treinamento agrícola que nós estávamos dando [...].

O IPPH, logo em sua fase inicial, propôs um trabalho de organização social mediante uma atividade de educação de base. A preocupação era capacitar a população rural para produzir mais, aprimorar técnicas agrícolas e formar lideranças, tanto entre os técnicos, como entre os agricultores. A atuação dos agentes estaria voltada à formação ou ao fortalecimento de cooperativas, associações, sindicatos, para, dessa maneira, romper com o individualismo, propondo formas de trabalho desenvolvidas de modo mais coletivo.

Em princípio, Kameyama (*apud* SILVA, 191, p. 261) entendia que as cooperativas seriam o caminho para resolver a questão do homem no campo. No entanto, a prática revelou os limites.

[...] eu acreditava naquela época que o cooperativismo resolvia... Foi na comunidade rural Três Porteiros, em Estrela d'Oeste¹⁰⁶... onde morava o José Prado [...] Era um bairro onde moravam mais ou menos cem famílias. E essas famílias tinham propriedades de 5, 2, 3 alqueires. E fizemos um trabalho muito interessante, de construção de curva de nível coletivamente... [...] começavam a discutir o problema da venda do algodão. Aí eles resolveram vender algodão conjuntamente... Então começou, foi um início de um trabalho cooperativo. Agora, muito interessante, é que um dia eu conversando com José Prado, ele disse que teriam que sair de lá. Porque ele tinha 5 filhos e 2 alqueires. E ele me disse: "Olha, Nobuco a gente vai ter que sair daqui, estou indo para São Paulo, porque a terra não está dando". E eu disse: "Mas porque a terra não está dando?" Ele disse: "Não, Nobuco, dois alqueires não dá para criar filhos, e eu não tenho condições de comprar mais terras, então nós vamos ter que sair daqui". [...] Eles vieram para São Paulo. E depois de algum tempo, eu acho, num prazo

¹⁰⁵ "MISEREOR é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 50 anos, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo" (Disponível em: <<http://www.misereor.org/pt/about-us.html>>).

¹⁰⁶ Município fundado em 23 de janeiro de 1942. Conforme dados do IBGE (2010), tem uma população de 8.208 habitantes. Pertence à microrregião de Fernandópolis.

de 5 anos, aquele bairro desapareceu. Então eu vi que o problema não se resolvia através de cooperativa (Fig. 6).

Figura 5 - Localização do município Estrela d'Oeste



Fonte: <https://maps.google.com.br/>

A este processo Kameyama (1978) denomina de proletarização. Isso começa a ocorrer quando a propriedade, sobretudo pelo seu tamanho reduzido, não fornece os meios de subsistência necessários à manutenção do proprietário e de sua família. A autora afirma que disso surge então a necessidade do chefe de família ter que procurar um complemento fora de sua propriedade, seja alugando terras vizinhas para se tornar um meeiro delas, seja se empregando como operário agrícola.

Os dados apresentados em sua tese, da década de 1970, consta que havia 1.972.144 propriedades com extensão de terra inferior a 25 hectares. No conjunto, a superfície média dessas propriedades é de 10,3 hectares. Nessas propriedades, o número de trabalhadores familiares era superior ao de trabalhadores assalariados; a média de trabalhadores familiares era de 1,2 por propriedade.

Entre os trabalhadores familiares, havia uma porcentagem muito elevada de mulheres e crianças, o que atesta a precariedade da situação dos proprietários e o desenvolvimento insuficiente da propriedade, que está impossibilitada de empregar mão de obra assalariada.

Nas propriedades de menos de 10 hectares, somente 1,6% empregavam trabalhadores assalariados permanentes; nas propriedades de 10 a 25 hectares, a porcentagem se elevava a 3,1%. Entretanto, a maioria, quer dizer, mais de 95% dessas propriedades empregavam assalariados temporários, com uma média de 0,7 assalariado temporário por propriedade de 10 a 25 hectares.

O fato de que esta massa de pequenos proprietários proletários atinge quase 60% do total de proprietários agrícolas tem uma importância considerável na estrutura do conjunto da agricultura. De início, percebe-se que é neles que se encarna o vínculo existente entre o sistema pré-capitalista e o sistema capitalista, a proximidade histórica e o parentesco destes sistemas, a sobrevivência da servidão no capitalismo. Em segundo lugar, para esta massa de proprietários semiproletários, a propriedade agrícola só representa uma atividade extra. Na estrutura do conjunto do capitalismo, esta massa de semiproletários já representa uma parte do exército de reserva dos desempregados (KAMEYAMA, 1978, p. 125).

Por essa razão é que a maioria dos camponeses que possuem superfícies inferiores a 25 hectares encontram-se nas condições de insuficiência econômica e social. O aspecto fundamental das propriedades em via de proletarização é sua incapacidade para fornecer os meios de subsistência necessários à manutenção do proprietário e de sua família.

5.5.4 A proletarização e a operação arranca capim

Kameyama (1978) explica que o trabalho que desenvolveu com a equipe do CTA e do IPPH inicialmente estava fundada numa “abordagem teórica funcionalista da sociedade camponesa”. Explica que era tendência da sociologia norte-americana, que teve forte ressonância nos profissionais brasileiros da área das ciências sociais.

Nessa perspectiva metodológica adotada, visava uma pesquisa empírica que se limitava a uma esfera particular da sociedade camponesa: a prática tecnológica no processo de produção. Além disso, tratava-se de um trabalho operacional levado em direção a uma ação imediata que se traduzia pela operacionalização de um programa de modernização agrícola.

Com esse referencial teórico, partiam do pressuposto de que o baixo nível tecnológico dos camponeses era o resultado da falta de formação técnica. Nessa perspectiva, o primeiro passo para a implantação desse programa era sempre a formação dos agricultores com vistas a instruí-los e ensinar-lhes o manejo de novos processos de produção, de técnicas modernas de cultura e utilização de máquinas e equipamentos aperfeiçoados.

[...] na prática, este programa se mostrou ineficaz por causa da inviabilidade econômica da modernização agrícola para a maioria dos camponeses da região. Na realidade, os camponeses desta região enfrentavam um problema muito mais complexo que era o fenômeno da proletarianização maciça que levava ao despovoamento progressivo do campo e ao crescimento da população urbana e, conseqüentemente, ao inchaço das cidades. A partir da compreensão imediata dos aspectos da realidade regional, nós mudamos de rumo nos propondo a definir as causas estruturais do fenômeno da proletarianização [...] (KAMEYAMA, 1978, p. 1-2)

A partir de 1965, afirma Kameyama (1978), iniciam-se nas regiões de café as demissões coletivas dos trabalhadores agrícolas empregados nas fazendas cafeicultoras. Uma parte desses trabalhadores continua a trabalhar para a formação do pasto, o sistema mais utilizado, sobretudo na região oeste do Estado de São Paulo, que consiste em arrendar essas terras por um prazo de 1 ou 2 anos. Mas, a partir de 1967, começa nova onda de conflitos entre os proprietários fundiários e camponeses. Não se trata mais de demissões coletivas, mas de mudanças coletivas dos agricultores engajados para a formação ou a renovação das pastagens.

Um desses conflitos foi denominado operação arranca capim. Tratava-se de uma luta cujo interesse é a posse temporária da terra e o fluxo de sobretrabalho ou renda fundiária (rendas em produto e em trabalho).

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 287) conta:

Porque a luta do pessoal da Fazenda Santa Fé, quando eles arrancam o capim para resistir ou então para ampliar o prazo de arrendamento que era de três anos e depois de um ano eles plantam o capim para entregar a terra plantada – o que é dupla exploração: exploração de renda do produto e renda do trabalho – eu fiquei imaginando durante muito tempo qual era a saída dos camponeses. Porque a gente tinha começado a perceber o

problema da proletarização. O problema da proletarização eu começo a perceber já em Lins, quando aquelas grandes fazendas vão se desfazendo das famílias e essas famílias começam a ir para a cidade. E eu começo a perceber uma outra faceta desse mesmo problema de proletarização quando arrendatários começam a ser expulsos da terra, quando eles começam a operação arranca capim.

A operação arranca capim ocorreu no município de Santa fé do Sul, na década de 1960, e foi intitulada por Siqueira (1984) como “batismo de fogo do IPPH em sua luta pelos marginalizados”. Tratava-se de um conflito entre arrendatários e um grande proprietário de terras, envolvendo capangas, policiais, sindicato, CTA, IPPH e governo.

O arrendamento consiste na cessão de uma superfície de terra para cultivar mediante pagamento de um aluguel pré-fixado, regulamentado por lei. No arrendamento, a dependência é menos evidente, mas o rendeiro pode explorar somente as culturas e as criações estipuladas no contrato, dependendo assim da decisão do proprietário de terras (KAMEYAMA, 1978, p. 163).

No entanto, Chaia (1997) afirma que para compreender o movimento de Santa Fé do Sul, ocorrido em 1968, é necessário retornar à década de 1950. E exatamente isso é que faremos agora.

5.5.4.1 Contexto da década de 1950

O município de Santa Fé do Sul, que na época compunha a região de São José do Rio Preto, está localizado no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, nas divisas dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Fundada em 24 de junho de 1948, foi palco de expressiva luta dos camponeses. (Fig. 7)

Figura 6 – Localização do município Santa Fé do Sul



Fonte: <https://maps.google.com.br/>

Chaia (1997, p. 1) conta que

[...] José de Carvalho Diniz, proprietário de terras em Barretos e Guaíra, adquiriu, da Caic (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização), possivelmente as melhores terras de Santa Fé do Sul. Zico Diniz, como era conhecido, fez um empréstimo à Caic, que, por sua vez, não pôde saldar suas dívidas no prazo estabelecido. Como resultado dessa transação, cerca de 6.100 alqueires de bosques e matas virgens passaram às mãos do fazendeiro, em 1950, pelo preço de 2.900. Zico Diniz, em 1954, preocupado em formar a sua propriedade rural para inverno, entregou-a a três prepostos seus: Joaquim Nogueira, José Lira Marin e Antonio Barbosa. Os dois primeiros, além de prepostos, deveriam arrendar, formalmente, uma área de 2 mil alqueires e entregá-la limpa, com capim-colonião plantado, pronta para engorda de gado. Para realizar tal intento, eles subarrendaram a área sob seu controle a 300 famílias.

Em 1956, surge o primeiro conflito: os subarrendatários, depois de terem executado o trabalho mais pesado de desbravamento das matas, deixando a terra pronta para o cultivo, são expulsos pelos arrendatários. O fato de haver apenas contratos verbais prejudicou os subarrendatários no âmbito judicial, tendo em vista que o proprietário da terra alegou não ter autorizado seus arrendatários a subarrendarem as terras. Dessa forma, a sentença do Juiz acata a deliberação do proprietário das terras (CHAIA, 1997).

Essa decisão judicial favorece o mesmo proprietário e seus prepostos e arrendatários, meses depois, subarrendaram novamente aquelas terras, com muitas vantagens financeiras, pois, dessa vez, envolvia 800 famílias, e por preços mais

altos, uma vez que a lei sobre arrendamento estipula que, quando a terra arrendada necessita ser desbravada, a renda a ser paga é de 10%, enquanto em terras já prontas para o cultivo, é de 25%.

Esses novos contratos também foram verbais e estipulavam o prazo de arrendamento em três anos, em troca de uma renda em dinheiro da produção de policultura de subsistência e os subarrendatários estavam obrigados a plantar capim-colonião, no mês de janeiro do último ano do prazo contratual (1959), mas as condições não foram cumpridas pelos pequenos arrendatários, pois o ano anterior havia sido de seca. Segundo Chaia (1997), o prazo foi prorrogado e o vencimento passou para julho de 1959.

Na época determinada para o término dos contratos dos subarrendatários, foi solicitada renovação dos contratos aos arrendatários, que se recusaram a receber a notificação, ignorando assim o pedido. Como represália à notificação, os arrendatários mandaram plantar capim-colonião no meio das culturas dos lavradores, sufocando as lavouras. Em resposta a essa violência, os pequenos arrendatários iniciaram a operação arranca capim. Segundo Chaia (1997, p. 3), “Esta operação se constituiu, por um lado, como uma tática de luta utilizada pelos subarrendatários para postergar a sua expulsão e, por outro, como uma maneira de denunciar a sua situação de pequenos arrendatários, tal como estava sendo realizada nas fazendas de Zico Diniz”.

Neste mesmo contexto, em 14 de junho de 1959, é criada a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, seguindo a linha de orientação do Partido Comunista do Brasil¹⁰⁷. Diante do conflito, a associação encabeça uma comissão para pedir garantias às famílias envolvidas no litígio solicitando sua permanência nas terras arrendadas.

¹⁰⁷ A partir da Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que se constituía em uma federação das associações e era controlada pelo PCB. [...] O Partido Comunista Brasileiro, que teve influência em algumas lutas sociais no campo, como em Porecatu, Trombas e Formoso, traçou uma política a ser desenvolvida em todos os setores da sociedade brasileira. As medidas políticas, enquanto proposição de ação encontra-se na *Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro*. Este documento, elaborado em março de 1958, além de questões mais gerais, discute a atuação do partido nas áreas rurais do País. [...] Daí a proposta do partido em organizar associações rurais, sindicatos e cooperativas (CHAIA, 1997).

O presidente da associação na época, Jofre Correa Neto, encontra-se com o secretário da Justiça, que providencia um advogado para estabelecer acordos entre as partes envolvidas. A associação solicita e consegue a substituição do delegado de Santa Fé do Sul, que, segundo Chaia (1997, p. 8), “[...] era opositor declarado dos pequenos arrendatários e ‘homem’ de Zico Diniz”. Essa substituição, entendida como uma conquista dos pequenos arrendatários, teve resposta imediata: o presidente da associação sofre um atentado.

[...] Jofre, ao entrar em um carro que o levaria a São Paulo, onde seriam tratados assuntos de interesse de seus companheiros de Santa Fé, foi baleado por um jagunço, que desferiu dois tiros no interior do carro, atingindo-o na região bucal e na coxa (CHAIA, 1997, p. 8).

Diante dos fatos, o governo estadual resolve intervir no movimento de Santa Fé do Sul, numa tentativa de regularizar a maior quantidade possível de situações individuais. Os arrendatários aceitam a proposta de prepararem novos contratos¹⁰⁸, elaborados em conjunto pelos advogados de ambas as partes e supervisionado por um representante do governo.

Ao término dos contratos dos pequenos arrendatários, em julho de 1960, os trabalhadores resistem novamente, recusando-se a sair, com a alegação de que estavam amparados pela lei do inquilinato, que lhes daria o direito à renovação automática do contrato de arrendamento. Nesse sentido, apelam para a intervenção do Estado na questão. Porém, Zico Diniz estava disposto a não ceder desta vez, pois queria suas terras para engorda do seu gado, visto que os pequenos arrendatários já haviam cumprido a sua função, ou seja, plantar capim.

Em 16 de julho, dia seguinte ao término do contrato, um lavrador de 79 anos liderou a operação arranca capim com 14 pequenos arrendatários. Nesse mesmo dia, outro grupo arrancou cerca de 20 alqueires de capim. Essa operação não foi executada pelos adultos, mas sim pelos filhos menores.

¹⁰⁸ No contrato firmado entre as partes, os subarrendatários não tinham autonomia no processo de trabalho, pois os produtos a serem plantados eram predeterminados pelo proprietário, no caso, o arroz seria o produto básico; o arrendatário era um trabalhador livre, uma vez que estabelecia uma relação de dependência apenas econômica com o proprietário; - a preferência de compra da produção do arrendamento era dada ao proprietário da terra, criando uma dependência econômica no âmbito do mercado, visto que a comercialização das mercadorias era feita pelo proprietário, que se apropriava tanto do trabalho excedente despendido pelo arrendatário, como do lucro advindo da venda das mercadorias no mercado; o prazo do contrato restringia-se somente a um ano, devendo terminar em 15 de julho de 1960 impreterivelmente, sem possibilidade de renovação, sendo que as áreas arrendadas deveriam ser entregues com capim-colônia, pois aquelas terras estavam sendo preparadas para pastagens (CHAIA, 1997).

Nesse momento, também havia forte confronto entre o governo e os partidos opositores, entre eles o PCB e a União Democrática Nacional (UDN), que não chegaram a um acordo e as coisas foram acontecendo à revelia, tanto por parte dos arrendatários como, especialmente, do dono da terra. Este último mandou queimar as casas dos subarrendatários, soltar bois, destruir casas e plantações, e entupir os poços abertos pelos pequenos arrendatários. Isso os forçou a abandonar as terras, pois não podiam colher a parte que lhes cabia das plantações. “As trinta famílias restantes de pequenos arrendatários, após acertarem suas contas com o proprietário, retiraram-se das terras arrendadas, dando lugar ao gado de Zico Diniz” (CHAIA, 1997, p. 18).

Essa luta dos camponeses em Santa Fé do Sul teve tamanho significado diante do conjunto da Luta da Camponesa, no Brasil, que ganhou a cena teatral brasileira, compondo o chamado teatro político; assim, entre os anos de 1955 a 1965, diversas peças abordaram a luta dos trabalhadores, especialmente dos trabalhadores do campo, ou seja, a questão agrária¹⁰⁹.

A peça que retratou o arranca-capim foi intitulada *Mutirão em Novo Sol*, de Nelson Xavier, em conjunto com Augusto Boal, Hamilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito de Araújo. Escrita em 1961, também ficou conhecida como *Julgamento em Novo Sol e Arranca Capim*. Entre as peças teatrais que tratavam da luta dos trabalhadores, esta teve destaque especial por ser a primeira do teatro brasileiro em que a luta camponesa ascende à condição de protagonista.

Sem dúvida, o teatro do oprimido¹¹⁰ deu nova concepção para o teatro e para as lutas pela terra no Brasil. Apesar de sua enorme importância, o teatro político é raramente difundido, e suas peças representadas, a maioria das vezes, nas praças públicas, por pequenos grupos de resistência.

¹⁰⁹ Duas peças retratam bem esse período: 1) *A Moratória* (1955), de Jorge de Andrade: retrata o ponto de vista da oligarquia rural decadente num processo de transição que se configurou somente como mais uma etapa da modernização conservadora do País. Nessa obra, a luta de classes aparece ainda como um sintoma velado sob a metáfora das formigas que insistem em aparecer na cozinha da oligarquia falida. 2) *O Pagador de Promessas*, de 1959: Dias Gomes aborda a manipulação da proposta de reforma agrária pelo poder midiático e, paradoxalmente, a organização popular autônoma aparece implicitamente como ameaça à tese da conciliação de classes defendida pelo PCB.

¹¹⁰ O Teatro do Oprimido é um método teatral, com origem na década de 1960, que reúne exercícios, jogos e técnicas elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, com o objetivo de democratizar os meios de produção teatral, possibilitando o acesso das camadas populares e a transformação da realidade através do diálogo (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 15 jun. 2016).

5.5.4.2 O arranca capim em novo contexto na década de 1960

Oito anos depois, na mesma cidade de Santa Fé do Sul, a operação arranca capim, ocorrida em 1959-60, reaparece naquela região, na mesma correlação de forças: dono da terra, arrendatários e pequenos arrendatários que se recusam a sair das terras, mas com especificidade própria.

Com a construção da barragem de Ilha Solteira, a partir de 1963, no rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul¹¹¹, extensa área seria posteriormente inundada, em diversos municípios, o que incluía parte das terras que formavam a Fazenda Reserva. Por essa ocasião, o fazendeiro resolveu vender as terras por um preço abaixo de seu valor efetivo, temendo futura desvalorização ainda maior. O novo dono dividiu as terras de tal modo que cerca de 300 alqueires seriam destinados a pasto, enquanto os 600 alqueires restantes, uma reserva florestal, foram colocados à venda.

Os novos donos compraram somente uma parte dessas terras e 40 alqueires foram arrendados. O contrato estabelecido em setembro de 1964 com validade de dois anos, previa que os arrendatários deveriam plantar arroz e milho e reservar 2 alqueires da área para pasto. Em 25 de maio de 1965, os proprietários arrendaram, por mais 2 anos, uma área de 120 alqueires.

Da mesma forma como ocorrido no episódio do final dos anos 50, os arrendatários subarrendaram as terras a pequenos arrendatários. Por ocasião do término do contrato, os arrendatários solicitaram a prorrogação do contrato, porém, os proprietários não aceitaram, pois desejavam transformar a área arrendada em pasto.

Os dois arrendatários alegaram que não tinham sido notificados pelos arrendantes e, por isso, com base na Lei Federal n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, contida no "Estatuto da Terra", pediam a renovação automática dos contratos, visto que, de conformidade com o artigo 95 item

¹¹¹ A Barragem de Ilha Solteira foi construída para a reserva de água da hidrelétrica Ilha Solteira, maior usina do Estado de São Paulo e a terceira maior do Brasil. Está localizada no rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Na época da construção, a parte paulista pertencia ao município de Pereira Barreto. Sua potência instalada é de 3.444,0 MW e tem 20 unidades geradoras com turbinas tipo Francis. A usina foi concluída em 1978. Sua barragem tem 5.605 m de comprimento e seu reservatório tem 1.195 km² de extensão. Desde a construção, até 2015, a Usina esteve sob concessão da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Em 25 de novembro de 2015, a companhia China Three Gorges (CTG) venceu o leilão das usinas Jupia e Ilha Solteira, que tinham seus contratos de concessão vencidos e passou a operá-las.

IV, os arrendatários estavam beneficiados com esta renovação, cujo término estava previsto para 3 de setembro de 1966. O interesse destes arrendatários em pedir a renovação automática do contrato devia-se ao fato de que seriam beneficiados com a colheita da produção dos seus subarrendatários, que havia sido boa, o que acarretaria um aumento da renda da terra a ser paga a eles, sem necessariamente aumentar a renda a ser paga aos proprietários (CHAIA, 1997, p. 21).

No entanto, o interesse dos proprietários era a formação da fazenda para invernada e assim colocar o gado nas terras. Os proprietários não aceitaram a prorrogação do contrato e mandaram “seus capangas” praticarem uma série de violências: fecharam a estrada da fazenda, que encurtava o caminho para a cidade; plantaram capim sobre as lavouras; abriram o “piquete”, colocando em perigo a vida dos arrendatários e dos seus subarrendatários; e proibiram os trabalhadores de trabalharem na gleba.

Essa situação irregular fez com que os pequenos arrendatários procurassem os proprietários na tentativa de obter novo contrato.

Foram oferecidas aos pequenos arrendatários duas alternativas de contrato: - contrato com prazo de um ano, encerrando em 30 de setembro de 1968, pelo qual os arrendatários poderiam plantar o que quisessem, sem pagar renda alguma, contanto que alguns meses antes da colheita e da saída destes plantassem capim-colonião; - contrato com prazo de dois anos, que duraria até 31 de julho de 1969, no qual era estipulado que, no primeiro ano, deveriam plantar arroz, milho e mamona, pagando uma renda de 25%, e, no segundo, só poderiam plantar arroz, milho e capim-colonião, pagando 10% de renda (CHAIA, 1997, p. 23).

Transcorrido o prazo do contrato, a tensão aflorou novamente, porque, com o término desses contratos, o fazendeiro pretendia transformar a sua propriedade em terras para invernada e, para um grupo de arrendatários, o contrato terminaria no dia 30 de setembro de 1968, pairando sobre eles a ameaça de despejo e o medo de perder as condições de seu trabalho¹¹².

Segundo a mesma autora, daí por diante, os pequenos arrendatários foram constantemente molestados pelo administrador da fazenda e seus capangas. E, em sua luta pela renovação do contrato, recorreram ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santa Fé do Sul, fundado em 13 de dezembro de 1964, em pleno regime militar. Siqueira (1984) informa que foi a pedido dos pequenos arrendatários

¹¹² Como se não bastasse, 1968 foi um ano de seca. Portanto, os arrendatários solicitaram ao proprietário a prorrogação de seus contratos de arrendamento, mas foi negado. “[...] Por essa época o capim-colonião para o gado já estava crescendo, mas a cultura de subsistência dos pequenos arrendatários não estava ainda no ponto de ser colhida” (SIQUEIRA, 1984, p. 30).

que o sindicato solicitou à equipe do IPPH para ministrar na fazenda o Curso de Promoção Humana, em agosto de 1968.

Com tais preocupações e objetivos, o IPPH ministrou o curso de 9 a 11 de agosto de 1968, no qual discutiram os problemas dos lavradores, o sindicalismo e a reforma agrária, constituindo uma exposição dos técnicos sobre o tema, a pedido dos subarrendatários.

Oito dias depois, eclodiu mais uma luta dos trabalhadores. A nova operação arranca capim aconteceu na noite de 19 de agosto de 1968 e dele participaram 120 famílias de arrendatários da Fazenda Reserva de Santa Fé do Sul.

Quando os agricultores desencadearam “a operação arranca capim”, da qual participaram a totalidade dos agricultores, houve a intervenção do jagunço. Depois da primeira ofensiva, o jagunço colocou o grupo em derrota, o proprietário chamou a polícia local. Esta se chocou igualmente com a resistência armada da comunidade. Finalmente o proprietário das terras recorreu à intervenção armada de um destacamento da polícia militar que procedeu à evacuação forçada de 40 famílias, enquanto que as 80 famílias restantes continuavam a luta para permanecer sobre a terra (KAMEYAMA, 1978, p. 444).

A operação arranca capim ocorreu depois de encerradas todas as tentativas dos arrendatários para prorrogar seus contratos de arrendamento e foi a maneira encontrada por eles para serem ouvidos e respeitados no papel de trabalhadores.

De todo modo, os profissionais do IPPH continuaram apoiando a luta dos arrendatários até que, com a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI 5), em 13 de dezembro de 1968, foram obrigados a encerrar as atividades, no caso específico do conflito de Santa Fé do Sul. Daí por diante, a luta foi orientada pela Frente Nacional de Trabalho (FNT), que foi chamada para dar uma condução diferente ao conflito de Santa Fé do Sul.

Até aqui, os camponeses conduziram a luta com o apoio simbólico das organizações, sem obter nenhuma ajuda da parte do Sindicato. Quando os camponeses pediram seu apoio para resolver os litígios com o proprietário fundiário, o Sindicato local fez um chamado à intervenção da Frente Nacional do Trabalho – FNT (KAMEYAMA, 1978, p. 444).

A FNT¹¹³ é uma organização ligada à Igreja Católica que presta assessoria jurídica aos sindicatos; aos trabalhadores de modo geral. Sua ação inclui um

¹¹³ A origem da FNT no Brasil se deu em maio de 1960, quando alguns membros, que já atuavam na JUC passaram a se interessar pelo Movimento de Economia e Humanismo, do padre Lebret (Louis Joseph Lebret, 1897-1966), francês, padre economista, foi criador do centro de pesquisas e ação econômica Economia e Humanismo, em 1942 (JESUS, 1976).

trabalho de evangelização e orientação dos enfrentamentos das contendas jurídicas de forma não violenta.

Ainda que tenha havido uma condição objetiva de luta, quando a situação se agravou, as condições subjetivas para sustentá-las não foram reunidas. Isto é, a falta de experiência dos camponeses de uma prática social coletiva era um fato. Sua falta de experiência política, por outro lado, levou-os a pedir o apoio de um membro da FNT para dirigir a luta deles. A intervenção da FNT excluiu, da luta dos camponeses, seu conteúdo econômico e, sobretudo, político. Estes obtiveram finalmente, por meio das negociações entre a FNT, o Sindicato e o proprietário de terras, o direito de permanecer nas terras até o fim do ano agrícola, não mais que isso (KAMEYAMA, 1978, p. 444).

Os profissionais do IPPH e da FNT prosseguiram num trabalho paralelo em uma mesma comunidade. Diante da perplexidade dos arrendatários, os agentes do IPPH escreveram um Manifesto esclarecendo-os sobre o tipo de orientação que a FNT costumava imprimir em seus trabalhos com a classe trabalhadora. A FNT revidou a crítica acusando os agentes à grande Imprensa de São Paulo.

Segundo Chaia (1997), a FNT, em Santa Fé do Sul, buscou desenvolver seu trabalho em conjunto com a Igreja Católica e Metodista. A FNT propôs a criação de uma cooperativa para os arrendatários.

A Cooperativa Agrícola Mista de Santa Fé do Sul foi criada em 21 de janeiro de 1969, [...] originou-se como proposta política, enquanto um instrumento que serviria para estabelecer contatos com órgãos do governo e outras instituições, tendo como finalidade, inclusive, legalizar a união dos arrendatários e os unir efetivamente, o que eliminaria os conflitos e a discórdia entre os trabalhadores. Embora a cooperativa tenha sido criada, ela não funcionou, já que poucos meses depois, os arrendatários foram despejados da terra (CHAIA, 1997, p. 31).

Havia uma proposta de compra das terras da Fazenda Reserva, feita através da cooperativa, que também não se efetivou, pois aquelas terras foram inundadas pela barragem de Ilha Solteira. Os arrendatários permaneceram alojados em lugares inadequados, vivendo graças à boa vontade daqueles que os acolheram, mas arrendatários se recusavam a sair de Santa Fé, pois sua permanência na cidade era uma forma de pressionar a FNT e o governo, para que se apressassem a encontrar uma solução para a situação criada.

Pouco a pouco, o desespero tomava conta dos arrendatários, que se viram sem terras para trabalhar, sem casas, vivendo às custas de amigos e da Igreja local. Foi nesta ocasião que o Governo Costa e Silva resolveu o conflito, oferecendo a possibilidade de compra de terras pelos arrendatários, financiadas em um prazo de 20 anos, por meio de prestações anuais. O Governo deu um prazo de carência de dois anos para que os arrendatários se estabelecessem nas novas terras. As famílias que aceitaram foram

transferidas para os lotes, que faziam parte do Projeto de Colonização do Incra, em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul¹¹⁴ (CHAIA, 1997, p. 33).

Da mesma forma que o movimento arranca capim, dos anos de 1959-60, a luta girou em torno da desapropriação das terras arrendadas como a única maneira de solucionar o conflito entre os pequenos arrendatários e o proprietário.

Na impossibilidade de lutar pela desapropriação, pois o Estado não possuía nenhuma política voltada nessa perspectiva, visto que o Estatuto da Terra só foi promulgado em 1964, elaborado pelo Governo Militar como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses.

[...] o instrumento mais específico para o avanço da modernização conservadora foi, sem dúvida, o Estatuto da Terra de 1964, cuja letra sugeria, inclusive, reforma agrária, mas cujo espírito era tão somente fortalecer e legitimar o poder dos empresários rurais. Nesse sentido, o Estatuto foi muito eficiente, pois possibilitou a implantação das empresas rurais, criando os instrumentos eficazes para garantir maior articulação do processo produtivo e expansão do latifúndio. Todos estes mecanismos institucionais colaboraram no sentido de viabilizar a opção modernizadora altamente excludente. O Estatuto da Terra vinha para burocraticamente viabilizar a modernização da agricultura e reprimir as lutas dos trabalhadores. Em 1964, o golpe militar tentou golpear também a resistência dos trabalhadores, caçando, matando e “sumindo” com as lideranças em uma tentativa de destruir qualquer movimento que questionasse o regime. Os latifundiários que apoiaram a ditadura militar desde o nascedouro se fortaleceram legalmente, legitimados pelo Estatuto da Terra (MARTINS, 1986, p. 48-49).

Os encaminhamentos então foram feitos para propor a prorrogação dos contratos, com cláusulas mais justas e buscando sempre obter indenizações para as benfeitorias realizadas pelos arrendatários nas terras arrendadas, não questionando, no caso em estudo, a propriedade em si.

No movimento de 1968-69, a partir da atuação FNT, foi proposta, primeiro, a prorrogação dos contratos de arrendamento e, depois de malogrado tal intento, sugerida a desapropriação das terras arrendadas, devido à promulgação do Estatuto da Terra.

Num primeiro nível de consciência, podemos dizer que o problema da falta de terra é apreendido pela consciência coletiva e que ele se explicita em vários momentos sob formas rudimentares do discurso que se limitam à pura descrição do fato. Apesar de eles sentirem que o problema principal é

¹¹⁴ O Projeto de Assentamento de Iguatemi, localizado no município de Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul, ocupava uma área de 41.000 hectares, fazendo divisa com o Estado do Paraná e com a República do Paraguai. Esse projeto de colonização do Incra foi implantado pelo governo federal em uma área considerada de segurança nacional, dada a sua proximidade com o Paraguai, sendo, por esse motivo, dirigido por militares, que controlavam tanto as zonas fronteiriças como as atividades do Projeto Iguatemi (CHAIA, 1997).

a oposição entre os camponeses sem terra e os proprietários fundiários, e que a luta por sua posse constitui o elemento fundamental da questão camponesa, os camponeses não são capazes de ligar este problema ao fenômeno da concentração de terra nas mãos de uma minoria de latifundiários, nem de encarar a revolução agrária e a partilha de terras (KAMEYAMA, 1978, p. 444-445).

Nessa perspectiva, a FNT propôs a desapropriação, alegando a frequente ocorrência de conflitos e o clima de tensão vigente na área. No entanto, o governo não pôde executar tal medida, resolvendo o conflito com a transferência dos arrendatários para um projeto de Colonização do Incra, sem, no entanto, eliminar as causas que o geraram, já que a propriedade privada - palco do conflito - permaneceu inalterada, sempre em detrimento do arrendatário.

[...] se nós analisamos sob o aspecto da luta política e ideológica, podemos considerá-la como um sucesso na medida em que os camponeses puderam identificar o explorador deles e as condições que permitem a ele os explorar, as quais são, em realidade, as relações sociais de produção pré-capitalistas e os efeitos do desenvolvimento da economia capitalista. (KAMEYAMA, 1978, p. 445).

Kameyama (1978, p. 447-448) traz a análise de que, à medida que a FNT e o Sindicato intervinham, os camponeses perceberam que esses não defendiam seus interesses, pois:

- eles não pretendem resolver os problemas fundamentais dos camponeses, mas se limitavam a colocar em suspense as soluções;
- eles afirmam ser inimigos dos exploradores e amigos dos trabalhadores, mas na prática eles são a favor da colaboração de classes a fim de tentar resolver os problemas marginais dos camponeses;
- eles não consultam de modo sistemático a bases e não conduzem à ação. Eles dão aos camponeses um papel passivo frente aos seus próprios problemas: o de aceitar soluções e formas de luta impostas por eles;
- a técnica utilizada é de fazer apelo aos sentimentos, de fazer chantagem afetiva ao povo e não de empreender uma ação refletida e organizada. Eles desempenham o papel do forte perante o fraco: eles invocam a atenção do governo e dos proprietários fundiários frente à força e à inteligência deles, bem como à inutilidade das ações de massa. Na realidade, eles freiam a luta de classes.

Depois dessa experiência de luta, o grupo de camponeses recusa o engajamento direto na luta para a transformação social, por intermédio do Sindicato e da FNT, por causa de seu caráter essencialmente paternalista, limitando a ação dos camponeses à colaboração de classes e impedindo de chegar a uma luta de classe (KAMEYAMA, 1978).

As lutas dos camponeses, em especial a operação arranca capim, Kameyama e sua equipe do IPPH de Lins e CTA de Araçatuba, da qual fazia parte, puderam acompanhar e dar o apoio técnico possível dentro daquele contexto social e político.

Beozzo, em depoimento, esclarece:

[...] O CTA se concentrou nos pequenos proprietários, que é uma categoria do campo que tinha seus problemas, mas tinham terra. E o IPPH começou a dar assistência local; ia acompanhar os egressos do CTA e tentar organizar cooperativas, tentar diversificar as culturas [...] houve um trabalho grande no campo com as pessoas. Só aí começou um deslocamento que vai ter consequências muito grandes, um trabalho que era apenas com proprietários, começou também com arrendatários que não tinham terra e aí a questão da terra vem para o primeiro plano [...] E tem um episódio que acaba tendo consequências políticas e pessoais importantes. Um grupo de arrendatários fez um contrato, como os fazendeiros faziam, cedia a terra para plantar o capim, mas o lavrador tinha que tombar a terra, podia plantar o milho e no momento de colher já tinha que ir semeando a semente do capim, mas teve uma safra que perderam, ficaram desesperados e arrancaram o capim, organizadamente, para plantar mais um ano. Aí já estava no tempo da ditadura e no tempo do Ato Institucional número 5, aí baixou exército, polícia, prendeu aquele povo todo e culpavam o IPPH. E a Nobuco era diretora então ela caiu dentro do IPM (Inquérito Policial Militar), estava indiciada e o bispo resolveu tirá-la e mandá-la pra Bélgica [...] ela começou a fazer seus estudos em Ciências Sociais em Louvain. E depois ela fez amizade lá e tomou a decisão e foi embora para Paris (Depoimento em 09/02/2015).

Kameyama (1978, p. 447-448) analisa, em sua tese, que, em última instância, os camponeses constatarem na sua prática social que, em virtude do princípio do caráter sagrado da propriedade privada, a polícia e o exército, enquanto forças repressivas do Estado, se abatem sobre os camponeses revoltados que reivindicam somente o acesso provisório às terras que eles cultivaram.

O Estado, fortemente influenciado pelos proprietários fundiários não tolera nenhum abalo no estatuto da propriedade territorial. Assim, em um primeiro momento, trata-se da luta para obter o acesso à terra, sem estar diretamente interessado em seu controle ou em sua apropriação privada. Esta luta, como já vimos, é mais de ordem econômica, pois ela não visa abalar as relações sociais de produção e nem mesmo a estrutura da distribuição da propriedade territorial. Ela visa sua modificação de alguns feitos parciais da situação camponesa e a eliminação dos efeitos mais opressivos da estrutura agrária, sem colocar em questão a natureza mais profunda do sistema de dominação social.

Beozzo, em depoimento, expõe:

[...] A questão social virou uma questão política, no nível de repressão. Então a gente sentia que a organização social esbarrava no Estado. Esbarrava não apenas nas relações de trabalho, mas nas relações políticas da sociedade. Nobuco teve esta experiência na década de 1960, não sei quando a Nobuco tirou de consciência disso, mas foi um impacto... muito grande! O arranca capim foi você se insurgir contra um contrato que era lesivo, não tomaram a terra, mas quiseram plantar milho de novo e houve uma repressão enorme nesses lavradores, com prisões, processos, condenações, e Nobuco era parte desse bolo. Aí ela fica hibernando... Ela fica de 1970 a 1978 estudando, fazendo a tese (Depoimento em 09/02/2015).

Capítulo 6 - Exílio Político e Aprofundamento Teórico

[...] Porque quando você está vivendo, você não entende muito o que acontece. Você acha que aquilo é restrito, aconteceu com você... mas você não vê a extensão e o significado (KAMEYAMA *apud* SILVA, 1991, p. 275).

O poeta amazonense Thiago de Mello escreveu: “Para quem não viveu, convém contar. A quem já se esqueceu, quero lembrar”. Esses versos, extraídos do poema *Noturno do Paraná do Ramos*, foram escritos em 1980, ainda durante a ditadura civil-militar. O poeta foi também preso e perseguido pelo regime e exilado do País.

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi um regime de exceção estabelecido pelas forças armadas em nome de uma alegada “proteção frente à ameaça comunista” que se espalhava pelo continente americano e mundo. O cenário interno que deu ensejo ao golpe ocorrido em 1964 começou a se delinear a partir das décadas de 50 e 60, como já apresentado no Capítulo 5, com o aumento da pressão social e o surgimento de novas formas de organizações populares.

As peculiaridades regionais, a situação política e a disputa de poder resultaram em inquietações sociais generalizadas. Com o passar do tempo, o aumento da população urbana, em conjunto com o êxodo rural, endividamento externo, déficit orçamentário da União, os elevados índices de inflação e aumento da concentração de renda resultaram em uma onda de reivindicações sociais.

O golpe de 1964, conforme explica Viera (2015, p. 205), puseram fim ao projeto das reformas de base do período de João Goulart.

O golpe não se reduziu a mera operação político-militar, com a finalidade de expulsar o presidente da República. Consistiu também em ampla e prolongada campanha de convencimento da população brasileira, acima de tudo de sua camada média. Principalmente se condenou o esquema de reformas de Jango, cujos efeitos figuravam apenas como tímidos e parciais, em termos de conquista para as massas trabalhadoras.

O regime ditatorial brasileiro utilizou como forma de legitimação os Atos Institucionais (AIs)¹¹⁵. O percurso da ditadura de 1964 foi pontilhado não somente

¹¹⁵ Os Atos Institucionais não obedecem a um processo legislativo democrático, no qual os representantes regularmente eleitos por sufrágio universal fariam ouvir, ainda que apenas teoricamente, as demandas de seus eleitores. A validade dos atos era decorrência do poderio militar,

por AIs, mas também por Atos Complementares, pela Lei de Segurança Nacional e por decretos secretos. O Ato Institucional 1 (AI-1)¹¹⁶, inaugural, de 9 de abril de 1964, estabeleceu, principalmente, a eleição indireta para presidente.

O denominado Comando Revolucionário¹¹⁷ escolheu Castelo Branco para concorrer na eleição presidencial, por meio de uma desfigurada eleição indireta, cuja lei foi aprovada em menos de 12 horas no Congresso Nacional, que estava mutilado por cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de seus componentes.

Na chamada eleição indireta, foi eleito o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 31 de março de 1967), o marechal Arthur da Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969), o general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974), o general Ernesto Geisel (15 de março de 1974 a 14 de março de 1979) e o general João Baptista Figueiredo (15 de março de 1979 a 14 de março de 1985).

Essas décadas foram de sistemáticas violações dos direitos humanos. Inúmeros brasileiros foram presos, torturados, mortos, e muitos desapareceram. A violência foi perpetrada pelas forças militares e seus apoiadores.

A ditadura de 1964 expulsou da vida política os grupos de esquerdistas e de nacionalista intransigentes. Adotou duras medidas anti-inflacionárias e aprofundou as relações do Brasil com o Ocidente, ou seja, com o capitalismo internacional. O Estado autoritário surgido em 1964 impediu até mesmo a mobilização controlada das massas populares; aliás, não permitiu ou suspeitou das reivindicações provenientes da população, caso não

das forças armadas que se encontravam por trás da formulação e edição desses documentos, utilizados como um mecanismo de sustentação do regime, auferindo-lhe fundamentação jurídica, suportando a ditadura legalmente e, assim, combatendo manifestações populares. Os atos editados pelos militares, portanto, apesar de respaldados legalmente, careciam de legitimidade popular, podendo, inclusive, ser considerados moralmente injustos, pois não contavam com o aval do povo, detentor do poder soberano em uma democracia. Esses atos retiraram do Legislativo a competência para legislar, outorgando-a ao presidente da República, ocorrendo o fenômeno do fortalecimento do Executivo e consequente esvaziamento dos demais poderes.

¹¹⁶ Ao todo, durante o regime ditatorial, foram editados 17 Atos Institucionais. Todos estão disponíveis em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 3 de março de 2015.

¹¹⁷ No dia 1º de abril de 1964, Jango deixa Brasília rumo a Porto Alegre e, em seguida, ao exílio no Uruguai, assumindo o governo, em caráter provisório e de acordo com a fórmula constitucional, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. No entanto, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta governativa formada pelos três ministros militares — o general Artur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, que se auto-proclamaram membros do Supremo Comando Revolucionário (Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 22 fev. 2016).

fossem inspiradas pelo próprio governo. Passou-se a glorificar a modernização, a taxa de crescimento, o tecnicismo e a eficiência. Ora, o povo tornou-se algo a ser olhado somente dos palanques e a ser informado das últimas decisões governamentais (VIEIRA, 2015, p. 291).

6.1 Contexto que a levou ao Exílio

[...] porque estava começando a vir o AI-5 e isso significava que antes, nós vivíamos numa ditadura, mas não era uma ditadura militar fascista. Era uma ditadura militar. O fascismo começa a partir do AI-5 (KAMEYAMA apud SILVA, 1991, p. 261).

Com a ditadura, foram desmantelados vários trabalhos sociais e movimentos sociais existentes antes de 1964 e intensificada a extrema vigilância do governo para evitar novas organizações. A repressão vigente na primeira década da ditadura militar não impediu o surgimento de várias formas de resistência, mas impôs importantes mudanças no modo de estruturação e condução das lutas. Provocou, como efeito mais imediato, a cisão interna entre vários grupos de esquerda, alguns dos quais se mantiveram ativos no trabalho de mobilização das “massas” populares urbanas e rurais, ao passo que outros se viram forçados a operar na clandestinidade, em ações armadas¹¹⁸. De todo modo, essas lutas eram motivadas pela necessidade comum de resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no País, possibilitado pela aliança entre militares, capital estrangeiro, empresariado nacional e a nova tecnocracia.

Durante todo esse período, muitos brasileiros resistiram e lutaram contra a ditadura de variadas formas. Nos primeiros anos após o golpe, estudantes, artistas e intelectuais manifestaram-se contra a ditadura. Uma forte repressão abateu-se sobre as lideranças sindicais e políticas ligadas principalmente aos partidos trabalhista e comunista, que haviam liderado as lutas políticas no pré-64. Os estudantes, entre 1966 e 1968, realizaram inúmeras passeatas e manifestações políticas em várias cidades do País, levantando a bandeira Abaixo a Ditadura Militar. A Passeata dos

¹¹⁸ “Com o campo de ação reduzido e vigiado, uma parte da esquerda buscou referência nos movimentos de guerrilha dos anos 1950 e 1960 (como as lutas anticoloniais, a guerrilha vietnamita e a Revolução Cubana) e optou pela luta armada para enfrentar o regime. Nesse período, proliferaram inúmeras tentativas de guerrilha urbana e rural no Brasil. A resposta a este movimento, por parte do regime militar, foi uma violenta repressão sobre os grupos e organizações de esquerda. A conjugação da opção pela luta armada, feita por uma grande parte da esquerda brasileira, com a nova conjuntura de endurecimento repressivo da ditadura pós AI-5 foi trágica. Em poucos anos as organizações foram destruídas pela repressão, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banidos” (ARAUJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 20).

Cem Mil¹¹⁹, realizada em junho de 1968, no Rio de Janeiro, foi um dos marcos desse momento. Em decorrência dessas manifestações, em dezembro de 1968, foi promulgado o AI 5, encerrando essa fase.

Como decorrência, o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado; foram cassados os mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretado o estado de sítio; suspenso o *habeas corpus* para crimes políticos; cassados os direitos políticos dos opositores do regime; proibida a realização de qualquer tipo de reunião; criada a censura prévia.

Beozzo relembra:

[...] agosto de 1968 foi muito conflituoso na Diocese de Lins. Eram muito tensas as reuniões no Bispado [...] E dia 13 de dezembro veio o Ato Institucional. Aí fechou o panorama e as pessoas estavam todas comprometidas com os trabalhos e aí conversávamos sobre o que era e o que dava para fazer... Aí que a Nobuco teve que ir porque foi indiciada (Depoimento em 09/02/2015).

O golpe de 1964 paralisou, até 1968, os projetos alternativos que se desenhavam na época em várias regiões de Lins. A partir de dezembro de 1968, a ditadura é instalada definitivamente, reprimindo qualquer tentativa que criasse alternativas ao regime de governo vigente. O trabalho desenvolvido com os camponeses, na Diocese de Lins, também foi alvo de vigilância e desmantelamento, e Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 261-262) foi profundamente atingida.

Foi nessa época que deu aquele problema do “Arranca Capim”, em Santa Fé do Sul. Primeiro, saiu no Jornal, noticiário e tudo... Depois naquela luta de Santa Fé a gente teve que se confrontar com a Frente Nacional de Trabalho, Sindicatos... E no fim a gente percebeu que tanto o Sindicato quanto a Frente Nacional de Trabalho, tinham proposta de conciliação... E no fundo a proposta foi de conciliação mesmo. Agora eu não sei se na época teria outra solução. Nossa postura política era de propor confronto... Agora eu não sei se não foi um voluntarismo nosso, naquela época. Eu acho assim, que aquele pessoal não era politizado suficientemente, a conjuntura não favorecia e nós não tínhamos uma visão da conjuntura

¹¹⁹ Nos primeiros meses de 1968, vários protestos estudantis foram violentamente reprimidos. Os estudantes manifestavam-se contra a ditadura militar, contra a política educacional adotada pelo governo, que tendia à privatização, assim como contra o preço da refeição nos restaurantes universitários. Foi com esta última pauta que, no final de março de 1968, houve a invasão do restaurante universitário Calabouço, e um estudante de 18 anos foi morto pelo comandante da tropa da Polícia Militar. Este fato comoveu e acirrou os ânimos em todo o País. Nos dias seguintes, aconteceram manifestações no centro da cidade do Rio de Janeiro, todas elas violentamente reprimidas, até culminar na missa da Candelária, em 4 de abril, quando soldados a cavalo atacaram estudantes, repórteres, padres e populares. O movimento aumentava o seu nível de organização e mobilização, que culminou na Passeata dos Cem Mil, contra a ditadura, organizada pelo movimento estudantil, realizada em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 22 fev. 2016).

naquela época, porque estava começando a vir o AI-5 e isso significava que antes, nós vivíamos numa ditadura, mas não era uma ditadura militar fascista¹²⁰. Era uma ditadura militar. O fascismo começa a partir do AI-5. Não tivemos a percepção do momento político... E a questão do confronto, também eu acho que não era o momento político, por que nós não tínhamos nenhuma base. [...] Nós redigimos dois documentos: um documento era denunciando a Ditadura e outro documento era dizendo por que nós estávamos saindo da região. Só que nós assinamos o bendito documento... Não, datilografamos os nossos nomes. Tive que responder inquérito... E aí, no dia que me chamaram para responder lá, eu falei para o José Oscar (Beozzo)- “Zé, olha eu estou indo para Araçatuba para responder uns interrogatórios lá. Se acontecer alguma coisa, você avisa minha família”. Ele disse: “Espera aí”. Aí, ele contou tudo para o bispo. Aí o bispo disse: “Não senhora, você não vai sozinha de jeito nenhum. Você vai comigo!”. Aí ele me levou até Araçatuba. Chegou lá ele disse: “Olha, vocês têm acusações aqui sobre essa pessoa... Ela é muito minha amiga e tal... por isso que a trouxe”. Aí me atenderam bem melhor. Seria pior eu sozinha lá...

As atrocidades da ditadura são muitas, casas foram invadidas, famílias inteiras atingidas pela violência e truculência da polícia militar.

Israïld relembra:

A saída da Nobuco do Brasil deve a este contexto. Ela já tinha sofrido a invasão da casa dela para procurar livros subversivos... Enfim, para averiguar, para ver se encontrava alguma coisa que incriminasse ela dentro do regime de exceção que havia. Foi uma coisa muito pesada pra ela e para a família dela e isso que motivou a saída dela do Brasil. Ou ela saía ou seria presa. Daí o bispo de Lins criou os meios para ela ficar fora do Brasil (Depoimento em 12/12/2014).

A instauração da ditadura no Brasil trouxe diversas consequências, entre as quais a supressão dos direitos civis e políticos, exigindo processos de ajustes variados na tentativa de obter a legitimação do regime autoritário.

Nesse período, o Estado se voltou para ações divulgadas como de “justiça social”, ao mesmo tempo em que atendia às exigências de crescimento econômico.

¹²⁰ Norberto Bobbio (Dicionário Político, UnB, 1998, p. 466) distingue a utilização do termo: o primeiro, o “Fascismo histórico, cuja história se desenrola na Europa entre os anos 1919 e 1945 e que está essencial e especificamente representado no Fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão”. O segundo, ao qual Kameyama se refere, trata-se de “[...] um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais”.

Nessa fase do ciclo autocrático burguês, a ditadura ajustou estruturalmente o Estado, conferindo-lhe enorme poder de definição das políticas sociais e idêntico poder para implementá-las.

Com a finalidade de exercer acentuado grau de regulação dos conflitos sociais, a política social foi acionada como meio de legitimação para o regime autoritário e, também, como instrumento que buscava a incorporação de direitos sociais, proporcionando o controle social pelo Estado. Essa ampliação das ações do Estado na esfera da política social representou a abertura do mercado de trabalho para os assistentes sociais, o que gerou mudanças no cenário da profissão¹²¹.

A FSSL também foi fortemente atingida. Segundo Chinali (1992), com o recrudescimento da repressão política, a partir de 1968, inclusive com invasão da escola pela polícia, a direção da Faculdade retraiu-se politicamente, exercendo forte controle sobre os alunos. Qualquer iniciativa de cunho mais crítico e/ou organizativo, mesmo que fosse no sentido da avaliação do ensino, era energicamente barrada.

[...] um agente do Dops fez várias visitas a Faculdade, desde a época da convocação da eleição do Diretório Acadêmico, e ultimamente pediu opinião da Faculdade, quanto a advertir pessoalmente e as famílias dos alunos que se destacaram no movimento de oposição à Lei, alunos estes cujos nomes ele possui em relação nominal, recebida de seus superiores [...] e que são do conhecimento geral dos professores por constituírem eles, o grupo constante na liderança da maioria dos movimentos de reação dos alunos e considerando influência negativa que esse grupo pode exercer sobre outros alunos, a Congregação resolveu acrescentar à advertência geral, uma advertência particular a estes alunos (Ata de 24/8/65, do livro de Ata das reuniões de Congregação, fl. 41, *in* SILVA, 1992, p. 89).

A FSSL, a partir de 1968, passou pelo processo de voltar-se à prática institucional interna, limitando-se, quando da intervenção em outras instituições, apenas a ceder alunos para estágio curricular. O novo cenário exigiu um perfil profissional diferenciado daquele "tradicional", pois os assistentes sociais deviam adotar práticas racionais e ser tecnicamente qualificados, para dar respostas às novas demandas. O assistente social passa a integrar o universo dos profissionais cuja formação é colocada a serviço do "projeto de modernização" do País.

¹²¹ No Brasil, em 1975, havia 48 escolas e, em 1984, 55 cursos, dos quais 14 pertenciam às universidades federais, e 32 eram ligados ao ensino privado (YAZBEK, 1984).

Portanto, no período de 1969 a 1974, a FSSL teve seu ensino voltado para uma formação tecnicista, inserida na proposta modernizadora do Serviço Social. Tratava-se de uma orientação convergente à tendência majoritária do Serviço Social na época, no país, expressa nos Documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), cujo fundamento teórico era o funcionalismo (CHINALI, 1992).

No período que Nobuco fica fora do Brasil, outras pessoas vieram contribuir com o trabalho desenvolvido com os camponeses, no IPPH, entre eles, a professora Marilda Iamamoto, que não a conheceu, naquela época, mas teve “[...] notícias da sua presença na região de Lins. [...] o que encontrei da imagem da Nobuco nesse momento, foi exatamente de alguém compromissada com os trabalhadores rurais da região de Lins”.

Iamamoto, em depoimento, expõe:

Em 1975, eu ingressei no mestrado na USP em Sociologia Rural, fiz meu mestrado na questão agrária [...] e fiz minha tese de doutorado sobre a agroindústria canavieira na região de Piracicaba/SP, com os trabalhadores rurais assalariados da cana-de-açúcar, que é tema da minha pesquisa hoje, agora no Rio de Janeiro. Essa minha aproximação da questão agrária no nível acadêmico decorreu de uma necessidade minha, nesse tempo, de trabalho nessa área. Quando então tivemos (eu e o então meu marido) um convite para atuar na região de Lins, no Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH). Quando eu tive notícias, pela primeira vez, de Nobuco Kameyama. Nobuco não estava no Brasil, estava na França. Mas encontrei através relatos do professor José Oscar Beozzo e outros protagonistas da época na direção do IPPH, que Nobuco teria passado por lá, e um pouco da luta pela terra na região de Lins. A história do movimento arranca capim [...] O que encontrei da imagem da Nobuco, nesse momento, foi exatamente de alguém compromissada com os trabalhadores rurais da região de Lins, onde ela se formou e de onde ela teve que se exilar na França, onde foi fazer sua formação acadêmica ao nível de mestrado e doutorado, sobre a questão da luta pela terra, da consciência, dos movimentos sociais no campo, enfim, nesse ângulo temático. A Nobuco não estava no Brasil, não a conhecia, mas tive notícias da sua presença na região de Lins, especialmente no IPPH. Minha passagem nessa região foi rápida, por razões maiores, que vão além de minha vontade... É importante registrar o seguinte: eu fui buscar a questão agrária, por causa da minha militância política. Eu me formei, eu participei do movimento estudantil em Minas, eu sou mineira, né. Depois eu estive em Belo Horizonte, passei pelos tempos duros da ditadura, e sofri as consequências desse processo, juridicamente. Fui presa, fui condenada a 6 meses, fui torturada. Depois que eu saí desse processo, eu tive um desafio, que era compreender o Brasil. E para compreender o Brasil e compreender o trajeto da revolução burguesa no Brasil e de outros caminhos possíveis, eu entendia que

a questão agrária era absolutamente decisiva. Foi isso que me moveu, procurar a questão agrária e nesse caminho é que encontro os traços da presença de Nobuco na região de Lins (Depoimento em 29/10/2015).

A ditadura deixou marcas na trajetória de Kameyama. Trouxe interrupções, momentos difíceis, de perdas irreparáveis, mas, como afirma Yazbek:

valorizamos a história precedente dela. Quer dizer, de onde ela veio, o que ela fez. Por que ela precisou sair do Brasil? Então uma pessoa que naquela conjuntura, como Zé Paulo (Netto), tem que sair do Brasil e por que realmente estava numa linha de atuação política, intelectual que perturbava o poder [...] (Depoimento em 22/07/2015).

6.2 Exílio e aproximação com a tradição marxiana

*[...] Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora!
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil...
Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
[...]
Asas!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.*

(O Bêbado e o Equilibrista, música de João Bosco e Aldir Blanc, 1978, que se tornou um dos mais importantes hinos da anistia brasileira)

Com o golpe de março de 1964, muitos brasileiros foram para o exílio. O primeiro grupo de exilados brasileiros era formado pelos “expurgados de 1964”¹²², ou seja, aliados do governo deposto, que passaram a ser perseguidos pelo regime militar. A partir do AI-5, pessoas investigadas por subversão eram obrigadas a abandonar emprego e família, e sentindo-se ameaçadas, ou vítimas de perseguição política, partem para exílio, que era imposto ou o autoexílio.

A opção de sair para o exílio foi, inicialmente, malvista por diversos militantes, que insistiam na luta no País. Aos poucos, com suas organizações esfaceladas, começaram a entender que sair poderia ser uma forma de continuar a luta. O exílio duraria apenas o tempo necessário para reorganizar a volta, seria por um curtíssimo

¹²² Neste grupo, estavam o sociólogo Darcy Ribeiro; Herbert de Souza (o Betinho), e os deputados federais Leonel Brizola, Plínio de Arruda Sampaio e Almino Affonso.

tempo. A maioria que saiu não conseguiu cumprir essa agenda e o exílio tornou-se, para muitos, um longo tempo congelado e com sentimentos contraditórios.

Rollemberg (1999, p. 52) ressalta que é difícil definir quando começa o exílio, ou até mesmo quem de fato esteve exilado, pois, o regime totalitário, como foi o brasileiro, no período da ditadura, provocou a saída de amplo e diversificado grupo de pessoas: políticos, artistas, líderes estudantis, perseguidos, não perseguidos, enfim, um contingente variado. Do mesmo modo são diversificadas e singulares a motivação e experiência do exílio.

O exílio esteve longe de ser uma experiência homogênea. As vivências foram as mais variadas, a começar pelo tipo de exilado. Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, por rejeitar o clima em que se vivia no País; houve quem, pessoalmente, não era alvo da polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros. Neste universo tão diverso, são todos exilados. Cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos estabelecer quem era e quem não era, estrito senso, exilado.

Para Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 237), o exílio foi a oportunidade de buscar resposta para suas inquietações teóricas e práticas, derivadas da experiência vivida muito próxima da luta dos camponeses na região de Lins, mas, sem dúvida, a situação política daquele momento foi a propulsora da decisão.

[...] quando eu fui para a Bélgica, não fui assim com objetivo acadêmico, mas muito mais pressionada pelas circunstâncias e minha preocupação fundamental de ir para Bélgica, era resolver certas questões políticas que eu tinha. [...]

Então eu fiz dois anos de Sociologia [...] Só que tinha esgotado minhas perspectivas na Bélgica, porque os cursos mais avançados era o Curso de Sociologia do Desenvolvimento, que tinha um ranço de tomismo, o pessoal todo é bastante weberiano... Mais que weberiano, eles eram funcionalistas... E, em comparação com os funcionalistas, Weber é avançado. Bom, quando vi que tinha esgotado a minha possibilidade de ficar lá... No sentido assim, que eu tinha dois objetivos fundamentais: o primeiro era resolver o problema político; o segundo era a questão agrária e ver qual seria a saída dos camponeses, dentro de um processo de proletarização, eu queria entender isso. E, na medida que a Bélgica esgotou, eu fui para a França.

Na palestra proferida por ocasião do Colóquio que fez parte da metodologia desta pesquisa, Jean Marie Gagnebin explicou, a partir de Benjamin, a questão das interrupções das nossas trajetórias de vida, sobre seus sentidos e significados.

Nós pensamos que a nossa vida é algo coerente e contínuo, assim como nossa identidade. Não é! A Nobuco, por exemplo, passou pelo exílio. Não

estava previsto [...] mas “felizmente”, aspas, escapou do Brasil e foi pra França. Isto não estava previsto. Não há nas nossas vidas coerências, nem o controle das nossas memórias sobre nossa identidade. [...] Nós queremos mostrar que temos uma identidade, sempre coerente e contínuo desde o início. Não é verdade! Felizmente somos várias personagens. [...] Não é algo de contínuo e de liso. Portanto, a nossa identidade também não pode ser contada assim. Temos, portanto que aceitar, com bom grado, essas interrupções da continuidade [...] há acasos, há tragédias. Há acasos bons e há tragédias terríveis que fazem que a identidade se transforme. E a memória também se transforma. Vocês não pensam sobre sua infância da mesma maneira com 20, com 30 ou com 60 anos. A gente não pode impor uma falsa linearidade coerente, como na História da Humanidade e na nossa história também. E tão pouco uma falsa identidade coerente. Nós mudamos. [...] Não ficamos sempre do mesmo jeito, nem fisicamente, nem psiquicamente. Portanto, Benjamin vai dizer do tempo não de forma cronológica, mas do tempo que vem do Grego, Kairós - o tempo da oportunidade e da ocasião. Kairós vem duma estranha palavra que quer dizer “pegar com as mãos os cabelos”. São os cabelos dos guerreiros que estão fugindo. Eles tinham cabelos longos, e você pega pelos cabelos e trucidada. Não é uma etimologia muito feliz, mas é essa. Você ou pega ou vai embora... Isto é, ou você aceita [...] ou você descarta e esquece pra sempre. Benjamin vai dizer que o nosso tempo de vida e o histórico também, é este. E que em particular o tempo político, é saber trabalhar com essas oportunidades e com essas ocasiões, que vem do momento de perigo que lembram outros perigos [...] ou você pega no momento presente e reescreve essa história ou você deixa morrer para sempre (Palestra proferida no Colóquio em 25/11/2015).

Kameyama certamente soube aproveitar seu tempo de, como kairós, como uma oportunidade de crescimento pessoal, intelectual e que certamente lhe trouxe novas marcas em sua identidade. Não deixou escapar nenhuma ocasião, pois assim que terminou o mestrado ingressou no doutorado, “[...] eu não poderia voltar para o Brasil, até a Anistia – e eu não sabia quando ia acontecer isso, e então, em vez de ficar perdendo tempo, seria melhor a gente estudar” (KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p. 262).

No exílio, ela passa a ter uma aproximação com a tradição marxiana, conforme afirma Beozzo:

Lá ela tem todo um encontro com o marxismo muito forte. Lá ela vai aprofundar, estabelecer categorias para tentar compreender os conflitos da terra, os conflitos dos camponeses. Então ela vem da tradição de

camponeses, de pequena proprietária e se aprofunda no movimento social, no conflito social da terra e nas relações de trabalho (Depoimento em 09/02/2015).

Kameyama conta (*apud* SILVA, 1991, p. 289) como se deu sua primeira aproximação aos textos de Marx.

Em Filosofia eu fui entender – o professor estava explicando Hegel, Marcuse e Sartre. E o dia que o professor disse para eu estudar Hegel – me deu Filosofia do Direito, de Hegel – eu estudei, achei interessantíssimo! Aí ele disse: – “Agora você leia a crítica de Marx”. Aí eu li e achei mais interessante! [...] foi o meu primeiro contato com Marx. Aí ele (o professor) disse assim: - “Agora você entrega um trabalho”. E eu até entreguei um trabalho mostrando a concepção do Hegel sobre o Estado e a concepção de Marx sobre o Estado. Então eu comecei a estudar Marx, através da concepção de Estado, mostrando como é que Marx mudava toda concepção do Hegel, de Estado.

No doutorado, quis dar continuidade ao estudo da questão agrária no Brasil, enfocando o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ela explica como foi seu primeiro contato com seu orientador, o professor Charles Bettelheim (1913–2006), economista e historiador francês.

Procurei meu orientador e expliquei o que eu estava querendo fazer: eu queria fazer análise do desenvolvimento do capitalismo no campo e queria analisar as classes sociais no campo. Aí ele me deu todas as obras referentes à questão agrária. Entre essas obras tinha: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, o “Programa Agrário da Social Democracia”, “A Questão do Mercado”, que é o primeiro livro do Lênin, que me deu toda a questão da renda, a transformação... o “livro I do Capital”... o “livro II do Capital”... Todos os livros do Kautsky sobre a renda agrária, renda diferencial... praticamente saí de lá com vinte bibliografias. Aí, ele disse: - “No dia que você terminar de ler isso, você me procura”. Aí foi nessa época que eu comecei a entrar no conhecimento sistemático de Marx e de Lênin. Mas não através de um estudo sistemático do marxismo, mas através do estudo de um assunto que me interessava, que era a questão agrária. (KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p. 297)

Esse crescimento intelectual foi muito importante para que Kameyama pudesse, ao voltar para o Brasil, colaborar com o Serviço Social, que se encontrava em pleno processo de revisão curricular para dar conta das transformações por que vinha passando desde o início do seu Processo de Reconceituação, como apontado no próximo capítulo.

Capítulo 7 – Retorno ao Brasil - Trajetória Profissional e Militância Política

Kameyama retorna ao Brasil no final de 1978, período em que se inicia a chamada transação democrática no País. O período 1968-1973, no Brasil, torna-se conhecido como "milagre econômico"¹²³, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (Pib) então verificadas, de 11,1% ao ano. No período, aumentou a concentração de renda e, conseqüentemente, a desigualdade.

Após o "milagre", a crise que se instala no País a partir de 1973, seguida da recessão, que aumentou consideravelmente o índice de desemprego nas grandes metrópoles, a retomada da inflação, o desapontamento das camadas médias com o desmantelamento do "milagre econômico" e o fim da ilusão de acesso a um consumo cada vez mais ampliado, são fatores que levaram a uma perda de legitimidade do regime entre amplos setores sociais.

Em 1975, inicioase, com o apoio de várias organizações internacionais, um amplo movimento pela anistia, seguido pela retomada do movimento sindical, em 1976, e pela nova força adquirida pelo Movimento Estudantil, a partir de 1977. Na esteira desse movimento pela redemocratização do País, surgem novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional.

Os movimentos ligados à Igreja Católica levaram a bandeira dos direitos humanos e da participação da luta política. O movimento sindical, reprimido e controlado no período da ditadura, conquista novas energias a partir de 1977.

Iniciam-se as greves de diversas categorias socioeconômicas, impulsionadas pelo movimento dos metalúrgicos no Grande ABC, em São Paulo. Em 1979, é criado, em Santa Catarina, o Movimento dos Sem-Terra¹²⁴, e o Partido dos

¹²³ Não existe consenso em relação aos determinantes do "milagre". As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do "milagre" ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. A terceira linha de interpretação credita parte do "milagre" às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento.

¹²⁴ Com o silenciar das Ligas Camponesas, no período da ditadura, surgem organizações de trabalhadores rurais por meio de sindicatos rurais e, já na década de 1970, por meio da Pastoral da

Trabalhadores¹²⁵ é formado em 1980. É do mesmo período o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que força o diálogo com o Poder Público.

A década de 80 foi das mais significativas não apenas por ter marcado o início do fim do regime ditatorial, mas também por ser uma das mais frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais, que passaram a abranger várias novas temáticas, como a questão das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios, do meio ambiente, entre outros.

A vida social no Brasil ganhou, mais ou menos a partir de 1975, a custa de elevado preço, maior liberdade e forte intensidade. Os movimentos de base compuseram um retrato bem vigoroso desta realidade. Os movimentos de caráter civil constituíram associações de moradores de bairros, sociedade de amigos de bairro, associações de favelados e outras de semelhante natureza. Tais entidades procuraram conseguir melhorias nas condições de vida, tendo como meta a concretização de importantes reivindicações. A maioria da população carecia de habitação, de rede de esgoto e de água, de escolas, de coleta de lixo e de limpeza das ruas, de iluminação, de asfaltamento e ainda creches. Os movimentos sustentados por estas associações apareceram em forma de petições, de reuniões, de comícios, de marchas e de assembleias, tornando bem claras as suas exigências feitas aos governos federal, estadual e municipal (VIEIRA, 2015, p. 355-356).

Um movimento político importante, no período, foi o Diretas-Já, que demonstrou, pela força e determinação, que parte dos brasileiros não tinha mais fôlego para suportar as atrocidades do regime que havia se instalado em 1964.

Em todos os Estados do Brasil aclamou-se a eleição direta, por voto popular, visando a conferir legitimidade ao sucessor do general João Baptista Figueiredo. [...] Em 25 de abril de 1984, a grande maioria dos brasileiros foi derrotada. Caía a esperança de milhões, pois a sociedade se ergueu para eleger seus dirigentes. A campanha pelas “Diretas Já” atravessou fronteiras estaduais e ganhou partidários de condições sociais muito diferentes. A emenda constitucional que previa eleições diretas-já para a presidência da República foi rejeitada pela Câmara dos Deputados (VIEIRA, 2015, p. 352).

Terra, que veio posteriormente se configurar em Comissão Pastoral da Terra (CPT) - nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao final da década de 1980 e início da década de 1990, o MST iniciou suas primeiras mobilizações de luta pela terra.

¹²⁵ “O Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, quando o PT foi fundado. Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), o PT surgiu com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi em um contexto político, econômico e social marcado por intensas mobilizações que o líder sindical, e principal fundador do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se um dos protagonistas da história de luta contra as injustiças existentes no País. E a primeira conquista veio com o reconhecimento oficial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, do PT como um partido político brasileiro, em 11 de fevereiro de 1982” (Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2016).

Mesmo sem essa conquista, naquele momento ¹²⁶, a mobilização foi importante, pois veio compor o contexto que levou ao fim da ditadura, fortaleceu a sociedade civil, aumentando a sua força de mobilização e originando, no período entre 1985 e 1988, o amplo movimento pela Assembleia Constituinte, responsável pela conquista da Constituição Federal de 1988, que introduziu vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais.

Kameyama chega ao Brasil nesse contexto e pôde contribuir de forma decisiva com o Serviço Social de forma geral e, em particular, com a FSSL. Conforme afirma Yazbek, Kameyama foi

[...] alguém que tem uma história e que chega num momento importante no Brasil. Ela chega com a abertura. A abertura permite que ela volte como volta também José Paulo Netto. Eles vêm como pessoas preparadas para interferir na reconstrução da sociedade brasileira, pós-ditadura (Depoimento em 22/07/2015).

7.1 Retorno para Lins e Mudança Curricular

Em meados da década de 70 inicia-se um debate entre os assistentes sociais, ancorado na crítica sistematizada ao Serviço Social tradicional, denunciando a vinculação da perspectiva conservadora ao projeto de ampliação do capitalismo, que significa a contribuição da categoria para a subalternização da classe trabalhadora. O marco dessas discussões foi o Movimento de Reconceituação¹²⁷, entendido como

¹²⁶ Esta conquista só foi obtida com a Constituição de 1988, e o Brasil veio a ter sua eleição direta para presidente da República em 1989, quando foi eleito Fernando Collor.

¹²⁷ “Movimento de Reconceituação, que, segundo Netto (2001, p.151-64), teve três vertentes, que marcaram o processo de renovação do Serviço Social no Brasil: a tendência modernizadora, a reatualização do conservadorismo, e a intenção de ruptura. A **vertente modernizadora** teve hegemonia até os anos 70, iniciando-se no Seminário de Araxá/MG, em 1967, e se consolidando no Seminário de Teresópolis/RJ, em 1970. Buscou modernizar o Serviço Social a partir da mesma razão instrumental vigente na profissão (neopositivismo), com isso, faz a revisão de métodos e técnicas para adequar-se às novas exigências postas pelo contexto. O Serviço Social é tido como elemento dinamizador e integrador do processo de desenvolvimento. A **vertente da reatualização do conservadorismo** (ou fenomenológica) buscou desenvolver procedimentos diferenciados para a ação profissional, a partir do que seus teóricos conceberam como referencial fenomenológico. Esta vertente recupera o que há de mais conservador na herança profissional, com um enfoque psicologizante das relações sociais e distante do verdadeiro legado fenomenológico de Husserl. A fenomenologia se apresenta como um método de ajuda psicossocial fundado na valorização do diálogo e do relacionamento; com isso, reatualiza a forma mais tradicional de atuação profissional: a perspectiva psicologizante da origem da profissão. [...] e o marco referencial teórico dessa metodologia é constituído por três grandes conceitos: diálogo, pessoa e transformação social. A terceira vertente do movimento de reconceituação nos anos 80 foi a marxista, denominada de **intenção de ruptura** com o Serviço Social tradicional” (NETTO, 2001, p. 247). “Por meio de um pequeno grupo de vanguarda, essa perspectiva remeteu a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, gerou um inconformismo tanto em relação à fundamentação teórica quanto à prática, fazendo emergir momentos de debates e questionamentos que se estendem não exclusivamente ao

o conjunto de características que o Serviço Social construiu a partir do rearranjo de suas tradições e do pensamento social contemporâneo, buscando afirmar-se como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, respondendo às demandas sociais, com validação teórica, mediante a apreensão das teorias e disciplinas sociais (NETTO, 1998).

Nesse contexto, os assistentes sociais brasileiro passavam por importantes inquietações e insatisfações quanto ao Serviço Social tradicional, fato que impulsionou ampla revisão teórica, metodológica, operativa e política, fornecendo as bases para, na década de 70, dar início a um processo de discussão acerca da necessidade de realizar uma revisão curricular dos cursos de Serviço Social. Esse processo, que acontecia em nível nacional, também ocorre na FSSL.

Os espaços de organização da categoria também contribuíram para esse debate, principalmente em relação ao avanço ocorrido na organização política dos assistentes sociais, a partir do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), em 1979, o Congresso da Virada. Aliado a esse episódio, cria-se a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas) e a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), articuladas aos outros órgãos da categoria profissional, como o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), atual Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess)¹²⁸, atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), configurando o início da construção de um novo projeto profissional.

Também a Igreja passava por grandes mudanças, já apresentadas nesta tese. Dentro desse contexto, por volta de 1977, a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, representada pela Sociedade Feminina de

que ocorre dentro da profissão, mas principalmente sobre as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais que a sociedade da época enfrentava como consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial que impôs à América Latina seu modelo de dominação, da exploração e da exclusão. Essa vertente de ruptura não ocorreu sem problemas, pois estes se relacionam à visão reducionista e equivocada do marxismo presente no marxismo althusseriano (Louis Althusser), que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão” (YAZBEK, 2000, p.25). Tal vertente adquire maior consistência, quando surgem os estudos que procuram aprofundar as formulações teóricas da profissão.

¹²⁸ A Abess foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP.

Instrução e Caridade (SFIC), mantenedora da FSSL, resolve atender aos reclamos de parcela significativa de alunos e alguns professores, no sentido de renovação do ensino, dando assim início a um profundo processo de mudança.

A Congregação passa por uma grande revisão da sua missão¹²⁹, e opta por um trabalho direto com a população empobrecida. Em dezembro de 1978, numa sessão solene, quando a FSSL completa 20 anos, Kameyama é nomeada diretora pela instituição mantenedora, para fazer a transição entre a direção religiosa e a direção leiga.

Beozzo e Israild explicam o contexto da FSSL passada, quando da chegada de Kameyama.

Beozzo:

A Faculdade já estava mudando, mas com a direção das Irmãs. A gente, como professor, ia propondo coisa, ia adiantando, mudando... Mas quando elas decidem que vão deixar a Faculdade. Ia vender a Faculdade. Aí nós professores nos reunimos e fomos fazer uma proposta: porque vender, a gente pode assumir. Não temos como pagar nada, mas temos como tocar a Faculdade. Foi difícil, pois o dinheiro ainda não tinha entrado, e tivemos que cortar a metade do salário dos professores pra poder tocar a Escola. Mas aí a Nobuco entrou como diretora e foi o momento de repensar toda a Escola. O que mudou? Já tinha mudança, mas vamos pegar a partir da Nobuco. É uma decisão coletiva, mas a Nobuco voltou com um quadro teórico importante. Primeira mudança foi deslocar aquilo do Serviço de caso, Serviço Social lá na instituição e de dizer que a Faculdade tem que apoiar os movimentos populares (Depoimento em 09/02/2015).

Israild:

[...] quando ela voltou, em 78, foi quando a Faculdade de Serviço Social de Lins estava passando por uma transformação. As irmãs Missionárias de Jesus Crucificado tinham feito uma revisão da sua missão. A gente precisa lembrar tudo que estava acontecendo de mudanças no Brasil e no mundo, e as irmãs adotam essa nova visão e entendem que a sua votação principal seria um trabalho de educação popular nas periferias na cidade e não mais com educação. Então é nesse contexto que a Faculdade de Serviço Social de Lins passa então para a gestão administrativa e pedagógica dos professores, e é dentro desse movimento que a Nobuco entra (Depoimento em 12/12/2014).

A FSSL não é a única que passava por esses questionamentos sobre o currículo, a PUC-SP também inicia processo de revisão do seu currículo.

¹²⁹ O projeto missionário da Congregação de deslocar seus melhores elementos de obras para trabalhos diretamente missionários, seja na periferia das cidades, seja nas regiões mais afastadas e desamparadas, levou as irmãs missionárias a deixarem gradativamente um campo em que haviam erguido escolas em todo Brasil, o do Serviço Social. Estas Escolas foram sendo entregues a outras mantenedoras, geralmente incorporadas a Universidades Federais, como as de Natal/RN, de Juiz de Fora/MG ou às PUCs, como no caso de Campinas/SP (BEOZZO, *apud* FERREIRA, 1982, I).

A preocupação com a revisão curricular aparece de forma sistemática na Faculdade de Serviço Social (da PUC-SP) a partir de maio de 1978, quando se iniciou uma revisão de currículo, destinada a constituir um projeto experimental de curso (YAZBEK, 1984, p. 34).

Afinal, o Serviço Social estava numa fase de se repensar, e isso implica também e, sobretudo, mudanças no processo de formação do assistente social. Conforme afirma Yazbek (1984, p. 31): “[...] a proposta de currículo é decorrente da explicitação dos fundamentos básicos quanto à concepção de profissão e à formação profissional do assistente social [...]”.

A FSSL, no entanto, passa não somente pelo questionamento e revisão do seu currículo, mas também pela mudança de manutenção, o que implica uma situação mais complexa e exige um grupo mais coeso e decisões coletivas.

Mas, conforme relato de Matsuel, o grupo mostra-se disposto a enfrentar o novo desafio e Kameyama vem coroar essa decisão e dar o aporte teórico-metodológico necessário.

Quando Nobuco chegou no Brasil e voltou pra Lins, nós estávamos atravessando uma crise tremenda na Faculdade, eu era professor a pouquíssimo tempo na escola, eu entrei em fevereiro de 1978 e ela chegou no final desse mesmo ano. O grupo de professores convidou a Nobuco para assumir a direção do curso, pois estávamos numa encruzilhada muito grande, pois as Irmãs que mantinham a Faculdade e eram professoras da Faculdade, praticamente havia pedido demissão coletiva e junto com elas um grupo de professores muito conservadores estavam se desligando da Faculdade e um grupo muito novo de professores estava chegando. Um grupo novo, com sangue novo, com uma concepção nova, mas muito sem rumo, sem saber direito o que fazer, liderados por Antonio Geraldo de Aguiar, e Nobuco chega nesse momento e eu diria que ela passa a dar o rumo pro curso, um rumo novo pro curso, diferenciado. Por que a Nobuco tinha uma coisa de novidade pra gente. Nós tínhamos o desejo de fazer uma coisa, mas não sabíamos muito o que fazer, e a Nobuco traz uma carga de metodologia, uma formação científica que nenhum de nós na época tínhamos eu era graduado e o primeiro curso de especialização que eu fiz, ela é que traz, coordena o curso, e traz vários professores de fora. Eu me lembro de um professor mexicano que veio discutir metodologia de ensino superior e a formação acadêmica (Depoimento em 16/12/2014).

Onilda, aluna na época da então FSSL pôde vivenciar todo esse processo.

Em 78, com a anistia, a Nobuco volta pro Brasil, Então, eu conheci a Nobuco em 1978, quando ela estava voltando do exílio e assumiu já a Faculdade, como diretora da FSSL. Ela foi minha professora [...] e depois ela foi minha orientadora de TCC. Fui orientada por ela e aí a gente estabeleceu laços muito fortes, muito próximos de companheirismo, de amizade. Então, porque quando a Nobuco chegou, evidentemente, ela já começou a trazer, novos ares, novas perspectivas pro Serviço Social e particularmente pra Faculdade de Serviço Social de Lins (Depoimento em 12/12/2014).

Kameyama (apud SILVA, 1991, p. 317), por sua vez, usou novamente sua percepção de tempo, na perspectiva benjaminiana, como *Kairós* - o tempo da oportunidade e da ocasião.

E na Faculdade, eles me ofereceram um lugar para ficar. Estavam esperando alguém, aliás, a gente estava sendo muito esperada para assumir lá, a Faculdade. Quando chegamos lá, o pessoal já estava com um processo de crítica de currículo muito avançado. Tinha o professor Antonio Aguiar¹³⁰ que vinha conduzindo todo o processo dessa mudança [...] Eles vinham começando um processo, só que precisaria de um assistente social [...] Aí eu entro e logo em seguida abre-se um processo democrático para eleição de Direção e eu ganho. Aí a gente começa a discutir toda a questão do currículo, perfil profissional e tal.

Matsuel conta que

Antes da Nobuco chegar, nós já tínhamos essa ideia de acabar com a concepção tradicional, já na discussão que era feita na Faculdade ainda na época que era aluno, junto com Antonio Aguiar, a Israild e outras pessoas que participavam desse processo todo. Mas a Nobuco veio trazer de fato esta concepção mais dos eixos que depois foram formalizados pela Abepss. Esta concepção mais trabalhada nos eixos do Serviço Social, da Pesquisa e da Metodologia, eu diria inclusive da seriedade que a gente organizou e estruturou os Trabalhos de Conclusão de Curso, a gente deve muito ao Geraldo de Aguiar, mas a articulação disso ao Serviço Social, o aprofundamento metodológico e essa concepção articulada aos movimentos populares, essa era a marca de Nobuco, mas importante, na direção da Escola (Depoimento em 16/12/2015).

Onilda, aluna da FSSL e presidente do Diretório Acadêmico, relembra dois acontecimentos importantes desse momento histórico.

[...] estávamos num processo de efervescência dos movimentos sociais. Então, por exemplo, na greve dos metalúrgicos do ABC, o Diretório Maria Cintra teve um papel importante, porque nós reuníamos todos os demais diretórios da cidade toda e conseguimos arrecadar não sei quantas toneladas de alimento pra ajudar a manter a greve [...] Mas enfim, nesse período, uma das contribuições que as Comunidades Eclesiais de Base - CBEs fazia era justamente arrecadar alimentos pra poder compor as cestas, pra que os operários, as famílias dos operários dos metalúrgicos não sucumbissem ao enfrentamento da Ditadura. Então esse era um momento importante. Depois, isso em (19)79, houve o primeiro congresso da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, depois da Anistia, que eram espaços importantes, de forcejamento de uma crítica à ditadura, [...] foi em Fortaleza e foi um momento muito, muito lindo! Muito impactante, porque foi o momento em que todos os exilados voltavam e se reuniam todo mundo em Fortaleza. E evidentemente Nobuco foi e eu tive o privilégio de ir com ela [...] (Depoimento em 12/12/2014).

¹³⁰ Antonio Geraldo Aguiar lecionava filosofia e antropologia, na época, como ex-seminarista (há alguns anos atua como assessor do Setor Leigos da Comissão para o Laicato da Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB); mantinha boa relação com a cúpula da Igreja da Diocese de Lins. Deveria ser ele a assumir o cargo, só não o fez por não ser assistente social, uma exigência burocrática do Regimento em vigor na FSSL, e uma indicação da Abess na época. Foi então criado um cargo especial para ele, como coordenador pedagógico (CHINALI, 1992). Ele foi também nosso professor e é autor do livro *Serviço Social e Filosofia – das Origens a Araxá* (São Paulo: Cortez/ Unimep, 1982).

Nesse contexto, no ano de 1979, a FSSL já dá início a um novo currículo que vai sendo aprimorado e revisto sempre num processo de aproximação e correção de rumo, tendo em vista o que foi planejado e implementado coletivamente. Ressalta-se o ano de 1979, porque localmente a FSSL passava por essa transformação e, nacionalmente, o Serviço Social pulsa, clama, organiza-se, propõe e realiza transformações e rupturas, conforme atestam as narrativas de quem viveu esse momento da história do Serviço Social.

Iamamoto:

A Nobuco volta ao cenário brasileiro, quando o cenário brasileiro no âmbito do Serviço Social está num processo de profundas reformulações. Eu me lembro muito bem do Congresso de 1979, que foi antecedido por um Seminário do CELATS em São Paulo, quando se muda as homenagens, a simbologia é um pouco essa: as homenagens às autoridades oficiais é transformada em homenagem aos trabalhadores. É simbólico nessa dimensão dos sujeitos, com os quais o Serviço Social, nesse momento público afirma seu compromisso. Isso foi muito bonito! Foi muito bonito esse evento no Anhembi em São Paulo (Depoimento em 29/10/2015).

Yazbek:

[...] e tem o Congresso da Virada, que é importante relembrar no sentido de que o Serviço Social em (19)79 recusa o domínio da ditadura, o domínio dos poderosos. Esse congresso de (19)79 se chama “da virada”, exatamente por que [...] o Ministro do Trabalho Murilo Macedo é substituído pelo Lula, que era um trabalhador. Nós queríamos era um trabalhador, que nós estávamos aliados e não com o Ministro do Trabalho da ditadura. Então isso era simbólico e mostra o que se fazia no Serviço Social. A profissão se colocava diante de profundas redefinições [...] (Depoimento em 22/07/2015).

Iamamoto:

Mas, nesse processo, também em (19)79, tem uma outra grande mudança no Serviço Social, que é a Convenção da Abess, em Natal, que aprova um novo currículo mínimo pro Serviço Social, que só vai ser implantado em 1982. [...] Então, a Nobuco regressa nesse momento que o Serviço Social está se repensando, e ela vem como uma pessoa qualificada, uma titulada, vem da França, com uma pesquisa sobre a questão agrária, sobre a questão da consciência de classe... dos movimentos sociais. Então ela retorna com um projeto de compromisso político. Esse é um elemento importante da marca da professora Nobuco. Ela é uma figura acadêmica de relevo. É uma militante política absolutamente comprometida. Tem uma história de compromisso, que eu não conheço antes seu compromisso, mas atesto seu compromisso, posterior a esse período, quando ela ingressa de braços abertos na militância da categoria profissional, especialmente na sua militância acadêmica. Uma marca importante da Nobuco e, não só, ela participou do processo de construção da luta dos trabalhadores, que redundou na formação do Partido dos Trabalhadores [...] mas ela tem um efetivo compromisso com a constituição acadêmica do Serviço Social. Isso marca o compromisso dela na categoria profissional. Marca no apoio a Abepss [...]. (grifo nosso) (Depoimento em 29/10/2015).

Em âmbito nacional, essas questões tomam vulto nos debates entre docentes, discentes, profissionais e suas entidades representativas, que culminam na formação da proposta curricular no ano de 1982, que trouxe nova perspectiva

para se pensar formação e prática profissional, buscando romper com o lastro conservador da profissão e com a vinculação com a ideologia dominante, incorporando a tradição marxiana.

Milton relembra:

Depois... conforme vai avançando minha formação em Serviço Social, eu também passei a ter uma dimensão mais real e quanto foi importante o que foi feito aqui. Essa experiência de repensar o Serviço Social, a partir de bases mais críticas, de repensar muito rapidamente o currículo. Aquilo de acabar com o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e trabalhar as Metodologias, é alguma coisa muito inovadora para o Serviço Social. E aí eu entendo ser muito importante o papel da Nobuco, porque não tínhamos uma literatura pra isso. No Serviço Social, nós todos sabemos que é produção da Marilda lá em (19)82 é que vai trazer uma reflexão histórica, metodológica diferenciada. Até então não tínhamos absolutamente nada disso. E os textos que tinham eram todos em castelhanos, que vinham xerocopiados, sei lá como! De países que, da América Latina, como da América Central que já haviam feito uma reflexão anterior acerca de um Serviço Social mais crítico do que o Brasil. Porque sabemos que o Movimento de Reconceituação, num primeiro momento, no caso brasileiro, Jose Paulo Netto já fez essa reflexão de forma brilhante; mas, no caso brasileiro, ficamos sufocados pela ditadura, enquanto esses países faziam uma reflexão muito mais avançada, nós, usando o próprio termo do Zé Paulo, fizemos uma modernização bastante conservadora. Então, foram esses textos em castelhano e espanhol que foi possibilitando nossa formação. Aí, como tudo [...] a Nobuco teve um papel muito preponderante (Depoimento em 16/12/2014).

Como resultado desse processo, no ano de 1979, a FSSL estava pronta para os desafios da abertura política e novos caminhos da profissão. Foi definido um novo objetivo geral da faculdade: “Formar profissional, cultural e humanamente o Assistente Social, proporcionando uma fundamentação filosófica, científica e técnica para uma intervenção crítica e transformadora na realidade brasileira” (fls. 104 do Livro Ata, 13/2/79). No mesmo ano em que a Abess realiza sua XXI Convenção Nacional, que teve como tema a Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo, na cidade de Natal/RN e, no ano seguinte, a Abess enviou a proposta, como documento, ao Conselho Federal de Educação (CFE) e, em 1982, foi deferida a aprovação do novo currículo mínimo.

7.1.1 Contribuições ao processo de mudança de currículo em âmbito nacional

O processo de discussão da necessidade de mudança curricular da FSSL, portanto, iniciou-se antes da chegada de Kameyama, mas tomou impulso quando

ela assume a direção e encontra um grupo de professores com ânsia de mudança e disposto a enfrentar o desafio.

Em âmbito nacional, esse processo estava em andamento. Sem dúvida, a revisão curricular que desencadeava nos cursos de Serviço Social foi significativa para o processo de busca da nova identidade. O processo de elaboração de um novo currículo neste período, conforme afirma Yazbek (1984, p. 45), dá-se pelo,

[...] esforço de situar o Serviço Social na ótica das relações de classe, que confrontam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Buscando apreender o significado social da profissão, a partir da divisão social e técnica do trabalho, o que supõem uma busca de historicizar a noção de profissão, situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das classes sociais e do relacionamento contraditório entre elas.

Na segunda metade dos anos 1980, amplia-se o debate sobre a compreensão do ensino de metodologia no interior do novo currículo do curso de Serviço Social. Resultado da mudança de currículo que vinha sendo implantada em alguns cursos e aprovada em 1982 – Resolução 6, de 23 de setembro de 1982, do Conselho Federal de Educação, o novo currículo do Curso de Serviço Social, e Kameyama pôde contribuir nesse processo.

Israïld:

Uma forma que a Nobuco influenciou bastante foi através de cursos. Ela era muito convidada pelas Universidades, e pelos grupos profissionais também, independente das Universidades, para dar curso de atualizações, enfim, das questões vinculadas ao Serviço Social, para fazer análise de conjuntura. Eu me lembro que, a região em que ela era mais chamada, era o Nordeste. Então, ela deu muitos cursos no Nordeste para a estruturação das matrizes curriculares e a formar professores dentro dessa nova perspectiva. Isso foi muito frequente, a Nobuco viajava muito. Eu acompanhei isso de perto porque na época eu era vice-diretora eu a substituí nas suas ausências. Então isso eu me lembro muito bem! (risos) (Depoimento em 12/12/2014).

Yazbek:

Então quando eu conheci Nobuco eu era professora ainda da graduação eu dirigia a graduação aqui na PUC. E eu tive o privilégio de dirigir a Faculdade num momento em que se implantavam as diretrizes de 1982. Aquelas que precedem as atuais, e que na verdade dão a grande virada para a profissão. Então, era o momento de grandes debates sobre a formação, sobre a importância da pesquisa (Depoimento em 22/07/2015).

Iamamoto:

Eu encontrei efetivamente com a Nobuco, na PUC-SP, quando eu era professora lá. Eu ingressei em 1980, trabalhei lá quase uma década. E é quando a Nobuco volta da França, ainda tinha um compromisso em Lins [...] Sempre discutindo a questão da prática profissional, da pesquisa, do planejamento, da política social. [...] Ainda em São Paulo, eu lembro, nós

participamos de um projeto de pesquisa sobre a metodologia do Serviço Social, aquele debate da Abepss, da então Abess, do novo currículo [...] onde um dos dilemas era, à época, dentro da trajetória profissional, a superação do caso, grupo e comunidade e a necessidade de pensar uma metodologia – teoria, história e metodologia em Serviço Social e o desafio de construir esta proposta. [...] a Nobuco teve um protagonismo importante nesse momento, escrevendo um texto sobre este tema (Depoimento em 29/10/2015).

Nesse momento, Iamamoto conhece Kameyama, pois nesse período Iamamoto era professora da graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Iamamoto conta:

Eu encontrei efetivamente com a Nobuco, na PUC-SP, quando eu era professora lá. Eu ingressei em 1980, trabalhei lá quase uma década. E é quando a Nobuco volta da França, ainda tinha um compromisso em Lins [...] Sempre discutindo a questão da prática profissional, da pesquisa, do planejamento, da política social. [...] Ainda em São Paulo, eu lembro, nós participamos de um projeto de pesquisa sobre a metodologia do Serviço Social, aquele debate da Abepss, da então Abess, do novo currículo [...] onde um dos dilemas era, à época, dentro da trajetória profissional, a superação do caso, grupo e comunidade e a necessidade de pensar uma metodologia – teoria, história e metodologia em Serviço Social e o desafio de construir esta proposta. [...] a Nobuco teve um protagonismo importante nesse momento, escrevendo um texto sobre este tema (Depoimento em 29/10/2015).

A referida pesquisa foi realizada após alguns anos da aprovação do novo currículo. A pesquisa exploratória, em âmbito nacional, ocorreu no período de junho de 1987 a agosto de 1988, tendo como objeto o ensino da Metodologia nos cursos de Serviço Social. O Caderno Abess 3 traz o resultado da pesquisa realizada pela PUC-SP, com o apoio da Abess e o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O objetivo foi identificar as tendências e contratendências postas no ensino da Metodologia no processo de formação de assistentes sociais. Kameyama compôs a equipe de pesquisadores¹³¹.

O texto referido por Iamamoto foi publicado também no Caderno Abess 3, denominado *Metodologia: uma Questão em Questão*. Nesse texto, Kameyama (1989, p. 99) explicita que “[...] o Serviço Social é uma especificidade das Ciências Sociais e, portanto, não tem uma metodologia própria e carece de uma teoria específica”. Afirma que os pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social

¹³¹ Pesquisadores: Aldaíza Sposati (PUC-SP), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Câmara Carvalho (UFRN), Franci Gomes Cardoso (UFMA), José Paulo Netto (UFRJ), Maria Elvira Rocha Sá (UFPA), Maria Eulália Moreira (PUC-MG), Maria Lucia Santos F. Silva (UFRN), Maria Rachel Tolosa Jorge (PUC-SP), Maria Rosângela Batistoni (PUC-SP), Marilda Villela Iamamoto (PUC-SP), Marina Maciel Abreu (UFMA), Nobuco Kameyama (PUC-SP), Odária Battini (UFEL), Rosa Maria Ferreiro Pinto (UNISantos), Vicente de Paula Faleiros (UNB).

fundamentam-se nas correntes das duas matrizes centrais do conhecimento social: a teoria social marxiana e as chamadas Ciências Sociais.

Kameyama (1989, p. 106) traz a questão da “relação teoria/prática”, pois, no seio do Serviço Social, naquele contexto histórico, afirmava-se que a atividade teórica era diferente da prática, e que a teoria não tinha condições de orientar a prática profissional. Kameyama faz importante contraponto a essa perspectiva e afirma que “na teoria marxista a teoria só tem razão de ser se ela for à prática [...] A teoria é o ponto de partida”.

[...] a teoria é a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, ideias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. (KAMEYAMA, 1989, p. 100)

Kameyama (1989, p. 100) afirma ainda que a teoria marxiana é a única teoria que resgata a totalidade e que também coloca o conhecimento internamente ligado à transformação.

O conhecimento visa à transformação que é a prática social. A prática social, aqui entendida num sentido mais amplo, não se reduz à prática profissional, pois esta constitui uma dimensão da práxis entendida como totalidade. No entanto, a teoria em si não transforma o mundo. Ela pode contribuir para a transformação desde que seja assimilada por aqueles que, através de atos reais e efetivos, visem tal transformação. Esta ação efetiva de transformação é a prática entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade. Essa prática se efetiva na produção material, na atividade social e política e na investigação (o que chamamos de prática de conhecimento) (grifo nosso).

Kameyama cita Vasquez (1977, caps. 1 e 2, segunda parte) e distingue a prática produtiva, prática política e a prática do conhecimento, ou investigativa. A **prática produtiva** é a práxis fundamental, porque nela o homem não só produz o mundo humano e humanizado, mas transforma a si mesmo. Ou seja, segundo Marx (*in* Vasquez, 1977) a transformação material da natureza produz um resultado que já existia idealmente. A **prática investigativa ou teórica** proporciona um conhecimento indispensável para a transformação da realidade ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação. Ou seja, “[...] significa que já se tem, no pensamento, o ideal. E esse ideal é concretizado” (KAMEYAMA, 1989, p. 100). A **prática social e política** é a atividade de transformação e alcança sua forma mais

alta na prática revolucionária, que seria a prática política sob a direção de um partido político.

Kameyama apresenta essa distinção, mas enfatiza que a prática efetiva se encontra em unidade indissolúvel com a teoria. “Existe hoje na formação profissional uma preocupação com a articulação entre teoria e prática, quando não se trata da articulação, mas da unidade indissolúvel entre teoria e prática.” (KAMEYAMA, 1989, p. 101) grifo nosso.

Portanto, o texto esclarece, num momento em que o Serviço Social estava se aproximando da tradição marxiana, que

A teoria e a prática constituem, portanto, aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação. Vasquez diz que a questão da unicidade entre teoria e prática não pode ser formulada com justeza quando temos presente a prática como atividade objetiva e transformadora da realidade material e social (KAMEYAMA, 1989, p. 101).

Sobre a teoria e o método, Kameyama (1989, p. 102) afirma que ambos estão interligados e dependem um do outro. Nesse sentido, cada método científico é elaborado a partir de uma teoria. O método reflete as propriedades e conexões sobre as quais se quer desenvolver a atividade prática. Essas propriedades e conexões são descobertas e interpretadas pela teoria.

O método de conhecimento consiste, portanto, em reproduzir na consciência o objeto em todas as suas conexões e relações principais. Esta reprodução mental e integral efetiva-se com a ajuda de conceitos abstratos. É o método que permite elevar-se do abstrato ao concreto, que nada mais é do que o modo como o pensamento se apropria do concreto sob a forma de concreto pensado; que não é de modo algum, o próprio concreto (KAMEYAMA, 1989, p.102).

Kameyama (1989, p. 102-103) ressalta o papel e o processo da **mediação**. Trazer o concreto para a reflexão, o pensamento (concreto pensado), não se torna uma prática transformadora. Para que a transformação ocorra, é necessário um série de mediações, buscando sua objetivação ou realização. “A mediação se faz na materialização da teoria na prática. É a relação do imediato com o mediato. [...] A mediação está entre o resultado do conhecimento e a efetivação desse resultado”.

Segundo a autora, as mediações realizam-se por meio de um plano concreto de ação, do reconhecimento das condições materiais, da pesquisa e análise de conjuntura. Enfatiza que, a partir da análise de conjuntura, é possível definir as

estratégias, táticas e os procedimentos metodológicos. E assim se realiza o método de conhecimento, que, na teoria marxista, só tem razão de ser quando há relação com a prática, que está sempre em movimento de alteração e superação. Na afirmação de Kameyama (1989, p. 105), “[...] E a própria transformação vira uma nova realidade a qual precisa se conhecer de novo. Então, é um processo dialético. A prática fundamenta a teoria e a teoria orienta a prática”.

Portanto, Kameyama (1989, p. 106) explica que a teoria é sempre o ponto de partida, mas não prevalece sobre a prática. Nessa perspectiva, a teoria vai se apropriar do concreto para transformar o concreto em concreto pensado, para se proceder à abstração.

A abstração é possível através das leis do conhecimento. Na medida em que se tem o concreto pensado, volta-se à prática. Na medida em que se transformar essa prática, ela não é mais a mesma prática, a mesma realidade. Assim essa nova realidade volta novamente à teoria.

Ademais, o sujeito constrói a história e se constrói historicamente. É nesse par dialético que a concepção marxista traz a abordagem metodológica, que se dá na relação sujeito/objeto. “[...] o que interessa são as relações que o Serviço Social estabelece com o objeto de sua ação no processo de conhecimento e da intervenção, dos quais a teoria é o ponto de partida e a realidade sua referência fundamental” (KAMEYAMA, 1989, p. 104).

Duas décadas depois dessa publicação, esse conteúdo surge nas diversas produções do Serviço Social, sobretudo quando se explicitam as três dimensões da instrumentalidade, ou seja, a **dimensão ético-política**, que diz respeito à dimensão política do nosso fazer profissional, que está intimamente vinculada à nossa escolha teórica. Por sua vez, a **dimensão teórico-metodológica** está vinculada à escolha do método, para a apreensão da realidade e do papel profissional, que dará o caminho para o uso das técnicas, instrumentos que a **dimensão técnico-operativa** dá operacionalidade.

Kameyama (1989, p. 104) já afirmava que “[...] O que interessa são as relações que o Serviço Social estabelece com o objeto de sua ação no processo de conhecimento e da intervenção, dos quais a teoria é o ponto de partida e a realidade sua referência fundamental. As regras, as técnicas, não têm valor em si mesma, elas se valorizam a partir das perspectivas que lhes dão feição”. Kameyama (1989, p.

104) finaliza suas reflexões alertando sobre a importância de se ensinar direito a teoria, pois

[...] o problema fundamental é que na Universidade a teoria é mal dada. Não é ministrada como um sistema de leis e sim com base em informações parcializadas. O que é preciso passar refere-se a um conjunto integrado, a um paradigma, e não apenas a alguns conhecimentos. Nesse conjunto, é fundamental apropriar-se do método do conhecimento. Aliás, toda teoria de Marx não é mais do que o resgate do método que ele utilizou. Na medida em que a teoria for bem dada, ter-se-á, naturalmente, a materialização dessa teoria na prática, o que resolve o problema da instrumentalização, da operacionalização da prática, da intervenção.

Isso ainda está no rol dos desafios enfrentados no processo de formação do assistente social, mas certamente já houve avanços do ponto em que se estava naquele momento histórico.

Kameyama também contribuiu de forma substancial, nos diversos, seminários, encontros e reuniões em âmbitos local, regional e nacional, sobre a importância da pesquisa no processo de formação em Serviço Social, conforme afirma Yazbek.

A Nobuco [...] dentro do processo que a Abepss conduzia, foi uma figura importante na valorização da pesquisa. Eu me lembro da Nobuco defendendo a pesquisa, valorizando a pesquisa, recolhendo o material dos pesquisadores do serviço social. [...] os professores da Puc se propõe a criar uma proposta de currículo a partir das diretrizes de 82 [...] Então nesse momento algumas vezes conversávamos com a Nobuco, fizemos seminários sempre pedindo a ela, requerendo dela sua visão de pesquisa, no currículo de formação de assistentes sociais. [...] e aí avançou muito politicamente. Nosso Conselho Federal (Cfess) a própria Abess, que logo adiante vai mudar seu nome (Abepss) para incorporar a pesquisa. E isso tem marcas de Nobuco, a incorporação da pesquisa. (grifo nosso) (Depoimento em 22/07/2015).

A regulamentação do Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social do País, em 1982, com o Código de Ética de 1986, trouxe profunda renovação profissional, signo "daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social" (CFESS, 1996, p.176).

O currículo mínimo de 1982 significou, no âmbito da formação, a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional, o que se consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999. No entanto, lamentavelmente, o documento

que regula as Diretrizes para a formação em Serviço Social no Ministério da Educação, aprovado pelo CNE em 2001, não respeitou as Diretrizes da Abepss, retirando princípios e conteúdos fundamentais que foram definidos coletivamente pelo conjunto da categoria.

7.2 O Peop e suas intencionalidades

No país, a gente vivia uma enorme efervescência e uma visão do Serviço Social [...] que não entendia fazer serviço social sem ir para as periferias. Era quase que constitutivo, ou mais do que isso, sem ir até a casa da população [...] A gente não entendia trabalhar no campo do Serviço Social sem ir para as periferias (Yazbek, depoimento em 22/07/2015)

Kameyama assume a direção da FSSL no contexto da transição política, de um governo de ditadura militar para um governo civil, que veio significar um avanço da democracia para o futuro político do País. Momento político em que os movimentos sociais se fortaleceram; cresceram as organizações e as associações, na luta pela terra em todo Brasil, e não foi diferente na região de Lins. No empenho da luta pela conquista da terra, agrupam-se as forças de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, que buscavam formas concretas de participação política na perspectiva de luta por seus direitos de cidadania.

A Faculdade de Serviço Social torna-se um referencial de luta e engajamento no processo histórico político integrado ao Curso de Serviço Social para Lins e região, deixando reflexos significativos para todo o Brasil, por sua história de compromisso e mudança social. Portanto, a

[...] FSSL começou a fazer parte de ajudar na organização dos trabalhadores, de trazer para encontro de finais de semana, de discutir junto, de sistematizar estas experiências. Essa é a grande mudança da FSSL, a de deslocar da instituição para o movimento social (Beozzo. Depoimento em 09/02/2015).

Essa experiência local contribui muito com o processo que o Serviço Social vinha experienciando naquele momento histórico. Segundo Beozzo, Kameyama teve papel muito importante para a concretização da proposta da faculdade e a implantação do Projeto de Educação e Organização Popular.

Beozzo conta:

Ela (Kameyama) muda um pouco o Serviço Social no Brasil, a partir da experiência da Faculdade de Serviço Social de Lins. É uma experiência seminal pra muita coisa no Serviço Social. A persistência da prática. A persistência do teor teórico. Ter os objetivos. E que as pessoas mergulhassem na realidade, não ficassem alheios. Se é na organização de domésticas, é com elas que você tem que conversar. Se é com os grupos de união de consciência negra é com eles que você tem que entender o que está acontecendo. Se é com os lavradores, nas diferentes condições, de pequenos proprietários, de expulsos da terra pelas barragens, de boias-frias, de arrendatários, cada um tinha sua especificidade. A Nobuco era muito clara em entender quais eram as questões práticas, mas também teóricas, as suas relações, trabalhar sempre nesse espaço das relações. E a coisa mais ambiciosa, que eu diria, era fazer os diferentes movimentos sociais conversarem entre si. Porque você não pode ter um projeto de sociedade, com cada um sonhando com uma sociedade em função dos problemas do seu grupo. Penso que a política é transcender a particularidade do grupo e alcançar uma reflexão que alcançasse os pontos teóricos e pra sociedade toda e não apenas para aquele grupo, sem perder o vínculo, transcender a limitação do grupo específico. (Depoimento em 09/02/2015)

Foto 10 – Encontro dos Trabalhadores Rurais em Mirandópolis - 1982



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Desse empenho e compromisso social com as classes populares de Lins e região, Nobuco Kameyama, em conjunto com o corpo docente, idealiza e concretiza o Projeto de Educação e Organização Popular (Peop), a partir de 1979. O Peop é a concretização daquilo que Kameyama explicita no texto Metodologia: uma Questão em Questão, que Trata da Relação Teoria e Prática, conforme afirmam Matsuel e Onilda.

Matsuel:

E a Nobuco vai colocando a Faculdade nesse trilho, e, ao mesmo tempo, uma coisa impressionante, que mudou minha concepção de Serviço Social, e que era a marca da Nobuco: ela não fazia teoria sem articular diretamente com uma prática comprometida. Ela traz isso pra gente de uma forma muito forte. Então nasce o Projeto de Educação e Organização Popular – o Peop (Depoimento em 12/12/2014).

Onilda:

Então, um dos primeiros projetos que a Nobuco inicia é exatamente um projeto de extensão, que era o Peop, já trazendo presente duas perspectivas que eu considero importante: o Peop naquele momento já trazia a perspectiva do referencial teórico crítico, da teoria marxista. E também ela criou um grupo de estudos sobre Marxismo, a outro grupo na perspectiva da participação popular e da educação popular. Nobuco cuidou sempre dessa formação pra gente sempre numa linha mais crítica. Então, toda criação do Peop vai ter, não explicitado, mas vai ter uma metodologia a partir da teoria crítica. Não aparece com o nome da teoria crítica, mas se você ler todo o projeto, evidentemente que ele tá pautado numa perspectiva marxiana (Depoimento em 16/12/2014).

O Peop tinha os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: capacitar o pessoal docente e os alunos, desenvolvendo metodologia própria de atuação, que facilite a população dos bairros periféricos, conhecer criticamente sua realidade, criando formas de organização para a ação transformadora. Para atingir este objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: conhecer e interpretar a problemática regional e local; capacitar a população para o conhecimento crítico da realidade; criar condições de organização e participação popular; capacitar pessoal: professores e alunos, para intervenção transformadora em comunidade, criando nova metodologia (Relatório do Peop 01, agosto de 1979 a julho de 1981).

Foram criados os seguintes grupos: Grupo de Boias-Frias, Grupo das Lavadeiras, Grupo de Empregadas Domésticas, Grupo de Mães da Creche de São Benedito, Grupo de Mães Pró-Creche da Vila Parque das Américas. Atuamos como estagiária no Grupo de Trabalhadores Rurais – Boias-Frias¹³², constituído de aproximadamente 40 membros, que se reuniam quinzenalmente para discutir problemas relacionados à categoria e para os encaminhamentos de luta.

Do período em que fomos alunos da FSSL, e estagiária do Peop, no Grupo de Boias-frias, pudemos acompanhar as seguintes lutas, mais significativas desse grupo:

- promoção conjunta, com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, de um Encontro de Trabalhadores (com aproximadamente 800 participantes) para reivindicar atendimento médico para a categoria, pela Santa Casa, por meio

¹³² “É o trabalhador que, expulso do campo, vai constituir uma massa de trabalhadores temporários (volantes) residindo nas periferias urbanas. Migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo das diversas culturas. São agricultores em diversas lavouras, mas não possuem suas próprias terras. Podem ser considerados proletários rurais” (RAMOS, 1986, p. 25).

do reestabelecimento do convênio entre o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e a Santa Casa, o que foi efetivado;

- encaminhamento de luta por melhores condições de transporte. Essa luta envolveu três etapas, a saber: a) levantamento fotográfico dos veículos de transporte dos trabalhadores nos pontos principais de saída; b) reuniões com o grupo e o sindicato para encaminhamento da luta; c) encontro dos trabalhadores rurais para o encaminhamento de abaixo-assinados e formação de uma Comissão de Transporte que passou a fazer vigilância permanente das condições de transporte.

Foto 11 - Encontro dos Trabalhadores Rurais em Andradina - 1983



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Matsuel narra algumas atividades desenvolvidas pelo Peop, mas, sobretudo, da luta por melhores condições de transporte.

A gente conseguiu articular esses vários Movimentos. Nós fazíamos Encontros na própria Faculdade, com esses grupos de mulheres, negros, trabalhadores rurais volantes boias-frias. Descobrimos coisas terríveis na região, por exemplo, toda luta que fizemos contra o transporte precarizado. Que não era nem precarizado, era transporte que na verdade era usado para levar animais e levava trabalhadores. Os trabalhadores eram levados em gaiolas de transporte de gados. Tratores que transportavam porcos. Havia muitos acidentes na região com tratores, porque estas caçambas estes puxados de tratores, sem nenhum tipo de conforto ou segurança. Aonde iam os trabalhadores, iam junto seus apetrechos de trabalho: faca,

foice, facões, rastelos, ancinhos. Então, quando tinha um acidente, se misturava todo esse material. Não tinha segurança nenhuma [...] (Depoimento em 16/12/2014).

Foto 12 – Convite do Encontro de Trabalhadores



Fonte: Extraída do Relatório de Estágio da autora (Relatório de Estágio – Primeiro Semestre de 1982)

A Partir do trabalho desenvolvido no Grupo de Boias-Frias, um conjunto de 12 trabalhadores decidiu compor um Grupo de Compra Comunitária. A iniciativa surgiu pela preocupação de alguns membros com o alto preço dos alimentos e a inflação (a acumulada do ano de 1982 foi de 99,71%). A viabilização da proposta era bem simples: fazia-se um levantamento de preços e, para obter alguma vantagem, era preciso comprar quantidade maior. Fazia-se uma lista de produtos (foram priorizados arroz, feijão, óleo, açúcar); entregava-se o dinheiro a um encarregado pela aquisição; o responsável fazia as compras e depois repartia os produtos, de acordo com o pedido de cada um.

Tudo muito simples, sem complicação, com base na confiança entre os participantes. Essa atividade foi importante para fortalecer a ação do Grupo de Boias-Frias, pois os preparava para assumir responsabilidades na caminhada de lutas, além de permitir o conhecimento aprofundado acerca do funcionamento do

sistema de exploração capitalista, e, concretamente, trazia um resultado satisfatório de enfrentamento da inflação.

Figura 13 - Reunião da Compra Comunitária



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Além dos encontros com o Grupo de Boias-Frias, também havia reuniões quinzenalmente com o Grupo de Compra Comunitárias e visitas domiciliares para conhecer melhor a realidade dos trabalhadores e estimular a participação. As narrativas que Matsuel e Milton trazem evidenciam que o Peop abarcava uma articulação importante com os trabalhadores, num momento em que não havia outros espaços estruturados em Lins e região.

Matsuel:

Fizemos peça de teatro escrita pelos trabalhadores. Eu me lembro da peça do cotidiano das empregadas doméstica, escrita por uma empregada doméstica, negra a Josefa, semianalfabeta, escreveu uma peça de teatro, dirigiu e trabalhou na peça. Esta peça foi apresentada para os alunos da Faculdade, apresentada na região para as empregadas domésticas. Isso mexia com a vida de todo mundo, mexia com a forma da gente ver o mundo. E essa riqueza toda! E a presença da Nobuco estava sempre ali, discutindo, cutucando e por muitas vezes não aparecendo. A Nobuco colocava a gente no fogo, vamos dizer assim e a gente aprendia. Era um laboratório, ao mesmo tempo em que era vida, era experiência, era política. Isso tudo com muito respeito aos trabalhadores (Depoimento em 16/12/2014).

Foto 14 – Apresentação do Teatro do Grupo de Empregadas Domésticas



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Milton, em depoimento, explica:

O Peop proporcionou, num momento em que não tínhamos outras possibilidades, como partido, centrais sindicais, outros movimentos sociais estruturados, a articulação era feita dentro da própria Faculdade de Serviço Social. Isso foi muito importante! (Depoimento em 16/12/2014).

Foto 15 – Reunião com Trabalhadores Rurais em 1982



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Foto 16 – Encontro de Mulheres na FSSL em 1982



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Na FSSL, as reuniões periódicas entre os professores e alunos envolvidos no Peop serviam para planejar e avaliar as ações. Bimensalmente (em 1982 e 1983, havia sete professores e 16 alunos de 3º e 4º anos), havia troca de experiência, reflexão e decisão sobre o direcionamento das ações, visando ao compartilhamento e alinhamento dos propósitos.

Foto 17 – Reunião de planejamento - Peop



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

O Peop também proporcionava cursos de aprofundamento sobre organização popular, bem como viabilizava, aos membros da equipe, a participação em encontros e seminários relacionados aos movimentos populares.

Milton ressalta a contribuição do Peop à gestão de Kameyama na FSSL, destacando, sobretudo, o tempo de dedicação dos professores e a inserção na prática, o que se refletia na qualidade da formação dos alunos.

A Faculdade tinha o Peop, que possibilitava uma coisa muito inteligente, porque a estrutura da Faculdade não permitia professores de tempo integral ou parcial, pois o que se arrecadava dos alunos da Faculdade não permitia pagar professores em tempo integral ou parcial. Então, aí, a Nobuco foi fantástica! Porque ela consegue com os esforços dela, pelo conhecimento que tinha na Europa, contatos, etc. e ajudada por este grupo de professores a articular o Peop. [...] com os recursos vindos do exterior, da Miserior [...] o Peop vai possibilitar que alguns desses professores passassem a ter uma dedicação pelo menos de tempo parcial, alguns inclusive de tempo integral pra Faculdade. Dar aula, fazer as reflexões, etc., mas articular com os trabalhos sociais, a partir de grupos como os de lavadeiras, dos trabalhadores rurais boias-frias e outros que existiram articulados com o Peop [...] foi se tornando relativamente tranquilo naquela conjuntura, a partir da própria Faculdade intensificar o trabalho social em Lins e na região. Se estrutura a Faculdade de Serviço Social, com condições de trabalho social com condições de trabalho para seus professores, tanto para a docência quanto para o aspecto militante (Depoimento em 16/12/2016).

Essa possibilidade de ter um contrato com a faculdade não só como horista, modalidade de contrato que permanece até hoje nas universidades privadas, é que motivou Israild a deixar seu emprego como assistente social e se dedicar inteiramente à FSSL.

[...] eu ainda trabalhava na Secretaria de Estado de Promoção Social, em Araçatuba, como assistente social, mas o processo de transição foi se consolidando e no final de 1979 nós professores assumimos inteiramente a faculdade. Aí eu fui convidada a participar em tempo integral. Então eu deixei o meu emprego e fui para a faculdade. Nobuco assumiu a direção e eu assumi a chefia do Departamento de Serviço Social e a coordenação dos estágios. Daí eu comecei a dar aula de Serviço Social de Grupo e a Nobuco me orientava como ela orientava a maioria dos professores, principalmente os professores das disciplinas específicas de Serviço Social, por que nós estávamos num momento em termos de Serviço Social de mudanças muito forte: vamos lembrar que em 79 foi o Congresso da Virada. Nós tínhamos um posicionamento ideológico diferenciado da postura anterior, mas nós não tínhamos um preparo teórico metodológico para a formação dos alunos, nesta nova perspectiva. Essa era a maior dificuldade... era mesmo de formação. Aí que Lins para nós se tornou um centro de formação a partir da Nobuco e do José Oscar. A Nobuco voltada mais para o Serviço Social e o José Oscar para a sociedade, pois José Oscar é sociólogo. Eu me lembro de um curso de especialização que foi montado pela Nobuco e trouxe professores de fora para formar professores e os supervisores participaram

também, por que Lins tem uma característica e de que os supervisores eram muito próximos da escola, faziam parte integrante das discussões, das decisões. Eles tinham representações no Colegiado da Faculdade, coisa que a gente não vê em outros lugares. Além desse curso de especialização, a gente se reunia para estudar a partir das necessidades sentidas da docência e do Projeto de Educação e Organização Popular que foi também a fonte e a base da renovação da Faculdade por que a gente não queria fazer uma coisa só teórica, sem considerar a realidade, e sem ter uma intervenção. A gente queria ter uma intervenção (Depoimento em 12/12/2014).

Foto 18 – Encontro de Mulheres em Araçatuba - 1982



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

Ressalta-se, da fala de Israild, a participação do supervisor de estágio, que era realmente mais um diferencial da FSSL. O supervisor era tratado como um profissional que colaborava no processo de formação do aluno, portanto, deveria participar das discussões e decisões da faculdade. Como havia muitos alunos dos diversos municípios da região de Lins, era feita uma subdivisão das regiões e em cada sub-região havia um supervisor de referência. E era feito um processo de escolha “entre seus pares”, para ter um representante no colegiado da FSSL.

No colegiado, além de todos os professores, havia, portanto, um representante dos supervisores de estágio, um dos alunos e um dos funcionários. Dessa forma, Kameyama realizava uma gestão democrática e participativa.

Onilda ressalta, entre outros aspectos, a vivência prática daquilo que entende que mais tarde veio a se delimitar como os pressupostos do Projeto Ético do Serviço Social.

Nobuco, como alguém que possibilitava um olhar, ou seja, a possibilidade da gente construir um Serviço Social muito colado, muito ligado às lutas da classe trabalhadora, quer dizer – você estudou em Lins, também viveu isso. Acho que nós todos pudemos, e eu penso que mais do que em outros espaços, lá em Lins a gente teve a oportunidade de poder se comprometer, claramente, decisivamente, com a luta dos trabalhadores e, particularmente, com a luta pela Reforma Agrária, pela participação das mulheres. O meu trabalho no Peop era com as lavadeiras, que naquele tempo em Lins construíram e criaram a Associação das Lavadeiras, onde elas definiram quais seriam os preços que iam cobrar pelo serviço delas, pelo trabalho delas. Quer dizer, eu penso que, nesse sentido, e de pensar um Serviço Social, não a partir simplesmente de uma visão burguesa da profissão. Mas eu penso que nós – e eu digo nós, porque eu tava naquele momento e você também, logo depois – nós pudemos contribuir de fato para a gestação daquilo que a gente cunhou depois, nos anos 80 e início dos anos 90, que a gente veio denominar de projeto ético, político, profissional. Eu penso que nós, antes de pensar os pressupostos do projeto, vivenciamos, colocamos, fizemos ele acontecer na prática concreta, e tudo isso possibilitado pela Nobuco Kameyama (Depoimento em 12/12/2014).

Foto 19 - Festa de Confraternização: grupo de boias-frias, domésticas e mulheres – 1981



Fonte: Acervo fotográfico da UNILINS

No Peop, pôde-se vivenciar o que é o compromisso e respeito pela autonomia popular, pelo ritmo da caminhada do grupo, das pessoas; valorizar a cultura e o saber popular; sobre a importância de planejar e avaliar as ações; a importância de

continuar estudando, visando ao desenvolvimento da competência profissional; adquirimos gosto pelo trabalho em equipe; enfim, pudemos vivenciar o que é o compromisso ético profissional.

7.3 As diversas facetas de sua militância política

Kameyama entende a militância política intrínseca, organicamente, ao fazer o profissional assistente social comprometido com a classe trabalhadora. Isso fica claro na narrativa de Matsuel e na própria explicação de Kameyama.

Matsuel:

Esta articulação do Serviço Social com a política, a Nobuco não deixava de ver. Ela dizia isto: “O engajamento político tem que ser em movimento, tem que ser em partido político. Se isso não for possível, que seja no cotidiano da vida, seja no dia a dia. Mas não é possível viver sem fazer política e sem estar engajado em algum projeto”. Ela tinha muita clareza disso, tanto que ela viveu engajada, ela se engajou aqui, daqui ela vai pro Cajamar, depois se engaja lá no Rio de Janeiro e onde ela estava, era marcante essa dimensão da política que ela colocava (Depoimento em 16/12/2014).

Kameyama (apud SILVA, 1991, p. 406):

Olha, eu nunca fiz muita diferença entre Serviço Social e militância... Sabe, eu acho que, para mim, eu não tenho esse grilo. Nunca tive. Eu tive e acho que, exatamente, porque a gente está muito intergrada profissionalmente e como cidadã. Eu acho que não existe um papel separado de você como cidadã e de você como profissional. Então, esse trabalho que eu faço como uma extensão do meu trabalho profissional [...] Porque eu entendo a profissão como uma dimensão tríplice: 1) você trabalha nas instituições, você é o executor das Políticas Sociais; 2) E ao mesmo tempo que você é executor, e faz a crítica; 3) E cria novas propostas, agora, isso, você tem que fazer com os movimentos sociais. [...] Então, eu não vejo a diferença entre ser executor e ser crítico e ser proponente de novas políticas sociais. [...] Na medida em que nós somos profissionais do social, denunciar esse social! Então é isso, eu não vejo muita diferença.

Embora concordando com Kameyama sobre essa perspectiva do que vem a ser militância e suas diversas facetas e dimensões, optou-se por subdividi-la para melhor compreender as dimensões do seu compromisso. As três dimensões estão tão imbricadas que, em alguns momentos, surgiram dificuldades para fazer a delimitação.

7.3.1 A militância partidária

A primeira aproximação de Kameyama com a questão político-partidária foi com o Movimento Estudantil, que teve início no ano seguinte ao que se formou. Ela já era professora da FSSL, portanto, em 1960.

Ele (Movimento estudantil) existiu quando já estava saindo. [...] a turma que vinha logo depois de mim, era uma turma que começou a militar, eu comecei a me envolver com esses alunos quando eu já era professora. [...] Então, foi nessa época que começa o movimento estudantil, a gente começa a tomar consciência da efervescência dos movimentos populares no Brasil todo. E, inclusive, o Movimento Estudantil era bastante atuante no nível nacional. E era um pessoal que começa a criar a JUC na cidade (apud SILVA, 1991, p. 188).

A JUC era um movimento católico, criado em 1950, como um setor especializado da Ação Católica¹³³, com o objetivo de difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. No início, a JUC voltou-se a dar formação doutrinal aos seus integrantes, de acordo com os valores oficiais da Igreja Católica. Depois, os integrantes passaram a questionar alguns aspectos das ideias dominantes na Igreja Católica, como a passividade política diante da ordem estabelecida e começaram a participar ativamente do Movimento Estudantil, assumindo inclusive a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1938.

No início da década de 1960, a JUC chegou a ter entre 5 mil e 10 mil integrantes, num contexto no qual existiam 95 mil estudantes universitários em todo o País. A aproximação da JUC à tradição marxista fez surgir uma crise com a hierarquia da Igreja¹³⁴. Diante das proibições contidas no documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), muitos jovens universitários deixaram de pertencer à JUC.

Depois disso, um grupo de jovens universitários, dissidente da JUC, de Minas Gerais, liderado por Herbert José de Sousa, fundou um novo movimento - a Ação Popular, em 1962. Com a saída dos integrantes mais à esquerda, que foram para a Ação Popular, a JUC foi gradualmente perdendo força e deixou de existir em 1968.

¹³³ A Ação Católica foi fundada em 1929 pelo papa Pio XI, visando ampliar a influência da Igreja na sociedade, por meio da inclusão de setores específicos de leigos e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. No Brasil, a Ação Católica Brasileira foi fundada em 1935, com o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja: "salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade". Nesta perspectiva, o objetivo da Ação Católica era fazer que cada indivíduo, no ambiente social onde estivesse, pudesse ser um cristão atuante.

¹³⁴ No final de 1961, a CNBB emitiu um documento de orientação às atividades da JUC que tinha os seguintes termos: "1) Não é lícito apontar a cristão o socialismo como solução de problemas econômico-sociais e políticos, nem muito menos apontá-lo como solução única; 2) Não é lícito admitir-se que ao se formular a figura de uma Revolução Brasileira – em assembleias ou círculos de estudos da JUC, se afirme doutrina de violência, como válida e aceitável; 3) Nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacional ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC". A mesma orientação se dava para a participação ativa em partidos políticos.

No seu desenvolvimento, a AP foi se distanciando gradativamente de sua fundamentação religiosa e, através de inúmeras crises internas e de defecções em seus quadros, transitou para o marxismo. [...] por volta dos anos setenta a AP se subdividiu: parte de seus militantes se integrou ao PCdoB e, outra, constituiu a Ação Popular Marxista-Leninista (SILVA, 1991, p. 33).

No período em que trabalhou no IPPH, Kameyama também teve aproximação com a Ação Popular (AP) e o PCdoB, mas nunca se filiou, apenas foi simpatizante.

É. Mesmo assim, na medida em que eu achava que a população podia resolver algum problema organizadamente, começa a encontrar seus impasses, seus limites, na medida que você vê que a maioria dos problemas é decorrente de uma estrutura fundiária e de uma política agrícola, e que essa política agrícola, de certa forma, servia aos interesses dos grandes e médios proprietários. Foi aí que a gente começou a perceber que o problema não se resolve nem com o Desenvolvimento da Comunidade, nem com o Movimento de Educação Popular, mas a solução seria uma solução política, de transformação dessa situação. Então, eu acho que é nessa fase que eu também chego à AP. Mas, mesmo quando eu entro na AP, eu ficava com uma série de questões... Porque a luta do pessoal de Santa Fé, quando eles arrancam capim para resistir [...] eu fiquei imaginando durante muito tempo qual era a saída dos camponeses [...] quando eu perguntava para o pessoal militante da AP, eles diziam: “Que a prática daria resposta”. E eu achava que não ia dar a resposta (apud SILVA, 1991, pp.261 e 262)

Depois que Kameyama saiu do IPPH, foi fazer uma experiência política, ainda como simpatizante do PCdoB, em Osasco/SP, que durou pouco tempo, mas lhe trouxe profundo aprendizado e importantes decisões.

O fator mais importante – eu achava que eu tinha que começar a agir pela minha própria cabeça, de entrar nas coisas sabendo por que eu estava entrando. Esse negócio de centralismo democrático, para mim, não estava pegando muito não. Eu cheguei à conclusão de que eu não iria obedecer cegamente a nenhum Partido, porque eu já tinha perdido muito. Já tinha custado muito caro eu ter seguido essa linha do Partido. Eu achei que o preço que eu tinha pagado não valia a pena entrar numa coisa sem saber no que eu estava entrando (apud SILVA, 1991, p. 263).

Quando chegou da Bélgica, começou a participar do Comitê Bélgica-Brasil, que denunciava as torturas e as prisões no Brasil.

Kameyama (apud SILVA, 1991, p. 260):

[...] esse Comitê tinha um Boletim e, nesse Boletim, saía denúncia da prisão dos brasileiros, de militantes políticos, das torturas, das mortes... E eu ajudava na confecção desse boletim, discussão, recebia notícias ... E a gente começava a se articular com a Anistia Internacional, E, de certa forma, eu comecei a ler, a estudar alguma bibliografia política... Tentar entender um pouco o que tinha acontecido aqui, comecei a retomar os meus estudos. [...] No Comitê

França-Brasil, participavam todos os militantes do PC, do PCdoB, tinha o Peceção... eu acho que a esquerda toda, de certa forma, contribuiu. [...] Foi nessa época, então, que eu comecei a fazer os meus estudos políticos. Comecei a estudar o Manifesto do Partido Comunista, estudar a questão do revisionismo, estudar a questão do “O que fazer”. Também comecei a ler quase todos os jornais do PCdoB [...] como eu era simpatizante, eles me passavam todos os números de A Classe Operária.

Ao retornar ao Brasil, Nobuco volta para Lins e, através da FSSL, retoma suas atividades de apoio para a articulação e mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Estávamos nesse contexto com o governo do último militar deste período – o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) – em que ficou assegurada a continuidade do processo de abertura política. Seu mandato presidencial durou 6 anos e encerrou 21 anos de ditadura militar no Brasil.

A Anistia¹³⁵ foi uma conquista fundamental e, com ela, os presos políticos ganharam liberdade e os exilados puderam retornar ao País. Com o crescimento dos movimentos de oposição à ditadura, o governo Figueiredo avaliou que a manutenção do bipartidarismo ocasionaria um desgaste ainda maior das bases de sustentação política do regime. Portanto, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição legal, contra o partido governista, e a Aliança Nacional Renovadora (Arena), foram extintos. Os políticos governistas criaram o Partido Democrático Social (PDS), enquanto que o MDB se transformou no PMDB. Surgiu também o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os partidos comunistas continuaram na ilegalidade.

A novidade no cenário político-partidário foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Defendendo uma proposta socialista, o PT se originou do novo e combatente movimento sindical do ABC paulista.

O PT tem origens em movimentos populares, movimentos sociais, e movimento sindical. Aparece no bojo do movimento sindical do ABC e no interior das lutas populares. Nasce sustentado por lideranças da Igreja progressista, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral Operária, Comissão Pastoral da

¹³⁵ Em fevereiro de 1978, foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), como resultado da agregação de várias correntes políticas de oposição (liberais e de esquerdas democráticas), de familiares de presos, mortos, desaparecidos e exilados políticos, e também de setores progressistas da Igreja Católica. Em diversos estados brasileiros, surgiram novos comitês e por todo o País a campanha pela anistia obteve expressivo apoio popular.

Terra; por intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura e lutavam pelo socialismo.

Para o Serviço Social, conforme afirma Yazbek, *“[...] o PT naquele momento é uma expressão de consciência política da classe trabalhadora e os assistentes sociais que trabalham com os trabalhadores se colocavam, se aliaram nessas lutas”* (Depoimento em 22/07/2015). É com esse compromisso que Kameyama também vai apoiar a criação do PT, em Lins, *“[...] houve uma decisão dos trabalhadores de que a luta apenas sindical não adiantava, tinha que ter uma luta política. E Nobuco esteve envolvida, assim como todo o nosso grupo, em criar o PT na cidade* (Beozzo, depoimento em 09/02/2015).

Kameyama (*apud* SILVA, 1991, p. 307) explica como se deu sua escolha pelo PT.

[...] a partir de setenta e oito, com a Anistia, quase todos os partidos tornam-se legais. Agora, por que eu não sou mais AP? AP desapareceu. Por que eu não sou do PCdoB? Lógico, eu nunca fui do PCdoB – fui apenas uma simpatizante. Eu também não concordo muito com a linha do PCdoB. Eu acho que existe muito centralismo democrático para o meu gosto. São partidos muito cristalizados [...] Agora, por que eu entro no PT? Não fui eu que resolvi entrar no PT. Todos aqueles com quem eu estava trabalhando, principalmente os camponeses, entraram no PT. E quando eles entraram no PT e me lançaram como candidata a deputada federal, eu tive que me filiar, não é?

Mas Israild explica o que significou esta candidatura para Kameyama:

Eu me lembro o que a Nobuco sofreu quando ela foi indicada, pelos movimentos populares da região de Lins, para ser candidata a deputada... A Nobuco chorava porque ela não queria. A Nobuco, uma pessoa profundamente discreta, imagina a Nobuco no palanque! Ela não conseguia se imaginar numa situação dessa. Mas as pessoas chegaram, as lideranças, os movimentos populares, dos grupos com os quais a gente trabalhava no projeto educação popular lá em Lins... e a Nobuco chorava porque ela não queria, mas ela foi pelo compromisso e pela responsabilidade. É isso que eu me refiro uma pessoa ética (Depoimento em 12/12/2014).

Foto 20 – Foto do material de Campanha para Deputada Estadual



Fonte: Acervo pessoal do Professor Matsuel Martins da Silva

Kameyama fez campanha com poucos recursos e contou com as articulações e mobilizações dos movimentos populares da região. Matsuel e sua esposa coordenaram sua campanha. Matsuel conta um pouco de como foi esse processo.

Eu a Tida (Maria Aparecida Trazzi Vernucci¹³⁶) que coordenamos a Campanha de Nobuco para Deputada Estadual pelo PT. [...] Foi uma campanha muito, muito interessante! Eu me lembro em Andradina que fizemos reuniões de mil, mil de duzentos trabalhadores no Instituto IAJES. Nós víamos as pessoas muito receptivas a Nobuco. Lembro que tivemos o apoio de Dom Paulo Koop, bispo da Diocese de Lins. Ele não era de pedir voto, mas dava espaço para ela entrar em todas as Paróquias (Depoimento em 16/12/2014).

Kameyama não obteve a quantidade de votos para se eleger, mas foi muito positivo o saldo em termos de processo de conscientização dos movimentos sociais.

¹³⁶ Maria Aparecida Trazzi Vernucci foi aluna da FSSL, estagiária do PEOP e orientanda de Kameyama, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre O Grupo de Trabalhadores Rurais Volantes de Lins: Histórico e Lutas.

A surpresa de Kameyama foram os votos recebidos nos municípios em que não fez campanha e nem tinha o PT formado.

Quando eu me candidatei para deputada estadual, os PTs organizados na região era: Lins, Birigui, Araçatuba, Mirandópolis e Andradina. Eu tive voto da região inteira... pingado, assim... Tive noventa e quatro votos em Santópolis do Aguapeí, que nem PT tinha. Impressionante! [...] é uma cidadezinha que eu acho que eu passei uma vez, eu tive 3,5% dos votos da população [...] Aqueles alunos que passaram pelo CTA votaram na gente. Então, eu achei muito interessante. Eu acho que realmente ficou alguma coisa. Então foi isso. (KAMEYAMA, *apud* SILVA, 1991, p. 308)

Havia um reconhecimento dos seus pares sobre sua militância política partidária, conforme Yazbek conta:

Ela tinha uma militância forte partidária. Eu não cruzei pessoalmente com ela, mas estávamos nas mesmas frentes por que ela é uma das fundadoras do PT (em Lins). [...] Era muito coerente com a trajetória até então o envolvimento dela com os trabalhadores, sobretudo os trabalhadores do campo, os trabalhadores mais oprimidos (Depoimento em 22/07/2015).

Anos mais tarde, Kameyama é convidada para assumir a direção do Instituto Cajamar, que foi criado na década de 1980 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), numa parceria com entidades internacionais. O Instituto Cajamar foi, na época, importante centro de formação e capacitação política das principais lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais da esquerda brasileira. Conforme relata Beozzo:

Há um reconhecimento da competência teórica, do trabalho de organização, desses projetos todos, Aí ela é convidada para assumir o Instituto Cajamar. Eu fui pro conselho do instituto e ela foi pra direção do instituto. [...] Então ela deixa a Faculdade de Lins para assumir o Cajamar (Depoimento em 09/02/2015).

7.3.2 A militância profissional

O Serviço Social, criado no Brasil, foi regulamentado pela Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, e regulamentado pelo Decreto 994, de 15 de maio de 1962. Esse decreto determinou a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.

Essas organizações, que são órgãos estatais, nascem sob a égide da concepção conservadora que caracterizou suas primeiras décadas de existência. Essa concepção conservadora da profissão também constava nos Códigos de Ética

de 1965 e 1975: "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975" (BARROCO, 2001, p. 95).

Com o Movimento de Reconceituação, um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social é assumido a partir do III CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979 e conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada "pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CFESS, 1996, p. 2).

Sintonizada com as lutas pela redemocratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional. Desde então, as gestões que assumiram o Conselho Federal de Serviço Social imprimiram nova direção política às entidades, por meio de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais (Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>).

O mesmo processo ocorreu com a Abepss, criada em 1946 como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess), uma década após a instalação da primeira Escola de Serviço Social na PUC-SP. Um marco na história da entidade foi a XXI Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, realizada em 1979, em Natal/RN, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Com a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss), na década de 80, veio a perspectiva de atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos programas de pós-graduação, a partir de 1972.

A militância acadêmica inclui suas contribuições e participações nas atividades do conjunto Cfess/Cress e Abepss, nos diversos níveis de contribuições, seja como consultora, membro da diretoria, reuniões com diversas pautas ou para somar esforços diante de diversos enfrentamentos da categoria. Nesse contexto, Kameyama vai se inserir e contribuir de forma marcante no processo, como se verifica nos depoimentos a seguir.

Israild:

Nobuco, desde o princípio, desde que assumiu a direção, em 78, ela foi em todas as reuniões da Abpess e teve uma participação muito significativa. E eu me lembro dos relatos dela quando voltava entusiasmadíssima para contar dos embates políticos que havia. E ela dava o seguinte depoimento: que embora o grupo progressista, vamos dizer assim, na verdade, era um grupo de esquerda, era em menor número mas era melhor na argumentação. Então, eles conseguiam ganhar posições na discussão dos currículos por conta dessa melhor argumentação. Ela sempre se referia a Nadir Kfoury como referência central a dar apoio e possibilidade desse grupo avançar, a dar legitimidade a esse grupo. E a Nobuco, por ela ter uma formação sólida na perspectiva marxiana, tinha uma contribuição muito grande a dar. Naquela época, havia poucos doutores (em Serviço Social) no Brasil e só havia doutorado na PUC de São Paulo. E não havia doutores formados, que fizeram curso de doutorado. Eram doutores que receberam o título por merecimento e pela obra, até para poder começar o curso de doutorado. Então, a Nobuco era a única assistente social que cursou mestrado e doutorado. E isso permitia a ela colaborar muito nas discussões, nas definições, na proposta curricular. [...] A Nobuco foi cogitada mais de uma vez para assumir a presidência da Abess, na época Abess. Mas era uma dificuldade, porque quem assumisse a presidência, a sua Faculdade seria a sede da Abess. Então, tinha que disponibilizar os serviços de secretaria, principalmente, e não tínhamos condições. Tudo lá em Lins era muito regrado. A gente não podia dispor, porque não tinha funcionário suficiente e ela não pôde aceitar (Depoimento em 12/12/2014).

Myrian:

A Nobuco foi uma militante do Serviço Social. Ela dedicou a vida dela para o Serviço Social, aos estudos. Ela chegou até o pico de possibilidade dentro do Serviço Social. No período quase todo em que a Nobuco se dedicou ao Serviço Social, ela fez parte dos Congressos de Assistentes Sociais. Fez a abertura de muitos congressos e encontros. Então, ela, além de ser uma pessoa estudiosa e consistente, tinha esta consistência reconhecida pela categoria. Nobuco aprofundou uma série de estudos dentro do Serviço Social e ela foi além, ela coordenou Cajamar, ela teve todo aquele trabalho político-partidário. Ela foi uma pessoa que se dedicou a uma causa, fazendo dois caminhos: o da docência e o da política. Essa é a grande qualidade da Nobuco. A vida dela ela se dedicou a isso. Quando a gente pensa na Nobuco, a gente lembra dela fazendo isso... ela se expressou nessas duas frentes, e conseguiu criar coisas novas dentro disso (Depoimento em 10/12/2015).

Beozzo:

A Nobuco se envolveu muito com a Abess, com os Congressos de Assistentes Sociais. Ela levava a sério isso. Ela deu sua contribuição de que a área de Serviço Social se organizasse não apenas corporativamente, mas para dar uma contribuição, repensar a função. E ela batalhou por isso em nível nacional (Depoimento em 09/02/2015).

Yazbek:

Então, quando eu conheci Nobuco, eu era professora ainda da graduação. Eu dirigia a graduação aqui na PUC e eu tive o privilégio de dirigir a faculdade num momento em que se implantavam as diretrizes de 1982, aquelas que precedem as atuais e que, na verdade, dão a grande virada para a profissão. Então, era o momento de grandes debates sobre a formação, sobre a importância da pesquisa. A Nobuco [...] no processo que a Abepss conduzia, era uma figura importante na valorização da pesquisa. Me lembro da Nobuco defendendo a pesquisa, valorizando a pesquisa, recolhendo o material dos pesquisadores do Serviço Social. Era um momento importante de grande inovação. [...] E os professores da PUC se

propõem a criar uma proposta de currículo a partir de 82 eu, então, nesse momento, algumas vezes, conversávamos com a Nobuco, fizemos seminários sempre pedindo a ela, requerendo dela a visão de pesquisa no currículo de formação de assistentes sociais (Depoimento em 22/07/2015).

Iamamoto:

[...] quando a pós-graduação começa a se afirmar, criar o doutorado nos anos 80; a Abess cria o Cedessps - Centro de Documentação em Serviço Social e Política Social, cuja diretoria eu, Nobuco e Zé Paulo (José Paulo Netto), estivemos na primeira diretoria. Isso era um momento inspirado no Celats-Alaets¹³⁷, num momento em que a pós-graduação em doutorado começava a se instituir no Brasil – primeiro doutorado em Serviço Social foi na PUC São Paulo. Aí a Abess começa a pensar em ter a pesquisa em sua estrutura que até então era uma estrutura de graduação (Depoimento em 29/10/2015).

Kameyama entendia a articulação do conjunto Cfess/Cress com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e o Movimento Estudantil, como fundamental para que todo esse processo se concretizasse. Da mesma forma como hoje entendemos e defendemos essa articulação como fundante para a manutenção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, tais organizações materializam uma ação política que é um dos fatores que garante a manutenção da direção social desse projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana.

Iamamoto:

A categoria do Serviço Social foi sensibilizada e ouviu os clamores das lutas sociais do processo de democratização e manteve atenta, presente e organizada até hoje, mesmo na contra corrente neoliberal. Acho que é uma das categorias mais organizadas politicamente e viva com o Cfess e a Abepss, enquanto muitas outras se dispersaram em suas formas organizativas (Depoimento em 29/10/2015).

¹³⁷A Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets)), fundada em 1965, como objetivo de promover a aproximação entre as escolas, associações, estudantes e professores do Serviço Social na América Latina para estabelecer ligações, de integração e cooperação em aspectos básicos de formação teórica e prática. Com o desenvolvimento do seu trabalho, a Alaets levantou a necessidade de ter um braço acadêmico e cria o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) em 1975. Sua base era em Lima, Peru, e a sua ação projetada a 21 países na América Latina. É amplamente reconhecido o importante papel da entidade latino-americana no fortalecimento teórico-metodológico e prático da profissão. Seu momento áureo foi sem dúvida o que se tornou conhecido, nos anos 70, como Movimento de Reconceituação, pelo debate que promoveu, bem como sua produção teórica que constituiu importante contribuição à busca de ruptura com o conservadorismo (KOIKE, 2003).

7.3.3 A militância acadêmica

A militância de Kameyama em âmbito acadêmico já se manifestava desde a sua inserção como estudante de graduação em Serviço Social. Da mesma forma, sua postura crítica, propositiva e comprometida já se delineava quando ingressa como docente na faculdade onde se formou. O seu retorno para a FSSL e a forma como adensou a luta que o grupo de professores estava travando antes do seu retorno para o Brasil, explicita sua militância acadêmica.

Portanto, este item completa a reflexão sobre quando Kameyama veio a compor o quadro docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Kameyama (1998, p. 34) afirma que, historicamente “[...] a formação dos assistentes sociais como profissionais, dado o seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento”. A partir da década de 70, foram criados os cursos de pós-graduação em Serviço Social.

De fato, os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimentos, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizada individualmente, e também na medida em que o ensino na pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos para docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa.

Desde a implantação da pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, foram criados o CNPq¹³⁸ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹³⁹ para atuar nos programas de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado. Esses órgãos de fomento e apoio à pós-graduação *stricto sensu* e à pesquisa, inclui recursos para as atividades dos referidos programas, com disponibilização de bolsas de estudo aos seus alunos.

¹³⁸ O CNPq foi criado pela Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951, com o objetivo tanto de promover quanto estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, e contribuir para o desenvolvimento científico do País, através por meio do estímulo à realização de pesquisas científicas, formando pesquisadores, cooperando com as universidades no desenvolvimento da pesquisa (BRASIL, 1974).

¹³⁹ A Capes foi criada pelo Decreto 29.741, de 11 de julho de 1951, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do País, bem como oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos (BRASIL, 1974).

Embora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ tenha sido criado em 1951, somente nos anos 60 e, sobretudo, em 1968, com o desenvolvimento das pós-graduações na área de Ciências Sociais, é que esta se torna presente nesta área. Antes, o CNPQ não apoiava as Ciências Sociais porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tinha um perfil mais docente, desempenhava este papel (KAMEYAMA, 1998, p. 35).

Em âmbito estadual, as agências de fomento são criadas especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, nos anos imediatamente posteriores, quando foram refeitas as Constituições Estaduais.

Embora as PUCs de São Paulo e Rio de Janeiro, como pioneiras no Brasil, criaram os cursos de mestrado em Serviço Social, em 1972, e a PUC-SP, em 1981, criou o primeiro curso de doutorado no Brasil, pioneiro na América Latina, o Serviço Social vai começar a compor as disciplinas apoiadas pelo CNPq somente a partir de 1984. Passa a compor a área de conhecimento Humanidades, que inclui Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes. Na Capes, o Serviço Social integra, com as áreas de Direito, Comunicação, Economia, Administração, Arquitetura, Demografia e Economia Doméstica, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas (KAMEYAMA, 1998).

Somado a isso, em 1987 é criado o Cedepps, como órgão acadêmico da então Abess, o que faz a pesquisa adquirir centralidade na formação acadêmica, tendo como espaço privilegiado os programas de pós-graduação. Em todo esse processo ocorreu a participação de Kameyama, como atestam os depoimentos a seguir.

Yazbek:

[...] com o avanço da pesquisa, hoje o serviço social é reconhecido pelas agências de pesquisas. Nós somos capazes de produzir conhecimentos qualificados, temos parceiros e somos parceiros interlocutores no campo das Ciências Sociais. Sem dúvida, a Nobuco abriu um caminho. Me lembro também os contatos com as agências, com a Capes, para conseguir o reconhecimento da área como área de conhecimento [...]. (grifos nossos). (Depoimento em 22/07/2015).

Iamamoto:

Exatamente, a Nobuco vai entrar nesse veio, é o que demarca sua presença acadêmica, no ensino, na pesquisa, no desbravamento de novas possibilidades pro Serviço Social junto aos órgãos de fomento – Capes, CNPq, que ela tem uma participação absolutamente importante e na consolidação da pós-graduação, na avaliação da pós-graduação, na avaliação do ensino de graduação. Então, o perfil político da Nobuco, depois que ela ingressa na Universidade Pública, ela mantém sua militância vinculada a uma feição acadêmica dessa militância, no sentido da consolidação acadêmica da área do Serviço Social como uma área de conhecimento científico. [...] Ela foi representante de área na Capes, ela foi

representante de área no CNPq. [...] Ela teve uma participação enorme na avaliação dos cursos de pós-graduação e graduação, na firmação da área de graduação e pós-graduação e orientadora de mestrado e doutorado. (grifos nossos). (Depoimento em 29/10/2015).

Kameyama passa a integrar o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, num contexto em que a sociedade e a PUC estão passando por diversas mudanças, vinculadas às transformações já apresentadas no capítulo 5, e estava aberta para o novo. Yazbek recupera esse contexto e situa a entrada de Kameyama.

Tratava-se então de um momento que eu posso avaliar sobre dois ângulos: do lado da profissão e do lado da sociedade brasileira. Nós estamos no momento da abertura política, de luta política. Não é por acaso que surge um partido como o PT, no ABC. Surge a partir dos movimentos populares e das lutas populares, de greves. Naquele momento histórico, o nosso dom Paulo Evaristo Arns era o responsável pela PUC. Dom Paulo foi um cidadão, um homem, um bispo profundamente vinculado com as lutas populares. Em (19)79 teve a invasão da PUC pelos militares. Ele pressiona a universidade para sair e ir ao encontro do povo. Dizia que a universidade não é uma instituição para ficar fechada em quatro portas e quatro paredes. E nós criamos vários projetos do Serviço Social, todos nas periferias. Por exemplo, eu me envolvi com projetos de trabalho comunitário em Embu-Guaçu, com mulheres, mães, sobre questões da família [...] interferimos e acabamos criando uma creche lá. A Raquel saiu em movimentos de regularização de loteamento clandestino [...] Nós fizemos muitos trabalhos enquanto PUC, apoiadas e incentivadas por dom Paulo. E, nesse contexto, o Serviço Social colocava um desafio de aproximação mais efetiva, mais concreta com as lutas dos movimentos sociais. Veja, era o projeto de Nobuco. Claro, ela vinha por lá, vinha pelo interior, com trabalhadores pobres, camponeses, pelas domésticas. E a gente, por aqui pelas cidades, periferias de São Paulo, nas lutas dos trabalhadores sem-terra, na cidade, que lutava por seus loteamentos. Então, isso vai empurrando a profissão para se colocar politicamente diante da realidade (Depoimento em 22/07/2015).

Myrian contextualiza a chegada de Kameyama, que se deu no período em que ela estava na coordenação do Programa de Pós-Graduação.

Foi nesse tempo que eu estive na coordenação que a Nobuco foi convidada e apresentou seu material, para ser professora do programa. Nesse período foi bastante interessante. Estávamos fazendo a reconceitualização da reconceitualização, ou seja, a reconceitualização que tinha iniciado nos anos 60, 70, ela estava sendo repensada [...] porque existia uma vontade de mudar o modelo, não se tinha clareza do modelo. Eu me lembro que naquela época surgiu um curso sobre fenomenologia e nove dos professores do Programa foram fazer, incluindo eu. [...] Porque estávamos um pouco perdidas em relação a linha teórica a ser assumida, porque se tinha tido um tipo de formação e esta formação estava sendo questionada [...] O grupo estava em busca de um referencial teórico a ser seguido [...] era uma época de busca e a vinda da Nobuco estimulou muito esta discussão. Nessa mesma época José Paulo Netto, que estava recém-chegado de seu exílio político em Portugal, [...] que trouxe uma contribuição bem importante do método em Marx. Portanto, Nobuco e Netto chegam ao Programa na época em que eu era coordenadora. Nobuco e Netto tinham um diálogo intelectual bem grande [...] Nobuco entra num período bem interessante na PUC, que nos

trouxe um entusiasmo pelo encontro de uma metodologia. [...] (Depoimento em 22/07/2015).

Portanto, Kameyama já vinha para São Paulo devido à sua militância profissional e, depois, ingressa como professora na pós-graduação da PUC, em 1982, mas ainda mantém seu vínculo com a FSSL. Muda-se para São Paulo e se desliga da FSSL, apenas quando assume a direção do Instituto Cajamar, em 1985.

Yazbek:

[...] Depois, eu me aproximei mais dela, por que em (19)84 eu vim para a pós-graduação e, portanto, passei a ser diretamente ligada a ela no quadro de professores, que, por tradição, se reúnem quinzenalmente, ou, às vezes, até semanalmente, todas as segundas-feiras. Então, aí eu fui conhecendo melhor a Nobuco. Ela logo se envolve com atividades ligadas à pesquisa, um seminário, cujo ano certinho eu não me lembro, mas que nós fizemos aqui (na PUC) sobre a discussão da metodologia do Serviço Social. Importantíssimo! Ela se envolve como docente, como pesquisadora. Então, a partir daí, ela foi uma presença bastante importante, do ponto de vista acadêmico do programa (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC). Porque a Nobuco era uma pessoa silenciosa, retraída, e não era daquelas que mais falava numa reunião, ela sempre foi uma pessoa mais discreta. Mas, ao mesmo tempo, sempre teve uma direção muito clara no seu pensamento. Sabia o que ia sugerir e como sugerir. E foram anos de muito bom convívio com ela. Ela nunca foi uma pessoa só da Universidade, nunca foi. É claro que há momento de sua vida que você elege seu campo de trabalho principal (Depoimento em 22/07/2015).

Na PUC-SP, Kameyama ministrou a disciplina de Política Social. Com a professora Maria Lucia de Carvalho da Silva, criou, em 1987, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos); e ministrou curso, na modalidade de Atividade Programada (AP), sobre Análise de Conjuntura. Kameyama era muito requisitada por diversos grupos de profissionais assistentes sociais, docentes e trabalhadores vinculados aos movimentos sociais, para contribuir com o processo de análise de conjunto, como conteúdo e metodologia. Certamente, ela faz muita falta no atual contexto, como registra Yazbek.

Agora, gostaria muito que ela estivesse aqui. Ela tinha uma capacidade de captar, de se mover com a realidade. [...] ela tinha essa qualidade, fazia uma boa análise conjuntural. Discutir a realidade e a conjuntura e ela ganhou muitas experiências na luta no Cajamar; nas lutas do partido, ela foi candidata, então, esse processo também nos mantém muito ligados com o movimento real, que é rapidíssimo... É... ela não está mais entre nós, mas deixou seu legado (Depoimento em 22/07/2015).

Em 1987, Kameyama ingressa, por concurso público, na Universidade Federal Fluminense, e vai para Niterói/RJ. Depois, é convidada a compor a pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme depoimento de Yamamoto.

Tive uma aproximação maior com Nobuco, quando eu, o professor Zé Paulo e a professora Nobuco, fomos convidados pela UFRJ – universidade Federal do Rio de Janeiro, pra virmos trabalhar aqui. A Nobuco, nessa época, já tinha, antes, na UFF – Universidade Federal Fluminense [...] O projeto era de consolidar a pós-graduação nessa universidade pública, especialmente a criação de doutorado em Serviço Social. [...] A UFRJ deve muito a Nobuco, na sua consolidação acadêmica (Depoimento em 29/10/2015).

O Serviço Social, no contexto da ida de Kameyama para a UFRJ, já é outro. Iamamoto afirma que o Serviço Social estava mais robusto e foi possível avançar, ao que denomina de cidadania acadêmica.

É nesse momento que a Nobuco vem para o Rio de Janeiro e ingressa neste campo mais propriamente acadêmico, já com um Serviço Social mais robusto na sua organização, no seu movimento enquanto categoria e uma categoria muito presente nas respostas e nos desafios conjunturais. [...] É neste contexto de presença política, mas também profissional e acadêmica, é nesse período que o Serviço Social adquire sua cidadania acadêmica. Torna-se reconhecido como uma área de conhecimento acadêmico, com uma produção acadêmica muito fecunda, o mercado editorial atesta isto, e certamente Nobuco é um sujeito ativo de assessoria desse processo de afirmação política e acadêmica do Serviço Social brasileiro (Depoimento em 29/10/2015).

Nesse processo, também fica marcada a participação de Kameyama na internacionalização do curso de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, seja na contribuição da estruturação de curso, no Uruguai, na Colômbia, bem como a estruturação dos intercâmbios entre os alunos de mestrado e doutorado desses países parceiros.

Beozzo:

Ela que foi organizar a pós-graduação do Serviço Social no Uruguai. A Universidade de Montevideu chamou e a Federal do Rio emprestou para que ela pudesse organizar a pós-graduação. Então, ela tem uma relevância latino-americana (Depoimento em 09/02/2015).

Iamamoto:

A Nobuco abriu o intercâmbio internacional na UFRJ. Abriu o Convênio da UFRJ com o Uruguai. Fez intercâmbio com Cali, na Colômbia. A internacionalização do curso de Serviço Social, certamente, teve a contribuição da professora Nobuco (Depoimento em 29/10/2015).

Verifica-se, na trajetória profissional de Kameyama, que nas duas últimas décadas de atuação profissional, houve dedicação concentrada na militância acadêmica, e que foi fundamental para consolidar o Serviço Social como área de conhecimento, de formação em graduação, pós-graduação, e como área de pesquisa e construção de conhecimento. Como analisa Iamamoto, todo seu

potencial de militância se metamorfoseia em militância acadêmica, com a mesma direção política e com “[...] o compromisso com os grandes valores, com os grandes anseios da humanidade” (Depoimento em 29/10/2015).

Iamamoto:

Professora Nobuco é uma militante política, de esquerda, comprometida com a formação profissional, com a formação acadêmica. Com a formação acadêmica, alerta com o tempo presente, com o tempo recente no Brasil. Tem, então, esse legado, da vida e do compromisso político e acadêmico da Nobuco. Foi uma docente totalmente dedicada aos alunos, comprometida com a qualidade da formação acadêmica. Compromisso político com os trabalhadores do campo, com a campanha partidária, que ela nos dizia que saia em caminhões junto aos trabalhadores, que entendia assim o processo de formação política. E esse mesmo compromisso político com os trabalhadores rurais e militância partidária que se metamorfoseia em compromisso acadêmico, mas na mesma direção política, ou seja, da grande política. Não da grande política, nos termos gramsciano. O compromisso com os grandes valores, com os grandes anseios da humanidade. Temos uma geração do Serviço Social que dedicou a vida a isso. A Nobuco é uma dessas pessoas. Não é a única, pois existem muitas pessoas com esse compromisso, que mais e mais a gente descobre. Nobuco teve esse compromisso de um tempo iluminado para todos. Nobuco participou dessa construção que é de largo tempo histórico (Depoimento em 29/10/15).

7.4 História, Memória e Identidade

*[...] Nós pesquisamos o que conhecemos,
para poder conhecer mais,
para melhorar a intervenção
melhorar a prática.
Pois não podemos conhecer
aquilo que desconhecemos inteiramente.
Seríamos incapazes de pesquisar
aquilo que desconhecemos inteiramente.
(Martinelli, em palestra no Colóquio sobre o
Legado de Nobuco Kameyama)*

Ao finalizar este capítulo, a assertiva da professora Martinelli fica muito límpida. Conhecemos e vivenciamos momentos da trajetória profissional de Kameyama, como aluna e estagiária do Peop. Mas, além de conhecer infinitamente muito mais, pudemos também realizar diversas sínteses sobre a história e a identidade do Serviço Social.

Aqui, partimos da perspectiva de identidade como construção social, permanentemente redefinida no contexto social, nas relações sociais. Do mesmo modo que a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, constatamos e experienciamos como é fundante lembrar, para que não se diluam as

identidades e ocorra o desaparecimento de referenciais. Nessa perspectiva, memória e identidade estão indissolivelmente ligadas.

O processo de rememorar a trajetória profissional de Kameyama trouxe a possibilidade de relemburar momentos da nossa trajetória pessoal e especialmente das pessoas que participaram da pesquisa, no que se refere à trajetória profissional e de vida dos envolvidos, da trajetória histórica do Serviço Social e de seus diversos desafios.

Rememorar nossa trajetória intercruzada com a de Kameyama, certamente, nos fez incorporar vivências, saberes, sentimentos e sensações, que, olhados a partir do presente, dinâmico, complexo, lançou luz ao passado e certamente nos deixou mais aptos para agir no presente e futuro. A narrativa de Onilda ilustra muito bem esse processo.

Eu diria que eu me segurei bastante pra não chorar, acho que..... é..... trazer à memória..... esse momento histórico da minha vida e... a memória da Nobuco (pausa) me fez, (pausa) me fez é... pensar no compromisso (pausa) que eu e muitos de nós temos (pausa). E aí, à luz do Beijamin, que você me apresentou, que eu não conhecia, a responsabilidade de a gente trazer à memória, reavivar a memória da Nobuco, como.... um legado importante na formação de tantos profissionais.... por esse Brasil afora, né? E que.... quando a gente discute o projeto, os processos de reconceitualização (pausa), a gente se fixa nos textos é... dos... dos companheiros, dos intelectuais que, que estão aí, e são mais contemporâneos, mas é.... (choro). Eu penso que trazer a memória da Nobuco, a gente também traz presente a luta (choro) de tantos profissionais que ficaram invisibilizados nesse processo, né? Eu acho que, pra mim, é.... (pausa) trazer a Nobuco à cena, é trazer (choro) centenas de assistentes sociais (choro) que fizeram parte desse, desse momento histórico (choro). E como não são intelectuais, não, não escreveram nada disso, eles desaparecem, né. Então eu (choro) quero agradecer (choro), eu me senti honrada (pausa) e muito alegre, embora eu esteja chorando, muito alegre de poder participar, desse (choro), desse processo muito lindo que você tá proporcionando, tá trazendo. Muito obrigada! (Depoimento em 12/12/2014).

Essa narrativa explicita o princípio beijaminiano da rememoração. Estando Onilda com os pés fincados no seu presente, em seus desafios cotidianos do presente complexo, no exercício da docência e na coordenação do trabalho de extensão¹⁴⁰, ao rememorar a trajetória de Nobuco e a sua trajetória entrelaçada à

¹⁴⁰ “Atualmente, sou docente desta Universidade (Unesp de Franca) e ministro a disciplina Serviço Social - a Realidade Nacional e Regional. E eu tenho trabalho com dois grupos de extensão. Um deles a gente faz um trabalho com os assentamentos aqui na região. Trabalhamos com Movimento Sem-Terra, E o outro é um grupo de estudo de Extensão com mulheres das organizações populares, então, é um grupo é que se chama Margarida Alves. O que trabalhamos com a questão agrária é o Núcleo Agrário Terra e Raiz (Natar) e o Margarida Alves a gente trabalha com a questão das mulheres, as questões de gênero, enfim. Então esse é o meu, a minha inserção, aqui nessa Universidade” (Depoimento de Onilda em sua apresentação).

dela, num dado contexto histórico, certamente conseguiu respostas e estímulos para continuar na luta do presente e do porvir.

Recuperar a trajetória de Kameyama por meio da memória dos participantes da pesquisa foi adentrar também em muitos momentos na trajetória dessas pessoas. Essa tessitura é que demonstraremos neste item, começando por trazer a pessoa de Kameyama, delineado pelos participantes da pesquisa, que marca sua identidade pessoal e a profissional, como uma construção social, permanentemente redefinida nas relações sociais.

7.4.1 A pessoa Nobuco Kameyama

Kameyama é identificada como alguém comprometida, exigente, presente, confiável, consistente, afetuosa, divertida e que viveu intensamente sua vida. Nos reveses da vida, se isolava e literalmente dormia, como forma de se recompor. Mas, muitas vezes, em reuniões, ela demonstrava “dormir”, mas estava em plena elaboração mental, para ter uma participação assertiva, sem gastar sua energia em enfadonha oralidade.

Israild:

A Nobuco era extremamente exigente. Fui orientanda dela no mestrado (PUC-SP), e quem era orientando dela tinha que estudar e muito! Não podia brincar em serviço (risos). Então fazia a gente avançar teoricamente, isso era uma coisa muito importante. E no doutorado eu não fui orientanda dela por que ela estava no Rio de Janeiro e ia dificultar muito mas ela foi da minha banca [...] a Nobuco participou da minha banca... (choro) e foi a última participação oficial dela na minha vida profissional... depois disso, eu fui vê-la no Rio de Janeiro algumas vezes (Depoimento em 12/12/2014).

Onilda:

Nobuco, uma companheira... [...] ainda que fosse uma mulher intelectualmente preparada, de uma capacidade intelectual teórica (pausa) eu acho que poucas pessoas que eu encontrei na minha vida eram como Nobuco. E ela tinha uma forma muito didática de ensinar, de nos ajudar a apropriar dessa discussão teórica, desse conteúdo. Mas ao mesmo tempo a Nobuco era uma mulher muito companheira, muito amiga, que gostava de viver a vida em plenitude. E eu sinceramente eu acho que Nobuco viveu intensamente a vida, [...] Ela partilhava conosco, no mesmo pé de igualdade, sem essa coisa, da arrogância, do roubo, de achar que, os alunos, os estudantes eram seres menores ou incompetentes. E a outra coisa legal é que – isso realmente também dá muita saudade foram os Sukiyakis¹⁴¹, que ela promovia na casa dela, muito bom! Ela que preparava, e a única pessoa que ela... sem ser modesta, mas a única pessoa de quem ela aceitava ajuda era eu. (risos). Então era muito bom. [...] Nobuco foi uma

¹⁴¹ Sukiyaki é um prato japonês tipicamente preparado à mesa. É um cozido que leva os seguintes ingredientes: carnes (bovina e/ou suína) fatiadas bem finas, verduras (acelga, couve-flor, shinkiku, moyashi, agrião, alho poró, udon (macarrão japonês), cogumelos (shiitake e shimeji).

mulher fantástica, comum, como qualquer um de nós... humana, [...] sempre buscando construir, processos ampliados de participação, mas participação, das pessoas enquanto seres ontologicamente colocados nessa realidade, e que podem construir uma outra sociedade, uma nova sociabilidade, num compromisso, ético, político, com as lutas dos trabalhadores, e particularmente dos trabalhadores do campo. A Nobuco, a vida inteira dela, ela se debruçou, e teve um olhar sempre dirigido a luta dos trabalhadores em geral, mas ela tinha um carinho muito grande com os trabalhadores do campo (Depoimento em 12/12/2014).

Beozzo:

Foi uma assistente social com muita pertinácia. O que ela pegava era igual um cachorro que pegou um osso e não larga. A Nobuco era persistente, muito humilde. Aberta para aprender e a refletir sobre a prática. A grande contribuição da Nobuco era partir sempre da prática, mas com exigência teórica (Depoimento em 09/02/2015).

Israild:

Uma profissional extremamente séria, ética. Extremamente responsável. A Nobuco estudava, se preparava e tinha muita segurança do que ela queria. Ela projetava e caminhava na direção do projeto. Extremamente generosa! A Nobuco fazia dentro daquilo que ela se propunha, ela fazia da coisa mais simples a mais complexa. Ela desde selecionar uma bibliografia, duplicar o texto, até fazer a discussão, a análise. É difícil expressar... porque eu tenho uma profunda admiração por ela, e me sinto extremamente influenciada. Eu devo a minha formação básica em Serviço Social a Nobuco. Então eu me sinto suspeita pra falar dela. A gente se tornou grandes amigas, desde antes de (19)70 e até os últimos anos da vida dela (Depoimento em 12/12/2014).

Myrian:

Nobuco foi sempre muito dedicada e sempre foi muito ouvida. A Nobuco sempre frutificava naqueles que a ouviam. Isso é uma coisa que faz diferença. Uma coisa é aquilo que você faz e fala, a outra, é aquilo que você multiplica através de sua fala. E isso a Nobuco teve, ela teve essa capacidade de multiplicação da perspectiva que ela tinha [...] Ela sempre foi muito bem ouvida e as falas dela foram muito bem disseminadas. Essa foi a grande contribuição da Nobuco. E foi uma contribuição à qual a Nobuco dedicou a vida dela inteira... até o final. [...] Eu sempre fui fã dela, como pessoa mesmo. Como profissional e como pessoa ela era muito consistente nas suas relações com as pessoas, muito confiável (Depoimento em 10/12/2014).

Milton:

Nobuco, uma das mais importante intelectual na área do Serviço Social do Brasil e da América Latina. Uma pessoa que contribuiu para que o Serviço Social tivesse o perfil que ele tem hoje. Uma pessoa importante para a constituição e o perfil que a Abepss tem hoje. E por ter publicado pouco suas construções teóricas, muitas vezes não tem esse reconhecimento no âmbito do Serviço Social brasileiro e latino-americano. Então, nesse sentido, esse resgate que você se propôs a fazer, vai ser muito importante pra que esse legado de Nobuco seja resgatado (Depoimento em 16/12/2014).

Matsuel:

Nobuco tinha insights fabulosos Tinha reuniões que a gente pensava que a Nobuco estava dormindo, ela ouvia tudo de olhos fechados, muito quieta. De repente, ela levantava a mão, pedia a palavra, muito tranquilamente. [...] Ela tinha os insights que resolvia situações que as pessoas tinham discutido uma hora, duas horas [...] o seu aprofundamento teórico-metodológico permitia essa elaboração (Depoimento em 16/12/2014).

Israild:

Ela era muito divertida! E era também muito afetuosa, tinha uma ligação muito grande com as crianças... (choro) sabia brincar com as crianças e se comunicar bem com as crianças [...] (Depoimento em 12/12/2014).

Matsuel:

Como gestora, a Nobuco era aberta, humilde e dura. Ela não admitia falhas e erros, principalmente da organização. Tinha dia que ela chegava e dizia: “é isso, isso, está errado, e nos vamos ter que fazer certo”. A gente falava: Nobuco, vamos conversar. Ela dizia: “Isso já foi conversado de forma suficiente. Isso é uma questão administrativa, e isso eu não discuto. Podemos discutir a questão política, mas questão administrativo-burocrática nós vamos fazer. E tem que fazer certo”. Ela levava a ferro e fogo as questões das finanças da faculdade [...] A parceria que a gente tinha com a Miserior, ela que administrava e fazia isso de forma muito transparente e com muita firmeza [...] ela distribuía muito as atividades [...] (Depoimento em 16/12/2014).

Israild:

Nobuco tinha uma coisa muito interessante, quando ela sofria um revés muito grande, ela dormia três dias. Claro, ela não dormia 3 dias seguidos, mas ficava por conta de dormir três dias, não fazia nada. Ela contava uma história que quando ela fez a tese de doutorado, ela tinha que fazer uns cálculos com bases sobre estrutura fundiária. Ela tinha que fazer uns cálculos com base em dados do Incra. E ela tomou uma referência errada, se não me engano era sobre a definição de pequena, média e grande propriedade rural. Ela tinha trabalhado não sei quanto tempo com essa referência... E quando ela descobriu que estava errado... o trabalho de uma semana! (risos) Ela dormiu três dias (risos) Da mesma forma, ela dormiu 3 dias depois que acabou a campanha política (para deputada estadual), quando ela ficou sabendo o resultado, que ela não tinha sido eleita. Ela dizia: “No final da campanha, a gente se entusiasma tanto, a gente acredita que vai ganhar! E aí perde”. (Depoimento em 12/12/2014)

Iamamoto:

Nobuco Kameyama é uma assistente social, é uma militante política, é uma pesquisadora e contribuiu para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, com formação acadêmica nesse campo como uma área de conhecimento e formou gerações (Depoimento em 29/10/2015).

7.4.2 Os participantes da pesquisa

*O sujeito (participante da pesquisa) constrói
comigo um conhecimento novo.
É um conhecimento que eu não teria acesso
que não fosse a pesquisa.
(Martinelli, em Colóquio sobre o
Legado de Nobuco Kameyama)*

Adentrar a trajetória profissional de Kameyama e dos participantes da pesquisa foi a melhor e mais fecunda oportunidade que esta tese proporcionou. Esses sujeitos é que construíram conosco este novo conhecimento sobre a história do Serviço Social. Portanto, fica aqui nossa gratidão pela generosidade e pelo compartilhamento. E não podemos perder de vista que as narrativas são a expressão de uma coletividade que não temos como mensurar, afinal “cada

participante é a expressão de muitos” (Martinelli, em Colóquio sobre o Legado de Kameyama).

Colher o depoimento de Onilda foi emoção pura! Aliás, emoção já demonstrada ao ser informada, pela primeira vez, qual era a delimitação desse objeto de estudo, quando nos encontramos no XIII Enepps, em Juiz de Fora/MG, em 2012.

Ela traz um pulsar de vida e de compromisso profissional, reafirmado no tripé da formação: docência, extensão e pesquisa, que está materializado no seu fazer profissional. A formação, quando realizada dessa forma, proporciona a relação teoria e prática defendida por Kameyama. Isso faz toda a diferença no processo de formação do assistente social, e sabemos quanto está fragilizado no contexto em que a educação se tornou mercadoria.

Essas três dimensões da formação no ensino do Serviço Social, seja em universidade privada ou pública, está a cada dia, por motivos distintos, fragilizado e até ausente. Isso sem falar no Ensino a Distância! Portanto, encontrar Onilda resistindo e perseverando na prática de uma docência comprometida e competente no possibilitou reconhecer, em suas palavras, o “legado de Kameyama”.

A generosidade com que Israild contribuiu para a elaboração desta tese foi motivo de incentivo e compreensão de que estávamos no caminho certo. Foi um prazer reencontrá-la, saber da sua trajetória antes e depois de ter sido minha professora na FSSL. Sua generosidade, seu e competência foram colocados à disposição desta pesquisa, e pudemos conhecer os diversos ângulos identitários de Kameyama. Colocou-se disponível desde o primeiro contato, no 14 CBAS, em Águas de Lindoia/SP, em 2013. Ofereceu importante contribuição no Exame de Qualificação.

A narrativa de Milton, contemporâneo como discente na FSSL, e companheiro no Diretório Acadêmico, em 1982, possibilitou-nos recuperar alguns resultados da luta dos que nos precederam na FSSL.

Daquele grupo de professores que assumiu a FSSL quando Kameyama vai para São Paulo, poucos ficaram, o que possibilitou nossa entrada (minha e de Milton) num momento crítico de decisão e transferência para a atual UniLins. Momentos tensos e com novos e diferentes desafios.

Um pouco mais de duas décadas, e o reencontramos, como professor do curso de Serviço Social e como reitor da UniLins. Como bem expressou Matsuel, ao se referir ao legado de Kameyama na UniLins:

[...] quem é o Milton com o compromisso que ele tem hoje aqui na UniLins, senão um ex-aluno de Nobuco Kameyama! Formado nas discussões política com ela, e no seu engajamento nos movimentos sociais que ele teve no processo de formação com ela. Eu diria que esta influência da Nobuco vai continuar aqui por muito tempo (Depoimento em 16/12/2014).

Como já foi citado nessa tese, Benjamin (2012, p. 214) afirma que tem muito a contar àquele que viaja, mas também àquele que permanece no seu local. Benjamin trata desse fenômeno em seu ensaio *O Narrador – Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov*, publicado em 1936.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito o que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e o outro pelo marinheiro comerciante.

Encontramos muita narrativa com Onilda e Israild, “viajantes”. Mas Milton, que ficou e acompanhou a transição e a manutenção do curso de Serviço Social, também teve muito a contar como professor e gestor de uma universidade que vivencia um modelo diferente, que não é pública, nem tradicionalmente privada, daquelas com característica empresarial. Mas é uma Fundação de Professores, portanto, de natureza privada, mas com finalidade pública. Foi muito bom saber como e quais foram suas conquistas, e compreender os atuais desafios.

Matsuel, que esteve conosco na transição da FSSL para UniLins e teve participação fundamental, pois era o mais experiente e muito contribuiu no processo. Mas também foi ser “viajante” e voltou. Antes da pesquisa, nos reencontramos na militância profissional; aliás, foi com nosso professor Matsuel que ouvimos os primeiros relatos da forma organizativa da categoria, pois, desde então, ele é um militante. Quando éramos estudante, ouvíamos seus relatos vibrantes contando os enfrentamentos do conjunto. E foi com esse seu entusiasmo e com memória pulsante que trouxe a narrativa de quem esteve com Kameyama em momentos

importantes de sua trajetória. Matsuel foi nosso supervisor de estágio por um período no Peop, e ouvir sua narrativa sobre o Peop foi muito emocionante e pudemos obter novas percepções e realizar algumas sínteses importantes para a elaboração desta tese.

Beozzo foi o participante da pesquisa que mais e diferentes momentos intercrucizou com as trajetórias profissional e de vida de Kameyama. Foram narrativas densas, analíticas, contextualizadas. O único narrador não assistente social, mas conhecedor da profissão, pois contribuiu com a formação profissional de muitos assistentes sociais, inclusive a nossa.

Conhecer mais, sua trajetória, foi muito importante, gratificante e enriquecedor. No caminho da pesquisa, Beozzo proporcionou-nos conhecer fatos relevantes, como “a operação arranca capim”, movimento dos trabalhadores do campo, lembrado também por Iamamoto. Fatos decisivos para a ida de Kameyama para o exílio.

Beozzo vivenciou muitos momentos de luta e conquista, com Kameyama, mas também compartilhou momentos difíceis como o risco de prisão, a morte trágica da mãe de Nobuco... Amizade fecunda, presencial, vivenciada no Brasil e na Bélgica e depois no Brasil novamente. Sua contribuição para a mudança da FSSL foi pouco mencionado por ele, mas muito evidenciada por Onilda, Israild, Matsuel e Milton. Sem dúvida, sua contribuição foi muito importante na tessitura desta tese.

Não há dúvida de como esta tese tem a marca de Martinelli, nossa professora e orientadora, mas também tem traços e fendas deixados por Yazbek. Levaremos marcas delas para sempre, dessas que a gente tatua e mostra com orgulho.

Yazbek, como já mencionado, impulsionou a troca de objeto de estudo. Foi muito importante sua participação no Exame de Qualificação e seu depoimento foi fundamental para obter dados sobre a militância profissional de Kameyama e também sobre a sua presença no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Trouxe-nos análises que muito colaboraram para a tessitura dessa trajetória, mas, sobretudo, nos propiciou o contrapelo benjaminiano. Pudemos registrar a participação silenciosa, mas fecunda e consistente, de Kameyama, no coletivo da então Abess, e nas reuniões de colegiado da PUC-SP, mas, sobretudo, Yazbek registrou a importância e o envolvimento de Kameyama com a pesquisa.

Iamamoto foi generosa e compartilhou muito de sua trajetória profissional de forma relacional com a trajetória de Kameyama. Narrou momentos de sua vida estudantil e, mesmo sem ter conhecido Kameyama naquele momento histórico, fez importante entrelaçamento com a trajetória de ambas. Pôde rememorar seu período de militância estudantil, da ditadura, prisão e tortura. Seu mestrado na USP intercruza-se com a trajetória de Kameyama, por terem o mesmo objeto de estudo – a questão agrária. Período que trabalhou em Lins e pôde conhecer, por meio de história oral, o compromisso de Kameyama com os trabalhadores do campo.

Sobre o momento em que conheceu Kameyama pessoalmente, narrou as atividades de militância profissional que realizaram em conjunto. Contribuiu muito com a tessitura da trajetória de Kameyama, no Rio de Janeiro, especificamente a militância acadêmica de Kameyama no período de atuação na UFRJ.

Fala mansa, relato denso, memória viva, recebeu-nos de forma muito carinhosa. O mesmo carinho demonstrado por todos os participantes desta pesquisa. Todos nos receberam muito bem, de forma a materializar uma homenagem a Kameyama. Iamamoto expressa esse desejo ao finalizar seu depoimento: *“Eu queria com essa entrevista prestar minha homenagem a Nobuco. Muito obrigada!”* (Depoimento 29/10/2015).

Myrian, minha querida orientadora do mestrado, também contribuiu muito. Foi por seu intermédio que cheguei à tese de Lidia (SILVA, 1991) e colocar Kameyama “dialogando” com os participantes da pesquisa.

Com sorriso largo, nos acolheu afetosamente em sua casa - sua marca! Myrian fecha seu depoimento assim: *“Então, Nobuco é uma pessoa que deixou saudade, mas ela deve estar bem. Daqui a pouco eu devo estar encontrando ela lá. (risos)”*. Gravamos seu depoimento no dia 10 de dezembro de 2014 e a professora Myrian foi se “encontrar” com Kameyama no dia 19 de setembro de 2015.

O legado de Myrian ficou cravado em muitos profissionais. Sua contribuição sobre a prática profissional, a instrumentação do planejamento social e suas intencionalidades. Deixa também toda sua experiência compartilhada em pesquisa, especialmente sobre a criança e o adolescente. Participamos durante quase uma década do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Criança e Adolescente (NCA) do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP.

O NCA acolhia alunos da pós e profissionais diversos. A concretização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi gestada, planejada e articulada no NCA. De lá, muitos enfrentamentos relacionados à execução das Medidas Protetivas e Socioeducativas foram encaminhadas. Lutas travadas e muitas vencidas! Myrian deixa inestimável legado.

Caminhando para a finalização desta tese, fica um duplo sentimento: a do dever cumprido e a clara constatação de que muito ainda pode ser estudado e explorado.

Mas, de todo modo, conseguimos fechar algumas lacunas, mas há muito mais a fazer, pois a história construída pelo Serviço Social é densa e rica de experiência, e temos, sim, que reconquistar, segundo Benjamin, a capacidade de intercambiar experiências.

Yazbek:

[...] a gente vai se esquecendo... a contribuição, e mesmo o contexto do conhecimento histórico da profissão. Vão ficando lacunas... Portanto, um estudo sobre ela (Nobuco Kameyama), por exemplo, cobre uma lacuna. Então é importante que se faça! (Depoimento em 22/07/2015).

Marilda:

Quero agradecer a você Elizabete Rosa e à professora Maria Lúcia Martinelli, por esta oportunidade de nós repensarmos um largo período da história do Serviço Social por intermédio e através da trajetória histórica de Nobuco Kameyama. Acho que o resgate da história sob a ótica dos sujeitos é absolutamente importante e traz novas descobertas, no ângulo do que foi historicamente acumulado sobre a história do Serviço Social. [...] O resgate da história através dos sujeitos privilegiados que tiveram protagonismo decisivo nesta história recente do Serviço Social brasileiro é muito bem-vinda à sua pesquisa. Muito obrigada! (Depoimento em 29/10/2015).

Israild:

Eu fico muito feliz por você estar fazendo esse trabalho, sendo uma ex aluna dela, orientanda dela, fruto de todo esse processo que vivenciamos em Lins e que alguém disponha a escrever a história da Nobuco. Eu me lembro que na minha banca ela disse que alguém iria escrever essa história, e isto está acontecendo. (Depoimento em 12/12/2014).

Ao finalizar este capítulo, um forte desejo de que tenhamos dado conta, pelo menos em parte, daquilo que Martinelli tanto nos ensina sobre pesquisa, nos domina. Ensino que ela reafirma de forma brilhante no Colóquio sobre o Legado de Nobuco Kameyama. Ela fecha sua palestra lembrando-nos e requisitando-nos um compromisso ético-político com a pesquisa.

Assumir um compromisso de uma pesquisa que dialogue com Benjamin, que dialogue o legado marxiano e com a tradição marxista, é assumir uma produção marcada pelo compromisso ético-político de que ela possa ser também um compromisso de voltar para a realidade e de alguma forma voltar para o sujeito

que nos deram os depoimentos [...] Que nossas pesquisas possam realmente trazer a experiência social do sujeito. Que elas sirvam para mostrar o momento histórico que vivemos. Que elas sirvam para fazer avançar a intervenção. Que elas sirvam para que possamos criar outros momentos políticos, novas utopias. E que possa retornar aos sujeitos, isso é muito importante! Que elas jamais sejam apenas para garantir a erudição. Mas que sejam sim, cada vez mais, mediações para transformações culturais e sociais com os sujeitos históricos com os quais nos trabalhamos. Esse é o nosso compromisso, esse é o ato político do pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se muito vale o já feito,
Mais vale o que será.
E o que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir. [...]
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer.*

*(Música: O que Foi Feito Deverá,
de Milton Nascimento)*

Concluir este estudo sobre a história do Serviço Social, percorrendo cinco décadas da trajetória profissional de Kameyama (1959-2009), no momento em que o Serviço Social completa 80 anos, no Brasil, realmente é muito emocionante e revigorante! O vigor necessário para o enfrentamento dos desafios atuais.

Fica cada vez mais nítido que o projeto político de governo, que apoiamos nas décadas de 1980 e 1990, e que conquistou o poder na década seguinte, já se distanciou e muito de suas bases e compromissos. Vê-se uma adesão clara de conciliação de classes, favorecendo os interesses do grande capital, rebatendo integralmente na classe trabalhadora, à qual o Serviço Social pertence e na qual construímos nossa identidade.

Portanto, o Serviço Social vê-se confrontado e desafiado a compreender e intervir nessa sociedade de transformações configuradas nas novas expressões da questão social: a precarização do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, a violência em suas várias faces, a discriminação de gênero e etnia, a tantas outras questões relativas à criminalização da pobreza.

Se, na entrada dos anos 90, evidencia-se o amadurecimento do Serviço Social e houve uma ruptura teórica com o conservadorismo profissional, ainda não alcançamos no interior da categoria. Na luta pela efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, existem duras ameaças de mudanças estruturais propostas pelo capital e obviamente opostas aos princípios do projeto profissional.

O Serviço Social nasceu como profissão com marca profunda do capitalismo, articulado com o projeto da burguesia “[...] e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2009, p. 66).

Historicamente, revelou-se como prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja. Ao longo do tempo, criou estratégias para minimizar as manifestações da miséria e do empobrecimento da classe trabalhadora, por meio de ações distributivas dos serviços assistencialistas e clientelistas, sem questionar as estruturas que geraram e geram as desigualdades sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social é uma profissão intrinsecamente vinculada à história, e que tem como matéria-prima de trabalho as múltiplas expressões da questão social. Portanto, a profissão tem significado sócio-histórico e recebe os impactos das transformações societárias, ao mesmo tempo em que causa impacto nos processos sociais, na formulação de políticas e na intervenção profissional. Dessa forma, é fundamental desenvolver a capacidade de realizar leituras críticas e políticas dos contextos históricos, para entender a realidade, suas demandas e requisições.

Viver na contramão é difícil e muitas vezes nos dá a sensação de que pouco se avançou, ou o que já foi feito e o que se faz acabam por retroagir ou se perder. Ora, o processo para transpor as determinações da classe dominante é árduo e contínuo, mas temos a nosso favor um legado que foi construído especialmente a partir das décadas de 1980 e 90. Como afirma Netto (2001), a profissão deu um salto qualitativo, a partir de então, em sua formação acadêmica e presença política na sociedade; intensificou-se a produção científica; os assistentes sociais adquiriram reconhecimento, como pesquisadores. E ainda amadureceram suas representações políticas e corporativas, por meio de órgãos acadêmicos e profissionais reconhecidos e legitimados. Esse processo segue em curso.

Segue em curso e na contramão, pois existem duras ameaças de mudanças estruturais propostas pelo capital e, obviamente, opostas aos princípios do projeto profissional.

No jogo de enfrentamento conquistamos também muitos direitos e tais conquistas estabeleceram nova relação entre os cidadãos e o Estado; romperam com a forma subalterna de tratar o campo da política social pública no Brasil; e instituíram, portanto, novo paradigma. No entanto, surgem variadas dificuldades na operacionalização dos direitos conquistados, devido à expansão do pensamento

conservador, aliado ao ideário neoliberal, que se contrapõem à consolidação desses direitos e dos princípios democráticos.

Iniciativa que atinge frontalmente o Serviço Social é a regulamentação do curso a distância, por acarretar perda significativa de padrões civilizatórios e acentuado descaso com a vida humana.

Sim, o que não nos faltam são desafios. A profissão, como afirma Yazbek, já atravessou imensos desafios.

A profissão atravessa grandes mudanças nessas últimas décadas, sendo a maior a inserção do profissional no campo das políticas públicas. Sem dúvida, o assistente social é um profissional vinculado à execução de políticas públicas. Trabalha com a população de baixa renda e a execução dessas políticas. E eu acho que uma novidade nesse processo que vem pós-constituição, é a apresentação do Serviço Social e do assistente social como profissional capaz de interferir na construção do direito. Garantir direitos, construir direitos e lutar por direitos, acabam sendo uma face do assistente social, de hoje. [...] a Marilda diz que enfrentar a sociedade capitalista sem pensar na construção dos direitos, é muito difícil! Direito é uma mediação fundamental. Tentar garantir os direitos da população a qual a gente trabalha, por essa mediação, eu acho que é uma marca forte. Também o avanço da pesquisa, que hoje o serviço social é reconhecido pelas agências de pesquisas. Nós somos capazes de produzir conhecimento qualificado, e somos parceiros interlocutores no campo das ciências humanas voltadas para explicar o homem, a sociedade, a sua vida social (Depoimento em 22/07/2015).

Nessa perspectiva, devemos, cada vez mais, buscar o fortalecimento do nosso projeto ético-político, ampliar nossa militância política, articular com as demais categorias e os movimentos sociais. E dentro e articulado a esse processo conhecer nossa história, na perspectiva benjaminiana.

No Colóquio sobre o Legado de Nobuko Kameyama, Gagnebin trouxe as indagações benjaminiana sobre o porquê de estudar a história.

O que está em jogo nesta história que a gente tenta lembrar e dizer? Benjamin pega isso e vai dizer que quem escreve sobre a história e se debruça sobre a história do passado tem que se perguntar sobre o seu presente, para saber por que ele está escrevendo sobre isso. Você não pode justificar a sua atividade somente pela erudição. [...] O presente ilumina o passado e o passado ilumina o presente. Mas o presente ilumina muito o passado. O presente ilumina o passado diz Benjamin, porque quem escreve história o faz realmente num momento crítico, de perigo e quer saber como as pessoas reagiram em momentos de risco no passado.

Nesta afirmação, Gagnebin refere-se às quinta e terceira teses propostas por Benjamin (2012, Tese V, p. 243).

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento de sua conhecibilidade. “A verdade nunca escapará” – essa frase de Gottfried Keller indica, na imagem da história do historicismo, exatamente o local em que o materialismo histórico o esmaga. Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela.

Nesta tese, Benjamin explicita o tipo de relação que se dá entre passado e presente. Mais uma vez, alerta para a determinação originária que o passado, que o lembrado, possui em relação à lembrança ou àquele que lembra. É o passado que se permite ou não fixar, no entanto, há, ainda, outro ponto de origem fundamental ao aparecer do lembrado (do passado).

Segundo Benjamin (2012), o “passado se dirige ao presente” e este, dependendo de como se relacione com o passado, acaba permitindo ou não que determinadas lembranças se evidenciem. Esse momento originário antecede toda e qualquer atitude do historiador e, a um só tempo, quando se concretiza, funda um horizonte transcendental que provoca, ao historiador, por exemplo, sua evidenciação e intensificação.

O segundo trecho citado não é nada mais do que a intensificação do que entendemos ser a tese fundamental, sobre o conceito de história de Benjamin, de que a história não seja compreendida, primordialmente, como conhecimento, mas que, sim, uma ação concretizadora marcada pela necessidade de auxiliar os homens em sua lida com os desafios, incessantes, apresentados pelo presente, um presente que é sempre inédito.

Para compreender a concepção ontológica que sustenta as reflexões de Benjamin (2012) sobre o conceito de história, concepção que descreve a vida como marcada por uma espécie de abertura radical, ou seja, pelo aparecimento, incessante, de novos desafios, de novas relações e requisições, passemos aos fundamentos apresentados também em sua Tese III.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida obterá o seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o seu passado tornou-se citável, em cada um dos seus momentos. Cada um dos seus momentos vividos transforma-se numa citation à l'ordre du jour – e esse dia é justamente o do juízo final (BENJAMIN, 2012, Tese III, p. 242).

Conhecer o passado deve ser ato dependente dos desafios do presente, e porque só se deveria conhecer o passado na medida mesmo em que o presente reivindicar do homem sabedoria e coragem que apenas o passado, com suas realizações, seus sentidos e afetos sedimentados, poderia oferecer.

O que fica simultaneamente são os aspectos teóricos e políticos da trajetória profissional de Kameyama. Qual é a “verdadeira imagem do passado”? E, ao mesmo tempo, uma questão política, no presente – quais as articulações possíveis? O que verificamos é que a historiografia em relação à “articulação histórica do passado” vividos por Kameyama e seus contemporâneos, são inseparáveis da posição teórica e política do presente. Cabe-nos conhecer este passado e articulá-lo com o presente, para que ambos se transformem.

Benjamin (2012), nessa tese, traz uma metáfora corporal, ou seja, articular, que vem das nossas articulações corporais dos braços, das pernas. Portanto, pressupõe movimento. O passado é articulado a partir do presente, o qual se vai buscar por diversos motivos, por não ter vivido intensamente, por exemplo. E ao reviver, lembrar algo do passado, pode se trazer uma intensidade no presente e ambos se modificam mutuamente.

Gagnebin afirma, ao prefaciando o livro de Benjamin (2012, p. 16), que:

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que os transforma ambos: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual.

Mas Benjamin (2012) ainda traz outro desafio, na exigência de escovar a história a contrapelo. É aquela história que poderia ter sido outra, que foi sufocada,

[...] mas deixou interrogações, lacunas, brancos, censuras que são tantos sinais de alteridade e de resistência, que cabe ao presente, justamente, notá-lo, reconhecê-los e, quem sabe, retomá-los e assumir suas promessas de alteridade e de resistência na luta histórica e política atual (GAGNEBIN, aula do dia 10 de junho de 2014).

Esse presente que ainda se encontra sobre os ditames do capitalismo, cujas consequências são retratadas por Benjamin (2012), em sua Tese IX, em forma de anjo do quadro *Angelus Novus*.

Figura 7 - *Angelus Novus*¹⁴² de Paul Klee¹⁴³ (1920), nanquim, giz pastele aquarela sobre papel.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 2012, Tese IX, p. 245 e 246).

¹⁴² Esse quadro foi comprado por Benjamin, em 1921, do pintor, e ficou em seu poder até a sua fuga de Paris, em meados de 1940. Atualmente faz parte da coleção do Museu de Israel em Jerusalém.

¹⁴³ Paul Klee (1879 – 1940), pintor e poeta suíço naturalizado alemão. O seu estilo, foi influenciado por várias tendências artísticas diferentes, incluindo o expressionismo, cubismo e surrealismo.

Nesta tese, Benjamin trata da modernidade, da onda de progresso “crescente e promissor”, do mundo industrial, que “culminaria em terrível catástrofe”¹⁴⁴. Cercado pelas ruínas do passado, o anjo da história deseja recolhê-las, mas uma tempestade – o progresso – vinda do paraíso o impede de fechar as suas asas, impulsionando-o para o futuro.

Löwy (2012, p. 90) analisa que “[...] o ‘anjo da história’ gostaria de parar, cuidar das feridas das vítimas esmagadas sob os escombros amontoados, mas a tempestade o leva inexoravelmente [...]”.

Dessa forma, a crítica benjaminiana propõe-nos, por meio das ruínas, dos rastros e dos vestígios deixados por nossos antepassados e colecionados ao longo de nossa existência, reconstruirmos não apenas o passado, o ocorrido, mas também revolucionarmos o presente, voltados para o futuro. A partir dos fragmentos do passado, podemos captar a imagem dialética do ocorrido.

Benjamin afirma que é no presente que temos condições de ter criações inéditas, ou seja, o autor traz o conceito do “tempo-de-agora” (Jetztzeit), como é possível verificar nas Teses XIV e XV.

A Origem é o Alvo.

(KRAUS, Karl. **Palavras em verso**)

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do contínuo da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx (BENJAMIN, 2012, Tese XIV, p. 249).

No lugar do “tempo homogêneo e vazio”, Benjamin (2012) propõe o “Jetztzeit” – o “tempo-de-agora”, ou seja, o passado contendo o presente. Para Löwy (2012, p. 120), “trata-se de fazer explodir o contínuo da história com a ajuda de uma

¹⁴⁴ Nascido em Berlim, Walter Benjamin, em sua trajetória intelectual, não só presenciou como também foi vítima da modernidade construída durante o século XIX. As rápidas transformações pelas quais esse século passou, bem como a aceleração da história, fizeram Benjamin refletir sobre o momento em que vivia e recuperar os rastros deixados por aqueles, os vencidos, que não tiveram seus projetos perpetuados pela historiografia, escrita a partir da versão dada pelos vencedores.

concepção do tempo histórico que o percebe como pleno, carregado de momentos atuais, explosivos, subversivos”.

Nessa tese, Benjamin (2012) faz referência à moda, na perspectiva da eterna repetição sem ruptura, ou seja, historicamente, as classes dominantes aderem às “mudanças” sem rupturas. Nesse sentido, o autor interessa-se mais pelo conteúdo de experiências da Revolução Francesa do que as transformações objetivas a que ela conduziu. Assim, poderia ser uma fonte de inspiração poderosa no combate do presente.

Benjamin (2012, Tese XV, p. 250) faz menção a todas as classes oprimidas da história, que conseguiram “explodir” a continuidade da história.

A consciência de fazer explodir o contínuo da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação. A Grande Revolução introduziu um novo calendário. O dia com o qual começa um novo calendário funciona como um acelerador histórico. No fundo, é o mesmo dia que retorna sempre sob a forma dos dias feriados, que são os dias da reminiscência. Assim, os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica da qual não parece mais haver na Europa, há cem anos, o mínimo vestígio. A Revolução de julho registrou ainda um incidente em que essa consciência se manifestou. Terminado o primeiro dia de combate, verificou-se que em vários bairros de Paris, independentes uns dos outros e na mesma hora, foram disparados tiros contra os relógios localizados nas torres. Uma testemunha ocular, que talvez deva à rima a sua intuição profética, escreveu: “Quem poderia imaginar! Dizem que irritados contra a honra Novos Josués, ao pé de cada torre, Atiraram nos relógios para parar o dia”.

Benjamin (2012, p. 250) distingue o tempo dos relógios do tempo dos calendários. O primeiro é homogêneo e vazio, porque vai acomodando, como que dentro de um recipiente, tudo o que cai dentro dele. Trata-se do tempo puramente mecânico, automático, quantitativo, sempre igual a si mesmo. Já o tempo dos calendários expressa um tempo histórico, heterogêneo, carregado de memória e atualidade. Os calendários “não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica [...]”.

Viver o tempo-de-agora, para Benjamin, é “salvar” o passado no presente, ou seja, a redenção do passado seria sua recriação, reatualização, ressignificação. No entanto, a redenção jamais seria apenas individual, mas também coletiva. Segundo

Benjamin, a redenção é acima de tudo a rememoração histórica das vítimas do passado.

Dessa forma, a redenção revolucionária nos foi atribuída pelas gerações passadas, para ser feita no tempo-de-agora. A redenção exige a rememoração integral do passado, sem fazer distinção entre acontecimentos ou personagens grandes ou pequenos.

A rememoração é a maneira de barrar o caminho à repetição da história e poder avançar na luta. Mas a relação entre o presente e o passado não é unilateral: são tempos distintos, mas não separados. Em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente.

Assim, as teses de Benjamin, *Sobre o Conceito de História*, de 1940, nos alertam que a “história é aberta”, portanto, o novo é possível! E não o contrário, no sentido de que o futuro é conhecido antecipadamente, que é previsível e resultado inevitável de uma “evolução histórica” dada, o produto de “leis naturais” e fruto do “progresso técnico”.

O autor traz a “abertura da história” e instiga a buscar uma racionalidade dialética que não segue a temporalidade uniforme. Mas também nos alerta, com seu “aviso de incêndio” (LÖWY, 2012), sobre a catástrofe possível, se algo não for feito. Assim, Benjamin restitui a utopia da força de negar a barbárie, o grito do que não se quer. Por isso, o tempo-de-agora é inseparável das opções ética, social e política.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. G. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.
- AZEVEDO, Fernando. **Um trem corre para o oeste**. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1950.
- ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p 35-44, 2000.
- ALMEIDA, N. L. T. **Desafios contemporâneos para a formação profissional em serviço social**. **Social em Questão**, Rio de Janeiro: PUC, Dep. de Serviço Social, v. 5, p. 7-24, sem, 2000b.
- AMARO, S. T. A.; BARBIANI, R.; OLIVEIRA, M. C. **Serviço social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- ARAUJO, Maria Paulo; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis.(Org.) **Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho**, Ponteiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: **rua de mão única**. volume 2, São Paulo: Brasiliense.1995.
- _____. **Experiência e pobreza**. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas, v. I.
- _____. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas, v. I.
- _____. **Sobre o conceito da história**. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas, v. I.
- BEOZZO, José Oscar. **Noroeste Paulista: aspectos demográficos**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis/RJ: Vozes, 63 (9): 771-787, 1969.
- _____. **Continuidade e ruptura em Lins: cinquenta e sete anos depois. Momento** – Revista Linense de Cultura, Lins/SP, 1977.
- _____. **Memória Indígena na História de Lins**. Revista Novos Escritores, Lins, 6, ano 4, maio, 1982.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Decreto n.º 74.299, de 18 de julho de 1974. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências.

_____, Lei n.º 6.129, de 6 de nov. de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos Confinos: caminhos, vilas e cidades na formação de São Paulo (1532-1822)**, in Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, 2009.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1989.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja: abordagem história**. Loyola, São Paulo, 1995.

CHAIA, Vera. **Santa Fé do Sul: A Luta dos Arrendatários**. Cadernos AEL, n. 7, 1997

CHINALI, Israild Giacometti. **Empregada doméstica: mulher e trabalhadora – uma proposta de intervenção do serviço social**. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1992.

DIAS, Joenice Bettanin. **A crise na cafeicultura e a criação do IBC**. Trabalho Acadêmico de História/UEL. 1995.

FERREIRA, Rosangela. **Processo de reestruturação do ensino na Faculdade de Serviço Social de Lins**. Monografia. Faculdade de Serviço Social de Lins, 1982.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)**. Revista Brasileira de História, v. 22, n. 44, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200009>>. Acesso em: 25 maio 2014.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana (formação histórica e problemas contemporâneos)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____, Celso. Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

_____, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUERRA, Yolanda. **As racionalidades do capitalismo e o Serviço Social**. In: MOURO, Helena; SIMÕES, Dulce. (Coord.). **100 anos de serviço social**. Coimbra: Quarteto, 2001. 292p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Proposta de interpretação histórico-metodológica**. In: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JESUS, Mário Carvalho de. "A não-violência: 25 anos de história sindical", in *Revista de Cultura*. São Paulo, Vozes, março de 1976.

JIMÉNEZ, Juan Retana. **Notas sobre o Neoconservadorismo, na cultura política e no trabalho profissional**. XX SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, Anais, Córdoba, Argentina, 2012.

KAMEYAMA, Nobuco. **Histórico da ocupação e colonização do oeste paulista**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis/RJ: Vozes, n. 63, v. 8, p. 683-699, 1969.

_____. **Oeste paulista: dinâmica e descompasso**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis/RJ: Vozes, n. 63, v. 8, p. 701-716, 1969.

_____. **Estrutura agrária e ideologias de movimento de agricultores no Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia e Social, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França, 1978.

_____. **A prática profissional do serviço social**. Serviço Social & Sociedade, v.3, n.6, p.147-155, 1981.

_____. **Relatório preliminar de avaliação da caminhada do ensino reconceituado do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Lins**. 1981. Mimeografado.

_____. **Concepção de Teoria e Metodologia**. In Caderno ABESS, número 3, A Metodologia no Serviço Social, Cortez, São Paulo, 1989.

_____. **A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997)**. Cadernos Abess/Cedepss, n. 08, São Paulo, p.33-76, 1998.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. **Jubileu de Ouro** In: Cadernos ABESS Nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

KOOP, Pedro Paulo. **Problemas do oeste paulista**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis/RJ: Vozes, 1969, v. 63, n. 9, p. 787.

_____. "Lins: comunidades em renovação", in Revista de Cultura. São Paulo, Vozes, setembro de 1969, p. 801.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Adolpho Gordo, senador da primeira república: representação e sociedade**. Brasília, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: _____. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira. Campinas/SP: Unicamp, 1992.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço social no Brasil a ideologia de uma década**. São Paulo: Cortez, 1983.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978

MAIA FILHO, Mamede Said. **Entre o passado e o presente, a afirmação da memória como direito fundamental**. Tese (doutorado) Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa**. Revista Temporalis, n. 9, Recife: Universitária da UFPE, 2005.

_____. **História oral: exercício democrático da palavra**. Texto didático. São Paulo: PUC-SP, 2012.

MARQUES, Alice. **Helena Junqueira: a construção de uma mentalidade em Serviço Social**. 1994. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1994.

MARTINS, Jose de Souza. **O cativo da terra**. 4a ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Polis/HUCITEC, 1984.

MONTANHA, Enaldo Pires. **Impactos do Setor de Biocombustíveis: aspectos socioeconômicos e da expansão territorial urbana no município de Lins-SP**, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos-SP, 2012.

MONTANO, Carlos. **Um projeto para o serviço social crítico**. Rev. Katálysis [online]. 2006, v.9, n.2, pp. 141-157. ISSN 1414-4980.

NEVES, Noêmia P. **Nadir Gouveia Kfourir: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil (1940-1960)**. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1990.

NEVES, Vilma Fernandes. **Vida, educação e trabalho na Cafeicultura Linense: segundo a fala dos trabalhadores**, UTP, Curitiba, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: Abepss, 2001.

_____ (completar)

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo: Revista do Departamento

de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59 – 72, dez. 1996a.

_____. **Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade.** Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, São Paulo, n. 14, p. 7 – 24, fev. 1997b.

RAMOS, Ademar Ribeiro. **Boias-Frias**. Revista de Cultura Vozes, Petropolis/RJ: Vozes, 1986, p. 25.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A inimputabilidade penal do adolescente: o arbítrio na atribuição da justiça**. Tese (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1997.

SILVA, Elizabete Terezinha. **A igreja, o serviço social e os movimentos populares**. Monografia, Faculdade de Serviço Social de Lins, 1983.

SILVA, Lidia Maria Monteiro Rodrigues da. **Aproximação do Serviço Social – À Tradição Marxista: caminhos e descaminhos**. Tese doutorado, sob orientação de Profa. Myrian Veras Baptista, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUC-SP, 1991.

SILVA, Matsuel Martins da. A História da Faculdade de Serviço Social de Lins de 1958 a 1988: diferentes conjunturas, diferentes caminhos. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – PUCSP, 1992.

SIQUEIRA, Clara Magalhães. **Evolução da práxis de um setor da Igreja Católica trabalhando junto às classes populares**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade Getúlio Vargas (FGV-RJ), 1984.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VERNUCCI, Maria Aparecida Trazzi. O Grupo de Trabalhadores Rurais Volante de Lins: histórico e lutas. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Serviço Social de Lins, 1984.

VICINI, Yara Spadini. **A relação teoria/prática na trajetória do exercício profissional: História de vida dos pioneiros do serviço social em São Paulo**. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1990.

VIEIRA, B. O. **História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfose do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da escola de serviço social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 1977.

_____. **A Escola de Serviço Social no Período de 1936 a 1945**, Caderno PUC nº 6, dezembro de 1980.

_____. **Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social – PUC-SP**, Revista Serviço Social & Sociedade número 14, Editora Cortez, 1984.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: _____ **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Curso de Especialização a Distância, Cfess/ Abepss/ 2009.

_____. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: Conselho Federal de Serviço Social – Cefess e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.